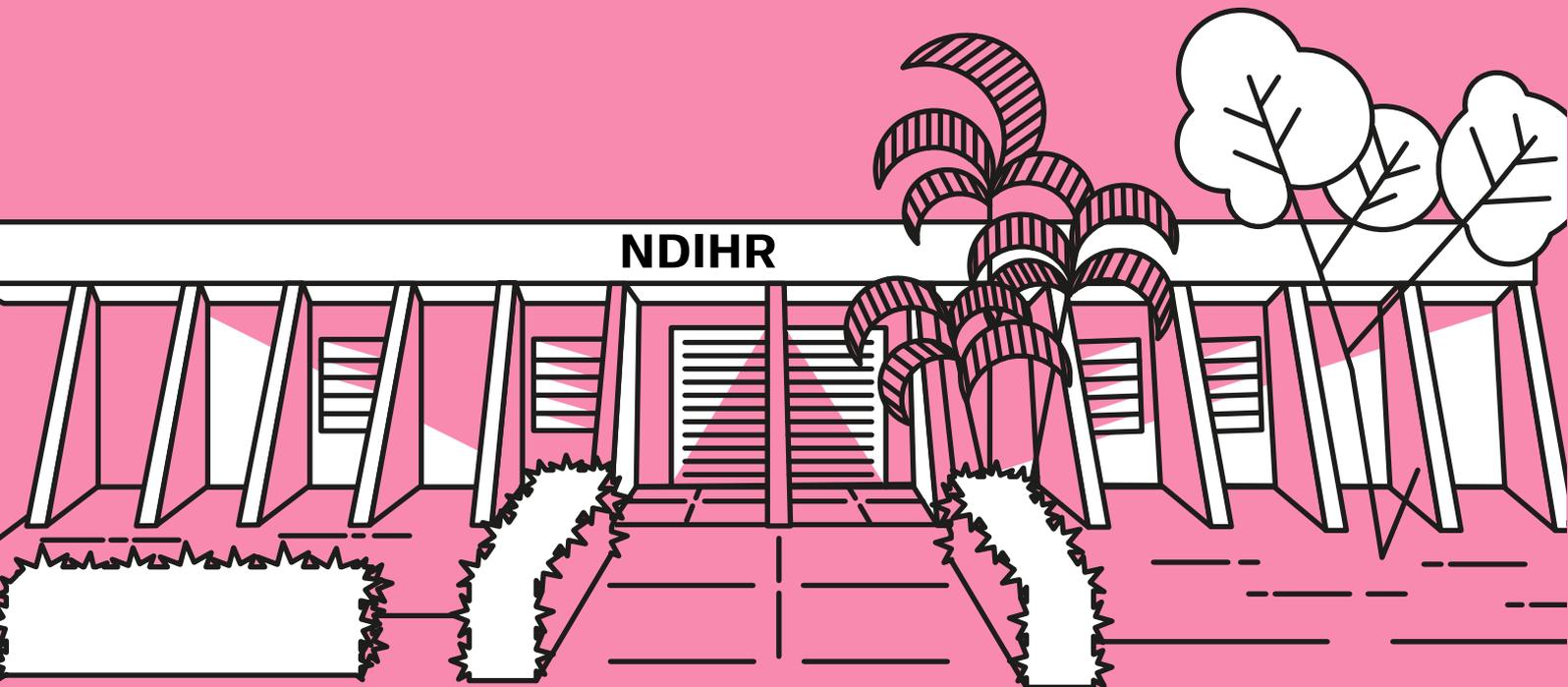


REVISTA ELETRÔNICA

# DOCUMENTO MONUMENTO

ISSN : 2176-5804

Vol. 30 N. 1 - Jul/2021



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO

NDIHR



**Ministério da Educação**  
Milton Ribeiro  
**Ministro da Educação**



**Universidade Federal de Mato Grosso**  
**Reitor**

Evandro Aparecido Soares da Silva

**Vice-reitora**

Rosaline Rocha Lunardi

**Pró-Reitor Administrativo**

Adriano Aparecido de Oliveira

**Pró-Reitora de Assistência Estudantil**

Lisiane Pereira de Jesus

**Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência**

Renilson Rosa Ribeiro

**Pró-Reitor de Ensino de Graduação**

Adelmo Carvalho da Silva

**Pró-Reitor de Pesquisa**

Leandro Dênis Battirola

**Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação**

Jackson Antonio Lamounier Camargos Resende

**Pró-Reitor de Planejamento**

Roberto Perillo Barbosa da Silva

**Pró-Reitor do Câmpus do Araguaia**

Rodrigo Ferreira de Azevedo

**Pró-Reitor do Câmpus de Sinop**

Fábio José Lourenço

**Pró-Reitor do Câmpus de Várzea Grande**

Ilce de Oliveira de Campos

**Diretor do Instituto de Geografia, História e Documentação**

Marcus Silva da Cruz

**Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional**

Giseli Dalla Nora - Supervisora do NDIHR



**REDM**

**Revista Eletrônica Documento/Monumento**

**Conselho Editorial**

Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD/UFMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)

José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)

Maria Adenir Peraro (IGHD/UFMT)

Otávio Canavarros (IGHD/UFMT)

**Conselho Consultivo**

Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ e PPGHIS/UFMT)

Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)

Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (Biblioteca Nacional/RJ)

Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)

Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)

Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)

Cândido Moreira Rodrigues (IGHD/UFMT)

Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)

Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Ecuador)

Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)

Ignacio Telesca (CONICET-IGHI/Argentina)

Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)

Joana A. Fernandes Silva (UFG)

João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)

João Manuel C. Marta (PPGHIS/UFMT)

Leny Caselli Anzai (IGHD/UFMT)

Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFMS)

Luiza Rios Ricci Volpato (IGHD/UFMT)

Marcelo Fronza (IGHD/UFMT)

Marcus Silva da Cruz (IGHD/UFMT)

Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)

Maria de Fátima Costa (IGHD/UFMT)

Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)

Michèle Sato (IE/UFMT)

Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)

Pablo Diener (IGHD/UFMT)

Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Renilson Rosa Ribeiro (IGHD/UFMT)

Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)

Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)

Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)

Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)

Tiago C. P. dos Reis Miranda

(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)

Vitale Joanoni Neto (IGHD/UFMT)

Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R454 Revista Eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –  
Vol. 30, n. 1 (Jul 2021) – . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de  
Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal  
de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

**EDITORES**

Nileide Souza Dourado  
Elizabeth Madureira Siqueira

**CAPA**

Direção de Arte: Maurício Mota  
Projeto Gráfico: Tatiane Hirata

**DIAGRAMAÇÃO**

Marcio Antônio Alves da Rocha

**CONTATO**

Revista Eletrônica Documento/Monumento  
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional  
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.  
Bairro: Boa Esperança  
CEP: 78060-900

Tel.: (0\*\*65) 3615-8473 / 3615-8494

**E-mails:**

revistandihr@ufmt.br

nileide@ufmt.br

# EDITORIAL

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM - promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso, apresenta em sua edição – Volume 30, n.1 – de julho de 2021, votos pelos festejos comemorativos dos “45 Anos do NDIHR” – unidade da UFMT. Com atuação entre os anos de 1976 – 2021 – no seu quadragésimo quinto ano de existência, vem cumprindo o seu papel enquanto órgão de preservação da Memória Histórica Regional, se preocupando em documentar e registrar evidências históricas socioculturais da contemporaneidade e da pós-modernidade, de modo a constituir um acervo de referências sobre a realidade histórica regional e nacional. Portanto, momento especial para dar prosseguimento ao percurso do periódico - REDM - apresentando um conjunto de investigações realizadas por estudiosos de diferentes instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento. Neste volume 30 são estampados artigos produzidos por docentes e técnico-administrativos de diferentes instituições de ensino superior, de empresas públicas e privadas e de particulares de uma forma diferenciada. No primeiro texto, as autoras *Gabriela Prates da Silva e Loiva Canova*, com o artigo intitulado **ESBULHO E VENDAS DE TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO: OS CASOS DENUNCIADOS POR HÉLIO JORGE BUCKER NO RELATÓRIO FIGUEIREDO (1964-1967)**, procuram analisar por meio da leitura do Relatório Figueiredo, especificamente no volume XVI, as informações contidas a respeito da 6ª Inspetoria Regional de Mato Grosso, os casos de esbulho de terras dos povos indígenas territorializados no estado de Mato Grosso. Em **“O NEGRO SÓ SE REUNE PARA DANÇAR: RAÇA E RACISMO EM HUMBERTO DE CAMPOS”**, as autoras *Maria Solange Rocha da Silva e Alexandra Lima da Silva* analisam o debate sobre “raça” e racismo nos escritos jornalísticos de Humberto de Campos. Neste mesmo movimento, buscam compreender os impactos e a “recepção” de tais escritos, com especial atenção, à repercussão na imprensa negra. Tal estudo procura contribuir com uma reflexão acerca da atualidade das ideias de Humberto de Campos no debate em torno do “mito da democracia racial no Brasil”. Os autores *Gabriel Bedin Slevinski e Mairon Escorsi Valério*, com o artigo intitulado **CIDADE, MEMÓRIA E MONUMENTO**, buscam identificar discursos, símbolos, sujeitos e práticas sociais presentes em dois monumentos que celebram a memória oficial de Chapecó, SC: O Desbravador e o Monumento Chapecó 100 Anos, ambos inaugurados em datas festivas, por ocasião das comemorações de aniversário de 64 anos da cidade e de 100 anos de emancipação política e administrativa do município. Já em **LONGE DOS OLHOS, LONGE DO CORAÇÃO: O PROCEDIMENTO INQUISITORIAL NA SOCIEDADE COLONIAL MATO-GROSSENSE**, *Romyr Conde Garcia e Daniel Vieira Gonçalves* apresentam os resultados de um projeto de pesquisa realizado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Barra do Bugres, entre 2017 e 2019 — que consistiu no estudo de seis processos, de fatos e partes mato-grossenses, que tramitaram perante o Tribunal do Santo Ofício, vinculado à Inquisição de Lisboa. Com o artigo **NARRATIVAS DE MEMÓRIA SOBRE O GARIMPO DO OURO NO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MATO GROSSO (1980-1990)**, o autor, *Anderson Domingos da Silva* analisa as narrativas que permitiram costurar os acontecimentos ocorridos entre 1980 e 1990 no município de Poconé, MT, por ocasião do potencial desenvolvimento da atividade do garimpo de ouro no lugar. O período abarca o movimento de chegada, os relacionamentos e o processo de retirada dos garimpeiros individuais naquele território, que passou a ser ocupado por empresas mineradoras. Portanto, a proposta do estudo é reutilizar as narrativas,



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
MATO GROSSO

NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO  
HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR

possibilitando um entrelaçamento das vozes dos sujeitos da pesquisa para promover um agenciamento coletivo daquilo que produziram enquanto experiência. **O ÍNTIMO E OS SENTIMENTOS REVELADOS PELOS EGODOCUMENTOS DE UM ACERVO ARQUIVÍSTICO: AS AGENDAS PESSOAIS DA DR<sup>a</sup> GILBERTA BENSABATH CONTRASTANDO COM A SUA IMAGEM PÚBLICA** é título do artigo de Augusto César Luiz Britto e Analaura Corradi, que analisam agendas pessoais contidas no acervo da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath sob a perspectiva dos “egodocumentos”. Trata-se de fonte que se caracteriza pela presença do “eu” nas narrativas documentais revelando principalmente os sentimentos e a intimidade do titular de um arquivo pessoal. Diante desta concepção, buscam os autores identificar as reflexividades presentes nos documentos analisados para compreender o íntimo da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath e contrastar com a sua imagem pública consolidada. Já as autoras *Terezinha Rosa da Silva* e *Marta Maria Pontin Darsie*, com o artigo de cunho bibliográfico, intitulado **ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**, procuram revisitar algumas obras de Paulo Freire, buscando refletir sobre suas contribuições teórico-metodológicas deixadas à Educação de Jovens e Adultos, especialmente, no que concerne ao ensino da matemática. *Maria dos Prazeres Nunes*, autora do texto **OS FEITOS DE ANTÔNIO CÂNDIDO DA CUNHA LEITÃO NA EDUCAÇÃO EM SERGIPE E NO BRASIL IMPÉRIO**, procura analisar os feitos e a contribuição de Antônio Cândido da Cunha Leitão para a educação na província de Sergipe e no cenário do Império brasileiro. Em sua administração instituiu o curso de instrução primária pública do ensino noturno, para os adultos trabalhadores, fato que marcou a história da educação para a classe popular. Em **CONECTADOS, PORÉM, EXCLUÍDOS: UMA ANÁLISE DO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO BRASIL**, os autores *Leonardo Castro de Magalhães Zardo* e *Carla Cristina Rosa de Almeida* discorrem acerca das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, enfocando sua importância para o desenvolvimento socioeconômico, em contraposição com a problemática da exclusão digital, tendo como pano de fundo o caso brasileiro. O estudo expõe o panorama atual da conectividade digital das famílias, com base em informações da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e da pesquisa TIC Domicílios 2019, publicada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic. As contribuições de *Samara dos Santos Rodrigues*, *Madalena Maria Schindwein* e *Ana Paula Dalmagro Delai*, com o artigo **ECONOMIA CIRCULAR E RESÍDUOS SÓLIDOS: DA CONCIENTIZAÇÃO PARA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS**, tem o intuito de analisar o conhecimento das pessoas sobre resíduos sólidos, as possibilidades de melhorias para diminuir o excesso deste produto, bem como, mostrar a importância da Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados- AGECOLD para a cidade e as dificuldades enfrentadas para manter a associação. **O DESIGN DE CONTRATOS COM INCENTIVOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)** é o estudo de *Alberto Giovani de Souza*, *Jonathan Gonçalves da Silva* e *Roselaine Bonfim de Almeida* que analisam a contribuição de contratos com incentivos para ampliação das compras diretas da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tendo em vista o cumprimento da legislação vigente que diz que, no mínimo, 30% do valor gasto por este programa deva ser utilizado na compra de produtos advindos da agricultura familiar.

Este volume 30 da revista, como se pode observar, está dedicado especialmente aos “45 anos do NDIHR”, buscando documentar e registrar, através dos autores e artigos, as evidências históricas socioculturais, de modo a constituir um acervo de referências que propiciem acesso aos dados científicos para subsidiar a montagem e desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, projetos políticos e outros. Portanto, um espaço sempre aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR/UFMT com a diversidade de áreas científicas. A capa da Revista Eletrônica Documento Monumento (REDM) para este número e das próximas edições será reproduzida com o frontispício do NDIHR em cores diferenciadas.

**Editoras da Revista Eletrônica Documento Monumento – REDM/NDIHR/UFMT**

Profa. Dra. Nleide Souza Dourado

Profa. Dra. Elizabeth Madureira Siqueira

# SUMÁRIO

- 7** **ESBULHO E VENDAS DE TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO: OS CASOS DENUNCIADOS POR HÉLIO JORGE BUCKER NO RELATÓRIO FIGUEIREDO (1964-1967)** - *Gabriela Prates Paes da Silva e Loiva Canova*
- 23** **“O NEGRO SÓ SE REUNE PARA DANÇAR”:** RAÇA E RACISMO EM HUMBERTO DE CAMPOS - *Maria Solange Rocha da Silva e Alexandra Lima da Silva*
- 39** **CIDADE, MEMÓRIA E MONUMENTO** - *Gabriel Bedin Slevinski e Mairon Escorsi Valério*
- 59** **LONGE DOS OLHOS, LONGE DO CORAÇÃO: O PROCEDIMENTO INQUISITORIAL NA SOCIEDADE COLONIAL MATO-GROSSENSE** - *Romyr Conde Garcia e Daniel Vieira Gonçalves*
- 74** **NARRATIVAS DE MEMÓRIA SOBRE O GARIMPO DO OURO NO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MATO GROSSO (1980-1990)** - *Anderson Domingos da Silva*
- 92** **O ÍNTIMO E OS SENTIMENTOS REVELADOS PELOS EGODOCUMENTOS DE UM ACERVO ARQUIVÍSTICO: AS AGENDAS PESSOAIS DA DR<sup>a</sup> GILBERTA BENSABATH CONTRASTANDO COM A SUA IMAGEM PÚBLICA** - *Augusto César Luiz Britto e Analaura Corradi*
- 110** **ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS** - *Terezinha Rosa da Silva e Marta Maria Pontin Darsie*
- 120** **OS FEITOS DE ANTÔNIO CÂNDIDO DA CUNHA LEITÃO NA EDUCAÇÃO EM SERGIPE E NO BRASIL IMPÉRIO** - *Maria dos Prazeres Nunes*
- 139** **CONECTADOS, PORÉM, EXCLUÍDOS: UMA ANÁLISE DO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO BRASIL**- *Leonardo Castro de Magalhães Zardo e Carla Cristina Rosa de Almeida*
- 158** **ECONOMIA CIRCULAR E RESÍDUOS SÓLIDOS: DA CONCIÊNCIA PARA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS** - *Samara dos Santos Rodrigues; Madalena Maria Schlindwein e Ana Paula Dalmagro Delai*
- 175** **O DESIGN DE CONTRATOS COM INCENTIVOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)** - *Alberto Giovani de Souza; Jonathan Gonçalves da Silva e Roselaine Bonfim de Almeida*



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
MATO GROSSO

NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO  
HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR



REDM  
ISSN: 2176-5804

# ESBULHO E VENDAS DE TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO: OS CASOS DENUNCIADOS POR HÉLIO JORGE BUCKER NO RELATÓRIO FIGUEIREDO (1964-1967)

**Gabriela Prates Paes da Silva**

Graduada em História, Licenciatura Plena, pela Universidade Federal de Mato Grosso  
Mestranda do Programa de Pós-graduação em História, pela Universidade Federal de Mato Grosso  
gabrielapratespaes@gmail.com

**Loiva Canova**

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
Professora no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)  
canovaloiva@gmail.com

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar por meio da leitura do Relatório Figueiredo, especificamente o volume XVI, no trato às informações contidas a respeito da 6ª Inspetoria Regional de Mato Grosso, os casos de esbulho de terras dos povos indígenas territorializados no estado de Mato Grosso. O recorte temporal analisado está centrado entre os anos de 1964 e 1967, em que houve maior incidência de esbulho e vendas de terras dos territórios dos Cinta Larga, dos Nambikuara, dos Pareci, dos Xavante, dos Erikpatsa, dos Apiacá e dos Irantchi. As denúncias dos crimes contidas no Relatório Figueiredo devem ser conhecidas pela sociedade brasileira, a fim de tornar mais incisivas as políticas públicas direcionadas a essas populações, visto que mais de 8 mil indígenas foram vítimas de violência durante o Regime militar, dentre elas a perda de suas terras.

**Palavras-chave:** SPI. Relatório Figueiredo. Mato Grosso.

## ABSTRACT

This article aim to analyze through the reading of the Figueiredo Report, specifically the volume XVI, in the matter of the information contained in the 6<sup>th</sup> Regional Inspectorate of Mato Grosso, the cases of land expropriation of indigenous people territorialized in the state of Mato Grosso. The temporally clipping analyzed is centered between the years 1964 and 1967, in which there was greater incidence of land expropriation and sales of territory of the Cinta Larga, the Nabikuara, the Pareci, the Xavante, the Erikpatsa, the Apiacá and Irantchi. The denouncement of crime contained in the Figueiredo Report must be known by brazilian society, in order to make more incisive the public policy aimed at these populations, since more than 8 thousand indigenous were victims of violence during military regime, among them, the loss of land.

**Keywords:** SPI. Figueiredo Report. Mato Grosso.

## Introdução

Este texto apresenta informações contidas no Relatório Figueiredo sobre casos de esbulho e vendas de terras das populações indígenas de Mato Grosso. Os casos foram relatados por Hélio Jorge Bucker, agente do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em depoimento à comissão de

inquérito presidida pelo procurador Jader Figueiredo no ano de 1967. O relato tratou sobre os casos de espoliação e vendas de terras indígenas promovidas por grupos que compunham, no período, a elite mato-grossense em consonância com grupos políticos e econômicos nacionais e internacionais. Foram denunciados políticos de destaque, funcionários públicos, figurões da elite cuiabana e representantes do mais alto escalão do SPI.

Hélio Jorge Bucker é personagem importante para a análise. Nascido em Campo Grande, no ano de 1922, foi funcionário do SPI, assumindo a função de chefe de posto indígena em São Paulo, Mato Grosso e Bahia. Entre as ações que empreendeu no exercício de suas funções, Hélio Bucker projetou e propôs a criação de reservas para alguns povos originários, dentre os quais os Cinta Larga, os Nambikuara, os Pareci, os Xavante, os Erikpatsa, os Apiacá e os Irantche.

Sua ação e seu depoimento trazem informações sobre o período estudado, que corresponde ao contexto da ditadura militar, instalada no Brasil em 1964 por meio de um Golpe; período em que a gestão do SPI ficou sob a reponsabilidade dos militares. O SPI esteve em funcionamento durante 57 anos - entre 1910, data de sua fundação, até seu término, em 1967, quando a política indigenista foi substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por denúncias de corrupção.

Os povos que atualmente se encontram em Mato Grosso são as populações que sobreviveram, resistiram e resistem ainda hoje aos enfrentamentos constantes com os grupos locais. No estado de Mato Grosso, são mais de quatro dezenas de etnias que passam por conflitos para defender suas terras e culturas, honrando seus esforços em manter seus territórios e saberes tradicionais ou essências culturais, tais como suas línguas, até nossos dias. Vivem em contínuas negociações com as políticas e os resultados dos que agenciam o avanço das fronteiras da colonização, hoje ainda mais complexa pelos interesses dos agentes colonizadores do agronegócio.

De acordo com Lauren Logsdon (2014), a população indígena está distribuída em 48 etnias, totalizando 43.226 mil pessoas, passando por diferentes períodos da história nacional, sempre como a face mais obliterada do jogo de interesses, na maioria das vezes vistos como a própria representação do indesejado ou, na melhor das hipóteses, como aqueles que deveriam ser “civilizados”, assimilados, incorporados ou integrados à dinâmica social; e dessa forma, na prática, seus modos particulares de vida e seus territórios não são respeitados.

De acordo com Beatriz Perrone-Moisés (1998) e Manuela Carneiro da Cunha (1992), no período colonial, políticas indigenistas tornaram os povos originários alvos da guerra justa, dos descimentos, da escravidão e da cristianização em aldeias missionárias. No período imperial e no decorrer da República, além dessas, outras políticas indigenistas foram assumidas pelos agentes públicos, e tiveram como projeto a assimilação e a integração dos indígenas à sociedade brasileira, diretriz que previa levá-los ao fatídico processo de “civilização”, que promoveu etnocídio e outros

problemas de ordem socioambiental e política para os diferentes povos ambientados na Amazônia brasileira.

A partir dessa perspectiva, o texto foi escrito na seguinte ordem: na primeira parte é apresentado um breve histórico do Serviço de Proteção aos Índios, em que se tratou da contextualização da política indigenista da República. No segundo item foi narrado o contexto a respeito da Ditadura Militar, como período de acirramento de ações predatórias em relação às populações indígenas, e acrescentou-se informações sobre o Relatório Figueiredo, que representa uma das mais importantes fontes de estudos científicos em tempos recentes para reflexão sobre as questões indígenas. A última parte trata especificamente das denúncias feitas por Hélio Jorge Bucker, permitindo refletir sobre a questão: como se deram o esbulho e a venda de terras dos povos indígenas em Mato Grosso, entre os anos de 1964 e 1967? A pergunta será respondida a partir da leitura do Relatório Figueiredo, especificamente o volume XVI, quanto às informações contidas a respeito da 6ª Inspeção Regional de Mato Grosso, com o cruzamento de leituras contextuais do período apresentadas no decorrer do texto.

Para a análise conceitual, foram usadas as explicações do sociólogo Michael Pollak (1989), por possibilitarem a compreensão dos mecanismos usados pelo Estado e por demais agentes interessados no silenciamento e esquecimento das problemáticas que devem ser lembradas, para assim torná-las instrumentos de luta para a conquista de direitos. De acordo com o autor, há que refletir sobre as “memórias subterrâneas de uma sociedade”, neste caso, sobre as sociedades indígenas, pois, conforme o Relatório Figueiredo, “afloram em momentos de crise subvertendo a ordem estabelecida por uma memória oficial coletiva, se estabelecem conflitos e a fiabilidade da memória oficial entra em xeque”.

## **I. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI): um breve histórico**

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1992), o contexto político de instalação do SPI foi um momento bastante conturbado por consequência das fortes agitações que ocorriam dentro e fora do país em torno da questão indígena. Em 1908, ano que antecede a fundação oficial do SPI, o Brasil foi publicamente acusado de massacre às populações indígenas no XVI Congresso dos Americanistas, sediado em Viena. Sabe-se que a fundação do SPI resultou de debate político ocorrido entre 1908 e 1910 contra a pretensão de aniquilamento de populações indígenas caso houvesse algum tipo de resistência ao processo de “civilização”, diretriz governamental da política republicana, que também foi destinada aos povos indígenas da nação.

Como consequência das questões que permeavam o contexto do período, ocorre a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), oficialmente inaugurado em 20 de junho de 1910 pelo Decreto nº 8.072. A política de administração dos indígenas foi formalizada pelo Código Civil Brasileiro, em 1916, e pela Lei nº 5.484, de 27 de junho de 1928, que estabelecia a relativa incapacidade jurídica dos povos indígenas e o poder de tutela ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), fortemente alicerçado na figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e de outros membros do apostolado positivista do Brasil.

Segundo Rodrigo Lins Barbosa (2016, p. 31), o encarregado do comando do órgão, Marechal Cândido Rondon, e seus demais integrantes foram incumbidos de organizar e gerenciar as ações do aparelho indigenista, com a finalidade de protegê-los e integrá-los à sociedade nacional. Nesse projeto de promover a “civilização” dos indígenas por meio da fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão de obra encontrada pelas expedições oficiais (Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910), havia o intuito de transformá-los em trabalhadores nacionais, voltados aos trabalhos da lavoura, à agropecuária e a outros ofícios que deveriam aprender nas aldeias. “O órgão tinha ainda o objetivo de criar centros agrícolas e de dar assistência aos indígenas, que seriam transformados em ‘trabalhadores nacionais’, isto é, camponeses assentados em áreas de colonização oficial”.

Conforme explica Antônio Carlos de Souza Lima (1992), o SPI era a idealização da filosofia positivista que compunha a corrente ideológica na qual se encontrava imersa as ações dos agentes representantes do órgão. Nela se assentou a ideia de que o indígena era um ser em estado transitório, e seu destino, conseqüentemente, era tornar-se um trabalhador rural ou proletário urbano, sendo esse processo incumbido pelos agentes militares do SPI. Aos militares coube o trabalho de salvar a nação por meio de uma “missão civilizadora” capaz de transformá-los em “trabalhadores nacionais”, fundamentalmente os povos indígenas que estavam com seus territórios considerados à “margem” da nação. Essa política foi orientada no sentido de impor um sistema de transformação dos indígenas em indivíduos considerados produtivos, além de ser possível controlá-los e administrá-los a partir do centro de poder, tornando-os engajados nesse mesmo esforço.

Esse dispositivo, conforme descreve Barbosa (2016), partia da adoção de uma visão paternalista pelo Estado, em que o indígena era considerado um sujeito que deveria ser tutelado. O SPI serviria como um mediador para os povos nativos conseguirem inserir-se na “comunidade nacional”. De outro lado, os povos indígenas foram tidos como menores de idade, que necessitavam da tutela do Estado para, no processo transitório, serem posteriormente promovidos a trabalhadores nacionais.

A ação tutelar empregada pelo SPI já trazia em suas bases teóricas, conforme aponta Barbosa (2016), um conceito reducionista de indígenas bastante característico do período, quando a

sociedade não indígena era sempre encarada como superior, espelho de organização social no qual as sociedades indígenas deveriam se transformar por meio da intervenção das atividades do órgão tutelar.

Ao longo de sua estendida atuação, o SPI passou por diferentes contextos históricos. Nos anos 1930, a política indigenista sofreu modificações, e por isso tornou-se mais centrada na expansão do capital e no desenvolvimento de uma política econômica para o campo. Durante o Estado Novo, o então presidente Getúlio Vargas acelera os processos de expansão territorial nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, ainda pouco exploradas pela abrangência do capital, onde se acreditava ser crucial o poder tutelar do Estado sobre os povos indígenas como principal mecanismo de estabelecimento de limites espaciais para essas populações.

Seguindo a ótica de poder tutelar, os postos do SPI estabeleceram limites às populações indígenas e determinaram os espaços a serem ocupados, em uma rede de vigilância e controle, num sistema hierárquico e de ação militar. Assim, a atuação do Estado não foi de reconhecer a autonomia territorial dos indígenas ou de respeitar a identidade diferenciada desses povos e, muito menos, da manutenção dos seus costumes. O poder tutelar exercido pelo Estado por meio do SPI terminou por estereotipar os povos indígenas e codificá-los como parte integrante de um sistema voltado aos interesses econômicos. (BARBOSA, 2016).

Durante 57 anos de atividades, o SPI teve uma trajetória constantemente marcada pelos ideais originários do indigenismo, que tinha em sua base o controle tutelar sobre os povos indígenas com o intuito de manter o comando sobre seus territórios e subordiná-los aos interesses do desenvolvimento político e econômico da nação por meio de ações de controle e policiamento de seus costumes tradicionais. O ideal era fazer os indígenas seguirem as leis, os costumes e os hábitos socioculturais dos não indígenas, tais como andar vestidos, aprender a tocar instrumentos musicais ocidentais, adotar a religião católica cristã, aprender ofícios e as lides domésticas, além de adquirir ideais e valores como os de bravura, calma, coragem e disciplina militar. Tudo isso era imposto na vida das aldeias e em outros espaços de convivência.

Contudo, apesar de teoricamente a atuação dos agentes desse serviço parecer puramente técnica e haver ainda formatos diferentes de atuação ao longo de sua longa existência, tendo tido em seu quadro de profissionais figuras proeminentes no campo da Antropologia e do estudo da relação com povos indígenas, como Heloísa Alberto Torres, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, entre outros, as discontinuidades entre intenções dos estudiosos dessa área e o projeto de assimilação dos povos originários pretendidos pelo ideário político-nacional levaram a uma constante retomada dos padrões de atuação iniciais do serviço.

Na década de 1960, o SPI havia passado por algumas mudanças estruturais em sua organização, que estava amparada em um novo modelo de atuação, dispondo de Diretoria e uma sede com três seções subordinadas à Diretoria: Seção de Estudos; Seção de Administração; e Seção

de Orientação e Assistência. Ademais, havia nove inspetorias regionais e 120 postos indígenas situados em 20 estados brasileiros. Apesar da forma de organização setorizada e distribuída, os postos indígenas estavam constantemente sob domínio de figuras imersas em um contexto que mesclava interesses pessoais, econômicos e políticos, o que acarretou diversas acusações de corrupção, ineficiência, desvio de patrimônio e até mesmo genocídio de indígenas cometido por esses agentes.

Um crescente número de notícias que denunciavam atuações arbitrárias de agentes do SPI era veiculado nos meios de comunicação, dentro e fora do país. Em meio a esse contexto, foi instaurada uma primeira Comissão de Inquérito para apurar denúncias datadas do ano de 1963.

Por conta das disparidades de visões, do desinteresse da união em repensar as políticas destinadas às populações indígenas e da contínua falta de recursos, o órgão entrou em declínio. Foi desligado somente em 1967, em plena Ditadura Militar, num período marcado por denúncias contra funcionários do SPI, dentre eles pessoas ligadas a cargos de chefia de postos indígenas, agentes da direção do SPI e demais funcionários. Foi nesse contexto de denúncias que o relatório Figueiredo foi elaborado.

## **II. A ditadura militar e o Relatório Figueiredo**

O Golpe Militar marca uma série de acontecimentos ocorridos no Brasil a partir de abril de 1964. Nesse contexto político, os militares anunciam a tomada das rédeas do país depondo o então presidente da República João Goulart por meio de articulações políticas anteriormente estabelecidas entre o alto comando do exército e setores importantes da sociedade política e empresarial do país, em completa articulação com os Estados Unidos da América, interessados em explorar o potencial econômico do Brasil.

Lilia Moritz Schwartz e Heloisa Miguel Starling (2015), o projeto de desenvolvimento econômico dos ditadores tinha por pretensão promover o avanço do capital norte-americano, reduzir o papel do Estado e elevar o crescimento da economia por meio de programas de investimento estrangeiro e de incentivo das riquezas exportáveis pela desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar.

A partir do Golpe de 1964, e no processo da instauração da ditadura militar, um novo modelo econômico foi estabelecido no país em consonância com as demandas do capital estrangeiro visando acelerar o desenvolvimento da economia e submetê-lo aos interesses internacionais. Nesse contexto, grandes empreendimentos passaram a ser construídos no Brasil, principalmente nas regiões consideradas periféricas. Os militares desenvolveram projetos em grande escala, no intuito de integrar a nação brasileira de norte a sul e de leste a oeste por meio de rodovias. O Brasil foi transformado num canteiro de obras, dentre as quais a mais significativa foi o projeto da rodovia

Transamazônica, que possibilitou a construção de uma estrada gigantesca com quase 5 mil quilômetros, atravessando a região de leste a oeste. Essa rodovia cortou a Amazônia brasileira, trazendo consequências gravíssimas aos indígenas que ali estavam e estão territorializados (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Rodrigo Lins Barbosa (2016), em sua pesquisa intitulada *O Estado e a Questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*, analisou que os gigantescos projetos de mineração, rodoviários e de pecuária, planejados para atravessar o território dos indígenas a partir da primeira metade da década de 1960, foram financiados por grandes bancos estrangeiros, empresas e instituições internacionais de empréstimo. Além de crédito e isenções fiscais por parte dos governos locais.

As principais regiões escolhidas para aplicação dos investimentos provenientes dos primeiros anos do Golpe Militar no Brasil foram as regiões Norte e Centro-Oeste do país, delimitadas como Amazônia Legal. Nessas regiões foram construídos os empreendimentos financiados por recursos externos, no intuito de explorar as riquezas naturais e para elas levar o defendido projeto do progresso (BARBOSA, 2016).

É importante destacar que, após o Golpe Militar de 1964, o Brasil foi governado por um regime autoritário e repressor, na perspectiva econômica do desenvolvimentismo e do expansionismo presentes nas regiões do Norte e Centro-Oeste. Como consequência dessa política imposta pelos ditadores, multiplicaram-se os crimes contra povos indígenas que resistiram e resistem na defesa de seus territórios, ameaçados pelos empresários e suas empresas, pela abertura das rodovias, pela presença de seringalistas, fazendeiros e madeireiros (BARBOSA, 2016).

O ideal desenvolvimentista, incorporado com bastante veemência desde o Golpe Militar, tinha nas bases de sua proposta o intuito de aglutinar as populações indígenas à dinâmica econômica do período. Seria ela a força “produtiva” e “integrada” ao modelo econômico e político-nacional do período. Os empréstimos do capital norte-americano proporcionaram ao governo brasileiro financiamentos para construção de estradas e portos, além de estudos das áreas da engenharia e da mineração, e todas essas políticas e investimentos foram atozes às populações ambientadas na Amazônia.

Ao analisar as intervenções diretas da política dos militares em relação à gestão do SPI, foi possível observar que, devido ao Golpe Militar e às modificações estabelecidas nos quadros do serviço, e mesmo do modelo de desenvolvimento do período, os primeiros anos da ditadura se apresentam como momento crucial de acirramento de ações predatórias em relação às populações indígenas. Foram elas que sentiram intensamente a aglutinação de grupos de poder em um período marcado pelas diversas práticas de violências.

As populações indígenas do estado de Mato Grosso sentiram diretamente a interferência do período político, econômico e social engendrado pelos militares, bem como das políticas de controle e de expansão econômica, que possibilitaram a abertura do país ao capital estrangeiro. Essas políticas facilitaram o desdobramento de ações inconsequentes perante o patrimônio dessas populações, especialmente nos anos 1960. Foi nessa década que os povos indígenas tiveram seus territórios disputados, ora pelo interesse de grupos privados, visando à usurpação de seus recursos territoriais, ora por grandes obras de infraestrutura, que dificultaram seus modos de vida.

Conforme relata a antropóloga Maria Fátima Roberto Machado (2009), os anos 1960 foram marcados por mudanças profundas na configuração dos territórios dos povos indígenas em Mato Grosso. A partir dos governos de João Ponce de Arruda e Fernando Corrêa da Costa, o código de terras foi alterado, intensificando a política de venda de terras indígenas consideradas “devolutas”.

De acordo com Gislaene Moreno (2007), o governador Fernando Corrêa da Costa, ao assumir a direção do poder público no ano de 1951, trouxe durante o seu mandato inúmeras transformações na Lei de Terras do Estado. Construiu políticas de manobra em relação aos negócios de terra, de acordo com a legislação das diretrizes federais, “Ocupação dos espaços vazios”, e vendeu muitas terras indígenas para empresas privadas.

O discurso do governador nas mensagens governamentais à Assembleia Legislativa revela sua posição totalmente favorável à iniciativa privada, que teria competência de promover a valorização do território estadual: “O território mato-grossense constitui de fato o convite para a deslocação de uma fronteira, à espera de novos bandeirantes dotados de iniciativa, aparelhados de capitais e métodos modernos”. (MORENO, 2007, p. 113).

Essa afirmação de Moreno (2007) tem como base uma ampla pesquisa documental que a autora realizou no Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), que aponta para o fato de que Fernando Corrêa da Costa, governador do estado de Mato Grosso na época, foi diretamente acusado por esbulho de territórios indígenas em consonância com outros sujeitos interessados na tal política do período.

O SPI havia sido investigado por uma primeira CPI realizada em 1963, por meio de um trabalho que resultou em uma considerável quantidade de denúncias contra os agentes do órgão do Estado. Alguns agentes do SPI foram acusados de crimes, resultando em uma primeira experiência de investigação sobre ações arbitrárias cometidas pelos seus agentes ao longo de sua atuação até o ano de 1963.

Entretanto, essa primeira investigação não havia sido suficiente, e continuavam a ser veiculados em meios de comunicação do período informativos de massacres e de outros crimes. Fora do país, foram divulgadas notícias sobre ações criminosas contra os povos indígenas empregadas por agentes do SPI, chamando a atenção de organizações humanitárias, que pressionaram os representantes do governo brasileiro.

Foi então que, no ano de 1967, em pleno período ditatorial, foi instaurada outra Comissão de Inquérito a mando do então ministro do Interior, o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, e presidida pelo procurador Jader de Figueiredo Correia. A finalidade era apurar outras denúncias de crimes e violações contra os povos indígenas e seu patrimônio cometidos pelos agentes do extinto SPI. O significativo conjunto documental resultante dessa segunda investigação ficou denominado Relatório Figueiredo, nome que faz alusão ao procurador Jader de Figueiredo.

A documentação resultante da primeira CPI de 1963 acabou sendo anexada ao conjunto documental produzido pelo procurador Jader de Figueiredo nos anos posteriores. Entretanto, os relatórios datados do ano de 1963 tinham uma peculiaridade: eram voltados especialmente às 1ª 5ª e 6ª Inspetorias Regionais, que correspondiam a investigações e denúncias realizadas nos anos que antecederam 1963.

O conteúdo desses itens trata dos crimes cometidos nos estados de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de São Paulo e do Amazonas. O volume XVI desse compêndio documental contém informações sobre as 5ª e 6ª Inspetorias Regionais, no qual estão as atas e os relatórios correspondentes às duas comissões que trataram de relatar os fatos acontecidos em Mato Grosso do Sul e no estado de Mato Grosso. Observa-se que, na data em questão, ainda não havia ocorrido a divisão do estado de Mato Grosso em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nos anos que antecederam o encontro do Relatório Figueiredo, parte da documentação do extinto SPI havia sido dada como perdida no incêndio ocorrido em 1967, que destruiu boa parte dos documentos, entre os quais acreditava-se estar o Relatório Figueiredo. Contudo, em 2012, o vice-diretor do grupo *Tortura Nunca Mais/SP*, Marcelo Zelic, procurava documentos para servir de subsídio para as investigações da Comissão Nacional da Verdade, nos arquivos transferidos de Brasília para o Museu do Índio, em 2008, e viu-se diante do volumoso conjunto documental resultante da investigação de 1967, assinado por Jader Figueiredo. Depois de ter passado 40 anos desaparecido, o Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito e a documentação do processo administrativo voltam a ser noticiados nos jornais.

Conforme menciona Elena Guimarães (2015, p. 7), a trajetória dessa documentação é carregada de nuances peculiares. “O relatório gerou grande comoção na opinião pública após sua divulgação, em abril de 2013, por trazer denúncias de massacres, torturas e crimes contra os indígenas. As revelações do relatório foram consideradas pela imprensa da época o “escândalo do século”. Entre denúncias de caçadas humanas promovidas com metralhadoras e dinamites atiradas de aviões, inoculações propositais de varíola em povoados isolados e doações de açúcar misturado a estricnina, um veneno poderosíssimo, estão as de esbulho e vendas de terras dos povos indígenas (PALMAR, 2015).

Assim o relatório Figueiredo foi encontrado, contendo mais de 7 mil páginas dispostas em 30 volumes. É o resultado de um trabalhoso processo investigativo produzido ao longo de quase um ano de viagem feita pelos agentes da comissão, chefiada por Jader Figueiredo.

A comissão percorreu parte do território nacional passando por 90 postos e 5 das 8 Inspetorias Regionais existentes no período. O objetivo era coletar depoimentos de agentes do SPI e registrar suas respectivas práticas como funcionários do órgão. Depois de terem passado 40 anos desaparecidos, o Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito e a documentação do processo administrativo voltam a ser noticiados nos jornais. Para tematizar as denúncias de vendas de terras indígenas, foi apresentado parte do volume XVI do Relatório, em que há o depoimento de Hélio Jorge Bucker, possibilitando problematizar as denúncias dos casos de esbulho e vendas de terras indígenas em Mato Grosso.

### **III. O depoimento de Hélio Jorge Bucker à CPI de 1967 e os casos de esbulho e vendas de terras indígenas em Mato Grosso**

O depoimento encontra-se registrado na página 3780 e toma continuidade nas páginas seguintes no volume XVI do Relatório Figueiredo, o Termo de Inquirição, datado de 19 de novembro de 1967, redigido em Campo Grande, mais especificamente na sala da chefia da Inspetoria Regional de número 5, onde compareceu o senhor Hélio Jorge Bucker, agente de indígena 6-B, ciente das razões de sua convocação e advertido das penas que poderia ocorrer por perjúrio, conforme disposto na documentação. Na ocasião, o depoente relatou que, durante 16 anos, foi funcionário do SPI, chefiando diferentes postos indígenas, e que também chefiou a 6ª Inspetoria Regional de 1964 a 1967. Dentre outras funções que desempenhou, estava a de agente itinerante, e no período de seu depoimento era chefe da 5ª Inspetoria Regional. Em seu depoimento, o agente profere um relato que foi registrado pela comissão, indicando que “conhece uma série de irregularidades no SPI, dentre as quais se destaca as já denunciadas pelo depoente; que as maiores irregularidades que conhece no SPI dizem respeito ao esbulho das terras indígenas praticados por grupos políticos e econômicos” (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3780).

No depoimento prestado à Comissão de Inquérito, o agente denuncia que o órgão estatal Comissão de Planejamento e Produção e o governador do estado de Mato Grosso, Fernando Correia da Costa, esbulhou além dos limites territoriais a terra indígena Thereza Cristina, do povo Bororo, localizado no município de Poxoréu. O governador dividiu a posse da terra entre seus parentes, amigos e correligionários políticos. O depoente relata o curioso fato de essa terra ter sido registrada como reserva indígena, no ano de 1897, no decreto assinado pelo próprio pai do acusado, o governador Antônio Correia da Costa. A acusação está assim registrada:

[...] que os bororos foram expulsos mas estão reagindo, das suas terras no Município de Poxoréu; Que o responsável por esse esbulho é o órgão estadual COMISSÃO DE PLANEJAMENTO PRODUÇÃO, da Secretaria de Agricultura de Mato Grosso; que os bororos da área de RE digo THEREZA CRISTINA, foram espoliados de suas terras digo terras apesar de possuírem decreto de reserva, dado pelo governo do Estado e demarcados pelo Marechal Rondon e aprovados pelo governador ANTONIO CORRÊA DA COSTA; em 27 de janeiro de 1.897; que o extraordinário no caso é ter sido o governador FERNANDO CORRÊA DA COSTA em digo quem destruiu o trabalho do doador, seu pai, o governador ANTONIO CORRÊA DA COSTA; que outro fato demonstrativo dos mais propósitos do governador FERNANDO é haver êle conceido digo concedido aos colonos uma área de 75 mil Has., quando a área indígena somente tem 75 digo 65 mil hectares; que, assim, os bororos ficaram devendo ainda aos colonos 10 mil hectares; que essas terras usurpadas foram concedidas a parentes, a políticos e até a juízes, como pode citar, por exemplo o nome dos ministros do tribunal de contas do Estado, MANUEL JOSÉ DE ARRUDA e JOÃO MOREIRA DE BRARROS. (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3782).

O depoimento de Hélio Jorge Bucker cita os responsáveis dos grupos envolvidos nos casos de esbulhos territoriais praticados contra os povos indígenas daquela região. Além disso, ao trazer as denúncias que o agente profere contra esses grupos, pode-se observar o quanto essas ações estavam orquestradas entre os interessados em diferentes esferas de poder. Através da leitura do depoimento do agente, é possível identificar de que forma as terras foram fatiadas e distribuídas entre os envolvidos. Os acusados de usurpar as terras indígenas tinham à época influência nacional, como o major Luiz Vinhas Neves, diretor do SPI, e o senador Filinto Muller, acusados pelo depoente de facilitar as ações de esbulho de terras em instâncias superiores.

[...] encontra-se no diário da justiça do estado de Mato Grosso, edição de 15 de março de 1.966; que o senador FILINTO MULLER está implicado no esbulho de terras de THEREZA CRISTINA em virtude de sua interferência junto ao então diretor do SPI Major LUIZ VINHAS NEVES para que fosse sustada a ação impetrada para a garantia da propriedade indígena como prova os telegramas 169 de 09/05/66 e o S/N de 25/06/65; e o S/N de 25/06/65 [...]. (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3782).

Em um período que uniu um ideal de crescimento econômico e abertura para o capital econômico, grupos políticos e empresariais de significativa influência coligavam interesses para praticar ações criminosas contra o patrimônio das populações indígenas em Mato Grosso. Ao cruzar as informações do depoente e o contexto sociopolítico do período, compreende-se o quanto as populações indígenas foram alvo de interesses e de interessados que circundavam seus territórios.

[...] que sabe ainda que grupos econômicos do estado de São Paulo esbulharam cerca de 10 mil hectares de terras pertencentes aos índios Nambiquaras; que a área esbulhada está localizada entre os rios CARDOSO e PINDAITUBA, afluente do SARARÉ, no município de Mato Grosso; que as terras dos índios, PARECIS, está esbulhada por inescrupulosos que requerem títulos dessas áreas; que os índios TAPAIUNAS localizados a margem direita do rio MIGUEL DE CASTRO

afluentas do rio ARINOS teve digo tiveram suas terras vendidas pelo Estado a digo Estado ao grupo BRASUL, do Estado de São Paulo [...]. (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3783).

No decorrer do depoimento de Hélio Jorge Bucker aparece um significativo número de denúncias envolvendo pessoas de influência na política regional, destacando o governador Fernando Corrêa da Costa. Além dos grupos políticos regionais, foram denunciados grupos econômicos nacionais, como o grupo BRASUL. Há uma narrativa da forma como foram tratadas as terras do Povo Cinta Larga na região do município de Poxoréu e a venda de suas terras para agenciadores dos Estados Unidos da América. Lê-se também que os indígenas da região sofriam periodicamente com incursões violentas porque os interessados em suas terras tinham por finalidade o extermínio completo do grupo para mais facilmente agirem em prol dos próprios interesses.

[...] as terras dos ERIGNIPATZA, (CANOEIRO), ARAS, KAIABIS no rio dos PEIXES, CINTA LARGA na margem direita do CAPITÃO CARDOSO e cabeceiras do rio ARIPUANÃ; sofreram o mesmo processo que deu causa ao esbulho das terras dos PARECIS, sendo que no caso particular dos índios CINTAS LARGAS as terras foram vendidas a grupos NORTE AMERICANOS podendo atestar a veracidade desses fatos o senhor AMAURI SILVA, prefeito do município de ARIPUANÃ; que os CINTAS LARGA sofrem periodicamente o incurso de expedições punitivas que visam unicamente o extermínio de todo o grupo o seu afastamento da área que ocupa [...]. (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3783).

Diante dessa temática difícil e perigosa para ser mostrada ao público, entende-se que o período da ditadura militar no país ainda apresenta muitas zonas cinzentas, sendo difícil mensurar quantos grupos sociais foram de fato afetados pelos atos de exceção empregados por agentes estatais. Ao pensar a respeito desse momento tão emblemático da história de nosso país, temos as mais conhecidas abordagens que tratam das questões políticas que levaram ao Golpe ou mesmo à perseguição empregada contra os dissidentes do regime. No entanto:

As principais narrativas a respeito do golpe e do período militar não tiveram o índio como foco principal, o que poderia dar a impressão de que a política repressiva adotada em diversos momentos pelos militares passou em branco nas aldeias indígenas. Na realidade, poucos grupos humanos no país dependiam de forma tão direta da política dos militares para garantir sua sobrevivência quanto os índios. (VALENTE, 2017, p. 8).

A questão das violações cometidas contra os povos indígenas no período ditatorial é uma possibilidade de discutir o surgimento de memórias subterrâneas dos povos afetados pelos mais perversos crimes denunciados no documento em incipiente análise. Foi comprovado que mais de 8 mil indígenas foram vítimas de crueldades praticadas por agentes do poder público e de interesses privados. Diga-se, vítimas de violência física, psicológica, morte e corrupção (FLORES, 2017).

A questão indígena em nosso país e suas tantas problemáticas merecem estudos, sobretudo a partir de fontes documentais como a que aqui foi apresentada. A fonte citada tem sido abordada em

diferentes perspectivas e por múltiplos cientistas e traz várias referências de crimes cometidos durante a ditadura, que precisam ser conhecidos pelo povo latino-americano. Talvez tenhamos tido uma das mais sanguinolentas ditaduras da América Latina, que aos poucos está sendo ressignificada a fim de minimizar o silêncio histórico referente ao assunto. Portanto, o documento aqui mostrado, em fragmento inicial de investigação, é uma tentativa de abordar a temática.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. (POLLAK, 1989).

A memória e história oficial sobre esse recorte diz respeito aos acontecimentos ocorridos no estado de Mato Grosso e possibilita compreender que o período foi de desenvolvimento econômico para a região amazônica. Nesse período ocorreu impactos violentos contra as populações indígenas e a recorrente expropriação de seus territórios, resultado dos projetos do avanço do capital incentivados e planejados pelos militares. A tentativa de silenciar as vozes e interesses dos povos indígenas atendeu aos interesses de diversos agentes do Estado que insistem em suprimir direitos das populações indígenas. Os agentes dos poderes estatais e do capital não asseguraram os seus direitos, ampliando historicamente a prática colonial da apropriação de seus territórios originários.

Foram os indígenas em diferentes lugares do Brasil que pagaram com o sangue o legado do desenvolvimento econômico, legitimado pelos que governaram e governam o país. Aqui cabe a reflexão: “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989).

Hélio Jorge Bucker delatou políticos e detentores do poder econômico em Mato Grosso como os usurpadores das terras dos Bororos da Reserva Theresa Cristina. Em seu depoimento à comissão de 1967, relatou casos de esbulhos de terras e apontou grupos regionais nacionais e até mesmo internacionais que se envolveram completamente em ações criminosas empreendidas contra o patrimônio dessas populações. Suas denúncias representam um significativo documento na construção da memória do contexto político do estado de Mato Grosso.

Levantar parte mínima, mas importante, das questões lidas no Relatório Figueiredo no contexto da ditadura militar trouxe a compreensão das mais atroz consequências às populações indígenas - povos que sofreram todo tipo de injustiça social e econômica em consequência dos interesses do capital e dos projetos que alavancaram a expansão econômica na Amazônia, nesse particular, no estado Mato Grosso.

Esbulhar terras indígenas e dividi-las, crime do qual foi acusado o governador Fernando Corrêa da Costa, são ainda práticas recorrentes e permanentes que vêm sendo praticadas desde o período colonial. O depoimento do agente Hélio Jorge Bucker expressa as coalisões de interesses que durante a ditadura militar agiram contra o patrimônio das populações indígenas, especialmente no que diz respeito à utilização e posse dos territórios e à exploração dos recursos contidos no solo e subsolo de suas terras. Compreende-se que para os povos indígenas a terra é um recurso natural para a manutenção das suas práticas econômicas, e representa o suporte dos sistemas de crenças e dos universos culturais, intensamente e ricamente diversificados.

O período estudado representa para o pesquisador relações de enfrentamento na tarefa de desenvolver uma análise a respeito de uma temática que setores do Estado insistem em silenciar. Levantar essa questão que toca em grupos de interesse até hoje constituídos e ampliar a divulgação de mais uma das variadas formas de violência cometidas durante o período da ditadura militar no Brasil foi o principal objetivo deste artigo.

As populações indígenas têm muito a nos ensinar; por isso seu modo de vida e as relações que estabelecem com o ambiente natural devem ser respeitadas e conhecidas. São povos e territórios constantemente ameaçados pelos perversos projetos do desenvolvimento econômico em nosso país. De outro modo, pode-se considerá-los “gigantes da resistência”, ainda que representem uma das minorias mais ameaçada da população brasileira em detrimento do atual contexto político, que se mostra insensível ao patrimônio cultural e milenar dos povos indígenas do Brasil.

Trazer essas questões a público significa lembrar em discussões acadêmicas e em outros espaços de ensino e pesquisa que as populações indígenas devem ter seus direitos atendidos, pois o processo absurdo de tomada de recursos dessas populações foi parcialmente silenciado na constituição da memória e história oficial do nosso país e, mais pontualmente, no estado de Mato Grosso. Para finalizar, sobre o assunto aqui tratado, consta no relatório que:

O Relatório Figueiredo esclarece as práticas de proteção e assistência desveladas em episódios que esconderam interesses escusos e irregularidades administrativas, violência física expressa nos castigos e punições corporais, violência simbólica exercida por imposição de conduta e disciplina, trabalho compulsório nas lavouras, na extração de madeira e imposição de novo estilo de vida perpetradas autoritariamente por alguns agentes indigenistas. (ALMEIDA, NOTZOLD, 2014, p. 5).

## FONTES

BRASIL. Câmara dos deputados. Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. 1972-1974. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 20 maio 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [Blog]. 2013. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>>. Acesso em: 20 maio 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. *Povos Indígenas e Ditadura Militar*. Subsídios à Comissão Nacional da Verdade (1946-1986). Relatório Parcial 01, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/node/3396>>. Acesso em: 20 maio 2019.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina Santos de; NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. A proteção tutelar às avessas: o Relatório Figueiredo e a violência contra o povo Kaingang. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 15., 2014, Florianópolis. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2014. Disponível em: <[http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1404569912\\_ARQUIVO\\_APROTECAOTUTELARASAVESSASORelatorioFigueiredoeaviolenciacontraopovoKaingang.pdf](http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1404569912_ARQUIVO_APROTECAOTUTELARASAVESSASORelatorioFigueiredoeaviolenciacontraopovoKaingang.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2019.

BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a Questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. 2016. 260 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

FLORES, Andressa de Rodrigues. Relatório Figueiredo: o teor dos crimes cometidos pelo SPI contra os povos originários nos postos indígenas do Rio Grande do Sul (1963-1967). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29., 2017, Brasília. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2017. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502810477\\_ARQUIVO\\_ArtigoanpuhST49AndressaFlores.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502810477_ARQUIVO_ArtigoanpuhST49AndressaFlores.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2019.

GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*. Rio de Janeiro, 2015, 203 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 155-171.

LOGSDON, Lauren. *Perfil demográfico dos povos indígenas de Mato Grosso, 2000 e 2010*. Cuiabá, 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. *Museu Rondon: antropologia e indigenismo na Universidade da Selva*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Processo n. 4.483 (Relatório Figueiredo)*. Texto redigido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia. 1968. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>> Acesso em: 20 maio 2019.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas; EDUFMT, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela Rocha. *O Relatório Figueiredo e suas contradições: a questão indígena em tempos de ditadura*. Porto Alegre, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PALMAR, Aluizio. Relatório Figueiredo na íntegra. *Documentos Revelados*. 8 set. 2015. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/relatorio-figueiredo-na-integra>>. Acesso em: 25 maio 2019.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI-XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998. p. 115-132.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 20 maio 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Miguel. *BRASIL: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



## “O NEGRO SÓ SE REUNE PARA DANÇAR”: RAÇA E RACISMO EM HUMBERTO DE CAMPOS

**Maria Solange Rocha da Silva**

Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí  
mariasolange@ufpi.edu.br

**Alexandra Lima da Silva**

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
alexandralima1075@gmail.com

### RESUMO

Este artigo procura analisar o debate sobre “raça” e racismo nos escritos jornalísticos de Humberto de Campos. Neste mesmo movimento, busca-se compreender os impactos e a “recepção” de tais escritos, com especial atenção, a repercussão na imprensa negra. Humberto de Campos foi jornalista, político e escritor. Nordestino, nascido no Maranhão em 1886 e criado no Piauí, migrou para o Rio de Janeiro em 1912, onde morreu aos 48 anos, no auge do seu “sucesso literário”. Procura-se contribuir com uma reflexão acerca da atualidade das ideias de Humberto de Campos no debate em torno do “mito da democracia racial no Brasil”.

**Palavras-chave:** Humberto de Campos. Negros. Racismo.

### ABSTRACT

This article seeks to analyze the debate on "race" and racism in the journalistic writings of Humberto de Campos. In this same movement, it seeks to understand the impacts and the “reception” of such writings, with special attention, the repercussions in the black press. Humberto de Campos was a journalist, politician and writer. Nordestino, born in Maranhão in 1886 and raised in Piauí, migrated to Rio de Janeiro in 1912, where he died at the age of 48, at the height of his “literary success”. It seeks to contribute to a reflection on the actuality of Humberto de Campos' ideas in the debate around the "myth of racial democracy in Brazil".

**Keywords:** Humberto de Campos; Blacks; Racism

### Introdução

A polêmica frase “o negro só se reúne para dançar” foi cunhada pelo intelectual Humberto de Campos no ano de 1933, no artigo “*O destino da raça negra no Brasil*”. Quais os significados desta frase? Quais as perspectivas de raça defendidas por Humberto de Campos?

Humberto de Campos foi jornalista, político e escritor. Nascido no Maranhão em 1886, e criado no Piauí, morreu no Rio de Janeiro (1934), aos 48 anos. “Humberto de Campos era, no momento, o mais lido e o mais aplaudido dos escritores brasileiros” (A MORTE, 1934, p. 01). Sobre sua vida e obra já foram escritas algumas biografias dentre as quais: “Humberto de Campos e

sua expressão literária”, de Hermes Vieira (s/d); “Humberto de Campos”, de Macário de Lemos Picanço (1937); “Humberto de Campos”, de Maria de Lourdes Lebert (1986); “Humberto de Campos: um exemplo de vida”, de Almir de Oliveira (2017); e “Irmão X, meu pai”, de Humberto de Campos Filho (1997).

Embora tenha iniciado sua carreira de escritor pela poesia, ganhou maior destaque como prosador, primeiro por suas crônicas e mais tarde por sua escrita memorialista: “Vindo da província, pobre e desajustado, Humberto de Campos - já autor de ‘*Poeiras*’- chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1912, empregando a brilhante atividade do seu espírito na imprensa. A sua colaboração distribuiu-se, imediatamente, por vários jornais”.<sup>1</sup> Na capital da república o poeta vai “impondo o seu nome nos círculos literários e abrindo-lhe, em 1919, as portas da Academia Brasileira. Humberto de Campos conquistou, por essa época, notável popularidade, escrevendo anedotas e comentários galantes, que formaram, depois, livros divulgadíssimos” (A MORTE, 1934, p. 1).

As anedotas e os comentários galantes foram em sua maioria produzidas sob o pseudônimo de *Conselheiro XX*. Mas, esta faceta do escritor que priorizava o humor, a sátira e as anedotas fez com que este fosse acusado de ser imoral e pornográfico. Na década de 1920, já membro da Academia Brasileira de Letras, passou também editar um semanário alegre, intitulado de *A Maçã*, esta revista foi fortemente combatida por setores mais conservadores da sociedade carioca. Jornais católicos como *A União* e *A Cruz*, por exemplo, acusavam o periódico de ser imoral e pernicioso.

Apesar disso, o autor alcançou grande polaridade. “Apoiado numa escrita acessível – e, diga-se de passagem, moderna -, Humberto de Campos angariou um vasto e assíduo público leitor, que chegou inclusive a se corresponder com ele, pedindo-lhe e dando-lhe conselhos” (ARAÚJO, 2009, p. 12).

O escritor também realizou “com maestria, a crítica literária e ensaiando pesquisas de história e de literatura. Houve, em seguida, um brevíssimo hiato na produção literária de Humberto de Campos, então, deputado pelo Maranhão” (1928 - 1930). Teve seu mandato parlamentar cessado pela revolução de 30, é quando “ressurge o publicista ilustre, para marcar a etapa definitiva da sua fulgurante carreira” (A MORTE, 1934, p. 1).

Com o agravamento de sua doença, Humberto de Campos passou a investir na produção de suas memórias e na escrita de crônicas voltadas a segmentos “invisibilizados” pela sociedade. Araújo (2009, p. 11), destaca que Humberto de Campos “orientado pelo anseio de exposição da decadência, estampado na atenção aos párias da história [...], produz crônicas a favor de estratos sociais desprezados, com destaque para os negros”. Os artigos que serão debatidos neste trabalho foram, portanto, escritos nesta última fase de sua vida.

<sup>1</sup> *Poeira* é o título do livro de poesias publicadas em 1911, quando residia na cidade de Belém-PA. Este livro foi muito bem recebido pela crítica da época tornando o autor conhecido nacionalmente.

## Humberto de Campos: “O destino da raça negra no Brasil”

“No Brasil o negro não tem formado senão clubes dançantes de arrumadeiras e copeiros, e cordões, pelo Carnaval. E como documento de solidariedade racial e humana, o que mais conseguiu foi a irmandade do Rosário, para dar um caixão de pinho, e uma grinalda de flores de papel, a esses párias quando morrem” (CAMPOS, 1933, p. 4)<sup>2</sup>.

“*O destino da raça negra no Brasil*” é o título de um artigo escrito por Humberto de Campos e publicado, em duas edições no *Diário Carioca*<sup>3</sup> em novembro de 1933, jornal para o qual o autor escrevia crônicas. A primeira parte deste artigo foi também publicado em outro veículo de imprensa, a folha paulistana *A Voz da Raça*.<sup>4</sup>

Mas, qual teria sido o destino apontado pelo autor para a raça negra no Brasil?

No primeiro parágrafo do artigo, dizia: “Entre as nossas superstições nacionais, está no Brasil, a suposta igualdade das raças. Perante a lei escrita não há, entre nós, diferença entre o branco, o preto, o caboclo e o mulato. Não faz parte de nossos costumes o linchamento do homem de cor”. Em seguida, procura fazer um paralelo entre a situação do negro no Brasil e nos Estados Unidos: “Enquanto na América do Norte a emancipação foi feita à custa de muitas vidas, o mesmo acontecimento se realizou, aqui, debaixo de muita festa”. E citando o livro de Tobias Monteiro, *Pesquisa e depoimento*, relata alguns aspectos históricos ocorridos quando se votava no senado a Lei do Ventre Livre. No recinto da votação encontravam-se expressivas personalidades do “mundo diplomático, e, entre estas, o ministro dos Estados Unidos. [...] E quando, pela votação, se verifica a vitória de Rio Branco, o povo, que enche as galerias, rompe em ruidosas manifestações ao estadista benemérito, lançando-lhe sobre a cabeça braçadas de flores”. Ao final da seção, segundo consta: “O ministro norte-americano [...] colhendo com as próprias mãos algumas rosas, das que o povo atirara a Rio Branco, declara: Vou mandar estas flores para o meu país, a fim de mostrar como aqui se fez deste modo, uma lei que nos custou tanto sangue!” (CAMPOS, 1933, p. 4).

Dito isso, Humberto de Campos segue seu raciocínio comparativo entre o negro brasileiro e o americano, entre as “*chuvas de flores*” e o “*derreamento de sangue*”:

O sangue é, todavia, ao que parece, a melhor das ligas na construção dos edifícios sociais. Onde ele não entra, é precária a segurança da conquista realizada. E é daí que decorre, provavelmente, a prosperidade do negro americano após a emancipação tormentosa, e a situação miserável e ingrata do negro brasileiro, após as chuvas de flores 1878 e 1888. O negro americano é, sem dúvida, hostilizado, combatido, perseguido, e vive afastado, ali, da comunhão social organizada do

<sup>2</sup> Ver o jornal *A Voz da Raça* (n. 27, p. 4).

<sup>3</sup> Devido a falta de um número do *Diário Carioca*, apenas a segunda parte do artigo foi localizada neste periódico. A primeira parte foi consultada por meio do jornal *A Voz da Raça*.

<sup>4</sup> Os jornais citados foram consultados através da hemeroteca digital da biblioteca nacional, disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

branco. O negro brasileiro tem, pelo contrario, desde que se torne notável, abertas as portas das escolas superiores, da política, da sociedade. Não há, aqui, nem perseguições clamorosas, nem linchamentos selvagens. Mas o filho do antigo escravo brasileiro, com todas essas vantagens, será mais feliz, acaso, do que o descendente do escravo americano? (CAMPOS, 1933, p. 4).

Por meio do fragmento acima, o autor defende a ideia de que a população negra no Brasil, diferente dos Estados Unidos, teria “vantagens”. O autor reforça a ideia de que o racismo no Brasil é muito mais brando que nos Estados Unidos, pois aqui, não haveria violências como “linchamentos”. E para justificar novamente seu ponto de vista o escritor menciona uma novela escrita por Henrique Pongetti, *Deserto Verde*, na qual segundo Humberto de Campos o autor “aborda de modo jovial, a situação do negro brasileiro, descobrindo, nela, dramas e tragédias que escaparam, até hoje, a sociólogos e romancistas”. Em seguida, transcreve alguns trechos da fala de um personagem negro, o médico Ananias Frago: “Vocês, brancos brasileiros – diz ele, [...] devem à nossa passividade uma fama de tolerância que os brancos americanos teriam também, se os negros da América do Norte vivessem como nós vivemos. As senzalas desapareceram, mas existem as vossas casas onde nós entramos como criados”. Para Ananias Frago, a tragédia do negro no Brasil “começa quando ele – como eu – adquire o direito de frequentar os lugares onde os de minha raça apenas abrem portas, recebem chapéus e aceitam gorjetas. [...] Sou médico e negro, [...] sinto cada dia mais intensa a realidade, vivendo entre uma sociedade que me evita” (CAMPOS, 1933, p. 4).

Para Humberto de Campos toda essa situação envolvendo o negro brasileiro era porque no momento de sua emancipação, estes se encontravam em uma situação moral e social tão degradante que quarenta e cinco anos depois, tendo que trabalhar para ganhar seu pão, ainda não haviam se organizado efetivamente para a luta. E concluía seu raciocínio da seguinte forma:

O preto educado, culto, superior, é, assim, no Brasil, mais lamentável do que seu irmão que permanece embrutecido. Este pelo menos ainda tem companheiros tirados do meio servil em que vive. O negro ilustrado, à medida que subiu, se sentirá mais triste, mais desgraçado, mais só. Na América do norte, o negro organizou-se socialmente para viver, e prosperar, à revelia do branco. Lá tem eles os seus jornais, as suas Universidades, os seus Bancos, o seu comércio, a sua agricultura, as suas indústrias, as suas artes. Uma grande artista de sangue negro poderá encher um teatro enorme unicamente com *gentlemen* da sua raça. (CAMPOS, 1933, p. 4).

Outro aspecto que merece atenção em torno do artigo de Humberto de Campos é a publicação dele nas páginas do jornal *A voz da Raça*. Quais os significados disto?

O jornal *A Voz da Raça* foi fundado em 1933, na cidade de São Paulo e circulou até 1937, o jornal é considerado um importante órgão difusor das ideias da Frente Negra Brasileira (1931-1937). Conforme a historiografia sobre “imprensa negra no Brasil”, os jornais foram cruciais nas lutas e frentes de atuação do movimento negro no Brasil. (FERRARA, 1986; DOMINGUES, 2005, 2008; CARVALHO, 2009; FRANCISCO, 2013; SILVA, 2003).

O primeiro número deste periódico informava que “este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de ideias da raça, porque as outras folhas, aliás, veteranas, por despeitos políticos têm deixado de os fazer” (A VOZ, 1933, p. 1).

Conforme se observa na próxima imagem, o periódico trazia no alto da sua primeira página a frase: “o preconceito de cor no Brasil, só nós, os negros, o podemos sentir”. Apresentava também a

imagem de um homem e da bandeira do Brasil e, em alguns números, na lateral superior, apareciam às palavras: *Deus, Pátria, Raça e Família*, além das informações sobre o editorial.

Imagem do jornal *A Voz da Raça*



Fonte: Hemeroteca Digital / FBN

A Publicação do texto de Humberto de Campos neste veículo de imprensa nos permite ter uma ideia de como seu pensamento sobre o destino da raça negra no Brasil foi recebido por parte de alguns integrantes do movimento negro que se constituía naquele período, visto que, *A Voz da Raça* era o jornal oficial da Frente Negra Brasileira, entidade fundada em 1931, em São Paulo. “Surgiu num clima de inquietações e de ansiedade, pois desde 1927 vários grupos, tendo à frente o *Clarim da Alvorada*, vinham preparando o terreno para uma organização desse tipo”. Em pouco tempo, esta associação passou a ter milhares de membros, passando a contar com um “poderoso núcleo dirigente em São Paulo e várias ramificações pelo interior e em outros Estados” (FERNANDES, 1965, p. 35).

Seu estatuto estabelecia no art.1º que a entidade tinha por finalidade a “união política e social da gente negra nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira” (ESTATUTO, 1933, p. 3).

Joaquim Pedro Kiel escreveu em *A Voz da Raça* que era intenção da Frente Negra Brasileira, difundir a “instrução e civilização, implantar as mais modernas noções de higiene, aperfeiçoar moral e profissionalmente e dar assistência médica eficiente e suficiente aos pretos brasileiros, procurando, sobretudo, infundir-lhes o patriotismo, o amor por esta terra que tanto lhes deve” (KIEL, 1933, p. 4).

Neste sentido, Florestan Fernandes (1965, p. 1), ajuda a entender o contexto em que estas discussões aconteciam no Brasil, explicando que “as transformações históricas-sociais, que

alteraram a estrutura e funcionamento da sociedade, quase não afetaram a ordenação das relações raciais herdadas do *antigo regime*. [...] mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora, iníqua e desumana”. Segundo o autor, esta situação acarretava dois dilemas sociais: o primeiro era “o dilema da absorção da ‘população de cor’ às formas de vida social organizadas imperantes na ordem social competitiva. O estado de miséria, de desorganização e de abandono, em que vivia a maior parte dessa população, precisava ser combatido e superado”; o segundo era o “dilema do ‘preconceito de cor’, ou seja, no que isso significa na sociedade brasileira, da perduração da velha associação entre cor e posição social ínfima, a qual excluía o ‘negro’, de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados) da condição de gente”.

Para Fernandes (1965, p. 2), estes dilemas “impunham-se como anomalias sociais a serem progressivamente superadas”. A reação a este problema partiu dos próprios “segmentos ‘espoliados’ ou ‘prejudicados’ da ‘coletividade’”. Assim, “sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos ‘brancos’, ergueu-se ‘o protesto negro’, [...] como processo histórico, portanto, esta se enquadra no contexto das inquietações e esperanças políticas, que culminaram com a revolução de 1930”.

A condição em que se encontrava a população negra no Brasil configurou-se como a questão central do artigo de Humberto de Campos. Questionava-se a forma como a abolição aconteceu no Brasil - “entregando os negros a própria sorte”. Essa questão também era debatida dentro movimento negro. O Jornal *A Voz da Raça*, chamava atenção para o significado da lei de 13 de maio de 1888, que segundo o editorial, somente permitiu que dali em diante os negros não fossem mais escravos: “Ora, e que aconteceu, quando estes pobres homens se viram livres do humilhante servilismo? Eram iguais aos brancos perante a lei, mas desconhecedores dos seus direitos, incapazes de preverem os reais proventos que poderiam tirar do seu trabalho”. Por este motivo os negros “continuaram a labutar estoicamente nos mais rudes serviços, sempre submissos, sempre humilhados, sempre em condições inferiores. [...] E tudo isso se dá, porque a lei que libertou os pretos não cuidou de instruir, de os elevar mental e moralmente” (KIEL, 1933, p. 4).

Outro ponto a destacar na escrita de Humberto de Campos, refere-se à presença de um discurso (existente no período) que apontava para a *anomia* em que se encontrava a maioria da população negra no Brasil nas décadas pós-abolição. No entanto, é importante registrar o surgimento de diversas ações relevantes em prol da luta no movimento negro da época, tal como, as associações existentes, dentre as quais a própria Frente Negra Brasileira. Nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, “quatro jornais representam bem a militância negra em São Paulo [...]. *O Clarim da Alvorada*, *O Getulino*, o *Progresso* e *A Voz da Raça* são símbolos do aumento do nível de politização dentro do meio negro de São Paulo” (SANTOS, 2012, p. 22).

Dando continuidade ao assunto, no dia 5 de novembro de 1933, apareceu a segunda parte do artigo de Humberto de Campos sobre “*O destino da raça negra no Brasil*”<sup>5</sup> em sua coluna do *Diário Carioca*. Seguindo a mesma linha de pensamento apontado no texto anterior, escrevia ele, que no Brasil o negro livre, encontrava-se mais deprimido do que nos tempos em que era escravo, pois antigamente quando eram escravos, “ainda se reuniam para reagir, ainda se reajustavam para lutar. Havia o mocambo, estabelecendo a solidariedade na revolta, e a senzala, renovando-a no sofrimento. Hoje, o preto só se reúne para dançar. Não possuem uma associação inteligente, nem, sequer, uma escola” (CAMPOS, 1933, p. 6).

Para Humberto de Campos, o negro vivia ainda sobre o estigma da inferioridade, o que fica bastante claro no trecho a seguir, cuja citação foi extraída do livro de Henrique Pongetti e transcrita por Humberto de Campos em seu artigo: Nesta parte, “o sr. Henrique Pongetti volta a examinar a inferioridade do negro brasileiro, e o sentimento, que dorme no seu subconsciente, dessa inferioridade”. A história narrada a seguir é de Chico Vitrola “que se fez ladrão, e que tomou esse nome pelo gênero de objeto que preferentemente furtava. Mas ele não penetra, jamais, em palacetes de luxo. Mesmo sozinho, no silêncio da noite, ele alimenta um respeito religioso pela gente branca, possuidora de fortuna” (CAMPOS, 1933, p. 6). E continua:

“Tinha vergonha da sua cor” – escreve o Sr. Henrique Pongetti – “dos seus pés esparramados de palmípede, do cheiro de suor que era a maldição da sua raça”. Só entrava, por isso, nas casas remediadas. Os palacetes opulentos ficavam para os ladrões brancos [...]. É essa, realmente, hoje, a mentalidade do negro brasileiro. A escravidão do seu corpo desapareceu. Mas ele continua cativo de alma, submisso de espírito, e temendo, ainda, involuntariamente, o feitor e o senhor. E isso por quê? Por falta de união. Por falta de guias, de orientadores, de um Moisés que os reúna, os discipline, e os conduza à Terra prometida, isto é, a uma vida melhor, em que possam tirar de si mesmos, pelo estudo e pelo trabalho, como nos Estados Unidos, os tesouros de sentimento e de inteligência de que são hereditariamente depositários (CAMPOS, 1933, p. 6).

Para o autor a situação do negro no Brasil era devido à sua desorganização social e ao sentimento de inferioridade que o impede de promover uma luta em prol de suas reivindicações. Não se percebe, no entanto, uma crítica à ordem social vigente. Seguindo esse ponto de vista, podemos inferir que não era a sociedade que deveria mudar, mas o próprio negro. E para finalizar seu pensamento sobre qual seria *o destino da raça negra no Brasil*, Humberto de Campos questionava se poderia acontecer o milagre dos negros existentes no Brasil chegarem a se organizar socialmente, “saindo da passividade e da mediocridade em que se encontram, e a que os condenou a imprevidência da monarquia, atirando-os às cidades, ignorantes e primitivos, com a Lei de 13 de Maio? Eu não creio nesse prodígio” (CAMPOS, 1933, p. 6). E explicando concluir que:

Excetuados os cinquenta ou cem pretos que se destacaram da massa étnica e vivem isolados, os negros brasileiros vão se deixando anular sem protesto, [...]. Mas não sairão da inferioridade em que vivem, nem darão à comunhão grandes figuras patrimoniais, como as deram ainda no cativo, quando o branco lhes impunha a sua disciplina com o seu convívio. E a raça negra desaparecerá, após uma agonia lenta e anônima de dois ou três séculos, absorvida pela raça dominante, cujas ondas se avolumam com a imigração, ficando apenas, da sua passagem, nos povos em que o Brasil de hoje se divide, um pouco mais de sentimentalidade na alma dos

<sup>5</sup> Ver *Diário Carioca* (n. 01613, p. 6).

homens, e uma centelha a mais, e uma tonalidade mais dourada no olhar e na tez das mulheres... (CAMPOS, 1933, p. 6).

O essencial de sua posição parece ter sido explicitado, defendia a mudança do próprio negro, que deviam se organizar para lutar, era preciso estudar e trabalhar, seguindo, o exemplo do negro americano. Muito embora, ele mesmo não acreditasse em tal feito, pois criticava a “passividade” e a “mediocridade”, que em sua opinião, vivia o negro no Brasil.

Humberto de Campos em 1933, quando publicou este artigo era um dos escritores mais lidos do Brasil com uma intensa atuação na imprensa nacional, escrevendo para vários jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e outros estados, tendo alcançado uma grande popularidade, sobretudo, a partir da divulgação do seu livro de memórias, onde construiu uma imagem de si, que o levou a ser considerado por muitos como “um exemplo de vida”, sendo possível imaginar que seus escritos tinham eco na sociedade. Neste sentido, é importante observar como seu pensamento repercutiu entre alguns integrantes do movimento negro.

A este respeito, é notável uma publicação feita pela Delegação da Frente Negra Brasileira, em *A Voz da Raça*, onde reclamava da dificuldade de conseguir marcar uma reunião com a diretoria do Grupo Cênico Visconde do Rio Branco: Foi solicitada uma reunião, “meses se passaram e um dos diretores daquele Grupo, dizia-nos continuamente não termos uma resposta pela dificuldade daquela diretoria se reunir”. No entanto, se diziam surpresos ao se depararem com uma notícia nos jornais locais, informando sobre uma reunião “daquela Diretoria, efetuada a 18 daquele mês. E do que se tratou nessa reunião? De um baile simplesmente que terá lugar no dia 7 de abril”. E continuando, reportava-se a Humberto de Campos nos seguintes termos: “com essa atitude, temos como farta de argumentos a expressão do celebre acadêmico Humberto de Campos: O negro só se reúne para dançar”. E prosseguindo com as críticas à diretoria do Grupo Cênico Visconde do Rio Branco, argumentavam que: “Aqueles Diretores, no seu frenético desejo de rodopiar gostosamente, se esqueceram de que quando os diretores de uma associação se reúnem, tratam primeiramente de cumprir um dever [...] para secundariamente quedarem para o lado das diversões” (A FRENTE, 1934, p. 2).

Percebe-se por meio desta crítica feita pela diretoria da Frente Negra Brasileira a outra entidade do movimento negro, que ela parecia estar de acordo com a ideia da “*desorganização do negro para lutar*”. Criticava-se a outra associação justamente por valoriza mais a diversão do que o dever com as entidades do movimento que representavam, corroborando assim, com os argumentos de Humberto de Campos. Em outro editorial de *A Voz da Raça*, em um texto assinado por Niger, Humberto de Campos é mencionado também em termos de concordância:

Ainda há poucos dias, o grande Humberto de Campos escrevera com toda a sua peculiar psicologia o destino a que está reservado à raça negra. Entretanto, tudo isso contemplamos. Parece, que o grande autor de Memórias, e outras obras de valor, viera até a nossa Paulicéia observar o negro em todas as suas descentralizações, somente resignado, contemplando o progresso estonteante de São Paulo, arranha céu, ficando extasiado ante tantos progresso. E mister que todos nós, lutemos de mãos dadas para o bem coletivo dos nossos irmãos que ainda não

conhece [...] os princípios básicos da ascensão nossa para o bem de todos na comunhão nacional!... (NIGER, 1934, p. 4).

Estas fontes mostram que seus escritos sobre raça no Brasil reverberava entre algumas lideranças do movimento negro paulista da época. Sobre este ponto, vale ainda mencionar outro artigo que Humberto de Campos escreveu para o jornal carioca *A Noite*, em 31 de outubro de 1934, respondendo a uma carta que diz ter recebido do “Sr. Marcos Rodrigues dos Santos, chefe-geral da Associação dos Brasileiros de Cor, fundada e mantida por um núcleo de trabalhadores santistas”.<sup>6</sup> Neste período, já muito doente e a poucos meses de seu falecimento, o escritor comentava que, esta carta o tinha feito voltar-se embora tardiamente “ao problema do negro no Brasil. E digo tardiamente porque as considerações que agora me ocorrem deviam ter aparecido antes das eleições de 14 de outubro. Publicando-as neste momento, elas deixam de constituir um conselho para se transformarem num comentário”. Neste trecho, percebe-se que o escritor e jornalista, tinha a intenção de emitir não apenas sua opinião, mas, sobretudo, aconselhar os negros (CAMPOS, 1934, p. 2).

Não foi possível ter acesso a referida carta, mas dando credibilidade ao que Humberto de Campos escreveu para *A Noite* sobre o teor deste documento é possível ter mais informações sobre a recepção de seus escritos entre as lideranças do movimento negro:

O chefe-geral da agremiação de pretos que funciona em Santos está de perfeito acordo comigo sobre a progressiva degradação do negro brasileiro, e, particularmente, sobre o erro político da abolição. Antes de 13 de maio, a raça, escrava ainda, produzia grandes figuras: ainda oferecia ao mundo um Rebouças, um Luís Gama, um Patrocínio [...]. Que é que produz, porém, hoje, o sangue negro neste pedaço de terra americana? [...]. Ninguém para retomar a lira de Cruz e Sousa. A raça abandonou, pode-se dizer, as poucas mesas de estudo que lhe haviam sido entregues, e saiu para a rua, vestida de “baiana”, ou levando à frente um estandarte de cetim azul bordado de lantejoulas, fazendo piruetas rítmicas ao rugido soturno e cavo do seu urucungo africano (CAMPOS, 1934, p. 2).

Como se observa neste segundo texto, cujo título era *O negro brasileiro* publicado em 1934, o escritor segue a mesma linha argumentativa do ano anterior. Acrescentava ainda, que “em nenhum país entre aqueles em que a raça negra se aclimatou, o branco lhe oferece tantas e tamanhas oportunidades para a sua transformação em poderosa força social e econômica, no conjunto da coletividade nacional”. Em seguida, questionava que proveitos teriam tirado disso e chamava atenção para o último processo eleitoral, pois em sua opinião se os “pretos do Brasil se tivessem confederado, e alistado os seus homens. Estes, excluindo os analfabetos, seriam duzentos ou trezentos mil. Com esse eleitorado dependente, de chefes negros, poderiam eles negociar com os políticos”. E assim, em troca de seu apoio nas urnas, poderiam solicitar: “escolas para o negro, hospitais para o negro, academias para o negro, elementos, em suma, para dar ao negro, no Brasil, uma situação equivalente à que ele conquistou nos Estados Unidos” (CAMPOS, 1934, p. 2). Neste último trecho, observar-se que o autor sugere que unidos os negros poderiam reivindicar políticas sociais voltadas especificamente para a população negra, indicando que a segregação racial poderia ser uma alternativa para o Brasil.

Sob esta questão, é importante destacar que os relatos de ex-integrantes da Frente Negra Brasileira, indicam que a orientação desta entidade era no sentido de preparar os negros para “quebrar o seu medo e a sua covardia diante do branco, para dar-lhe coragem e ousadia na

<sup>6</sup> Marcos Rodrigues dos Santos nasceu na Bahia em 1897. No período em que viveu em São Paulo se integrou a militância do movimento negro paulista se constituindo como uma de suas lideranças. De volta a seu estado de origem, foi também um dos principais líderes da Frente Negra da Bahia. Para mais informações consultar Santos (2018).

competição econômica ou na defesa de seus direitos”. Neste sentido, “não aceitavam concessões compensadas pela exclusão. Semelhante alternativa introduziria no Brasil uma segregação sistemática, ardorosamente combatida pela Frente Negra” (FERNANDES, 1965, p. 44). Defendia-se, portanto, que os negros pudessem frequentar os mesmo espaços que os brancos.

O artigo escrito para *A Noite*, em resposta ao chefe-geral da Associação dos Brasileiros de Cor, foi comentado também por outra liderança do Movimento Negro, dessa vez vinda de Uberlândia, Minas Gerais. Um artigo assinado por João Benedito Brasil, fundador e diretor da folha, *A Raça* (órgão da Legião Negra de Uberlândia). No editorial de estreia deste periódico encontra-se um artigo escrito pelo diretor com o título “*Legião Negra*” que tem início a partir de uma menção feita ao referido artigo escrito por Humberto de Campos.

A citação a seguir é bastante elucidativa da “recepção” que o pensamento de Humberto de Campos teve entre alguns integrantes do movimento negro.

Humberto de Campos o Inolvidável escritor que legou ao Brasil os frutos de uma Inteligência privilegiada, em um dos seus últimos artigos, estuda minuciosamente a situação a ação do Negro no Brasil. Depois de comentar e condenar os preconceitos que até hoje ainda existem contra o homem de cor, termina com este conceito que para aqui trasladamos: “O negro Brasil merece, entretanto destino mais alto e mais nobre. Inteligente e sentimental, ele tem no coração e no cérebro, os fatores que a civilização exige para integrar os povos no seu convívio. Pai João, que resmunga de cócoras, deve erguer-se e falar de pé. Ao lado do preto que sabe sapatear, é preciso que haja negros que saibam ler e pensar. Forme-se uma cruzada para salvá-lo da abominação e do extermínio. E foi, como que ouvindo este conselho salutar, traduzido através a nobreza do saudoso escritor maranhense que os próprios negros se congregaram e intensificaram com mais ardor a sua atividade em prol da Legião Negra do Brasil (BRASIL, 1935, p. 4).

Este fragmento é ilustrativo do sentimento que a liderança da *Legião Negra* de Uberlândia tinha pelo escritor Humberto de Campos. Faz menção ao fato de que o escritor condenava os preconceitos contra o “homem de cor” para em seguida transcrever o parágrafo final de seu artigo “*O Negro brasileiro*”. Vale destacar que ao final, João Benedito Brasil diz que foi ouvindo o *Conselho* de Humberto de Campos que os negros se “*congregavam e intensificaram com mais ardor a sua atividade em prol da Legião Negra do Brasil*”, esta é outra importante informação sobre a penetração do pensamento de Humberto de Campos dentro do movimento negro, o que torna ainda mais relevante a compreensão e discussão de seus escritos.

Contudo, é preciso registrar que, de modo geral, sua escrita tem características contraditórias. A pesar disso, as fontes localizadas apontam para uma recepção positiva de seu pensamento, pelo menos, entre algumas lideranças do movimento negro. Por outro lado, considerando as divergências de pensamento e ação existentes dentro do próprio movimento, é possível imaginar que muitas vezes podem ter discordado das considerações apresentadas por Humberto de Campos sobre o destino da raça negra no Brasil. De qualquer forma, encontramos informações de que seus artigos

chegaram à integrantes do movimento negro em São Paulo, Minas Gerais e Bahia<sup>7</sup>, sendo muito provável que tenha chegado a vários outros estados também.

Mas, apesar da aparente “sensibilidade” que Humberto de Campos demonstra, e nas palavras de João Benedito Brasil “comentar e condenar os preconceitos que até hoje ainda existem contra o homem de cor”. É preciso, registra que sua escrita memorialista esta carregada de preconceitos contra o negro, como é possível perceber nesta anotação feita em seu Diário, datado do dia 7 de maio de 1928:

Entre os atributos da beleza feminina, um dos que mais me encanta é o cabelo. Daí o horror à mulher negra. Eu me sentiria, parece, desonrado para o resto da minha vida, e sentiria engulho até a hora da minha morte, se, arrastado pelo instinto, realizasse um ato amoroso com uma mulher de cor. O que nestas, me parece repelente não é, todavia, a pele; é o cabelo. Aqueles fios encaracolados, retorcidos, em especial dão-me a impressão de coisa imunda, tirando a um animal abjeto e posta sobre o corpo humano menos como ornamento do que como castigo (CAMPOS, 1954a, p. 196 - 197).

Sobre essa questão, vale ainda mencionar outro fragmento de seu diário, desta vez um registro feito de uma conversa que teve com Edmundo Bittencourt à 24 de fevereiro de 1931:

Edmundo Bittencourt penetra, alegre, o meu quarto de doente. Desceu ontem da sua fazenda de Teresópolis, sobe hoje, e, sabendo-me enfermo, correu a ver-me. Fala-me da sua vida de lavrador, de criador, de Plantador de rosas e cravos, e da sua descrença em fazer do preto ou do caboclo brasileiro coisa que preste. – Quando eu comprei essa fazenda do Quebra-Frasco, resolvi proteger aquela pobre gente do povo, tirando-a da miséria em que vivia. Mandava comprar no Rio dúzias e dúzias de cobertores de lã, e distribuía. Fundei uma escola, e, na época das plantações, distribuía sementes pelos moradores. E sabe qual era o resultado? Comiam as sementes e iam vender os cobertores no Alto da Serra, às vezes por uma ninharia O pior, porém, foi o que deu a escola: o caboclo aprendia a ler, descia logo para o Rio, abandonando a fazenda. E os que ficaram, deram para escrever cartas anônimas com palavrões de arrepiar o cabelo! Tive que mandar o professor embora e entregar os pobres diabos ao seu destino (CAMPOS, 1954b, p. 134).

É importante assinalar que estes registros de sua escrita íntima retirados de seu *Diário Secreto* (publicação póstuma), foram anotações feitas em um período anterior a publicação dos artigos sobre raça na imprensa. Quando o escritor resolveu voltar-se publicamente para esta questão, ele já estava com a saúde muito debilitada, e demonstrando-se muito mais “sensível” aos problemas sociais de seu tempo.

De qualquer forma, é notório o interesse de Humberto de Campos pelo assunto envolvendo o negro, seja nas suas publicações na imprensa, seja em sua escrita íntima. Mas, o autor também aborda a temática em outra frente, desta vez, escrevendo para crianças. Em 1933 publicou um livro de contos infantis “*Histórias Maravilhosas*”, que fazia parte de uma coleção de livros publicados pela Biblioteca Infantil da revista *d’O Tico-Tico*. Este livro apresentava contos de cunho moral cujas narrativas buscam valorizar os “bons sentimentos” e as “virtudes morais dos personagens”. Para a presente discussão, interessa analisar um conto específico: *A festa dos pombos brancos*.

<sup>7</sup> Santos (2018), em sua dissertação de mestrado “*Em que a raça precisa de defesa?*” *A Frente Negra da Bahia (1932-1934)*, traz a informação de que o artigo de Humberto de Campos “*O Negro brasileiro*” foi publicado também no jornal *A Tarde* em Salvador-BA.

Um dia, houve no Céu uma festa, oferecida aos Pombos brancos. Era uma homenagem de Nosso Senhor ao Divino Espírito Santo, que desceu ao mundo transformado em uma Pomba cor de neve. E foram convidados todos os Pombos brancos que havia na terra. Muitos dias antes da festa, os Pombos dessa cor principiaram a reunir-se nos quintais e nos telhados, combinando o que deviam fazer par não faltar. Os que sabiam fazer roda ensinavam aos que não sabiam. Os que estavam com as penas sujas, tomavam banho uma porção de vezes por dia, afim de ficarem bem limpos, bem alvos, bem bonitos. E o ar, de manha á noite, era cortado por milhares de azas, de Pombos que voavam de pombal em pombal, convidando os amigos e parentes para irem na sua companhia. *Os Pombos negros ficariam na terra tomando conta dos borrachos. Quando Deus pôs preto no mundo foi para tomar conta de filho de branco.* Ao ter noticia do acontecimento, o Urubu ficou todo alvoroçado, também, para ir ao Céu, mentido entre os Pombos. Como, porém, havia de ser, se, além de não ser Pombo, era preto daquela maneira? (CAMPOS, 1933, p. 15). Grifos nosso.

Através deste fragmento fica bastante perceptível a ideia presente no conto: Uma clara superioridade dos pombos brancos em relação aos pretos. Chama atenção especialmente a parte em destaque, onde ele afirma que quando “*Deus pôs preto no mundo foi para tomar conta de filho de branco*”, transmitindo a ideia de que há na sociedade uma divisão das raças, justificada por uma “lei divina”. É importante frisar que este livro provavelmente foi muito lido na época, pois além de ser de autoria de um autor renomado e popular também faz parte de uma coleção infantil que tinham ampla aceitação entre as crianças que podiam ter acessos à *Biblioteca Infantil d’O Tico-Tico*.

Outro aspecto que chama bastante atenção refere-se à imagem de si que Humberto de Campos projeta nos seus escritos, sobretudo, nos que trata sobre a raça negra. Um leitor desavisado que lendo seus textos aqui citados sobre o negro no Brasil, ficará certo de que o autor de *Memórias* e outras obras é um homem branco. Como fica evidente neste trecho do artigo que escreveu para *A Noite*, em que procura justificar seu interesse de escrever sobre a situação do negro no Brasil. Mencionando novamente Marcos Rodrigues dos Santos, “chefe-geral da Associação dos Brasileiros de Cor, declara que eu não sou, na verdade, inimigo dos homens da sua raça. E é um ato de justiça o seu. Se eu desprezasse o negro, não me ocuparia tanto com ele. Escrevo sobre ele porque desejo arrancá-lo à sua condição atual” (CAMPOS, 1934, p. 2).

E continuando seus argumentos:

O leite de minha “mãe Antônia”, a negra que me amamentou quando pequeno e cujo filho eu deixei, com certeza, muitas vezes com fome, pede, tornado em sangue nas minhas veias, um pouco de simpatia para os seus irmãos infelizes. Tivesse eu saúde e mocidade, e um dos meus apostolados seria o conagraçamento dos negros do Brasil, e o seu preparo para um destino melhor. O branco, sob a alegação de uma falsa fraternidade, está, entre nós, destruindo o negro, pelo descaso, pelo abandono, deixando-o entregue a si mesmo. [...] O negro brasileiro merece, entretanto, destino mais alto e mais nobre (CAMPOS, 1934, p. 2).

E nas próprias palavras de Humberto de Campos: “Como, no Brasil, só se considera negro aquele que não encontra o menor pretexto para considerar-se moreno” (CAMPOS, 1933, p. 6). O autor de “*O destino da raça negra no Brasil*” parece sentir-se de fato um homem branco. Mas, a figura a seguir mostra uma imagem de Humberto de Campos, a qual é possível observar seus traços. O texto ao lado é a descrição de sua imagem feita por um jornalista uruguaio, Hugo Ricaldoni que o entrevistou em 1931, em virtude de uma viagem que o escritor fez como representante do Brasil no

Intercambio Intelectual com o Uruguai. A descrição aqui apresentada foi retirada do seu *Diário secreto*.

Imagem de Humberto de Campos – descrição feita por Hugo Ricaldoni.



“Enfundado em um ambo de tela tropical, que marca su cuerpo de estatura menos que mediana, pero sólida e firme. Tez mate, cabelo rizado y entrecano, flerte mentón prominente y nariz roma e bien plantada sobre el paisaje del rostro, com tono de autoridade... cordialidade nortena, Dulce y tranquila, con serena profundidad de cielo tropical”.

(CAMPOS, 1954b, p. 212).

O registro no *Diário* foi feito quando o escritor se encontrava no Paraguai, e referindo-se a matéria a seu respeito que fora publicada no *El Ideal*, jornal paraguaio diz que: “Observador meticoloso, o jornalista não esquece nenhum dos meus físicos, não olvidando, mesmo, as minhas mãos curtas de dedos grossos. [...] no decorrer do artigo há ainda outras observações curiosas sobre o meu físico” (CAMPOS, 1954b, p. 212). O jornalista Hugo Ricaldoni, o descreve como baixo, “*tez mate*”, cabelos cacheados, queixo proeminente e nariz robusto bem plantado na paisagem do rosto, com tom de autoridade...cordialidade do norte, doce e serena, com fundo sereno de céu tropical. Humberto de Campos parece ter ficado bastante impressionado com a descrição minuciosa de sua figura pelo jornalista, fato que mereceu registro em seu diário.

### **Considerações finais: as peculiaridades do racismo à brasileira**

O racismo não é velado nas defesas feitas por Humberto de Campos. Quando o autor diz que “Hoje, o preto só se reúne para dançar. Não possuem uma associação inteligente, nem, sequer, uma escola”, (CAMPOS, 1933, p. 6), é explícita a visão depreciativa em relação à capacidade intelectual e de organização política da população negra. Assim como é preconceituoso o olhar em relação às diferentes manifestações culturais de matriz africana.

Datado de 1933, o artigo “O destino da raça negra no Brasil”, infelizmente, ainda segue atual na sociedade brasileira em pleno 2021, seja pelas críticas às cotas raciais, tidas como “vantagens” e “privilégio”, seja pelo entendimento de que no Brasil não há racismo:

“Digo com toda a tranquilidade: não existe racismo no Brasil. É uma coisa que querem importar, mas aqui não existe...”Morei dois anos nos Estados Unidos,

racismo tem lá. Na minha escola, o pessoal de cor andava separado. Isso eu nunca tinha visto no Brasil. Saí do Brasil, fui morar lá, era adolescente e fiquei impressionado com isso aí...” (MOURÃO, 2020).

País em que “a mão da limpeza é negra”, os legados da escravidão no Brasil são a extrema desigualdade social e o racismo estrutural. O país que hoje identificamos como Brasil, mas que dos séculos XVI a princípios do século XIX era entendido como América Portuguesa, recebeu o maior número de africanos na diáspora. Estima-se que mais de 5 milhões de pessoas, desembarcaram compulsoriamente nos portos brasileiros, “com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862 (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 18). Diferente dos Estados Unidos, onde a escravidão se reproduzia, a forma de escravidão vigente no Brasil se alimentava do tráfico (atlântico e interno) e possibilitava um número maior de alforrias. A liberdade custou caro no Brasil. Foi paga com o sangue e o suor dos próprios escravizados.

E era a possibilidade de compra de alforria e a ideia de mobilidade que legitimavam a escravidão por aqui. Na Inglaterra, a condição para a abolição foi a indenização dos proprietários. Afinal, o direito à propriedade precisava ser resguardado no país em que a revolução industrial floresceu. No Brasil, o tráfico negreiro era ilegal desde 1831. Mas esta lei não foi respeitada. E ilegalmente, muitos foram os africanos que chegaram nos portos brasileiros. Por aqui, os senhores também acreditavam que tinham direito à indenização para que a abolição acontecesse. Eles queriam uma compensação financeira para algo que não lhes pertencia, a vida humana.

É preciso lembrar que os pilares que estruturam o Brasil foram erguidos a partir do tráfico ilegal e da escravização de seres humanos, conforme pontua a historiadora Hebe Matos, no documentário *A última abolição*, realizado em função dos 130 anos da abolição no Brasil.

As ideias racistas do artigo de Humberto de Campos seguem presentes, como uma ferida exposta. Não reconhecer a existência do racismo no Brasil é parte de mais uma faceta da perversidade e da brutalidade do racismo à brasileira.

## REFERÊNCIAS

A FRENTE Negra Brasileira e o Grupo Cênico Visconde do Rio Branco. *A Voz da Raça*, São Paulo, n. 00034, p. 2, 31 mar. 1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

A MORTE de Humberto de Campos: Realizar-se-ão, hoje, as dez horas, os funerais do eminente homem de letras. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, n. 01954, p. 1- 6, 6 dez. 1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 5 mar. 2020.

ARAÚJO, Gilberto. *Humberto de Campos: Melhores crônicas*. São Paulo: Global, 2009.

A VOZ da Raça. *A Voz da Raça*, São Paulo, n. 00001, p. 1, 18 mar. 1933. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >. Acesso em: 1 mar. 2021.

BRASIL, João Benedito. Legião Negra. *A Raça*, Minas Gerais, ano I, n. 01, p. 4, 10 nov. 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 maio 2021.

CARVALHO, Gilmar Luiz. *A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características mudanças e permanências*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: < [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05022010-145521/publico/GILMAR\\_LUIZ\\_DE\\_CARVALHO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05022010-145521/publico/GILMAR_LUIZ_DE_CARVALHO.pdf) >. Acesso em: 2 fev. 2021.

CAMPOS, Humberto de. O destino da raça negra no Brasil. *A Voz da Raça*, São Paulo, n. 00027, p. 4, 9 dez. 1933. Disponível em:< <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 1 mar. 2021>.

\_\_\_\_\_. O destino da raça negra no Brasil (conclusão). *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, n. 01613, p. 6, 5 nov. 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 mar. 2021

\_\_\_\_\_. O Negro brasileiro. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 08239, p. 2, 31 out. 1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. *Diário Secreto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954a. v. I.

\_\_\_\_\_. *Diário Secreto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954b. v. II.

\_\_\_\_\_. *Histórias maravilhosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Infantil do tico-Tico, 1933.

CAMPOS FILHO, Humberto. *Irmão X, meu pai*. São Paulo: Lúmen Editorial, 1997.

DOMINGUES, Petrônio José; HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A insurgência de ébano: a história da frente negra brasileira (1931-1937)*. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Revista Tempo, 2008.

ESTATUTO da Frente negra Brasileira. *A Voz da Raça*, São Paulo, ano I, n. 5, p. 3, 15 abr. 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 maio 2021.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Dominus Editora S.A, 1965. Disponível em: < [file:///C:/Users/marry/Downloads/Florestan%20Fernandes%20-%20A%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20Negro%20na%20Sociedade%20V2%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/marry/Downloads/Florestan%20Fernandes%20-%20A%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20Negro%20na%20Sociedade%20V2%20(3).pdf) >. Acessado em: 09/05/2021.

FERRARA, Miriam N. *A imprensa negra paulistana: 1915 – 1963*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986, pp. 235-277.

FRANCISCO, Flavio. *Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)*. 1. ed. SAO PAULO: Alameda/FAPESP, 2013.

KIEL, Joaquim Pedro. Frente Negra: Especial para A Voz da Raça. A Voz da Raça, São Paulo, n. 00002, p. 4, 25 mar. 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LEBERT, Maria de Lourdes. *Humberto de Campos*. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

NIGER. Reação. A Voz da Raça, São Paulo, n. 00034, p. 4, 31 mar. 1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MOURÃO, Hamilton. “Não existe racismo no Brasil”. Uol, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/11/20/nao-existe-racismo-no-brasil-diz-mourao-apos-morte-de-homem-no-carrefour.htm>>. Consulta em 20/11/2020.

OLIVEIRA, Almir. *Humberto de Campos: um exemplo de vida*. Salvador: Assembleia legislativa, 2017.

PICANÇO, Macário de Lemos. *Humberto de Campos*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.

SANTOS, Rael Fizon Eugenio. *A África na Imprensa negra paulista (1923 - 1937)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2012. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1592.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SANTOS, Lucas Andrade. “em que a raça precisa de defesa?” *A frente negra da Bahia (1932-1934)*. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/31920/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Santos%2C%20Lucas%20Andrade%20dos.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. D. S. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Maria Aparecida. *A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

VIEIRA, Hermes. *Humberto de Campos e sua expressão literária*. São Paulo: Cultura Moderna, (s/d).

## CIDADE, MEMÓRIA E MONUMENTO<sup>1</sup>

**Gabriel Bedin Slevinski**

Mestrando em Ciências Humanas  
Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul  
Campus Erechim  
gabriellbedin@gmail.com

**Mairon Escorsi Valério**

Doutor, Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS - Campus Erechim, RS  
maironev@yahoo.com.br

### RESUMO

As memórias são obras dos contextos políticos, sociais, culturais, econômicos de cada época. Nesse cenário, frente a complexa teia de interpretações e de possibilidades que a memória social encerra, este artigo tem como objetivo identificar discursos, símbolos, sujeitos e práticas sociais presentes em dois monumentos que celebram a memória oficial de Chapecó, SC: O Desbravador e o Monumento Chapecó 100 Anos, ambos inaugurados em datas festivas, por ocasião das comemorações de aniversário de 64 anos da cidade e de 100 anos de emancipação política e administrativa do município. Paralelo às bibliografias e documentos, o artigo se utiliza da leitura de imagem das próprias obras, bem como da fotografia. A pesquisa apontou que o desenvolvimento e o progresso de Chapecó são representados pela memória oficial, voltada para a visibilidade dos grandes feitos e heróis, deixando à margem diferentes atores e organizações: caboclos, indígenas, pequenos agricultores, mulheres, movimentos sociais, sindicatos.

**Palavras-chave:** Memória. Monumento. Representação.

### ABSTRACT

Memories are works of the political, social, cultural, economic contexts of each era. In this scenario, faced with the complex web of interpretations and possibilities that social memory contains, this article aims to identify discourses, symbols, subjects and social practices present in two monuments that celebrate the official memory of Chapecó, SC: O Desbravador and o Chapecó 100 Years Monument, both inaugurated on festive dates, on the occasion of the city's 64th anniversary celebrations and 100 years of political and administrative emancipation of the municipality. Parallel to bibliographies and documents, the article uses image reading of the works themselves, as well as photography. The research pointed out that Chapecó's development and progress are represented by official memory, focused on the visibility of great deeds and heroes, leaving different actors and organizations on the margins: caboclos, indigenous people, small farmers, women, social movements, unions.

**Keywords:** Memory. Monument. Representation.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é um recorte da Dissertação CHAPECO, MEMÓRIA E MONUMENTO, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Erechim, RS, para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

## Introdução

No desejo de compreender a cidade como espaço de memórias, a narrativa aqui se dá em torno de elementos que compõe a memória oficial de Chapecó, SC, com ênfase à colonização da área e esta alinhada ao processo social, político, cultural e econômico mais amplo, que se estende no tempo e no espaço para muito além do século XXI e das atuais fronteiras territoriais. As linhas que seguem dedicam-se, assim, em contextualizar a história de Chapecó às suas memórias e ao seu patrimônio cultural, o qual vem sendo construído desde muito antes de 1917, ano de sua instalação oficial.

Entrelaçando história, memória e patrimônio, o texto situa a memória oficial junto à historiografia local e aprofunda a ideia de uma memória oficial da cidade de Chapecó que silenciou outras memórias. Atravessados por relações de poder, os monumentos analisados simbolizam a memória oficial, privilegiando determinados grupos e práticas culturais, colocando outros em desvantagem, seja pelo silêncio ou pelo esquecimento. A narrativa se dá em torno dos discursos, símbolos, sujeitos e práticas sociais que compõe a memória oficial de Chapecó.

Chapecó, cento e três anos. No terreno da memória, qual o significado dessa história para seus habitantes? E a resposta seria simples: para que o município, a cidade, as pessoas continuem a existir. Afinal, o processo social, político, cultural e econômico a partir do qual o município foi sendo edificado está intimamente ligado às suas memórias, à valorização dos diferentes povos e das múltiplas histórias e manifestações culturais que alicerçam este que é hoje um município referência no cenário regional.

### Memória e monumento à sombra das lentes oficiais

A cidade é considerada um espaço de memórias e como tal congrega distintos elementos. Nessa perspectiva, antes mesmo de adentrar no terreno da memória, o texto insiste na relação entre história, memória e patrimônio. Na sequência, apresenta o Monumento O Desbravador e o Monumento dos 100 Anos de Chapecó, ambos inaugurados em datas festivas de aniversário do município.

A história, enquanto área de saber trata de conhecimentos produzidos sobre o passado, através de fontes históricas, documentos. Já, a memória possibilita acessar ao passado a partir dos elementos presentes. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o termo memória origina-se do grego "mnemis" e do latim, "memoria", de memor, aquele que se lembra, de uma raiz Indo-Europeia MEN-, pensar, que nos deu também mente. Para os gregos a memória estava relacionada à divindade, pois se referia à deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem

as artes e a história. Memória: faculdade de reter ideias, sensações, impressões adquiridas anteriormente; lembrança; vestígio, sinal; monumento dedicado a alguém ou em celebração de uma pessoa digna de lembrança (FERREIRA, 1986, p. 117).

Nessa linha de pensamento, a filósofa Marilena Chauí entende que a "memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais" (CHAUÍ, 2005, p. 138). Daí, a noção que a preservação da memória, da cultura, se restringe a lugares de memória denominados "museus", a casa das musas.

Nem sempre considerada pelos historiadores, pois que não é dotada de materialidade, a memória tem caráter subjetivo, afetivo, emocional e é produzida por pessoas e grupos sociais, através de lembranças, histórias de vida. É nesse entrecruzamento entre a história e a realidade, na conexão entre o aspecto individual e o coletivo, na riqueza dos detalhes cotidianos que, segundo Ricoeur (2007), as identidades, as memórias, os projetos políticos vão sendo construídos.

Esse pensamento é enriquecido pelo historiador Santiago Jr. (2015), para quem no início do século XXI, entre história e memória emerge o patrimônio como uma criação europeia capaz de englobar todas as outras invenções do passado que lhes são contemporâneas. No contraponto à existência da deusa mãe das musas, a memória, desponta o deus pai, o patrimônio, originário do latino *patrimonium*, que significa herança familiar ou do *pater* (pai), o patriarca, que, no Império Romano, como em geral em toda a Antiguidade, detinha o poder sobre a família, os escravos, os animais. No sentido mais amplo, usos, costumes, bens, posses, herança, legado de uma geração ou de um grupo social para outro. A história, por sua vez, se ocupa da memória e do patrimônio, aos quais associa-se o monumento.

Sob esse enfoque é que o conceito de patrimônio histórico aparece frequentemente simplificado, como sinônimo de monumento arquitetônico, obra que personifica determinadas memórias, lembranças do passado. Essa percepção sinaliza, porém, uma contradição na relação entre patrimônio, história e os lugares de memória, pois tanto o patrimônio como a memória são realidades presentes e não somente do passado. Ambos têm raízes no passado, mas são atuais, porque conectam a espontaneidade, a compreensão do presente à invisibilidade do passado.

Em função dessa polêmica e na tentativa de assegurar especificidades e, ao mesmo tempo, aproximações entre memória e patrimônio, a hipótese teórica levantada é que no atual quadro da historiografia, a problemática dos lugares de memória sofreu um deslocamento. Destaque-se que esse movimento da problemática dos lugares e da expansão do patrimônio está no centro do debate na atualidade.

Quanto ao patrimônio, o autor, sem pretensão de reconstruir sua grande genealogia desde o século XVI, afirma que a reverência dos monumentos no decorrer do século XX deixou de ter uma

implicação de legado, passando a ser concebido como um componente cultural de uma comunidade. O conceito ampliado de patrimônio superou, dessa forma, seu aspecto memorável para tornar pública uma composição material, simbólica e funcional de rememoração e preservação, envolvendo desde manifestações culturais (celebrações, calendários, práticas, danças, comidas, saberes) aos artefatos materiais.

Essa noção mais ampla e dinâmica de patrimônio está conectada ao conceito de cultura - hábitos, costumes, tradições, crenças, bens culturais materiais – e incorpora a memória urbana que constitui o patrimônio cultural de Chapecó, SC. Nesse sentido, as questões que envolvem a cidade, a memória e o patrimônio assumem relevância tanto em relação ao passado como na valorização do presente. A história e a memória das cidades, dos lugares, articulam-se mutuamente, pois que a memória permanece como guardião das tradições e costumes dos grupos sociais. A lembrança proporcionada pela memória permite aos sujeitos encontrarem nas imagens de seu passado o tempo presente.

No campo das Ciências Sociais, particularmente, a ideia de cidade vem se modificando, de acordo com o contexto político e histórico com qual dialoga. Inicialmente, Yves Lacoste, Dicionário de Geografia (2005), expõe que a palavra cidade tem sua origem no latim *civitate*, noção próxima de *civitas* que significa condição de cidadão. Esse vocábulo deriva de *cives*, que pode ser traduzido como homem que vive na cidade ou cidadão. Cidade associa-se também à povoação urbana, do latim *urbs*. (2005, p. 21, 80, 315). Todavia, a fim de possibilitar a compreensão acerca das dinâmicas das cidades em suas interconexões com a temática da memória e do patrimônio, o texto enfatiza concepções contemporâneas para abordar aspectos dos quais a visão tradicional não dá conta de explicar.

Nesses termos, recorre ao pensamento do geógrafo Milton Santos para refletir sobre a complexidade das cidades. Diferente de autores que discutem o conceito de cidade como sinônimo de urbano, ele estabelece diferenças e particularidades entre tais ideias. Entende a cidade como "o particular, o concreto e o interno" em contraposição ao urbano, considerado como "o abstrato, o geral e o externo" (SANTOS, 1994, p.69).

Essa ideia de oposição entre cidade e urbano encontra respaldo na crítica do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (2001) ao fenômeno urbano. Para ele, a cidade apresenta-se como um espaço marcado por uma aglomeração humana, dividida em ruas, marcada pela ausência de atividades econômicas ligadas à agricultura, que atrai, reúne e concentra pessoas. Já o urbano, diferente da realidade agrária ou da industrial, reflete outra relação espaço-tempo, não deixando lugar para o predomínio das atividades econômicas, processos sociais e costumes da cidade sobre o campo. Seus estudos apontam para um déficit sociológico do urbanismo que não compreende o

espaço enquanto socialmente produzido, evidenciando que a edificação das cidades reproduz tendências à segregação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano.

A ideia de espaço de fluxos, superando o significado do espaço dos lugares, o conceito de lugar, de caráter abstrato, impreciso, está sendo retomado e pode abrir novas perspectivas na compreensão do urbano. Parafraseando novamente Milton Santos (1994), cada lugar é um ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas (p. 18), assim como de interesses longínquos (mundiais) e próximos (locais) (p. 18-19). Todos os lugares seriam mundiais, porém, as pessoas e os lugares não se globalizariam (p.31) e a emoção seria possível apenas nos lugares.

Na visão do autor, o conceito de lugar compreende inúmeras interpretações, podendo ser visto a partir de diferentes enfoques: lugar da existência, da coexistência, da solidariedade, do acontecer solidário, da dimensão do espaço cotidiano, do singular e do subjetivo. De outro modo, não dissociado, o lugar conforma o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e da especialização dos lugares, atendendo as exigências de produção e circulação do modo-de-produção capitalista atual.

Ao dialogar com inúmeras interpretações sobre a cidade, o urbano, o mundo e o lugar, o contexto político e histórico aprimorou as apreciações sobre a questão da memória. A cidade é vista como um espaço de memórias, um lugar de representação simbólica de tempos pretéritos e de práticas culturais atuais com vistas à construção do futuro. Nos termos do debate historiográfico atual, a memória transcende aos lugares, uma vez que está sujeita às escolhas, opções, ao senso de pessoas e grupos, em meio a relações de poder. A construção da memória faz parte de um jogo, cujo desafio principal consiste em querer lembrar, valorizar identidades e elementos do passado, mas também aposta no esquecimento destas. De outro modo, o patrimônio cultural e a memória são construídos através da lembrança e também do esquecimento.

### **O patrimônio cultural material de Chapecó retratado nos monumentos**

Vinculado às lembranças, à memória, o patrimônio cultural de Chapecó é um bem a ser preservado em respeito à formação sociocultural de seu povo, à relação que mantêm com as identidades culturais, com a sua própria história. Moviada pela curiosidade de olhar de novo, saber mais sobre o cotidiano, a realidade concreta, as lembranças e também os esquecimentos que constituem a memória oficial e o patrimônio cultural do município, a pesquisa optou pelo estudo do patrimônio cultural material de Chapecó<sup>2</sup>. Todavia, pela amplitude e riqueza de significados das

---

<sup>2</sup> O patrimônio cultural material de Chapecó é constituído por nove obras: seis monumentos, dois murais e um busto. Entre os monumentos figuram: *Monumento Índio*, construído em 1978, localizado na lateral direita do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, esquina das ruas Assis Brasil com a Marechal Floriano Peixoto,

obras que integram o patrimônio cultural material de Chapecó, em número de nove, estas passaram por um recorte, sendo escolhidos os monumentos. Destes, dois foram contemplados para compor o estudo, pelo fato de retratarem a celebração da memória histórica da cidade: O Desbravador (1981) e o Monumento 100 anos de Chapecó (2017), ambos inaugurados em datas festivas, por ocasião das comemorações de aniversário de 64 e de 100 anos do município.

Evocando as origens, a palavra monumento vem do grego *mnemosynon* e do latim *moneo*, *monere*, que significa lembrar, aconselhar ou alertar. Em português, é definido como artefato, obra notável, de arquitetura ou de escultura em honra a um grande vulto ou acontecimento digno de ser lembrado (FERREIRA, 1986). Indo além, os monumentos estão imbuídos de valor espiritual (LE GOFF, 2013).

### Monumento ‘O Desbravador’

O Monumento O Desbravador (figura 1) foi idealizado pelo Lions Clube Chapecó, fundado em 31 de março de 1963. Em 1980, Victorino B. Zolet, membro do Lions Clube Chapecó e, posteriormente, da Comissão<sup>3</sup> encarregada de apresentar sugestões acerca da construção do monumento, encaminha ao então prefeito Milton Sander, partido da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, gestão 1977-1983, solicitação para instalação de um monumento em praça pública. Aceito o pedido, a comissão reuniu-se em 7 de novembro de 1980 para avaliar as condições estabelecidas pelo decreto e ao final, deliberou sobre as condições de construção da obra.

O monumento, cujo valor seria custeado pelo município, tinha como objetivo homenagear os colonos que vieram do Rio Grande do Sul habitar as terras da região Oeste de Santa Catarina, verdadeiros desbravadores, diante das inúmeras dificuldades que enfrentaram. Segundo Zolet, essa

---

anteriormente localizado no interior do estádio Arena Condá; *Monumento O Desbravador*, inaugurado em 25 de agosto de 1981, localizado na Avenida Getúlio Vargas, canteiro central da cidade ao lado da Igreja Católica; *Monumento O carreteiro marco histórico do nascimento e colonização de Chapecó*<sup>2</sup>, inaugurado em 25 de agosto de 1987, inicialmente localizado no trevo do Distrito Marechal Bormann, às margens da SC 480, em direção ao estado do Rio Grande Do Sul, cujo desgaste pelo tempo e significado, acabou por destruir a escultura; Monumento *Ângelo Sartori*, construído na gestão de 1989-1992, localizado no Parque Ângelo Sartori do bairro Palmital; Monumento *O Viajante*, construído em 1992, localizado no Terminal Rodoviário de Chapecó, na esquina das ruas Líbano com a John Kennedy, bairro Passo dos Fortes; Monumento *100 anos de Chapecó*, inaugurado em 25 de agosto de 2017, localizado no final da Avenida Getúlio Vargas. Integram os murais: *Mural Identidade*, construído em 2000, localizado na parede externa do Terminal Rodoviário de Chapecó; *Mural O Ciclo da Madeira*, inaugurado em 25 de agosto de 2001, localizado na Praça Coronel Ernesto Francisco Bertaso. A nona obra inclui o *Busto do Coronel Ernesto Francisco Bertaso*, localizado na praça que leva seu nome, em frente à Catedral Santo Antônio. (COSTELLA; FERREIRA, 2011).

<sup>3</sup> A Comissão encarregada de apresentar sugestões e providências a serem tomadas sobre a construção do monumento - local, custo para execução, entre outras -, nomeada através do Decreto GP/197/80, era composta por: Hilton Rôvere, Secretário Municipal de Educação, Cultura e Promoção Social; Osny Tolentino de Souza Filho, Secretário Municipal de Obras e Planejamento; Elvino Bedin, Secretário Municipal do Meio Ambiente; e Victorino B. Zolet, membro do Lions Clube Chapecó.

ideia inspirou-se no monumento O Laçador, construído na entrada da cidade de Porto Alegre, RS, e no troféu O Desbravador, anterior ao monumento, pois que instituído em 1977 pelo prefeito Milton Sander e produzido pelo artista plástico Paulo de Siqueira, em homenagem aos cidadãos destaque de Chapecó.

Bem ali, no coração da cidade, em frente à praça, ao lado da Igreja Católica, próxima a bancos, hospedarias, comércio em geral, no dia 25 de agosto de 1981, data em que o município comemorava 64 anos de emancipação político-administrativa, o monumento foi inaugurado. Porém, somente no dia 03 de setembro de 1985 é que este foi instituído oficialmente, através da Lei N.º 2656.

Observa-se que a data de inauguração da obra, sugerida pela comissão era 5 de maio de 1981, quinquagésimo aniversário - Jubileu de Ouro – referindo-se ao aniversário de fixação definitiva da vila de Passo dos Índios, como sede oficial do município, local onde nasceu Chapecó, em 1931. Até ali, devido a interesses tantos, a sede do município alternava-se entre Passo Bormann e Xanxerê. Porém, as circunstâncias fizeram jus ao ano de emancipação político-administrativa do município, em 1917.

Em relação particularidades da obra como: tempo, número de trabalhadores, peso da escultura e valor empregados, constatou-se que “foram necessários três meses para a sua construção, por uma equipe de oito homens. Ela pesa aproximadamente nove toneladas e teve um custo de aproximadamente de CR\$ 1.000.000.00 (um milhão de cruzeiros)” (GUISOLPHI, 2007, p. 46).

Pode-se apontar ainda outros detalhes planejados pela comissão responsável pela obra, os quais na execução foram modificados. Por exemplo, a estátua que, à princípio, seria moldada em bronze, foi feita de materiais de sucata, com os quais o artista possuía maior habilidade além do que, por estes serem de menor custo, em relação ao bronze.

**Figura 1** – Fotografia do Monumento O Desbravador, vista frontal – Chapecó, SC, 20 dez. 2020.



Fonte: acervo do autor

Edificado a partir da técnica de soldagem em sucata metálica, “a estátua em metal mede 12,7 metros, somado à sua base de concreto de 5,70m de largura, o monumento totaliza 15 metros de altura e pesa 9.000 kg” (MONEGO, 2007, p. 50). Sob o ângulo frontal, no período da manhã, o sol incide diretamente no lado esquerdo, enquanto no período da tarde o sol incide diretamente no lado

direito do Monumento. Isso reporta a posição da obra na cidade: de frente para o norte, onde se estende o centro comercial, financeiro, administrativo e a povoação.

O Monumento O Desbravador é representado por uma escultura antropomorfa de um homem em pé. Em sua mão direita, segura um machado, no qual está apoiado, enquanto na mão esquerda, com braço erguido, segura um ramo de louro. Sua indumentária é composta por um poncho, chapéu, botas, bombacha e um lenço em seu pescoço. Na cabeça da escultura, observamos outras características, como sua dimensão em menor escala, desproporcional em relação ao tamanho do seu corpo. O seu rosto é arredondado, com sobrancelhas e olhos grandes e bochechas salientes. Também possui uma barba espessa. A escultura do homem apresenta-se em uma posição altiva, com a sua perna direita posicionada mais à frente. Há representação de um poncho de forma estilizada, indiciando um movimento de vento, enquanto o rosto está voltado para a esquerda, olhando em direção a um ramo de louro, que segura na mão direita com o braço levantado. (DALLA ZEN, 2019, p. 103.).

O responsável pela execução da obra foi Paulo de Siqueira, gaúcho nascido em Soledade, RS, em 26 de julho de 1949. Autodidata nos conhecimentos em artes visuais, adquiridos através de leituras, intercâmbios e produções de obras. Esteve pela primeira vez em Chapecó em 1965, a convite da Família Bertaso, para realizar uma decoração de casamento. Mais tarde, em 1972, mudou-se para Chapecó, dando continuidade ao trabalho de decorador. Sua obra utilizava-se de diferentes linguagens artísticas. Todavia, definia-se apenas como escultor, considerando a pintura como passatempo. Suas esculturas eram feitas com refugo de materiais, como ferro, aço e alumínio. Nos anos 80, dedicou-se aos monumentos, acreditando que arte era um veículo de comunicação e de estética, devendo assim, ser acessível a todos. Falecido em 30 de julho de 1996, sua arte e seu “espírito Dom Quixote” continuam vivos em suas obras<sup>4</sup>.

Imponente e majestoso, O Desbravador está localizado na Avenida Getúlio Vargas, esquina com a Rua Marechal Floriano Peixoto, canteiro central, revela que os objetivos de sua construção foram alcançados, senão superados. A imagem, símbolo do desenvolvimento e progresso, promovido com a vinda dos migrantes sul-rio-grandenses e o início da urbanização, conquistado com trabalho duro e perseverança, em uma região inóspita de puro mato. Assim, pela sua monumentalidade e localização e, contando com ampla colaboração dos meios de comunicação e setores da sociedade, O Desbravador transformou-se em cartão postal da cidade, chamando atenção de quem por ali circule, em especial os turistas.

### Monumento Chapecó 100 Anos

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.descubrachapeco.com.br/paulo-de-siqueira>. Acesso em: 20 jan. 2021. **Texto:** J.T. | Descubra Chapecó **Fonte:** Memorial Paulo de Siqueira

O Monumento Chapecó 100 Anos foi proposto por Luciano Buligon, prefeito de Chapecó, gestão 2017-2020, em requerimento ao Conselho Municipal de Cultura, no dia 05 de maio de 2017<sup>5</sup>. Na ocasião, o executivo municipal apresentou o projeto de lei do Monumento do Centenário aos membros do referido conselho para ser apreciado. Com a aceitação dos presentes, o mesmo seguiu para a Câmara de Vereadores, para as devidas considerações.

No dia 08 de maio de 2017, o projeto de Lei 62/2017<sup>6</sup> versando sobre a edificação do monumento dá entrada na Câmara de Vereadores para ser apreciado em caráter de urgência. Logo, no dia 25 de maio, em sessão ordinária, em face de pedido de vistas para discussão e viabilidade de emendas, a decisão foi prorrogada para o encontro subsequente. De acordo com levantamento prévio realizado pelos vereadores, como no projeto não constava um cronograma de gastos, apenas estimativa de que custaria em torno de R\$ 240, 250 mil reais, o mesmo foi retirado pelo vice-prefeito Élio Cella.

Em função da tramitação negativa na Câmara, o prefeito Luciano Buligon ordenou através de decreto em 31 de maio de 2017, a construção do monumento. Em seguida, formalizou contrato junto à empresa 3MRC Eventos e Decorações<sup>7</sup>, nomeando Roberto da Silva Claussen como responsável pela obra, detalhando melhor o projeto: características do empreendimento, prazo a ser observado e valores disponibilizados, na ordem de 330 mil reais, provenientes da Secretaria de Cultura do município. (SCHMITZ, 2009). A partir dessas tratativas, o Monumento do Centenário de Chapecó foi edificado pelas mãos do referido artista em menos de quatro meses, tendo sido inaugurado, então no dia 25 de agosto de 2017, por ocasião das comemorações dos 100 anos do município.

A obra suscitou polêmicas entre a população, iniciando pelo decreto do executivo, sob argumentos de atraso na autorização da Câmara de Vereadores, ausência de licitação pública para a realização da obra, às motivações que justificassem o empreendimento e, sobretudo, a pressa na edificação deste. Em três meses, aproximadamente, o projeto foi apresentado ao Conselho

---

<sup>5</sup> CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ. Gabinete da Prefeitura Municipal de Chapecó. *Ata (004) da reunião realizada no dia cinco de maio de 2017*. 7 p. Disponível em: <https://goo.gl/zTJdVe>. Acesso em: 22 jan. 2021.

<sup>6</sup> PREFEITURA DE CHAPECÓ. Projeto de Lei n. 62, de 05 de maio de 2017. *Autoriza o Executivo Municipal a erigir monumento em comemoração ao centenário do Município de Chapecó e dá outras providências*. Chapecó, mai. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/R4Z6x5>. Acesso em 22 jan. 2021.

<sup>7</sup> PREFEITURA DE CHAPECÓ. Contrato n. 363, de 01 de junho de 2017. *Instrumento público de contrato que celebram a Prefeitura municipal de Chapecó e a empresa 3MRC eventos e decorações LTDA –ME*, Chapecó, jun. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Ey8PXb>. Acesso em 20 jan. 2021.

Municipal de Política Cultural, passou pelo legislativo, transformou-se em decreto e o monumento foi construído e inaugurado.

Observe-se, contudo, que a rapidez com que a obra se concretizou não foi sinônimo de concordância de ideias, consenso entre a população. Tanto que o prefeito Luciano Buligon teve de utilizar-se dos meios de comunicação social para tentar rebater as críticas, do início ao fim da obra. Justificava ele que era preciso correr contra o tempo, pois a data em que o município completaria seu centenário se aproximava, sendo preciso, portanto, marcá-lo definitivamente e ninguém melhor do que o prefeito da cidade para realizar uma obra dessa magnitude.

Segundo o Prefeito, em entrevista concedida ao Jornal Diário do Iguaçu no dia 07 de junho de 2017<sup>8</sup>, o Monumento, localizado no canteiro central do Loteamento Avenida, no Bairro Bom Retiro, em posição frontal ao Desbravador, assentado num pedestal de três metros e meio de altura, foi construído para homenagear e agradecer os pioneiros que trabalharam incansavelmente pelo desenvolvimento de Chapecó.

**Figura 3** – Fotografia do Monumento 100 anos de Chapecó, vista frontal. Chapecó, SC, 20 dez. 2020



Fonte: Acervo do Autor

O executor do monumento é Roberto da Silva Claussen, nascido em 11 de março de 1966, em Niterói, Rio de Janeiro, é designer, ceramista e artista com vinte e cinco anos de carreira. Autodidata, trabalha com diversos tipos de materiais: ouro, prata, bronze, pedras, alumínio, ferro, aço, cerâmica e madeira. Utilizando-se de várias técnicas o artista passa do figurativo para o abstrato com sutileza. Trabalhando na perspectiva sustentável, a qual ele denomina de “eco arte”, pois explora os cinco elementos - terra, água, fogo, ar e amor, suas produções são reconhecidas internacionalmente, em mais de trinta países. Sua obra figura ao lado de Bruno Giorgio e Alfredo Ceschiatti, no Palácio do Planalto, em Brasília. O artista também possui obras no acervo da Galeria

<sup>8</sup> PICCINI, Audrey. Monumento do Centenário: Bertaso, de Nes e Bodanese eternizados na Getúlio. *DI Online*, 07 de jun. de 2017. Disponível em: <http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/monumneto-do-centenario-bertaso-de-nes-e-bodanese-eternizados-na-getulio-vargas-34947>. Acesso em: 04 mar. 2018.

do Vaticano, em acervos públicos da Bélgica e Países Baixos, devidamente catalogadas. Seu trabalho lhe concedeu inúmeras premiações, entre elas o título de Comendador de Arte pela Instituição Carlos Gomes, concedido pela embaixada brasileira na Itália<sup>9</sup>.

As personalidades ilustres que habitam a memória oficial de Chapecó e, por isso mesmo, compõem o monumento que marca o centenário da emancipação político administrativa de Chapecó são (da esquerda para direita): Ernesto Francisco Bertaso, o colonizador; Plínio Arlindo de Nes, o industrial e Aury Luiz Bodanese, o cooperativista. Desse modo, estes representam os três grandes pilares do desenvolvimento de Chapecó: a colonização, o cooperativismo e o processo de industrialização.

Pela ordem cronológica, o primeiro homenageado a que o texto se refere é Ernesto Francisco Bertaso, nascido na cidade de Veronela, na província de Verona, no dia 24 de setembro de 1874, filho de Serafim Bertaso e de Veneranda Benetti Bertaso. Conheceu o Brasil aos 9 anos de idade quando da vinda de seus pais para o país. No Brasil, se casou com Zenaide Ballista Bertaso, pai de 04 filhos, tendo nacionalidade brasileira reconhecida em 28 de fevereiro de 1941, anos antes de falecer em 14 de fevereiro de 1960.

No país sul-americano sua família residiu em Santa Maria, RS, e, posteriormente, migrou para a cidade de Porto Alegre, RS, onde, desde jovem, Ernesto desenvolveu suas habilidades ligadas às atividades comerciais, ocupando por 30 anos a profissão de caixeiro viajante.

No início do século XX, à frente da Companhia Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, gerenciou e explorou a ocupação do Oeste de Santa Catarina. Sua empresa encaminhou para a região por volta de 8.000 famílias, que segundo seus próprios cálculos, em média, detinham 5 membros cada, totalizando um número próximo a 40.000 mil pessoas. Segundo sua percepção os migrantes eram,

[...] na sua maioria ítalo-brasileiros, vindos do Estado do Rio Grande do Sul, havendo grande parte do nosso caboclo, não existindo colonos estrangeiros. O número de famílias que moram dentro da colonização é calculado em cerca de mil, havendo em média cinco pessoas em cada família. (PIAZZA, 1994, p. 260).

Evidencie-se que o elevado o título de coronel é uma denominação que remonta à criação da Guarda Nacional no Brasil Imperial e cabia sempre às pessoas influentes do lugar, não necessariamente latifundiários, mas, proprietários de terra e outros bens de fortuna, detentores do poder econômico e político e da confiança do governo. Com a proclamação da república e o fim da Guarda Nacional, os coronéis mantiveram o prestígio e respeito que haviam conquistado,

---

<sup>9</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto\\_Claussen](https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Claussen). Acesso em 25 nov. 2020.

preservando a troca de favores e, dessa forma, mantiveram sob sua "proteção" uma série de afilhados, em troca de obediência.

Seja, então, à vista de suas posses, atuação e importância na comunidade que “o ex-caixeiro-viajante gaúcho Ernesto Francisco Bertaso, colonizador e industrial madeireiro, comprou o título de militar-coronel-da Guarda Nacional: Diploma de Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional, [...]” (HASS, 2000, p. 67), congregando nessa inscrição atributos pessoais e influência política dignas do posto de coronel.

Lembrado pelos moradores mais antigos de Chapecó como um coronel bonzinho, homem de virtudes, patrocinador de causas sociais, sempre disposto a ajudar na comunidade, grande parte “dos terrenos dos estabelecimentos públicos, religiosos, filantrópicos e de entidades com fins recreativos e esportivos foram doados pela Colonizadora Bertaso” (SILVA APUD HASS 2000, p. 68), preocupada com a infraestrutura das localidades e com o progresso da povoação.

Vale destacar que as homenagens rendidas ao coronel Ernesto Francisco Bertaso se justificam pelo seu papel, dito pioneiro, na colonização, garantindo a ocupação e povoamento da região Oeste de Santa Catarina. No entanto, textos apontam que outras figuras tiveram contribuição nessa missão.

[...] Não seria possível um trabalho de desbravamento e colonização, como efetuado por Ernesto F. Bertaso, numa área bem afastada dos meios políticos e administrativos, onde, ainda, existia o indígena, e outros posseiros, se não houvesse a ação pertinaz de esclarecimento e de conciliação desse espírito superior que foi o Dr. Antônio Selistre de Campos. (PIAZZA, 1994, p. 260).

Em 1931, Antonio Selistre de Campos se tornou Juiz de Direito na comarca de Chapecó, função essa que exerceu por 26 anos, dedicando-se à defesa dos Kaigángs na região. Foi um dos fundadores do Jornal a Voz de Chapecó e da primeira escola para indígenas na cidade de Chapecó no ano de 1937, onde as aulas eram ministradas pelo Kaigang Felicíssimo Belino. Na década de 70, o Museu da cidade de Chapecó ganhou o nome de Antonio Selistre de Campos, porém, seu papel na relação com os indígenas ainda é silenciado. (MANFROI, 2008).

O coronel Ernesto Bertaso faleceu em 1960, aos 85 anos, mas suas memórias continuam presentes, sempre lembrado como o fundador da cidade de Chapecó (SC), e prestigiado na historiografia tradicional de viés positivista pelo seu trabalho e pioneirismo. (PIAZZA, 1994).

Diferentes administrações municipais de Chapecó (SC) conferiram-lhe homenagens: praça da cidade que leva o seu nome, construção de busto localizado na mesma praça, tombamento em nível municipal das suas duas residências – Casa Histórica da Família Bertaso, via decreto n. 23.949, de 7 de abril de 2011, e Residência “Vila Zenaide”, conhecida como “Casa do Coronel Bertaso” ou “Castelinho”, pelo decreto n. 36.196, de 20 de dezembro de 2018 – e o Monumento aos 100 anos de Chapecó. (DALLA ZEN, 2019, p. 150).

O segundo cidadão condecorado é Plínio Arlindo de Nês<sup>10</sup>, nascido na cidade gaúcha de Encantado, no ano de 1921. Com apenas 21 anos de idade, 1942, migrou para Santa Catarina aos em busca de novos horizontes. Considerado político habilidoso, empresário bem-sucedido, homem de negócios, sua história é marcada por experiências distintas, particularmente no mundo empresarial. Foi administrador do setor de importação de refrigeradores e do setor madeireiro no meio Oeste catarinense. Destacou-se como fundador e primeiro presidente do Frigorífico Chapecó. (CHAPECÓ, 1997).

Além de sua atuação no mundo empresarial, transitou no espaço político com desenvoltura, elegendo-se vereador e prefeito de Chapecó, deputado estadual de Santa Catarina, e exercendo a função de Secretário Estadual dos Negócios do Oeste. Paralelo as isso, foi presidente da fundação hospitalar e assistencial da cidade e membro fundador da Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste - Fundeste.

E, por saber da importância do conhecimento para o desenvolvimento econômico e social, uma vez no cargo de Secretário do Oeste, defendeu a criação da universidade sediada na “Capital do Oeste”, Chapecó. Para isso, exerceu influência junto a prefeitos e lideranças, colocando a Secretaria do Oeste como a parte mais interessada. Todavia, os mais interessados no processo, professores e intelectuais da região, foram deixados de lado nas discussões, vindo a saber da criação de uma universidade na região oeste através da imprensa.

Plínio, em entrevista concedida a Associação Comercial e Industrial de Chapecó, no ano de 1991, destaca que sua trajetória empresarial iniciou muito cedo, quando ainda criança, como engraxate, em determinada oportunidade, agenciou outras crianças para trabalhar enquanto o mesmo gerenciava os pagamentos e os trocos, o que facilitaria o trabalho dos demais. Por essa dedicação, cobrava dos parceiros 50% do preço final, como taxa de administração. (CHAPECÓ, 1997).

Sua formação escolar foi realizada em diferentes instituições, iniciou sua trajetória educacional no Internato Marista Imaculada Conceição em Guaporé-RS e pelo Colégio São Luís em Lageado – RS, onde obteve diploma de Guarda-livros. Plínio realizou ainda o curso de contador no Liceu São Luiz em Santa Cruz-RS e foi aprovado na faculdade de Ciências Econômicas e Políticas de Porto Alegre, porém, realizou apenas um semestre da graduação.

---

<sup>10</sup> A biografia de Plínio Arlindo de Nês constam no livro ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CHAPECÓ. *História Empresarial Vivida*. Chapecó: Grifos, 1997, e em MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Plínio de Nês. 2019. Disponível em: <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/810-Plinio\\_de\\_Nes](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/810-Plinio_de_Nes)>. Acesso em: 23 jan. 2021.

No mundo empresarial, sua primeira experiência foi na Rádio Garantia, importadora de refrigeradores, na cidade de Encantado – RS. No entanto, devido as dificuldades alfandegárias, ocasionadas pelo contexto da 2ª Guerra Mundial, Plínio teve de demitir seus vendedores e assumir a representação de seus produtos. Com isso, conheceu boa parte do oeste catarinense que, na época ainda era visto como local isolado e flagelado pela violência.

E escolhi o Oeste de Santa Catarina. Por quê? Porque se disse que aqui tinha todos os índios. Disseram que tinha as trincheiras das revoluções em Xanxerê, enfim, uma floresta que saía do Rio Uruguai até perto de Joaçaba. E eu pensei: é lá que eu vou! Eu vou lá porque pouca gente me conhece, só alguns de Faxinal, não vão saber se eu saí de uma penitenciária ou se eu saí de um seminário. E vou fazer esse meu projeto de vida de fazer alguma coisa de sentido comunitário. (CHAPECÓ, 1997, p. 165).

Após gerenciar diferentes negócios do setor madeireiro no meio Oeste catarinense, Plínio é convidado pelo colonizador Ernesto Bertaso e pelo gerente do Banco do Brasil Nadir Dutra Salles, para construir um frigorífico na cidade de Chapecó, a qual, na época, segundo ele, era vista como local violento e inseguro, marcada por acontecimentos trágicos, como o linchamento dos irmãos Lima.

Assim, no ano de 1952 foi fundada a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), empresa a qual Plínio presidiu até 1988. O crescimento do negócio ocorreu paralelamente à ampliação do capital político do seu administrador e presidente. Destaque-se que Plínio, após ter sido eleito vereador, em 1946, foi alçado a posição de prefeito em 1956, deputado estadual em 1962 e Secretário de Estado da Secretaria dos Negócios do Oeste entre 1969 a 1975. Sobre uma suposta vocação para os negócios e a política, ele mesmo afirma:

[...] eu sempre fui empresário e fui político. Eu acho que o empresário deve participar da política. Porque se nós deixarmos como está dizem “que pior não fica”, mas fica! O empresário deve participar na política, mas sem pensar de fazer carreira política, ele continua sendo empresário. [...] Então, eu acho que o empresário tem que participar, eu acho que aqui em Chapecó o empresário tá muito omissos aquilo que se passa na política de Chapecó. (CHAPECÓ, 1997, p. 182).

Nessa perspectiva de valorização da participação política, Plínio Arlindo de Nês foi gerente-proprietário da Rádio Garantia, em Encantado (RS), de 1940 a 1941; chefe da empresa Migliorini e Cilier, em Faxinal dos Guedes (SC), entre 1942 e 1944; gerente-proprietário da Madeireira Itaoste, de 1943 a 1951; fundador da S.A. Indústria e Comércio Chapecó, em 1952, e presidente até 1988; fundador e primeiro presidente da Cooperativa de Consumo Chapecó Ltda, em 1960; membro do conselho fiscal da Sadia Avícola S.A., de 1976 a 1977; presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC, de 1976 a 1979; sócio-gerente da Cachoeirinha Agropecuária

Ltda, de 1979 a 1990; presidente do conselho de Administração da Chapecó Alimentos, de 1988 a 1991; e presidente do Conselho de Administração da Chapecó Avícola S.A., de 1976 a 1991. (DALLA ZEN, 2019).

Foi também um dos criadores da Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste, onde, como presidente da fundação, formou-se na primeira turma de pedagogia da instituição no ano de 1972. Plínio faleceu no dia 7 de fevereiro de 1995, deixando diferentes marcas na cidade de Chapecó-SC.

A sua participação na vida econômica, política, educacional e cultural do município o consagrou na memória de Chapecó e rendeu-lhe inúmeras homenagens e condecorações, na vida e também na morte, por parte de diferentes setores e em diferentes esferas, desde o município, o estado e o país. Seu nome está presente em rodovia, avenida, rua, Centro de Cultura e Eventos de Chapecó e, por último, sua presença no Monumento do Centenário de Chapecó.

O terceiro nome que dá forma ao monumento é Aury Luiz Bodanese, cujo nascimento deu-se no dia 03 de julho de 1934, na cidade de Erechim-RS. Filho de agricultores migrantes de Guaporé-RS, residiu boa parte de sua infância na cidade de Erval Grande-RS, local onde estudou até o 6º ano do ensino fundamental.

Meu pai foi operário, colono, carpinteiro e pequeno comerciante. Eu, na minha infância, estudei até o segundo ano do ginásio, na época – seria o sexto ano agora – não por falta até de recursos para estudar, por má vontade mesmo. Vendi bala na rua, engraxei sapatos, distribuí jornal. Dos quatorze anos em diante, fui motorista de caminhão. Em cinquenta e um, cinquenta e dois, fui servir no exército. Eu acho que todo brasileiro deveria servir o exército. Pelo menos na minha época se aprendeu alguma disciplina. (CHAPECÓ, 1997, p. 16).

Após sua passagem pelo exército, Aury, junto aos irmãos, influencia sua família a migrar para Santa Catarina, em busca de novos horizontes comerciais. Estabelecem residência no distrito de Alto da Serra, interior do município Chapecó-SC, iniciando suas atividades na compra e venda de cereais.

Em uma das passagens mais emblemáticas, na entrevista que concedeu à Associação Comercial e Industrial de Chapecó, no dia 26 de abril de 1991, Aury descreve como foi o início de seu envolvimento com a Cooperativa Alfa, negócio que esteve à frente durante anos. Segundo seu depoimento, sua trajetória na Alfa inicia a pedido do gerente do Banco do Brasil à época, Aristemes Zanchet. Segundo ele, naquele momento seus negócios em Serra Alta, interior de Chapecó, enfrentavam dificuldades financeiras.

[...] comprava e vendia cereais, o forte na época era feijão. Mandava para o Rio de Janeiro, São Paulo, e senti que eu estava sendo explorado. Então, pensei, eu vou fazer o que os outros fazem pra mim. Vou morar em São Paulo, abrir uma

representação lá, e vender esses produtos para os outros comerciantes. Mais ou menos em sessenta e sete, fui acertar minhas contas com o Banco do Brasil, e o gerente na época era o Aristemes Zanchet, eu disse: “- Zanchet, eu vou embora pra São Paulo.” Ele disse: “- Não, você vai ficar aqui!” Eu disse: “- Não, mas eu vou ficar aqui por quê?” Ele disse: “- Você vai assumir a presidência da cooperativa.” “- Pô, mas esse negócio vai dar certo?” – “não, se tiver boa vontade vai dar certo!” Eu realmente acabei assumindo, porque a família ia embora, e um pouco porque eu tinha amor a terra mesmo. (CHAPECÓ, 1997, p. 17).

Constata-se que a liderança por ele empreendida na área econômica o projetou também para o mundo da política, tendo sido eleito vereador de Chapecó entre os anos de 1967 e 1971. Aury destacou-se, assim, pela coordenação das atividades ligadas às cooperativas na região Oeste de Santa Catarina, as quais estavam passando por dificuldades financeiras naquele tempo. Segundo Dalla Zen (2019),

[...] Em 1969, junto de representantes das comparativas da região oeste, iniciou as atividades da Cooperativa Central Aurora Alimentos, da qual também assumiu a sua presidência. No ano de 1974, participou da articulação da criação da Cooperalfa, que resultou na fusão entre as cooperativas de Chapecó e Xaxim. Ainda em 1975, colaborou com a fundação de uma Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina. Esteve no cargo de presidente da Cooperalfa até 1997. (p. 151).

Aury Luiz Bodanese, recebeu homenagens, ainda em vida, como Cidadão Emérito Catarinense, Honorífico Cidadão dos municípios catarinenses de Chapecó, Maravilha, Xaxim e Águas de Chapeco. Fez parte de diferentes conselhos, entre eles o Conselho Estadual de Cooperativas do Estado de Santa Catarina OCESC e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Foi ainda presidente da Federação das Cooperativas Agrícolas do Estado de Santa Catarina. Faleceu no ano de 2003, aos 69 anos de idade, na cidade de Chapecó-SC.

Com esta breve descrição das biografias destes homens representativos homenageados nos monumentos - O Desbravador e o Monumento do Centenário – o texto ocupa-se em mostrar o esforço de preservação e consolidação de uma memória oficial que identifica Chapecó ao desbravador, enquanto representante de elite econômica e política local. Uma memória que joga luz a estes homens expressivos, fazendo deles heróis titânicos de uma epopeia coletiva.

À vista disso, importa reconhecer que o sentido desta memória é manter a ordem social dominante, o *status quo* que cultiva na coletividade a reverência pela elite econômica, política e social local. Trata-se de uma memória que lança no esquecimento os dominados, as classes subalternas, as raças inferiores, ou seja, todos aquele que ficam na penumbra dessa memória oficial, que não reconhece o papel dos homens e mulheres comuns, dos indígenas, dos caboclos. Uma memória que sufoca uma história de conflitos, violência, dominação clientelista, agressiva. Trata-se de uma memória em que aqueles que fazem a história, seus protagonistas, são apenas aqueles cuja história se identificam com esses homens ilustres.

## Conclusão

No decorrer da pesquisa, evidenciou-se que a história da colonização de Chapecó, inserida no contexto da região oeste catarinense e do sul do Brasil, vem sendo contada segundo os olhares dos colonizadores e dos coronéis. Estes, mergulhados na perspectiva eurocêntrica, vêem-se no direito de representar a si mesmos, segundo suas próprias verdades. Relatam, assim, a história do município a partir de sua própria vinda, como bravos colonos imigrantes do Rio Grande do Sul. Descendentes de alemães e italianos, características que por si só já os colocam numa posição privilegiada, vêm para um sertão inóspito trazer o desenvolvimento econômico e o progresso para a região, como se esta Terra já não estivesse sendo habitada por indígenas e caboclos.

Nesses termos, o contexto histórico no qual Chapecó está inserido, privilegia a memória do desbravador/colonizador europeu. Note-se, essas narrativas não somente legitimam como também naturalizam o quadro de violência a que indígenas e caboclos tiveram de sujeitar-se, espoliados de sua cultura, de suas terras, roubados de si mesmos. E os monumentos visam a perpetuação dessa ordem.

À vista disso, foi possível constatar que no cenário de Chapecó, as obras monumentais O Desbravador (1981) e Chapecó 100 Anos (2017), podem ser comparadas aos grandes monumentos edificados no século XIX para homenagear heróis nacionais, e episódios de celebração da nação, a fim de legitimidade a ascensão de um novo modo de organização política que estava surgindo, o estado-nação.

Da mesma forma que a elite crioula precisava inventar a nação, criar seus heróis, inventar uma história sacra e oficial, legitimando, assim, sua posição como controladora do poder político e do poder econômico dos novos estados nações latino-americanos, a elite chapecoense, particularmente diante da obra o Desbravador, tinha necessidade de divulgar publicamente sua história, fabricar seus heróis, comprovando, desse modo, sua supremacia no domínio do poder político e econômico local. O monumento Chapecó 100 Anos, por sua vez, mesmo que passadas aproximadamente quatro décadas, foi igualmente construído sob tais prerrogativas.

A história de Chapecó foi e está sendo escrita à muitas mãos, marcadamente no embate entre tecnologia e lembrança, traço, vestígio e, sobremaneira, através da luta entre a memória hegemônica e a dos silenciados, entre a oficial e as muitas memórias plurais sem visibilidade. Esse confronto foi sendo evidenciado no desenrolar da pesquisa e revelou que no terreno da memória estão em jogo questões de poder, o que faz com que a memória de um grupo específico seja válida para representar a memória de todos. Trata-se, no entanto, de imposição histórica da memória

hegemônica dos setores oligárquicos sobre as demais. Ou seja, em Chapecó as memórias, as marcas, os traços do desbravador/colonizador europeu, ainda são muito fortes.

Relacionados com o processo de formação de identidades (e de diferenças), que dividem o mundo social (SILVA, 2003), os monumentos revelam (e também escondem), anunciam (e igualmente silenciam) memórias, lembranças (e esquecimentos), emoções, em torno da história da colonização e do desenvolvimento de Chapecó. Elegê-los, portanto, como objeto de estudo requer problematizar as representações sociais que circulam nesses espaços, as verdades e projetos ali defendidos pelos diversos grupos, de acordo com seus ideais de sociedade, do que a obra em si mesma, por imponente e grandiosa que ela se apresente.

Desse modo, o artigo é um convite ‘a leitura sempre nova sobre o tema das memórias em suas vinculações como os monumentos e as representações de classe, gênero, etnia, entre outras marcas de desigualdade nesses espaços perpetuadas. Tão importante quanto a pesquisa, é duvidar, perguntar, desconfiar do que é tomado como natural, dialogar, enfim, com as contradições do presente.

## REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed da UNICAMPI, 2004.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDÚSTRIAL DE CHAPECÓ. *História Empresarial Vivida*. Chapecó: Grifos, 1997.

BELLANI, Eli Maria. *Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950)*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CAMPOS, Índio. *Os colonos no rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense*. Campina Grande: UFPB, 1987. Dissertação de Mestrado.

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 6 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CARBONERA, Mirian et al (Orgs). *Chapecó 100 anos: histórias plurais*. 1. ed. Chapecó: Argos, 2017.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luis; LINO, Jaisson Teixeira. Um passado Distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al (Orgs). *Chapecó 100 anos: histórias plurais*. 1. ed. Chapecó: Argos, 2017. p. 19-58.

COSTELLA, Oracílio; FERREIRA, Claudir. *Diagnóstico das Esculturas e Obras de Arte do Município de Chapecó – SC*. Secretaria de Cultura. Jul. 2011. Acervo do Museu de História e Arte de Chapecó.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. RJ: Nova Fronteira, 2 ed., 1986.

- FIN, Neocy. *Vida e obra de Paulo de Siqueira*. 1997. Monografia (Pós-Graduação Latu Sensu em Arte-Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1997.
- GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. 544 p. Tradução de Bernardo Leitão.
- HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965*. Chapecó: Argos, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956*. ed. rev. Chapecó: Argos, 2003.
- IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html>. Acesso em 04 de novembro de 2020.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, nº 10, pp. 07-28, São Paulo, 1993. Disponível em:
- PAIM, Elison Antonio. *Industrialização e educação*. Chapecó: Argos, 2003.
- PELUSO, Victor A. A evolução da cidade de Chapecó: do povoado ao centro regional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1982/83, 3ª fase, n. 4*.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. PA: BRDE/Pallotti, 1982.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. RJ, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. RJ, v. 5, n.10, 1992, p. 200-215.
- POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, FUNDESTE, n. 7, p. 47-88, 1991.
- RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al (Orgs). *Chapecó 100 anos: histórias plurais*. 1. ed. Chapecó: Argos, 2017. p. 59-105.
- \_\_\_\_\_. Um olhar sobre a colonização da fronteira Sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo. (org.). *História da Fronteira Sul*. 1. ed. Porto Alegre; Chapecó: Letra & Vida; UFFS, 2015. p. 146-166.
- RENK, Arlene. *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Identidade comunitária*. Separata. Chapecó: Argos, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A luta da erva: um ofício da nação brasileira no oeste catarinense*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região oeste. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 10, p. 7-16, 1995.
- SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, jan.- abr. 2015.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed., 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Plínio de Nês*. 2019. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/810-Plinio\\_de\\_Nes](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/810-Plinio_de_Nes). Acesso em: 24 ago. 2020.

PICCINI. Audrey. *Monumento do centenário: Bertaso, De Nes e Bodanese eternizado na Getúlio*. *Diário do Iguçu*. Chapecó, 07 jun. 2017. Disponível em: <http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/monumento-do-centenario-bertaso-de-nese-bodanese-eternizados-na-getlio-vargas-34947>. Acesso em: 13 jun. 2020.



## LONGE DOS OLHOS, LONGE DO CORAÇÃO: O PROCEDIMENTO INQUISITORIAL NA SOCIEDADE COLONIAL MATO-GROSSENSE

**Romyr Conde Garcia**

Docente do curso de ciências jurídicas da UNEMAT, campus de Barra do Bugres  
Doutor e Mestre em Ciências, área de concentração História Econômica, pela USP  
Coordenador do projeto Processos Inquisitoriais: Direito e História durante a sua vigência  
romyrconde@unemat.br

**Daniel Vieira Gonçalves**

Acadêmico de Direito na UNEMAT, campus de Barra do Bugres  
Membro do projeto Processos Inquisitoriais: Direito e História durante a sua vigência  
vieira.daniel@unemat.br

### RESUMO

O presente artigo visa a apresentar os resultados de um projeto de pesquisa — realizado na Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Barra do Bugres, entre 2017 e 2019 — que consistiu no estudo de seis processos, de fatos e partes mato-grossenses, que tramitaram perante o Tribunal do Santo Ofício, vinculado à Inquisição de Lisboa. O estudo, dividido em duas partes, começou bibliográfico, voltado à absorção de conhecimentos teóricos e práticos, e, após, seguiu uma metodologia documental relacionada com a leitura, a transcrição e a análise dos processos estudados. O projeto foi supervisionado pelo prof. dr. Romyr Conde Garcia, sendo que o processo de transcrição foi orientado pela prof.<sup>a</sup> ma. Maria Margareth Costa de Albuquerque Krause. Ao final da pesquisa, foi possível avaliar que o Tribunal do Santo Ofício, erigido para combater as heresias, foi, aos poucos, tornando-se um órgão administrativo da Igreja Católica, e que a distância entre a capitania de Mato Grosso e a Metrópole talvez não fosse apenas geográfica.

**Palavras-chave:** Tribunal do Santo Ofício; Brasil colônia; Direito canônico.

### ABSTRACT

This article aims to present the results of a research project carried out at the State University of Mato Grosso, Barra do Bugres' campus, between 2017 and 2019, on the Inquisition in Mato Grosso. The project consisted of studying six cases, whose facts and parts are from Mato Grosso, which were processed at the Tribunal of the Holy Office, linked to the Lisbon Inquisition. This study is divided into two parts. The first, bibliographic, focused on the absorption of theoretical and practical knowledge. The second, in turn, followed a documentary methodology related to the reading, transcription and analysis of the studied processes. Prof. Romyr Conde Garcia, Ph.D., supervised the research and the prof. Maria Margareth Costa de Albuquerque Krause, M.Sc., oriented the transcription process. At the end of the research, it was possible to assess that the Tribunal do Santo Ofício, built up to combat heresies, gradually became an administrative body of the Catholic church. It was also possible to realize that the distance between the captaincy of Mato Grosso and the Metropolis was perhaps not just geographical.

**Keywords:** Tribunal of the Holy Office; Colonial Brazil; Canon law.

### Introdução

Há muito se sabe que o direito é uma construção histórica. Desse modo, entender o momento jurídico atual envolve a compreensão da evolução dos institutos e pensamento jurídicos que o compõem, sendo essa uma das principais justificativas práticas para o estudo da história do direito.

A análise dessa evolução é feita a partir de fontes primárias e fontes secundárias. Assim sendo, é essencial que haja um trabalho de busca e preparação com relação às fontes primárias (normas) e secundárias (comentários às normas) para que a análise jurídica dos institutos se torne possível e não anacrônica.

Para a execução do projeto de pesquisa “Processos Inquisitoriais: Direito e História”, foram utilizados como fontes primárias seis processos inquisitoriais de habitantes da Capitania de Mato Grosso no século XVIII, particularmente processos de bigamia, sacrilégio e justificação.

O projeto aqui abordado consistiu em um estudo multidisciplinar, com pesquisadores das áreas de Ciências Jurídicas, História e Língua Portuguesa, e realizou um estudo histórico do direito canônico português e da sua aplicação na inquisição em Mato Grosso num determinado período histórico, buscando fazer contrapontos com a evolução do direito no Brasil, seja para os direitos público e privado, seja para os direitos material e processual.

Esse projeto é essencial para o estudo do Direito em Mato Grosso, pois inaugura essa espécie de pesquisa no Estado. A análise de fontes históricas primárias de natureza jurídica é praticamente inexistente em âmbito regional, de modo que tão somente a transcrição e a disponibilização dos documentos históricos à comunidade acadêmica forense já serviria para justificar a existência da proposta.

Além disso, analisando-se sob o aspecto eminentemente jurídico, há a relevante influência histórica na formação axiológica do direito à época, tanto sob o aspecto do direito canônico quanto do direito comum, a fim de se compreender de que forma ocorreu o ingresso desses valores no contexto jurídico contemporâneo.

O conjunto de tantas áreas do conhecimento ocorre porque o estudo de processos jurídicos medievais de competência do Tribunal do Santo Ofício perpassa por diversas áreas de estudo, posto que, muito embora se encontre vinculada a um processo normativamente prescrito, o seu vivenciamento fático pelos sujeitos processuais permite também a análise da sociedade da época.

Para a realização da pesquisa aqui relatada, empreenderam-se análises histórica e paleográfica das versões digitalizadas dos seis processos inquisitoriais a seguir, as quais se encontram disponíveis no Arquivo Digital da Torre do Tombo:

1. O caso Amaro (Justificação);
2. O caso Bernardo (Bigamia);
3. O caso Damiana (Justificação);
4. O caso Domingos (Justificação);

5. O caso Silvestre (Sacrilégio); e
6. O caso Rosália (Bigamia).

O desenvolvimento do projeto exigiu dos alunos que esses conhecessem paleografia, para ler os documentos, e a história colonial de Mato Grosso — em especial, o período albuquerqueiro — bem como o período correspondente na corte de Portugal (o término do despotismo esclarecido de Marquês de Pombal durante o reinado de D. José I e a Viradeira proporcionada pela ascensão ao trono de D. Maria I).

No âmbito do conhecimento jurídico, foi demandado dos acadêmicos que conseguissem aplicar o saber que possuem no tocante ao ordenamento normativo pátrio contemporâneo à realidade do Direito existente à época, tanto para avaliar possíveis origens quanto para identificar as diferenças alcançadas por uma evolução do pensamento jurídico.

Ao final, chegou-se às seguintes conclusões, que serão esclarecidas e melhor apresentadas no desenvolvimento deste artigo:

- i. o Tribunal do Santo Ofício, originalmente concebido para ser um juízo contra as heresias, era também utilizado como órgão administrativo e burocrático da Igreja, concentrando em seu poder serviços que hoje são estatais;
- ii. a distância entre a capitania de Mato Grosso e o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, para além de meramente geográfica, também se impunha em virtude do descaso e/ou da falta de membros da Inquisição no território;
- iii. a influência do Tribunal do Santo Ofício deixou marcas permanentes no ordenamento jurídico, sendo possível encontrar resquícios de sua atuação no direito material, no direito processual, nos ramos público e privado do direito e, também, na própria atuação administrativo-burocrática do Estado; e
- iv. a lógica da Inquisição, voltada principalmente para a purgação de heresias, fazia com que o próprio rito procedimental seguido fosse capaz de impor ao depoente que contasse tudo quanto sabia a fim de conferir, ao órgão inquisitorial, um melhor conhecimento sobre a sociedade e seus pecados e pecadilhos.

### **Fundamentação teórica**

Como a pesquisa consiste, antes de tudo, na transcrição, na catalogação e na análise de processos manuscritos que ainda não foram pesquisados e encontram-se disponíveis no formato

digital, inicialmente foi necessário se aprofundar muito mais em questões técnicas de transcrição<sup>1</sup> do que nas hipóteses teóricas de história do direito.

Contudo, foi inicialmente suposto que os autos, possivelmente, seguiram um Processo Inquisitorial mais simples por se encontrarem na capitania mais distante da colônia lusitana nas Américas, inclusive devido à ausência de membros do Santo Ofício.

Isto é, como a maioria dos processos se iniciou com sacerdotes não pertencentes ao Santo Ofício, seria crível que a documentação não seguiria à risca os procedimentos inquisitoriais, principalmente no tocante aos inquéritos — bem mais inquisitivos quando realizados pelos inquisidores do que pelos juízes de fora.

O conteúdo dos processos penais — bigamia e sacrilégio — torna possível deduzir que não havia uma atenção específica ou redobrada do Santo Ofício para os processos mato-grossenses, como possivelmente ocorreria se fossem crimes de heresia, bruxaria ou sodomia. Devido a isso, tem-se processos mais curtos e mais simples, possivelmente dilatados tanto pela distância geográfica quanto pelo desinteresse dos inquisidores.

Outro ponto interessante é que, se os termos “Inquisição” e “Santo Ofício” remontam ao âmbito penal, é curioso verificar que há um tipo de processo — inclusive, com pouco material tratando dele — que se situa na seara cível: o processo de justificação.

Esses processos normalmente envolvem testamentos, heranças e dívidas, malgrado também remetam a questões de identidade e/ou falsidade ideológica, sendo utilizados incidentalmente também para identificação em casos criminais, como ocorreu no caso Domingos.

Seu sentido, talvez deslocado inicialmente, deriva do controle que a Igreja possuía sobre a vida dos indivíduos naquela conjuntura social. Como no século XVIII não existiam registros civis nem mesmo documentos de identidade, a identificação civil era pautada nos registros de livros paroquiais, como batismo e matrimônio.

No caso específico de bigamia, era necessário que a acusação provasse quem era o acusado para, então, comprovar que ele já havia se casado anteriormente, dando origem a um processo de reconhecimento que envolvia acessar registros eclesiásticos em locais normalmente distantes e entrevistar várias testemunhas.

A pesquisa, que analisa seis processos inquisitoriais que ocorreram na Capitania de Mato Grosso entre 1769 e 1792, toca três eixos principais: Inquisição, Sociedade Colonial e capitania-geral de Mato Grosso.

Acerca dos dois primeiros, existem vários trabalhos e muitos debates acadêmicos, principalmente onde a Inquisição Portuguesa atuou mais no Brasil, neste caso, no Nordeste, havendo vasta literatura sobre esses elos entre Inquisição e Sociedade Colonial, como retratados por Gama (1999), Siqueira (1978) e Gonzaga (1994).

Os dois últimos eixos, por sua vez, são também velhos conhecidos, uma vez que há muitos estudos envolvendo a economia e a sociedade mato-grossenses para esse mesmo período, sendo possível uma análise histórica, jurídica e sociológica da Inquisição mediante a óptica daqueles que a vivenciaram, possibilitando, assim, um estudo-reflexo da própria sociedade em si (GONZAGA, 1994), no caso, a sociedade mato-grossense.

Desse modo, o *quid novi* desse projeto de pesquisa é justamente o estudo da Inquisição em Mato Grosso, isto é, a aplicação dessas duas vertentes de estudo à historiografia mato-grossense, buscando avaliar de que forma a Inquisição ocorria na mais longínqua das capitâneas lusitanas da América.

O projeto segue a lógica de pesquisa desenvolvida por Garcia (2003), segundo a qual a Capitania de Mato Grosso possui alguns diferenciais quanto à sua colonização, a saber: (i) um grande número de indígenas, (ii) a proximidade com o Império Espanhol, (iii) a distância com as cidades litorâneas e com Lisboa, (iv) o praticamente inexpressivo número de sacerdotes e (v) a ausência de seminários e ordens religiosas, tendo essas particularidades realizado grande diferença na atuação do Santo Ofício em Mato Grosso.

Apesar e/ou por causa desse possível descaso, há também o fato de que são poucos os incidentes relatados de graves sacrilégios e crimes na historiografia mato-grossense. Dos processos estudados, três são justificações, dois são sobre bigamia e apenas um é de um sacrilégio gravíssimo (posse de partícula sagrada) — inclusive, em virtude da situação, já logo no início o preso foi encaminhado para Belém do Pará.

Como sacrilégio podia envolver e atingir vários aspectos do universo sagrado da religiosidade católica, principalmente na sociedade ibérica do século XVIII, era possível que variasse nos aspectos intensidade, qualidade, quantidade e gravidade.

Desse modo, são diversas as categorias de sacrilégio, podendo envolver desde questões menores, como comportamentos inadequados em lugares sagrados e condutas indevidas diante de objetos sacros, até atos graves contra os sacramentos (Eucaristia, Penitência, Ordem, Matrimônio etc.)

Vendo por essa lógica, há dois ou três tipos de sacramentos afetados nos três processos penais estudados. São dois relacionados ao Matrimônio e um referente à Eucaristia, que tangencia o sacramento da Ordem.

Com relação ao sacramento do matrimônio, Goldschmidt (1998) aponta que a bigamia, possivelmente, foi a mais importante categoria de crime denunciado na Colônia, entre 1780 e 1800, tendo papel de destaque entre as sentenças referentes ao “domínio dos erros morais” (GOLDSCHMIDT, 1998, p.173).

Para o universo católico da época, as questões matrimoniais eram muito importantes, posto que constituíam conhecimento disciplinar canônico básico para os estudos e atuação no direito de família, uma vez que o compilado de normas canônicas existentes à época incluía “regras de família, sucessões, contratos, processo penal, etc” (LOPES, 2014, p. 101).

Contudo, principalmente nos séculos XVII e XVIII, a bigamia se tornou grande preocupação do Tribunal do Santo Ofício nas terras ibéricas porque, muito embora o Santo Ofício tenha surgido como um Tribunal voltado para os delitos de heresia, sua atuação vai muito além do Direito Canônico.

Conforme aponta Madeira (2011), não obstante sua origem de purificação, voltada a eliminar a impureza que existisse dentro da Igreja, não levou muito para que o Tribunal do Santo Ofício se tornasse “um instrumento de centralização monárquica da Igreja e, posteriormente, dos Estados Nacionais” (MADEIRA, 2011, p. 11).

No caso particular desses seis processos, deve-se levar em consideração algumas especificidades do momento histórico e da sociedade onde eles ocorrem, seja no tocante ao Estado monárquico lusitano, passando pela situação do direito canônico e da atuação do Tribunal do Santo Ofício, seja no âmbito da própria sociedade colonial mato-grossense no bojo da qual os fatos julgados aconteceram.

Em primeiro lugar, não se pode esquecer de que se está em uma sociedade colonial escravista e patrimonialista que, por mais que pertencesse ao império português, era dotada de características singularmente distintas da sociedade portuguesa continental.

Em segundo lugar, os processos correm em Mato Grosso, a mais longínqua capitania do Império Luso na América — tendo sido possível verificar que, quanto mais distante do poder imperial e eclesiástico, mais frouxos são os laços entre os habitantes e as leis e códigos de conduta.

Em terceiro lugar, Mato Grosso encontrava-se em uma região de fronteira. Seus limites com outro império colonial católico, a Espanha, poderia suscitar conflitos de competência com relação aos delitos estabelecidos no Código Canônico, visto que, apesar dos tribunais do Santo Ofício atuarem dentro dos limites imperiais — podendo haver até mais de um Tribunal do Santo Ofício por império, como demonstra o fato de Portugal ter Tribunais em Coimbra, Évora, Goa, Lamego, Porto, Tomar e Lisboa, que foi o Tribunal responsável pela Inquisição no Brasil — a Igreja não encontrava tais limites, uma vez que a Cristandade sempre se almejou universal.

Dessarte, verifica-se que o estudo da Inquisição e sua relação com a sociedade colonial mato-grossense possibilita um melhor entendimento da sociedade e do direito setecentistas que, de forma indireta, reflete até mesmo no direito e na sociedade de agora, posto que a compreensão histórico-jurídica das “pegadas” deixadas pela Inquisição permite uma melhor compreensão acerca do funcionamento da sociedade atual.

## **Aspectos metodológicos**

Do ponto de vista metodológico, o projeto exigiu o fichamento e a transcrição de uma documentação manuscrita digitalizada, a fim de possibilitar seu estudo. Como consequência, foi preciso observar, analisar, comparar, contextualizar, classificar e interpretar antigos processos jurídicos com a intenção de fomentar novos estudos sobre a história do direito em Mato Grosso.

Desse modo, pode-se dividir a presente pesquisa em duas etapas: a primeira, pré-paleográfica, que consistiu em estudos sobre a história de Mato Grosso e do Império português no século XVIII, sobre paleografia e sobre a Inquisição Ibérica e sobre o direito medieval; e a segunda, a pesquisa propriamente dita, que consistiu na análise esmiuçada dos processos inquisitoriais à luz dos saberes adquiridos.

Em virtude dessa dupla frente de trabalho, necessária por conta do objeto de estudo, os procedimentos técnicos e metodológicos utilizados para esse estudo seguem as lógicas de pesquisas bibliográfica e documental.

### **a. Pesquisa bibliográfica**

A necessidade de conhecimento prévio acerca do objeto investigado tornou imprescindível leituras das mais variadas (livros, periódicos, monografias, dissertações teses, entre outras) para servirem de fundamentações teórica e metodológica para a pesquisa.

Dessarte, foram lidas e analisadas obras sobre historiografia, história de Mato Grosso, história da colonização lusitana nas Américas, história do Direito e a história da Inquisição Portuguesa com enfoque nas Ciências Jurídicas.

Além da literatura científica, foram também estudados a legislação de Portugal no século XVIII, o Direito Canônico vigente àquele período e a normatização seguida pela Inquisição de Lisboa — em especial as Ordenações Filipinas e o Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal, uma vez que o direito canônico, até 1917, com a promulgação do Código Pio-Beneditino, era não mais do que um apanhado de normas esparsas.

### **b. Pesquisa documental**

Relacionada à segunda etapa do estudo, a pesquisa documental foi realizada com base em processos digitalizados do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa constantes no Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa.

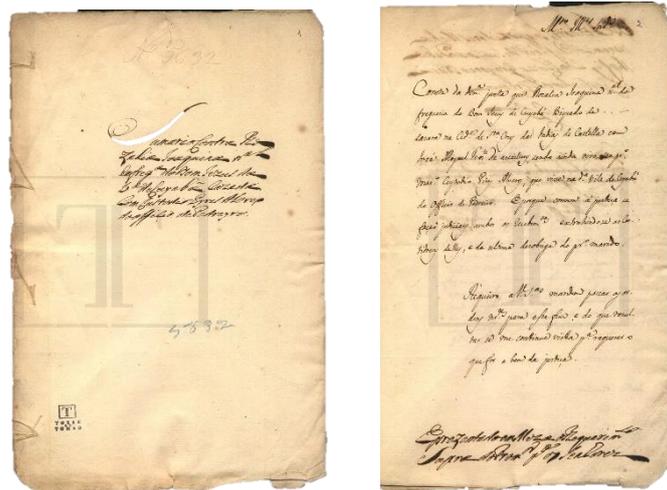


Figura 01: Exemplo de folhas digitalizadas (Processo Rosália)

A primeira etapa da pesquisa documental encontra-se voltada para a parte material das fontes — como o fichamento, a catalogação, a transcrição, a edição e a reprodução dos processos objeto de estudo — enquanto a segunda etapa, orientada para a interface existente entre Direito e História e objetivando um estudo multidisciplinar, operou-se dialogicamente por meio da interpretação, da análise, da comparação e da crítica do que fora obtido no momento anterior.

A transcrição dos processos foi feita inicialmente em grupo (após, em dupla), de modo que fosse possível revezar quem transcrevia e quem checava a transcrição. Cada página fora transcrita dentro de um modelo no qual cada frase foi enumerada e cada palavra encontra-se no seu exato local, em uma modalidade de semidiplomática documental, conforme demonstra a imagem a seguir:

Página 01	
01	Sumário contra Ro-
02	salia joaquina n. <sup>da</sup>
03	Da freg. <sup>da</sup> do Bom Jesus do
04	L. <sup>da</sup> de Cuyabá, casada
05	com Custodio Pyres Alves
06	do officio de Pedreiro (?)
Página 02	
01	Consta da den. <sup>a</sup> (denúncia ?) junta que Rosalia Joaquina n. <sup>da</sup> da
02	freguesia do Bom Jesus de Cuyabá Bispado de ...
03	casara na Cid. <sup>de</sup> de S. <sup>to</sup> Crus das Índias de Castella com
04	Jozé Miguel Ten. <sup>te</sup> (tenente ?) de auxiliares, sendo ainda vivo seo pr. <sup>o</sup> (primeiro)
05	mar. <sup>o</sup> Custodio Pires Alvares, que vive na d. <sup>da</sup> (dita ?) Vila de Cuyabá
06	do Officio de Pedreiro. E porque convem à justiça se
07	fação judiciaes ambos os recebim. <sup>tos</sup> (recebimentos) estrahindose as Cer-
08	tidoens delles, e da ultima desobriga do pr. <sup>o</sup> marido.
09	
10	Requeiro a V.S. <sup>as</sup> mandem passar as or-
11	dens (n[s.as] ou nes <sup>tas</sup> ) para esse fim e do que resul-
12	tar se me continue vista p. <sup>a</sup> requerer o
13	que for a bem da justiça.
14	
15	Aprezentado em Meza de Requerim. <sup>to</sup>
16	Supro[?] do Prom. <sup>to</sup> (promotor ?) p. <sup>os</sup> os senhores
17	

Figura 02: Exemplo das transcrições (Processo Rosália)

O material, então, era revisto pela equipe, de modo a resolver pontos obscuros ou ilegíveis que a primeira dupla não fora capaz de identificar. Uma vez terminado esse processo, o material era enviado para a prof.<sup>a</sup> Margareth Krause, especialista em transcrição, para que ela pudesse fazer uma última revisão.

Após o término da transcrição, cada processo era debatido pela equipe, buscando problematizar o caso no tocante ao direito medieval, ao direito atual e à história, de modo que, a partir de cada estudo documental, fosse possível a apreensão de novos saberes que permitissem a criação de projetos de pesquisa individuais e o desenvolvimento de artigos e trabalhos que fortalecessem o grupo de pesquisa.

### **Descrição e análise dos dados**

A fim de se demonstrar os resultados obtidos pela pesquisa, far-se-á, na sequência, um apanhado dos processos estudados, apresentando os casos, alguns detalhes pertinentes e o conteúdo dos debates realizados.

#### **a. O caso Rosália (PT/TT/TSO-IL/028/05632)**

Primeiro caso abordado, é o mais curto de todos, contendo apenas seis páginas. Relata o caso de Rosália Joaquina, denunciada por bigamia, em 1782, por ter se casado em “S.<sup>ta</sup> Crus das Indias de Castella” mesmo estando vivo — conforme a acusação — o seu primeiro marido, Custodio Pires Alvares, residente na freguesia de Bom Jesus de Cuyabá.

Além de o processo estar inconcluso, o pouco material disponível não permitiu que muitas discussões acerca do caso fossem realizadas. Desse modo, os debates realizaram-se em torno de duas questões incidentais: (i) o processo trazer grafado “Bom Jesus *de* Cuyabá” e não *do* Cuyabá e (ii) o escrivão desconhecer qual a circunscrição eclesiástica competente sobre aquela porção territorial.

Com relação à primeira questão, o prof. Conde comentou que se tratava de uma construção frasal interessante, uma vez que os escritores e escrivães mato-grossenses da época grafavam “*do* Cuyabá”. Tal fato, apesar de parecer irrelevante à primeira vista, permitiu que se aventasse que *do* (de+o), em virtude da presença do artigo definido, simboliza maior familiaridade com o local.

Dessarte, a escolha pela grafia “*de* Cuyabá” poderia ser uma evidência estilística a corroborar a hipótese levantada de que a distância existente entre a capitania de Mato Grosso e a Inquisição de Lisboa era mais do que meramente geográfica.

Ademais, o desconhecimento da circunscrição eclesiástica (nome dado às divisões território-administrativas cuja finalidade é a de melhor organizar a Administração da Igreja) pelo escrivão também sustenta a ideia do distanciamento da Inquisição perante a capitania, uma vez que Cuiabá era uma prelazia territorial desmembrada da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro desde dezembro

de 1745 (CHENEY, 2018), ou seja, não se tratava de fato novo a justificar a ignorância quanto ao assunto.

#### **b. O caso Amaro (PT/TT/JIM-JJU/002/0006/00006)**

O presente caso, formado por 32 imagens e findo em 1769, gira em torno da justificação de Amaro Campos de Azeredo, natural de Lisboa e morador de Cuiabá, que afirma ser filho legítimo de Manoel Campos e de Catherina de Jesus, a fim de receber a herança de seu falecido pai.

Um processo de justificação ocorre quando o requerente precisa comprovar sua identidade. No caso presente, o jovem Amaro, de 25 anos, precisa comprovar, após a morte de seu pai, sua filiação para, em conformidade com a legislação lusitana da época, assegurar o exercício dos seus direitos sucessórios.

A necessidade do procedimento de justificação decorria, no geral, (i) do fato de não haver registro civil à época, o que fazia com que toda documentação civil tivesse cunho eclesiástico (registros de batismo e de matrimônio) e (ii) de não haver certidões de tais registros, os quais eram feitos em livros paroquiais, sendo checados apenas quando necessário, e, em particular, (iii) porque, consoante o Direito português vigente à época, apenas os filhos legítimos poderiam ser sucessores.

Com relação ao presente processo, faz-se preciso destacar dois pontos curiosos: o primeiro diz respeito à inexistência de documentação estatal apenas quanto aos homens livres, posto que havia documentação (registros e matrículas) de escravidão, e o segundo trata dos elementos comprobatórios necessários para haver a justificação.

Isso porque, muito embora pareça presumível que bastasse a comprovação documental do matrimônio dos supostos pais e do batismo do alegado filho mediante a conferência desses dados nos livros paroquiais em que foram registrados, o Tribunal do Santo Ofício exige três testemunhos que corroborem os fatos.

Desse modo, ainda mais a se considerar que os testemunhos vêm antes das cópias das certidões na autuação do processo, mostra-se razoável supor que o testemunho possui mais valor aos olhos da Inquisição do que os meios de prova documentais — o que também é possível notar em outros casos, como se verá a seguir.

#### **c. O caso Bernardo (Bigamia)**

Em suas 68 páginas, o presente processo dispõe sobre a acusação de bigamia proposta contra Bernardo Lopes da Cruz, casado na freguesia de “São Salvador de Mayorca”, bispado de Coimbra, que, conforme consta, foi para a América e — após ter assumido o nome de Luiz Antônio Noronha

— casou-se, em Cuiabá, com Josefa da Conceição (falecida à época do processo) enquanto ainda vivia sua primeira esposa, Ana Marques Valente.

Ao final do processo, tendo-se comprovada a bigamia, o inquisidor condenou Bernardo a uma pena não transcrita no processo — mas que, a teor do Título XIX do Livro V das Ordenações Filipinas (*Do homem, que casa com duas mulheres, e da mulher, que casa com dois maridos*), possivelmente foi a pena de morte — que não se sabe se foi aplicada, já que Bernardo encontrava-se foragido.

Ainda que a questão da bigamia e da pena de morte sugiram que o Direito Material seja o ponto forte desse caso, são processuais os principais achados desse processo: a existência de uma ancestral da carta precatória e o procedimento realizado pelos Inquisidores durante o interrogatório.

A antecessora da carta precatória<sup>2</sup> é vislumbrada quando o Santo Ofício de Lisboa, a fim de colher depoimentos, testemunhos e documentos referentes ao primeiro casamento do denunciado, requer tais diligências ao Santo Ofício de Coimbra.

Verifica-se, desse modo, que a noção universal de Cristandade começa a ser posta de lado, ao menos no âmbito judicial, em favor de uma noção mais rígida de competência para o exercício da jurisdição, verdadeiro prenúncio do que viria a ser o conceito de Juízo Natural.

Já com relação ao procedimento de colheita de testemunhos, é interessante lembrar que o Tribunal do Santo Ofício consiste em uma instituição jurídico-eclesiástica da Igreja Católica Apostólica Romana, cuja função precípua era a de combater as heresias.

Diz-se isso porque, sem essa compreensão, tornar-se-ia impossível compreender o porquê de a primeira pergunta dos inquisidores ser sobre se o depoente “sabe ou suspeita o para que é chamado, e se persuadio pessoa alguma, a que sendo perguntado por parte do Santo Officio, dissesse mais ou menos do que soubesse e fosse verdade?”.

Tal atitude por parte dos inquisidores, a de questionar preliminarmente se as testemunhas sabem ou desconfiam do motivo pelo qual foram convocados pelo Santo Ofício, teria o fito de fazê-las contarem tudo o que sabem às autoridades do Tribunal, permitindo, assim, que a Inquisição estivesse, a todo momento, a par dos pecados e pecadilhos socialmente relevantes, tornando mais eficiente seu controle social sobre os cidadãos.

#### **d. O caso Damiana (PT/TT/JIM-JJU/002/0134/00007)**

O caso em comento gira em torno do testamento deixado por Domingos Dias da Costa Roriz, nascido em Portugal e falecido em Cuiabá. A lide deriva da insatisfação de Damiana Dias Viana, viúva de Manoel Francisco, com a reduzida porção da herança (menos da metade) destinada a ela e às suas filhas, Mariana, Antônia e Eugênia, irmãs de Domingos.

O que chama a atenção no processo é a intervenção do Tribunal do Santo Ofício no caso, posto que se trata de um processo eminentemente civil (o próprio processo é nomeado como *Carta para Inquirição Civil de testemunhas de Damiana Dias*), feita por intermédio do “Doutor Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa, fidalgo, cavaleiro da Casa de Sua Magestade”, o qual, conforme o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1898, p. 129), foi “doutor ouvidor geral e corregedor da comarca” da “Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá” até 22 de Dezembro de 1763, data de sua morte (SEQUEIRA, 1850, p. 178).

Outro aspecto importante é o de que os testemunhos, novamente, aparecem antes das certidões documentais, novamente demonstrando a possibilidade de que, no processo regido pelo Santo Ofício, a palavra falada possuiria mais valor probante do que a escrita.

#### **e. O caso Domingos (PT/TT/TSO-IL/028/04094)**

O presente caso decorre da prisão de Domingos Barbosa Porto Calheiro, natural do Porto e lá casado com uma mulher chamada Florinda, pelo crime de bigamia em Minas Gerais e que se encontrava foragido, muito possivelmente, na região de Cuiabá.

A justificação faz-se necessária porque, conforme o vigário da vara de Cuiabá, o denunciante Gonçalo Alves Correa alegou que o preso possui feições diferentes do alegado bígamo, motivo pelo qual far-se-iam necessárias diligências para averiguar a situação, uma vez que não havia provas para manter Domingos na prisão.

O presente processo permite, novamente, perceber a importância central que o testemunho possui na atuação do Santo Ofício. Em uma época em que a identificação civil não existia, era imprecisa ou de difícil obtenção, os testemunhos eram vitais para se descobrir a identidade de uma pessoa.

Mediante a justificação, era possível saber detalhes sobre a vida do suspeito, como os lugares por onde ele passou, as atividades laborais por ele desenvolvidas e datas que pudessem servir como parâmetro, valendo-se dos testemunhos dos depoentes para pôr à prova a palavra do justificado.

#### **f. O caso Silvestre (PT/TT/TSO-IL/028/00224)**

De longe o mais interessante dos processos, o caso em comento gira em torno do soldado Silvestre de Pinho — homem preto, solteiro, ferreiro, filho de Manoel de Pinho e de Leonor de Pinho, morador da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição — denunciado por sacrilégio envolvendo a profanação de uma hóstia consagrada.

A história processual se inicia com a *notitia criminis* feita pelo enfermeiro da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Bernardo, de que o soldado Silvestre teria consigo uma hóstia consagrada, cozida ritualisticamente, no interior de um patuá (espécie de amuleto típico do Candomblé).

O reverendo de Vila Bela, Amaro Barbosa Lima, comunicou o fato ao meirinho do juízo, pedindo que lhe trouxesse o soldado, preso na Fortaleza. Preso em 12 de maio de 1768, Silvestre foi enviado para o Pará na corveta São Pedro Gonçalves, conduzida pelo capitão Joaquim Luís da Silva.

As investigações, no entanto, não pararam por aí. Descobriu-se toda uma rede de venda e confecção clandestinas de patuás na região de Cuiabá, tendo um pardo de nome Apolinário, filho de José da Costa Viana, persuadido Silvestre a utilizá-lo a fim de se livrar dos projéteis inimigos: as hóstias consagradas eram enroladas em um papel com uma oração ritual e, após o ritual de confecção, armazenadas em um saquinho de couro que se levava ao pescoço.

Não fosse a descoberta do tráfico de partículas sagradas já uma descoberta interessante, há dois elementos dos autos, ao final do processo, que chamam a atenção: (i) uma abjuração de leve e (ii) um termo de segredo, ambos padronizados, datilografados e devidamente preenchidos.

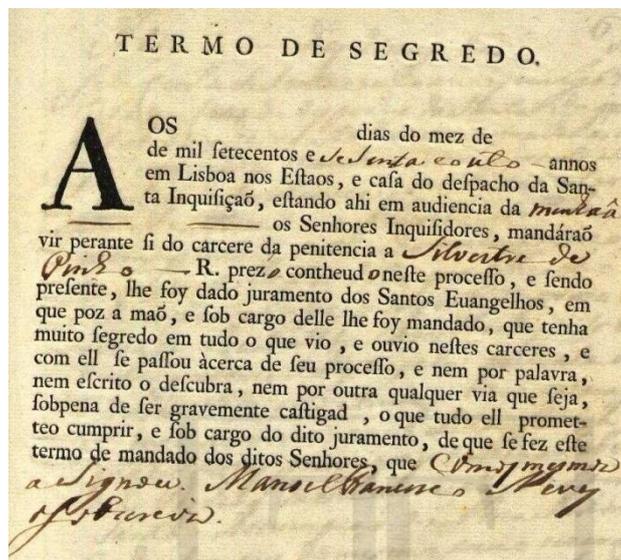


Figura 03: Termo de Segredo (Processo Silvestre)

Além da abjuração de leve, o Tribunal do Santo Ofício condenou o soldado a uma pena de degredo de cinco anos com uso de calceta (argola colocada no tornozelo do preso), conforme consta ao final do processo, em documento que registra a execução da pena pelo guarda de custódia do Tribunal, José Carvalho, assinado em seis de setembro de 1768.

O que chama a atenção no caso, além da existência de documentos-padrão para a confissão e outros atos processuais, é a celeridade do processo, possivelmente em virtude da gravidade da

situação, uma vez que a pena cominada já estava em execução em menos de quatro meses da prisão processual do acusado.

### **Considerações finais**

O projeto de pesquisa acima debatido tornou possível lançar novos olhos sobre o Direito, a Inquisição e a sociedade mato-grossense, tanto em separado quanto em conjunto.

Com base nos estudos dos processos, foi possível verificar tanto a importância institucional e administrativa do Tribunal do Santo Ofício para a sociedade mato-grossense quanto de que modo eram vistos os ancestrais de alguns institutos jurídicos hoje vigentes, como a noção de competência e a carta precatória.

A importância do presente projeto para a historiografia mato-grossense também se mostra considerável, uma vez que, como dito anteriormente, trata-se do primeiro estudo conhecido acerca da inquisição na Capitania de Mato Grosso, convergindo para um mesmo plano os temas Inquisição, Sociedade Colonial e História de Mato Grosso.

Notou-se em diversos momentos o distanciamento experienciado pela capitania brasileira mais longínqua de Lisboa, como pressupõem atestar o uso de “de Cuyaba”, o desconhecimento quanto à sé episcopal responsável por Mato Grosso e o número reduzidos de processos inquisitoriais encontrados no arquivo da Torre do Tombo sobre incidentes mato-grossenses.

Desse modo, consideram-se satisfatórios os resultados encontrados no desenrolar da pesquisa — tanto do ponto de vista da produção de conhecimento quanto com relação à descoberta de novos horizontes jurídicos, históricos e sociais — uma vez que tornam possível a instauração de novas pesquisas, novos debates e novos aprendizados acerca da sociedade colonial mato-grossense e sua relação com a Inquisição.

### **NOTAS**

<sup>1</sup> Nesse sentido, foram utilizadas as regras estatuídas no II Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado entre 10 e 15 de maio de 1998, em Campos do Jordão, SP.

<sup>2</sup> Instrumento judicial definido pelo Código de Processo Civil (CPC) brasileiro como a carta expedida “para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa” (BRASIL, 2015).

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. *Lei 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Disponível em: [bit.ly/1CpD2H2](http://bit.ly/1CpD2H2). Acesso em: 20 jan. 2019.

CHENEY, David M. *Archidiocesis Cuiabensis*. Catholic-hierarchy. Abr. 2018. Disponível em: [bit.ly/2WaHIOR](http://bit.ly/2WaHIOR). Acesso em: 20 jan. 2019.

GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800 a 1840): Crise e Estagnação do projeto colonial*. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003.

GAMA, Lana Lage da Lima. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 13, p. 17–21, nov. 1999.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o pecado: na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998.

GONZAGA, João Bernardino. *A Inquisição em seu Mundo*. São Paulo: Editora Saraiva, 1994.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO (São Paulo). *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo: Typ. Andrade, Mello & Comp., v. IV. 1898. Disponível em: [bit.ly/2DtfoA1](http://bit.ly/2DtfoA1). Acesso em: 20 jan. 2019.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História*. Lições introdutórias. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.

MADEIRA, Ligia Mori. *História do direito medieval: heranças jurídico-políticas para a construção da modernidade*. *Justiça & História* (Impresso), v. 8, p. 155–186, 2011.

SEQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compendio histórico chronologico das noticias do Cuyabá, repartição da capitania de Mato-grosso, desde o principio do anno de 1778 até o fim do anno de 1817*. *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Revista Trimensal de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert. Segunda série. Tomo VI. 1850. Disponível em: [bit.ly/2WbM9Ja](http://bit.ly/2WbM9Ja). Acesso em: 20 jan. 2019.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

## NARRATIVAS DE MEMÓRIA SOBRE O GARIMPO DO OURO NO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MATO GROSSO (1980-1990)



**Anderson Domingos da Silva**

Mestre em História

Professor da Secretaria de Estado de Mato Grosso – SEDUC-MT  
anderdomingos@hotmail.com

### RESUMO

As narrativas de memória analisadas neste texto permitiram costurar os acontecimentos ocorridos entre 1980 e 1990 no município de Poconé, Mato Grosso, por ocasião do desenvolvimento potencial da atividade do garimpo do ouro. O período abarca o movimento de chegada, os relacionamentos e o processo de retirada dos garimpeiros individuais naquele território, que passou a ser ocupado por empresas mineradoras. Essas narrativas foram colhidas em 2005, no âmbito do Projeto: *Cidades do Entorno da RPPN SESC- Pantanal: caracterização socioeconômica e impactos ambientais, financiado pelo CNPq/PELD*<sup>1</sup>. Agora, passados quinze anos, nossa proposta é reutilizar as narrativas, possibilitando um entrelaçamento das vozes dos sujeitos da pesquisa para promover um agenciamento coletivo daquilo que produziram enquanto experiência, amparando-me em pontos comuns apontados por eles. Para subsidiar esse entrelaçamento de memórias recorri à autores como Paul Ricoeur e Michel Serres na busca por uma releitura que agora possa dar ênfase às narrativas para colocá-las como ponto central de análise, de compreensão e de produção narrativa.

**Palavras-chave:** Narrativas. Memória. Garimpo. Cidade. Tempo.

### ABSTRACT

The memory narratives analyzed in this text allowed to sew the events that occurred between 1980 and 1990 in the municipality of Poconé, Mato Grosso, during the potential development of the gold mining activity. The period covers the movement of arrival, relationships and the withdrawal process of individual miners in that territory, which has now been occupied by mining companies. These narratives were collected in 2005, within the scope of the Project: *Cities Surrounding the RPPN SESC-Pantanal: socioeconomic characterization and environmental impacts, financed by CNPq / PELD*. Now, after fifteen years, our proposal is to reuse the narratives, allowing an intertwining of the research subjects' voices to promote a collective agency of what they produced as an experience, supporting me in common points pointed out by them. To support this interweaving of memories, I used authors like Paul Ricoeur and Michel Serres in the search for a reinterpretation that can now emphasize narratives to place them as the central point of analysis, understanding and narrative production.

**Keywords:** Narratives. Memory. Panning. City. Time.

### Introdução

Finda a pesquisa e o pesquisador, provavelmente, não estará mais próximo de ver esgotado seu conjunto de fontes, ou os variados aspectos que essa possa oferecer. Isso porque, o movimento de

<sup>1</sup> O projeto em questão, que visava tratar das cidades entorno das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) do Sesc-Pantanal foi coordenado pela Doutora em sociologia, professora Marinete Covezzi, à época efetiva do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso. Tratava-se de um subprojeto do Programa Pantanal Norte.

explorar fontes está diretamente relacionado aos interesses de pesquisa e aos direcionamentos previamente estabelecidos para ela. Pinsky (2006, p.07-8) entende que “uma fonte tem historicidade”. Assim, perceber “aspectos novos” ou “variados” carece novas possibilidades – de leitura/interpretação -, desenvolvidas no contexto da produção científica, cujo *tempo, as experiências, as circunstâncias* e, principalmente, *as mudanças teórico-metodológicas* possam fazer revelar.

Trazer à tona fontes já utilizadas, como ocorre neste texto, traz o desejo de querer apontar na direção de elementos inexplorado cujas circunstâncias e as condições de produção possam permitir. Um exemplo próximo foi o da historiadora Janaina Amado (1995) que ao revisitar seus materiais de pesquisa sobre a Revolta do Formoso, em Goiás, pôde perceber algo inexplorado em um depoimento por ela rejeitado e até classificado como sendo de um “grande mentiroso”.

De outra forma, a historiadora Teresa Cruz e Silva, ao tomar a biografia do pastor moçambicano Zedequias Manganhela, por meio de documentos oficiais (os processos criminais, sua suposta carta de suicídio e documentos coloniais), além de entrevistas de pessoas do grupo a que ele pertencia, fez emergir uma imagem diferente daquela produzida pelo governo colonial português em razão de sua morte<sup>2</sup>.

O movimento de revisitar as fontes, como neste caso, escutando gravações esquecidas e lendo papéis amarelados pelo tempo, deveu-se à duas coisas: tentar perceber o que antes não pude; e dar ênfase às vozes que ali se apresentaram secundariamente. Esse movimento não se deu por nostalgia, como homenagem aos falecidos, mas como exercício do “olhar”<sup>3</sup> e da escrita.

Em minha caixa de guardados havia 12 entrevistas. Elas haviam sido transcritas por mim e cruzadas com outras fontes (relatórios, artigos de jornal e de revistas) para a elaboração do relatório final da pesquisa que estive vinculado como bolsista. Elas também deram subsídio ao meu trabalho de conclusão do curso de especialização em Sociedade e Meio Ambiente no Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFMT<sup>4</sup>.

Essas entrevistas tiveram um caráter temático, já que foram realizadas com o objetivo de buscar respostas para o “movimento do garimpo de ouro e os problemas relacionados ao ambiente urbano em Poconé, município de Mato Grosso”, querendo alcançar, através da memória dos depoentes, aspectos cotidianos da presença dos garimpeiros e de suas relações no espaço urbano, desde o momento de sua chegada, início da década de 1980, até sua expulsão, em fins da década de 1990, quando se instalam Empresas e Organizações de Mineração. Tendo em vista esse caráter temático entendo que:

<sup>2</sup> O trabalho com narrativas e biografia levou-me ao trabalho da professora Teresa Cruz e Silva que organizou a biografia do pastor presbiteriano Zedequias Manganhela (1912-1972) que, em 1972, juntamente com outros líderes protestantes, foi preso, torturado e morto pelo regime colonial português por estarem, supostamente, ligados a luta de independência em Moçambique.

<sup>3</sup> Essa expressão “o olhar” faz referência ao trabalho organizado por Adalberto Novais, que recebeu esse título. O trabalho é composto por textos interdisciplinares. A edição que possuo é de 2002 e se marca pelo desafio produzir novas perspectiva de percepção do objeto de pesquisa.

<sup>4</sup> SILVA, Anderson Domingos da. Garimpo de ouro de Poconé-MT: *Estudo dos impactos socioambientais Urbanos (1980-1990)*. (Monografia). Especialização em Sociedade e Meio Ambiente promovido pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso (2003-2005).

[...] A entrevista – com característica de depoimento – não abrangeu necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos resultando em maiores quantidades de informação, o que permite uma comparação entre elas, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo (FREITAS, 2002, p.22).

Para arregimentar depoentes foi necessário utilizar-me de uma tática de aproximação. Ela se deu pelo arregimentar de uma moradora local que, por sorte, era também uma colega de curso. A partir dela foi possível estabelecer conexões e estabelecer a estratégia de *indicação/recomendação* onde cada entrevistado pôde conduzir-me a outros e, assim, sucessivamente<sup>5</sup>.

Após o primeiro contato, tendo estabelecido o tema, os caminhos metodológicos e a técnica de coleta de dados, elaborei um roteiro inicial (bastante flexível), antes de contatar e agendar as entrevistas. Ainda assim, pelo menos duas delas ocorreram espontaneamente e, uma terceira teve seu progresso prejudicado. Os procedimentos foram seguintes: *as entrevistas foram marcadas com antecedência; foram explicados os motivos da pesquisa, a necessidade de gravação e de uso do material como exclusivamente acadêmico; também foram colhidas autorizações de uso; dando-se, assim, pleno acesso ao material individual de cada depoente*. As entrevistas foram realizadas nas residências dos depoentes (com exceção do Sr. Antônio, cuja entrevista foi realizada na mercearia e do Padre, que se deu na Paróquia), em local, data e hora estabelecida por eles. Entretanto, essas ações não facilitaram o conciliar das agendas de gravação com os afazeres domésticos ou profissionais de cada um<sup>6</sup>.

O que se buscava sempre era, em consenso com Lozano (2006, p.16) considerar o âmbito subjetivo da experiência humana para ampliar, no nível social, da categoria de produção dos conhecimentos históricos, o que se pode chamar de “história popular”, ou seja, uma história que emergisse desses indivíduos comuns, e de suas percepções, não descartando toda operação historiográfica que as transforma em história. Ou, conforme Koselleck (2014, p.28) “a experiência receptiva da realidade, de um lado, e a exploração e verificação dessa realidade vivida, de outro, que se condicionam reciprocamente, e são indissociáveis”.

Dessa forma, considero que o material seja bastante rico. Produzido com certo esforço, ele ofereceu narrativas engraçadas, curiosas e até intrigantes. Ouvir essas entrevistas, depois de tanto tempo, “quase foi como se a primeira vez”. Quase, pois, nos trabalhos da memória, fragmentos dessas narrativas já ecoavam em minha mente como algo familiar enquanto eu às revisitava, como na experiência da personagem de Marcel Proust (2016) que ao comer o biscoito, a madeleine, era transportado, através da memória, para um passado seu, conhecido e reconfortante.

<sup>5</sup> A técnica metodológica é conhecida como *snowball* (“bola de neve”). Ela é considerada útil em ambientes comunitários, servindo como forma de investigação sociocultural que exige procedimentos e normas para organização e produção de conhecimento (VELASCO E DÍAZ DE RADA, 1997).

<sup>6</sup> Esses procedimentos foram pensados a partir da leitura de materiais produzidos pelo CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, mas muita coisa foi adaptada em reuniões de orientação do projeto de pesquisa e por mim mesmo.

Mas esse novo contato com as narrativas gerou a questão: *o que elas podem trazer de novo?* Considerando o tempo que foram gravadas, muita coisa. Retomando à Heráclito, já se tratava de outro rio. Talvez esse argumento fosse suficiente, embora o mais relevante fosse pensar que se tratava de vozes sufocadas, subutilizadas e empregadas apenas com o intuito de reforçar, negar e exemplificar, sem deixá-las mostrar sua força narrativa.

Com esse pensamento, compreendo que o texto se propõe a promover esse “olhar” sobre as narrativas. Seu objetivo é promover o entrelaçamento de suas vozes, num processo de composição, unindo que une depoimentos variados para formar um texto único e inteligível acerca do período. Essa ação é justificada pela possibilidade de promover um agenciamento coletivo que se ampara em pontos comuns trazidos em cada depoimento em virtude do acontecimento manifesto como “o tempo do garimpo”.

O texto apresenta os sujeitos da pesquisa, os entrevistados, pessoas que responderam ao roteiro de entrevista e que, agora, constituem as vozes que promovem a discussão do entrelaçamento/composição aqui apresentados. Essas vozes, escolhidas e acomodadas por mim, criam um efeito narrativo de complementaridade no sentido do enredo organizado para se contar uma história. Entendo, entretanto, que se poderia tê-lo feito de outro modo, mas *a trama*, segundo Ricoeur (2010), remete à elaboração de sentido “seja ele inventado na liberdade da imaginação ou descoberto na ordenação do real”. Considerando Serres (2005, p.36) entendo que “a narrativa salta do imprevisível ao necessário, atravessando as possibilidades do presente”. A história, em sua relação com a linguagem, permite essa possibilidade que agora busca se apresentar. Por último, as considerações finais, apresento como a experiência de promover a composição e o que está me fez perceber.

### **Os sujeitos da pesquisa**

O processo de entrevista é algo além da simples coleta de dados, ou seja, possui raízes sociais, políticas e históricas que possibilitam uma relação de troca entre pesquisador e depoente. Foram entrevistadas 12 pessoas, embora no âmbito do Projeto: *Cidades do Entorno da RPPN SESC - Pantanal: caracterização socioeconômica e impactos ambientais, financiado pelo CNPq/PELD*, tenham-se aplicado cerca de 100 questionários nos bairros e seções urbanas do município de Poconé<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Outros bolsistas participaram da pesquisa aplicando coletivamente os questionários não apenas em Poconé, mas em Barão de Melgaço. Esse material coletivo deu origem à diversos produtos como: gráficos, quadros, tabelas e compuseram os relatórios e de mais produções no período. Esse material está no NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, sediado na UFMT.

Uma vez que esses dados não foram utilizados no relatório individual, também não serão trazidos aqui, mesmo porque minha intenção é tratar as narrativas colhidas por mim.

Caracterizo como sujeitos da pesquisa aqueles que concederam entrevistas gravadas, material que foi transcrito e que compôs o fluxo de narrativas que urdem o momento histórico por eles apresentado. Esses sujeitos foram escolhidos a partir de critérios que, à época, foram considerados como capazes permitir a compreensão daquilo que o período representou para aquele universo urbano e, portanto, para a comunidade em que estes estavam inseridos.

Foram estabelecidos quatro critérios: *idade* (foram entrevistadas pessoas acima de 40 anos); *relação com o acontecimento* (que tivessem participado, presenciado ou que tiveram contato com os eventos em si e o seu desenrolar); *equilíbrio de gênero* (trazendo depoimentos de homens e mulheres na tentativa de obter percepções e dimensões diferentes de um mesmo fato); *variedade de profissões/ocupações/posições sociais* (buscando uma variedade de discursos, por interesses e visões de mundo variadas).

A coleta de dados foi composta por três momentos. O primeiro<sup>8</sup> promoveu o contato inicial com o município, o cenário urbano e sua gente. O segundo<sup>9</sup> permitiu o contato com órgãos públicos e com os bairros de forma a se permitir mapear possíveis lugares de pesquisa e o terceiro<sup>10</sup> foi dedicado às gravações<sup>11</sup>. Durante o segundo e terceiro momento foi possível contar com o auxílio dos familiares de uma colega do curso de graduação em história, que se tornaram ponto de referência para o contato com outros membros da comunidade<sup>12</sup>.

As primeiras entrevistas foram realizadas com Dona Joseni, 40 anos, professora primária, solteira, sem filhos e sua Mãe, Dona Maria, 67 anos, dona de casa, viúva. Mãe e filha moravam juntas. Inicialmente a intenção era entrevistar apenas Dona Joseni, por sua condição de professora ainda ativa na comunidade. Ela havia se beneficiado do garimpo de modo indireto, pelo aumento do recurso financeiro das famílias que poderiam pagar por seus serviços de alfabetizadora, situação que recordava com felicidade. Entretanto, a constante interferência de sua mãe: *discordando, aprovando e corrigindo* o discurso da filha, levou-me a considerar importante ouvi-la também e gravar sua entrevista.

Do ponto de vista técnico, essa primeira entrevista foi um grandioso desastre. Repleto de interrupções: inicialmente passou um carro de som; cinco minutos depois bateram palmas no portão, logo em seguida chegou uma das vizinhas, que permaneceu na casa conversando; meia hora depois

<sup>8</sup> Período de um dia, quando se transitou de carro pelas ruas e bairros de Poconé.

<sup>9</sup> Período de três dias, quando se mapeou, se visitou instituições públicas, se conheceu pessoas.

<sup>10</sup> Período de uma semana, quando foram gravadas as entrevistas.

<sup>11</sup> O passo seguinte foi promover a transformação das entrevistas em texto, em dados, que como bem explicou Certeau (2006, p.78), são criações, produtos de um trabalho, neste caso, de pesquisa.

<sup>12</sup> Um texto importante para perceber essas relações entre mim, um forasteiro e as pessoas daquele município foi: Os estabelecidos e Outsiders, de Norbert Elias (2000).

resolveram se levantar e preparar um bolo; enquanto isso chegaram dois moradores da casa. Por fim, só me restava aguardar que servissem o lanche.

Considerando que foram tomados os devidos cuidados: *contato prévio com o informante, explicar os motivos da pesquisa, e que a entrevista seria gravada; agendar local, data e hora; pedir permissão para o uso da gravação*, etc.<sup>13</sup>, mesmo assim, entre treze horas e trinta minutos da tarde até quase dezenove horas do dia 14 de março de 2005, eu ainda não havia gravado quase nada. Contudo, considero àquela tarde bastante proveitosa. Afinal, eu estava integrado à casa, poderia retornar, já que havia conseguido um novo grupo de relacionamento social que possuía uma boa entrada com os demais.

No dia seguinte, terça-feira, consegui efetuar as gravações sem grandes problemas e ainda fui levado à casa de Dona Antônia, de 85 anos, também professora, mas aposentada, viúva, católica (temente à Deus e Nosso Senhor Jesus Cristo, como proclamou), que vivia com o filho velho. Sua entrevista, no dia 16 de março, de manhã, foi bastante tranquila. Ambiente estava silencioso, estávamos apenas eu e ela.

No desenrolar de sua entrevista, rapidamente percebi notável lucidez, um discurso bem articulado e “boa memória<sup>14</sup>” apesar da idade. Chamou-me a atenção sua visão “liberal” para certos temas, como a prostituição. Não desejo ser mal interpretado. A ideia de trabalhar respeitando as diferenças sociais, políticas e econômicas, que reconheço estarem repletas de significados, sempre foram consideradas, embora claramente houvesse uma barreira entre nós, mesmo que naquele momento não pudesse perceber, e estava no fato de não conseguir me despir dos preconceitos. Agora, passados anos do processo, entendi que não existia entre nós uma linguagem que considerasse a política da diferença. Mas, essa curta convivência produziu esse aprendizado e, aparentemente, confiança, já que no final da gravação Dona Antônia se ofereceu para apresentar-me à outra senhora, sua amiga. Era outra Maria, de 53 anos, funcionária pública aposentada da área de saúde, casada e mãe de seis filhos.

Tratava-se de uma oportunidade. Dessa forma, optei por gravar a entrevista no mesmo dia, sem as convenções pré-estabelecidas. E não diferente do já que havia me acontecido, também senti dificuldade em desenvolvê-la e, desta vez, por um motivo diferente. Tomando como parâmetro as três entrevistas anteriores, talvez agora a dificuldade que sentia fosse maior, já que não encontrei nessa Maria as características de uma boa narradora.

---

<sup>13</sup> Sobre os procedimentos para entrevista ver: FREITAS, Sônia Maria de. Metodologia de coleta e utilização da história oral. In: História Oral: Possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas. FFLCH, USP: Imprensa Oficial do Estado 2002, p.85-130.

<sup>14</sup> A memória aqui é entendida como a propriedade de conservar certas informações por meio de um conjunto de funções psíquicas e cerebrais (FREITAS, 2002, p.61).

Talvez fosse a lembrança de Walter Benjamin, que caracterizou o narrador e suas relações socioculturais. Eu já havia conhecido bons narradores na vida, pessoas capazes de transformar experiências próprias, ou de outros, em narrativas empolgantes que, Benjamin entedia como “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIM, 1994, p.198). Nesse caso, Dona Maria era uma mulher idosa, havia passado por várias coisas na vida e vivenciou todo o período do movimento individual do garimpo de ouro em Poconé, enquanto trabalhava fora e cuidava de casa. Era possível que ela fosse “pobre de experiência narráveis”? Ou será que desejasse apagar da memória resquícios de um vivido inconveniente? Nunca iremos saber. O que posso dizer é que sua entrevista foi breve, menos de uma hora, com respostas curtas, genéricas e superficiais até sobre sua própria vida.

Após essa entrevista, na quinta-feira, 17 de março de 2005, retornei à casa de Dona Joseni, que me indicou Ângela, mulher de 50 anos, que havia se destacado por ser uma das primeiras mulheres garimpeiras conhecidas por ali. Interessante deixar registrado que num universo de “donas e senhoras”, eu fui apresentado à Ângela, cujo papel de destaque foi aventurar-se entre homens na atividade de garimpo, onde a força e, muitas vezes, a violência eram os signos do trabalho.

Deixando de lado esse ponto de discussão, que obviamente é importante, devo dizer que a entrevista com Ângela, fonte de grande expectativa, mostrou-se também um festival de *negativas, esquecimentos e de manipulação*, algo à ser considerado no tocante à memória, conforme Paul Ricouer (2007), que também entende o esquecimento como algo “designado obliquamente como aquilo contra o que é dirigido o esforço de recordação”, mas, nesse caso, acredito que tantos desvios se devessem à organização de uma estratégia de prevenção à hipótese de que, na verdade, eu me tratasse de um policial ambiental com a intenção de aplicar multas ou apurar responsabilidades.

Quando retornei, no mesmo dia, à casa de Joseni e sua mãe, Dona Maria, fomos à mercearia do Sr. Antônio, 52 anos, comerciante, que entre clientes e orientações aos filhos, atendeu-me. Após conversarmos, ele combinou e cumpriu marcar uma entrevista, que ocorreu no dia seguinte e depois levou-me, na sexta-feira, para conversar com seu conhecido, Adinei Marcelo, 35 anos<sup>15</sup>, casado, e ex - garimpeiro que atuava como auxiliar de escritório.

O senhor Antônio vivenciou e interagiu profundamente com os homens e mulheres que ali chegaram. Como comerciante, acredita que perdeu inúmeras oportunidades de crescimento. Após sua entrevista, mais tarde, fomos à casa de Adinei, que trazia consigo lembranças do trabalho no garimpo, que realizava desde a menor idade. Após ser entrevistado, Adinei levou-me a conhecer Marcelo, de 40 anos, ex - garimpeiro, à época desempregado. Adinei Marcelo e Marcelo construíram, cada um à sua maneira, uma narrativa sobre a estrutura do trabalho no garimpo, suas as funções, a hierarquias e as relações estabelecidas; o sonho de riqueza (de bamburrar), além das experiências de violência, do

---

<sup>15</sup> Ele é o único abaixo de 40 anos com quem conversei, entretanto, ele trabalhou desde muito novo no garimpo deixando-o apenas recentemente no quando da entrevista.

sexo fácil e dos abusos, mas também do companheirismo e de toda diversão, das curiosidades e de tudo que para eles representava garimpar.

No dia seguinte, sexta-feira, fui conhecer Dona Claudia, 69 anos, dona de casa, viúva, católica e o Padre Joaquim Tebar Fernandes, 68 anos, espanhol radicado em Poconé faziam 26 anos<sup>16</sup>. Dona Cláudia, tendo trabalhado em casas de família antes do seu casamento, também chegou à trabalhar na feira, observando o movimento de pessoas e do dinheiro naquele período. O Padre Joaquim, recém-chegado da Espanha, apresentou sua visão distanciada dos fatos, conduzindo sua narrativa para os problemas sociais e ambientais sofridos pela comunidade.

No sábado entrevistei o Sr. Carlos Antônio, ourives, de 63 anos, casado. Sua entrevista foi casual, assim como uma Marias que entrevistei<sup>17</sup>. Ele me apresentou uma narrativa improvisada cujo “narrador, pelo fato de não refletir anteriormente sobre a estrutura de sua narrativa, a realizava apenas instintivamente num fluxo automático do processo narrativo, “emaranhado” nas obrigações de ação da narrativa” (SCHÜTZE, 1977 apud BOHNSACK, 2020, p.120).

Segundo Bohnsack (2020, p.120), o fato de ser casual tornaria mais independente da representação situacional, liberando níveis mais fundamentais para se compreender a identidade do narrador. De qualquer forma, ele, Carlos, se apresentou como um homem da terra, um poconeano habilidoso, que aprendeu o ofício de ourives com um amigo de seu pai, praticamente por suas capacidades de observação e tenacidade, seu gosto por fazer coisas bonitas e de gostar do brilho do ouro. Conforme ele mesmo se apresentou: era perfeccionista, de gosto apurado tanto para joias como para mulheres, mas também um homem simples, *poconeano da terra*<sup>18</sup>.

Na segunda-feira de manhã, dia vinte um, entrevistei o Sr. Walter, 62 anos, fazendeiro e ex - garimpeiro. Sua história é uma narrativa de sucesso, pois conseguiu angariar recursos através da extração de ouro e encontrava-se, muito tempo depois, “em boas condições de vida”, já que muitas pessoas de início semelhante ao dele não estavam. Mostrando-se um “bom narrador”, embora envolto no que se poderia chamar de “egonarrativa” (eu fiz, eu consegui, eu lutei, foi meu mérito...), sua fala se entrelaçava com coerência às demais narrativas gravadas.

Sendo obrigado à ficar na cidade até quarta-feira, dia vinte três, pude conversar novamente, com mais calma, com o Padre Joaquim Tebar Fernandes, já que o sábado e o domingo eram dias muito tumultuados para os agentes do trabalho religioso. O padre, bastante culto, continuou com seu ponto de vista global, repleto de preocupações com o ser humano, com o meio ambiente e com a comunidade numa crítica aguda ao sistema capitalista e ao processo de exploração sem limites do

<sup>16</sup> O Padre faleceu no dia 14 de fevereiro de 2009, sábado, em acidente trágico automóvel na MT-101, que liga Poconé ao trevo de acesso a Cuiabá. RD-New, Jornal de Notícias de Mato Grosso, 15 de fevereiro de 2009, Domingo: 20:03.

<sup>17</sup> Havia marcado com outra pessoa, um garimpeiro, mas o mesmo não foi encontrado por mim, não me recordo o que aconteceu. Em meu caderno de campo só consta, não encontrei.

<sup>18</sup> O termo foi marcado em meu caderno de campo, mas pelo tempo se perdeu a ideia, o significado ou o motivo pelo qual fiz o registro.

trabalhador e da natureza. Ele minimizou as marcas de progresso destacadas pelas pessoas que eram naturais do município, buscando uma condução mais racional em contraponto à materialidade urbana existente e as necessidades da comunidade. Agora, apresentados os sujeitos da pesquisa, acredito ser necessário também fazê-lo com o roteiro-guia utilizado para estimular as narrativas de memória.

### O roteiro das entrevistas

O objetivo do roteiro foi estabelecer um norte, bastante flexível, para o momento de inteiração com os sujeitos. É preciso deixar claro que ele: não foi utilizado na íntegra com todos os sujeitos da pesquisa; não obedeceu a uma ordem cronológica de perguntas; dúvidas particularizadas foram dirimidas quase que imediatamente, embora todos os temas tenham sido abordados, em maior ou menor proporção, por meio de questões e subquestões.

As primeiras indagações foram, como de praxe, os dados pessoais: *nome, idade, ocupação, estado civil, naturalidade*. Depois questões sobre a cidade. Como era a cidade antes de 1980? O que recordavam daquele tempo? Mesclando com perguntas pessoais sobre a infância? Adolescência? Vida escolar? Relações no bairro? Na Rua? Cidade? Dos lugares que mais gostavam de brincar, frequentar? Como esses lugares mudaram? Se se lembravam quando eles começaram a se transformar? Perguntas sobre o início do garimpo: como foi a chegada dos primeiros garimpeiros no início dos anos de 1980? Como ficou a cidade? O que as pessoas fizeram? Como e o que comiam? Bebiam? Usavam o banheiro? O que mais impressionou sobre àqueles tempos? Perguntas sobre a relação garimpo/cidade: O que o garimpo trouxe para o município de Poconé? Quais mudanças provocou? O garimpo e o futuro: Se consideravam que a emergência do garimpo era um signo de progresso? O que Poconé poderia se tornar com o garimpo? Como imaginavam o futuro? Sobre o garimpo: Se conheciam alguém ou tiveram relacionamentos com alguém que trabalhou garimpo? Como era o trabalho dos garimpeiros? Se sabiam se o garimpo era lucrativo? Sobre a relação entre cidade e garimpo: Como eram as noites naquele período? As festas? A movimentação da cidade? A prostituição? Os finais de semana?<sup>19</sup>

Depois de revisar as questões, pensando no processo de composição à ser realizado à partir das narrativas, comecei a refletir tendo como guia uma passagem escrita por Foucault, de que talvez o “problema fosse ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir

---

<sup>19</sup> Também foram incluídas questões sobre o meio ambiente: Essas questões serão suprimidas para focar apenas nas no período investigado.

dos outros” (FOUCAULT, 1979, p.5). Essa preocupação teórico-metodológica tornava a experiência de composição um grande desafio que, no sentido narrativo e de escrita, pudesse ser produtivo já que me condiziam à preocupações que não existiam no momento da produção do material.

### As regras da composição

A proposta deste texto é promover uma reorganização das narrativas colhidas no contexto da pesquisa realizada em 2005, com o objetivo de promover o seu *entrelaçamento* e, assim, promover um encadeamento sustentado em pontos comuns acerca do acontecimento vivenciado pelos sujeitos da pesquisa, fazendo emergir diferentes ângulos de um período da história local e seu conjunto de sentidos.

Como alertou Chartier (2002, p.11), por conta disso, faz-se necessário considerar - e tornar operatório – um conjunto de questões como: a *leitura* e a *apropriação* que faço dessas narrativas de memória, como também a relação entre mim e os sujeitos da pesquisa, bem como, entre eles e o próprio conhecimento que fazem emergir. É necessário compreender que a base que torna operatório esse entrelaçamento de discursos, de narrativas, encontra-se no fato de serem fontes, fontes orais, produtos da cultura e, assim sendo, passíveis de análises e interpretações diversas. Entendendo que, conforme Michel Serres (2005, p.35) “(...) o saber se narra e se desloca, assim, como o Universo, a vida e o pensamento”.

Como já reiterado, a primeira vez que essas narrativas foram utilizadas, em decorrência do momento histórico que vivia, foram consideradas unicamente pelo cruzamento com determinadas fontes - capazes, então, de assegurar a veracidade dos fatos. Agora, em outro momento, desejo considerá-las como potências em si mesmas. Como possibilidades que surgiram e foram efetuadas. Assim, cada narrativa movimenta em si mesma uma potência e nela será explorada.

Mas essas narrativas não estão livres. Pensa sobre elas os fios e as redes que as prendem à uma visão de como se deve seguir. Se elas estivessem realmente livres, não seria possível promover essa composição, pois, uma composição pressupõe *cortes, seleções, conjunções e fragmentações*, tudo que é da categoria da análise, já que nenhum recorte pode ser neutro, e, que toda a seleção é sempre arbitrária e nasce de um desejo de poder, talvez de equilíbrio e de contradição<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Aqui recordo-me do texto do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior intitulado: *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio*. No texto Albuquerque Júnior (2007, p.101-112) analisa o debate entre Ginzburg e Foucault. Para Ginzburg, a postura teórico-metodológica de Foucault foi equivocada à medida que não interpreta a documentação referente ao caso Rivière, cuja documentação era bastante farta para fazê-lo. Considerando a trajetória de Foucault, Albuquerque Júnior explica que Foucault parte do pressuposto de que o real é uma construção discursiva feita tanto no passado quanto no presente (...) ao ressaltar os silêncios em Foucault entende que estes possuem um significado teórico-metodológico decisivo. Ou seja, de questionar a pretensão de um discurso total, de um discurso da verdade.

Outro elemento presente no contexto dessas narrativas é o tempo. Alinho-me a Montenegro (2010, p.11) para quem “a passagem do tempo não pode ser sempre responsabilizada pelas alterações que as lembranças introduzem na narrativa do vivido. Um tempo acelerado, pleno de acontecimentos diários, repleto de significados é sempre para alguns o tempo presente”. Mas, para citar Koselleck (2014, p.13), “a duração do sentido vive na repetição”.

Feitas as ressalvas, entendo que para apresentar o período, construído pela memória dos sujeitos da pesquisa, faz-se necessário uma estratégia. Desse modo, optei por: encadear os relatos para formar um texto único e linear. Ou seja, existe uma construção estrutural que pode ser entendida pelo leitor como *uma interpretação dos fatos*, já que as passagens e sua inteiração foram concatenadas por mim. Entretanto, essa ideia emerge do “efeito do entrelaçamento das vozes”. Elas trataram do mesmo espaço-tempo e período, permitindo a produção de um texto que, partiu das mesmas indagações, guardadas as percepções de mundo e sociedade de cada um. O que se fez aqui foi trazer à tona os desdobramentos das narrativas enquanto construção discursiva sobre um passado-presente<sup>21</sup> na vida dos sujeitos entrevistados, concatenando trechos que pudessem permitir um melhor desenvolvimento narrativo para o leitor.

No tocante a reorganização das narrativas temos o seguinte: a mudança entre os assuntos tratados no texto ocorre por meio de parágrafos. A ordem desses assuntos obedece ao roteiro inicial exposto acima, o mesmo utilizado para a realização das entrevistas. Informações e esclarecimentos serão apresentados através das notas de rodapé. As narrativas obedecem a ordem temporal presente no roteiro, embora algumas gravações não tenham obedecido essa ordem, a maioria obedeceu. Por uma questão de praticidade, segui à tradicional condução de começo: *antes da chegada dos garimpeiros ao município*. Desdobramentos: *o movimento de chegada e suas ações*. E o final: *momento da proibição das atividades do garimpo individual e a instalação de organizações e empresas mineradoras*.

O objeto do texto são as narrativas e o processo de composição que é realizado. Assim, na nota de rodapé aparecerá o nome do respectivo entrevistado, sendo mantido o verdadeiro, como apresentado acima. Trata-se de uma questão garantir o protagonismo de cada um, já que uma das vertentes para uso de fontes orais nos faz refletir sobre o papel dos indivíduos apartados da história.

Na elaboração da composição foram omitidos casos comprometedores e de visível polêmica. No meu entendimento, a força das narrativas é capaz de produzir, por si própria, o efeito desejado, não necessitando se valer de subterfúgios, dramas paralelos e indelicadezas de qualquer natureza. Entendo que cabe aqui uma passagem escrita pela historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto que diz:

---

<sup>21</sup> Interessante notar que esse passado se tornou presente pela primeira vez através da memória dos informantes, em 2005, tendo se passado cerca de quinze anos do momento final do tempo narrado por eles (entre 1980-1990). Agora, em 2020, quinze anos depois, novamente esse passado se torna presente, desta vez por meio da escrita.

[...] as histórias narradas, ao transitarem pelas experiências dos personagens e grupos focalizados, levando-se em conta os fragmentos de relatos orais e escritos, tornaram-se indicadoras de comportamentos e atitudes de homens e mulheres que anunciam suas escolhas no imbricado jogo das redes sociais (GUIMARÃES NETO, 2006, p.51-2).

As narrativas são o indicativo de um comportamento que anuncia escolhas dentro do jogo social e precedem “equilíbrios e mudanças, rupturas e circunstâncias [...] poucas são as narrativas que se afastam do equilíbrio” (SERRES, 2005, p. 31).

## O “Tempo do Garimpo”

[...] o tempo passa, as pessoas entediam-se ou vivem seu quinhão de felicidade. Quando, porém, sobrevém um fato colossal, de efeitos inesperados, em dimensão ou natureza, e que, por exemplo desvia a direção do formato monótono das regras anteriores, nós lhe damos então o nome de acontecimentos.

Michel Serres<sup>22</sup>

[...] Poconé era uma cidade pacata. Uma cidadezinha do interior do Mato Grosso. Aqui todo mundo conhecia todo mundo, a gente dormia de janela aberta, ah, bom! Eu, de vez em quando, inda durmo!<sup>23</sup> [...] aqui não tinha muitas ruas, não! Era mais aqui no centro mesmo. A gente ia na igreja, voltava, sentava na praça, era assim aqui<sup>24</sup> [...] meus meninos eram pequenos, eu levava lá na pracinha pra tomar refrigerante e lá eles brincavam, era bem calmo<sup>25</sup>. [...] A gente soltava pipa, brincava de pique, corria, corria, não tinha muitas ruas não, era mais aqui mesmo, então, não tinha grandes. Também não tinham muitas lojas, nem variedade de coisas, você subiu, desceu e já atravessou tudo. Longe mesmo era se você fosse pra fazendas, se você fosse pra Cangas, Chumbo, ai, então, era longe, que tinha de ir de carro ou montaria, mas aqui, aqui eu corria a cidade toda. Minha mãe só não gostava que nós fosse perto de esgoto ou que sumisse de vez da vista dela<sup>26</sup>. [...] Domingo eu ia pra missa, foi lá que eu conheci meu marido<sup>27</sup> [...] Eu, quando fiquei mais rapazinho eu gostava de ir nos bailes, aqui era mais festa de santo, sabe, tinha festa nos sítios também, tinha festa na igreja, se matava boi, era bom demais, eu dançava, eu gostava que tinha as meninas pra gente dançar<sup>28</sup> [...] Aqui mesmo era meio parado, só *em certos períodos* era que tinha as festa, não era toda vez não<sup>29</sup>. [...] eu gostava quando a cidade ficava cheia de gente, que meus primos vinham pra cá na época da chuva, trazia doce, vovó vinha de lá cheia de troço e ficava aqui em casa<sup>30</sup>. [...] O meu avô tinha uma fazenda, sabe. Só que era difícil de chegar lá porque era bem longe, num pedaço ruim de atravessar. Eu tinha medo, diz que tinha onça pra lá, sempre tive medo, credo! Gostava mesmo era quando eles vinham tudo pra cá<sup>31</sup>. [...] Mas a cidade foi muito tempo sem oferecer nada, sabe? Olha, você olhava tudo e era essa mesma coisa<sup>32</sup>. [...] Vai na mercearia, vai na feira, vai compra peixe, vai na escola. E eu andava hem! Eu circulava tudo aqui, vendia mesmo era na praça. Passava na oficina de Sr. Zé, ia na casa de Dona Nica costureira e vinha pra casa<sup>33</sup> [...] Antes aqui, meu filho, não tinha tantas lojas, até nós tínhamos sim, mas lojas que ofereciam variedades, essas eram poucas. Supermercado, nós não tínhamos aqui. Nós tínhamos aqueles armazéns, pequenos mercadinhos, que vendiam verdura, arroz, feijão, mas era de pouca, pouca variedade. Com a vinda do garimpo aí é que aumentaram os mercados<sup>34</sup> [...] aqui era uma cidade de interior sem grandes problemas e também sem grandes ambições. Não havia muitas ambições em geral. E hoje em dia, os meios de comunicação,

<sup>22</sup> SERRES, Michel. Narrativa. In \_\_. Ramos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.114.

<sup>23</sup> Depoimento do Sr. Antônio, comerciante.

<sup>24</sup> Depoimento de Dona Maria.

<sup>25</sup> Depoimento de Dona Cláudia.

<sup>26</sup> Depoimento do Sr. Antônio

<sup>27</sup> Depoimento de Dona Antônia.

<sup>28</sup> Depoimento do Sr. Antônio.

<sup>29</sup> Depoimento de Dona Maria, mãe de Dona Joseni.

<sup>30</sup> Depoimento de Dona Antônia.

<sup>31</sup> Depoimento de Dona Maria.

<sup>32</sup> Depoimento da Dona Maria, Mãe de Dona Joseni.

<sup>33</sup> Depoimento de Dona Antônia.

<sup>34</sup> Depoimento de Dona Joseni

que deixam ver tudo que há pelo mundo, então, deixaram entrar essas ambições que antes não haviam, o desejo de ser como os outros são. Então, cresceu. Agora, o instinto está em crescer e crescer mais, e cada vez mais, mesmo que não se saiba bem, como é que vão fazer<sup>35</sup>.

[...] Em 1980, ou entre 1980 e 1984, o garimpo se implantou, foi anárquico porque se instalou sem método, sem forma, sem uma normativa, se instalou de uma maneira muito anárquica, cada qual à revelia, como entendia bem. Eram buracos à céu aberto e, então, isso trouxe uma degradação ambiental muito grande. Trouxe problemas e trouxe soluções. Soluções econômicas para muita gente, por que corria dinheiro fácil e, então, muita gente reformou suas casas, muita gente cresceu, mas realmente só isso<sup>36</sup>. [...] Quando o povo foi chegando, aí foi aquele desespero. Não tinha comida. Eu mesmo dei comida pra muita gente que estava passando fome. E esse povo não queriam nem saber se tinha lugar pra ficar ou não tinha. Queriam tomar café, não achavam nem quem vendia o café, quem dava café. Quantas vezes eu acudi gente aqui. Dava café pra eles, um prato de comida<sup>37</sup> [...] aqui não era bem assim ao que eles vieram, né? Mas foi chegando bastante gente, lotou aqui. Tinha gente que dormia aí nessa pracinha. Colocavam lona no chão, cobriam com lona e dormiam. Quando correu notícia que achava ouro assim na rua, então, todo mundo veio correndo pra cá. Foi uma corrida contra o tempo, mas valeu. Lotou de gente mesmo<sup>38</sup>.

[...] com a entrada do garimpo, que as coisas mudaram, né? Porque entrou mais gente. Quer dizer que o povo que veio entrou mais saliente que nós aqui. O poconeano mesmo ficou sumido<sup>39</sup> [...]. Você vê que quase o povo não entrosava bem desde o começo, mas a gente ia levando. Ia levando porque começou a aumentar as coisas, a gente começou a ver, teve mais mercado, meu vizinho abriu um mercado, depois aquele velho lá de cima, esqueci o nome dele, que morava perto da igreja, numa casa azul, a família dele abriu um mercado também e minha vizinha cozinhava e ganhava dinheiro, depois surgiram as feiras que vendiam de tudo, tinha muita coisa vendendo, comprando, deu mais movimento pra nós aqui<sup>40</sup> [...] Nesses quase dez anos, não sei, o garimpo dava a sensação para alguns que era só arranhar um pouquinho a terra e já saía ouro, e não é verdade isso aí. Têm-se muitas saídas. Mas de qualquer maneira o garimpo trouxe economicamente alguma coisa. Alguns cresceram, alguns fizeram alguma coisa, por exemplo, aumentaram suas casas, aumentaram um quarto para a família, compraram talvez uma terra. A maioria não, a maioria com certeza não<sup>41</sup> [...] entre a coisa que mais melhorou por aqui, pra mim foi o Asfalto! Ah! foi o Asfalto! Porque aqui, a rua era muito triste quando chovia. Eram aquelas valetas e que aqui era muita laje. Aí, aqui era só valetas, essas ruas. Quando chovia era sujeira de barro para limpar dentro de casa, na seca era poeira, triste meu filho. A praça era tudo cheio de buraco. Aqui onde não era buraco, era laje e sujava muito, com o asfalto dessa rua, não, aí acabou a sujeira [...] Então, essas que foram as grandes transformações, fizeram ruas asfaltadas<sup>42</sup>. [...] acho que a tendência é sempre melhorar, aqui passou a ter um monte de coisas novas. Olha, o trabalho que dava subir até naquela rodoviária velha, então, abriu uma melhor e, toda hora tinha ônibus chegando e saindo para Cuiabá. Açougue, bancos, tinha banco que nem tinha em Cuiabá, mas abriram agência aqui<sup>43</sup>. [...] transformou tudo. Foi a época que mais ganhei dinheiro. Eu dava aula particular para os filhos de várias famílias aqui, ganhei dinheiro bastante. E olha, vou dizer, qualquer coisa que você inventasse aqui nesse Poconé dava dinheiro, era vender bolo, abrir comércio, vender roupa, tudo dava dinheiro<sup>44</sup>. [...] Penso que todos acreditavam que a Poconé iria crescer. Era o movimento das ruas, era o aparecimento de novos comércios, era a construção de casas, mas o alicerce de todo o movimento era fraco. Qualquer pessoa mais instruída veria que logo tudo iria acabar. Muita gente achava que era pra sempre, o garimpeiro achava que era pra sempre, mas nada é pra sempre neste mundo<sup>45</sup>.

[...] Corria dinheiro, de mercado à loja de roupa, mandar buscar carro em Cuiabá pra garimpeiro, tudo isso eu vi. Meu irmão participou de tudo isso, de tudo, tudo mesmo que você possa pensar. Ganhou

<sup>35</sup> Depoimento do Padre Joaquim.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Depoimento do Sr. Antônio.

<sup>38</sup> Depoimento de Dona Cláudia.

<sup>39</sup> Depoimento do Sr. Antônio.

<sup>40</sup> Depoimento de Dona Maria, mãe de Dona Joseni.

<sup>41</sup> Depoimento do Padre Joaquim.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Depoimento de Dona Maria.

<sup>44</sup> Depoimento de Dona Joseni.

<sup>45</sup> Depoimento do Padre Joaquim.

dinheiro, gastava, achava que amanhã vinha mais e gastava<sup>46</sup>. [...] E garimpeiro guardar dinheiro? Se não gastar não acha mais. Amanhã tem mais, só que precisa gastar. Outra coisa, meu irmão sempre diziam: - Em garimpo precisa correr sangue! Garimpo que não corre sangue não presta, não! Não acha ouro<sup>47</sup>. [...] foi um tempo de violência também, muita voltavam, mas de noite vinham atrás de comida, mulherada, ai gente morria por nada, existem casos em que a polícia nunca soube dizer quem morreu? Quem matou? Também teve muito caso de estupro aqui e a Igreja, como sempre, enfrentando esses casos, confortando as famílias, houve ação da Igreja sim, contra tudo de ruim que o garimpo também trouxe, violência, brigas, morte e desarmonia<sup>48</sup> [...] Tudo o que aconteceu foi progresso sim, foi desenvolvimento, mas agora, você vê, depois de 1992, 1993 tudo foi ficando assim, meio parado<sup>49</sup>. [...] Eu não sei se o garimpo foi melhor ou foi pior pra cidade. Eu acho que foi bom, correu dinheiro, muita gente enriqueceu, uns ficaram pobres, outros ficaram ricos pra voltar a ficar pobre. Tem um bêbado ali, um que esses tempos passou pedindo ajuda. Esse homem já teve dinheiro, hem! Nossa, ficou rico, rico, rico e hoje não tem nada.<sup>50</sup> [...] Olha, eu penso que foi progresso sim<sup>51</sup>. [...] Bom, não aproveitou quem não quis. Eu, por exemplo, to nesse aqui, nesse velho, batido comércio, não mudei nada. Então, os filhos falavam: Pai tem que muda! Tem que montar um mercadinho! Agora, o senhor fica conservando nesse aí. É “bolicho” que fala isso aqui né? Coisa antiga<sup>52</sup> [...] Fisicamente a cidade era outra coisa, né? Já se passaram trinta e quatro anos e, nossos homens fizeram muitas seções novas. Agora as ruas estão asfaltadas, e não estavam. Em aspectos físicos a cidade era outra coisa, as ruas eram só terra e buracos, de água, durante as águas e, bom, o eram durante os tempos da seca também. Fisicamente a cidade cresceu um pouquinho e, humanamente é assim, vale!<sup>53</sup> [...] Minha sobrinha casou com um garimpeiro, ele veio do Maranhão pra cá, veio sozinho, mas conseguiu trabalhar, pegou ouro, comprou uma casa. Ela tem um guri dele, não teve outro filho não<sup>54</sup>. [...] A gente via passar eles ai. De manhã quando iam para o trabalho, de tarde, quando gastavam<sup>55</sup>. [...] Meu filho mais velho era louco pra acompanhar esse povo, nunca deixei, não gostava, um povo sujo, sem educação, mexiam com as mulheres na rua, deles não conheci ninguém<sup>56</sup>. [...] Eu fui criando dentro do garimpo, tinha de seis pra sete anos quando meu pai foi mexer com isso. Cavei buraco, usei bateia, lavei cascalho, levei saco de terra nas costas, de tudo eu fiz. Quando meu pai morreu, minha mãe não quis ficar mais no buraco, aí, nós vendeu pra continuar aqui. Ganhamos dinheiro que comprou essa casa aqui, minha irmã mais velha fez o casamento dela com um garimpeiro que veio de Manaus e hoje ela mora lá, eu saí da casa<sup>57</sup>. [...] Conhecer eu tive amizade com três pessoas no garimpo. Eles vinha aqui, comprava fiado, mas pagava direitinho, não posso me queixar, eram gente boa, compraram seis anos comigo e nunca deixaram de pagar<sup>58</sup>. [...] Olha, ficar no meio do negócio que era ruim. Eu como mulher, eu sofri bastante preconceito aqui. Um monte de gente queira que eu fosse era puta, puta eu não sou, eu era bonita, mas eu falava: - Já tem zona aberta! Eu falava, vai lá! Eu só queria é trabalhar no garimpo. Muitos homens que eu conheci só queria tornar minha vida uma zorra, mas eu aguentei. Nós começou em 1986, eu e meu irmão. Minha sorte era que eu tinha meu irmão junto comigo. E ele era mais novo, Cássio, mas bom de briga. Nós não estava ali por nada, não, nós estávamos era porque precisava, nós não tinha mãe, não tinha pai direito, o jeito era tentar se virar. A saída foi o garimpo. Eu não fiz nada de mais, não dei, não roubei homem de ninguém, olha, eu só cavei pra juntar um dinheiro<sup>59</sup> [...] O trabalho no garimpo era duro. Nego suava menino, eu carregava terra até meu lombo arder, abrimos esses buracos ai tudinho, mas não foi tudo na mão, não, mas era pesado. Por isso que de noite a gente bebia, bebia mesmo pra passar a dor do corpo<sup>60</sup>. [...] comigo trabalhavam umas sete pessoas, todo mundo era bem

<sup>46</sup> Depoimento de Dona Cláudia.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Depoimento do Padre Joaquim.

<sup>49</sup> Depoimento de Dona Joseni.

<sup>50</sup> Depoimento de Dona Antônia

<sup>51</sup> Depoimento de Dona Maria, mãe de Joseni

<sup>52</sup> Depoimento do Sr. Antônio.

<sup>53</sup> Depoimento do Padre Joaquim.

<sup>54</sup> Depoimento de Dona Maria.

<sup>55</sup> Depoimento de Dona Antônia.

<sup>56</sup> Depoimento de Dona Maria.

<sup>57</sup> Depoimento de Marcelo

<sup>58</sup> Depoimento do Sr. Antônio

<sup>59</sup> Depoimento de Ângela.

<sup>60</sup> Depoimento de Adinei Marcelo.

unido, gente firme mesmo, de rocha, não tem? Era de manhã e tarde só subindo terra, lavando. Pegamos ouro. Chegamos à achar muito ouro até. Acho que em 1989, o Júlio, filho do Baiano Preto, caiu no buraco e morreu, ela estava brincando e nós não viu. Logo a família dele foi embora, mais foi por causa da mulher, o Baiano não queria ir não<sup>61</sup>. [...] eu vou te mostrar umas faísquinhas que eu ainda tenho, não é muita coisa não, só um punhadinho que eu não dei fim, você que não conhece ouro olha, esse é ouro mesmo<sup>62</sup>.

[...] A gente ganhava dinheiro e fazia o que? Reunia, bebia, ia atrás de mulherada. Era gostoso demais. Muita gente aqui ia quase todo dia atrás de mulher. Quando começou os cabarés, eram uns três bem conhecido, a mulherada ganhava dinheiro, porque os cara ficava na estiga o dia todo<sup>63</sup>. [...] Eu conheci um velho, barba branca já, que quando ele bamburrou aqui uma vez ele chamou uma mulher da zona pra casar com ele, ela era novinha, mas pensa numa mulher. Acho que tinha uns dezoito anos, não sei. Ela não foi boba, casou, mas não ficaram muito tempo aqui, o povo tirava sarro demais desse barba, falavam demais dele<sup>64</sup>. [...] Eu gostava de ir era na feira, era grande, tinha de tudo e eu gostava de comer pastel, comprava pão, uma delícia, era uma velha polacona que vendia. O duro que os homens mexiam com a gente lá, tem hora dava até briga se deixasse, daí eu corria e vinha embora<sup>65</sup>. [...] Tinha homem ai que comia se achava ouro, outros achavam bastante, tinham mais sorte, mas também gastava tudo. Eu achei bastante ouro, achei, mas meu irmão mais novo, que era bem ladino, o que que ele fazia, investia pra nós. Eu deixava ele investir e hoje eu tenho umas terra, foi suada, foi, mas se eu tivesse tomado peito sozinho, ai não tinha nada, foi com a família<sup>66</sup> [...] Quem gastou dinheiro amoadado aqui com mulherada, porque, naquele tempo era fácil, bom, hoje eu to casado, mas eu te falo a verdade, era fácil, era você juntar o ouro, ir na boate e você pagava, não era qualquer uma daqui não, era loira, morena de olho verde, pele sedosa, cheirosa e fazia a festa mesmo. A velharada podia ser feia como fosse, sem dente, fedida, mas elas iam mesmo e voltava pra casa com a burra cheia de dinheiro. Tinha garimpeiro que trocava ouro aqui comigo que contava, era noite inteira, todo mundo nu, só no Whisky importado, quando chegava de manhã, vestia roupa, saia pedindo fiado um cigarro e uma latinha de refrigerante para pagar com o ouro do outro dia<sup>67</sup> [...] Olha meu filho, eu não tinha contato com essas mulheres, a igreja era contra os castelos que elas viviam. Eu sei que durante o dia tinha umas que saiam até indecentes, mas eu não sou Deus, não julgo elas, não sei como elas foram parar lá. Já vi umas novinhas na rua, na feia, nas festas que tinha aqui, mas nunca me fizeram mal, Deus sabe! Cabo o garimpo, esses homens aqui, muitas foram embora e, eu espero que tenham saído ricas, se não saíram é triste, elas aguentaram bastante coisa, eu não aguentava<sup>68</sup>. [...] o garimpo foi responsável por alguma desmoralização dos costumes, né? Havia um aspecto muito grave no garimpo, o aspecto, por exemplo, da prostituição, essa coisa foi aumentando demais por aqui. Mais isso eu também não gosto de comentar. Isso é incentivo que a moral foi caindo, mas a Igreja meu filho, a igreja agiu. Mas a igreja tinha um padre só, né? Então, não podia fazer muita coisa, mas tomou atitude sim. A igreja inventou a comunidade. O movimento comunitário foi sempre uma espécie de estratégia de defesa contra esses problemas sociais<sup>69</sup>.

No final deste ano [1983] introduziu-se, em termos de tecnologia de garimpo em Poconé, os moinhos, ainda para moer cascalho solto. Em alguns casos já se emprega o maquinário pesado como caminhões e retroescavadeiras, basicamente para coleta e transporte de cascalho até o local de lavagem. O controle desse equipamento determina os lugares que passaram à ser ocupados pelos poconeanos, que timidamente entram no negócio de compra de cascalho<sup>70</sup> [...] O garimpo foi destruição. Você olha a periferia é só buraco, buraco. O que é isso? É o resultado do garimpo. É bem verdade que aqui foi fundado com um garimpo<sup>71</sup>. Os colonizadores, né?<sup>72</sup>

<sup>61</sup> Depoimento de Marcelo.

<sup>62</sup> Depoimento de Adinei Marcelo.

<sup>63</sup> Depoimento de Marcelo.

<sup>64</sup> Depoimento do Sr. Antônio.

<sup>65</sup> Depoimento de Dona Maria.

<sup>66</sup> Depoimento de Walter.

<sup>67</sup> Depoimento do Sr. Carlos Antônio.

<sup>68</sup> Depoimento de Dona Antônia.

<sup>69</sup> Depoimento do Padre Joaquim.

<sup>70</sup> Depoimento do Padre Joaquim

<sup>71</sup> Conforme a Ata de fundação de Poconé, a cidade foi fundada em fins do século XVIII, a partir da descoberta de minas e lavras de ouro em seu território. O nome oficial registrado na Ata era *São Pedro del Rey*, designação suplantada pelo no dos povos beripoconé, que ocupavam a região e ainda lhe concedem o nome.

<sup>72</sup> Depoimento de Maria.

[...] De repente o negócio começou a desandar. Aí teve a quebra do garimpo, né? A desculpa foi que o governo mandou fechar, botou cachorro pra correr com garimpeiros, e tudo mais né? Aí começou aquele paradeiro. Olha, mas tinha uns dois anos que aqui falavam assim: Ah! Poconé vai ficar a cidade fantasma<sup>73</sup>. Você poderia sair qualquer hora na rua que ninguém te via. Sabe morto, morto, morto. O movimento que tinha era assim: as crianças vão para as escolas, quem saía pra trabalhar nos seus servicinhos, muitos comércios fecharam, muitas lojas, foi àquela decadência<sup>74</sup>. [...] Depois já, passou uns dois, três anos nessa maré braba mesmo, né? Aí parece que começou assim, engrenar o andamento das coisas. Tentou voltar no que era antes, que Poconé antes era uma cidade pacata, que todo mundo sentava na porta pra conversar, rir, brincar, antes do garimpo, né? Aí até tentou voltar a isso. Mais só que existem coisas que não tem mais volta. As consequências da decadência do garimpo ficaram demais<sup>75</sup> [...] Minha filha nasceu em 1994, já era o fim do garimpo. Ela não lembra. A polícia já tinha entrado e tirado os garimpeiros. Já era a empresa e não tinha mais meio de garimpar, mas eu ia longe ainda. Eu não desisti fácil não, eu ia no mato mesmo, porque agora não era só eu, tinha a filha.<sup>76</sup>

### A experiência de revisitar e de compor narrativas

Em razão do trabalho de elaboração, resultante da relação que se estabelece entre as memórias (passado) e a percepção de algo (presente), as marcas que se constituem como memórias devem ser compreendidas como registros híbrido.  
Antônio Torres Montenegro<sup>77</sup>

Revisitando as narrativas percebi que o lapso temporal de produção foi providencial para o entendimento que elas deveriam ser apresentadas de outra modo. Como fontes orais, ela já passou pelo processo de transcrição, separação e foram cruzadas e utilizadas para reforçar, negar questionar. O que se desejava agora era deixá-las tão livres quanto possível.

Ao retomar a bibliografia à luz desses discursos, foi possível refletir sobre a história como produto dos historiadores, criada a partir de fontes, registros do passado, mas que essas fontes não são a história. Essas memórias, retomando à Montenegro (2010), “nem são o passado, são registros híbridos”, produtos das experiências dos indivíduos, repletos filtros, de reconfigurações e que precisam da interpretação histórica como um caminho possível dentre um conjunto múltiplo de possibilidades.

Trançar pontos comuns presentes nos depoimentos, para formar uma narrativa corrente, como se apresentou acima, veio na perspectiva de uma liberdade possível, já que todo conjunto de relações que são criadas, são interpretações possíveis diante de um determinado acontecimento histórico ou não. O que se apresentou acima foram convergências presentes nos depoentes: *Como era a cidade antes do garimpo (de 1980)? Como ficou depois? O que o garimpo trouxe? O que deixou de trazer? O que representava? O que não se concretizou?* Todos os depoimentos seguiram, em maior ou menor medida, o roteiro-guia, que, com alguns problemas, foi explorado todas as vezes, com todos os sujeitos da pesquisa.

Com relação as passagens que se deveria explorar, buscou-se focalizar no processo de interpretação, embora não-indicativo, na forma de citação-interpretação-citação, mas sempre interpretação, de qualquer forma. Foram apresentados os sujeitos da pesquisa, de forma que o leitor

<sup>73</sup> Depoimento de Dona Joseni

<sup>74</sup> Depoimento de Dona Maria, Mãe de Joseni

<sup>75</sup> Depoimento de Dona Maria

<sup>76</sup> Depoimento de Marcelo.

<sup>77</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. História, Metodologia, Memória. São Paulo: Contexto, 2010, p.40.

pudesse perceber o encaminhamento de seu discurso no conjunto e aquilo que foi produzido por esse conjunto, uma percepção geral de antes-durante-depois. Assim, acreditamos se cumprir o nosso objeto de entrelaçar as vozes de forma a fazê-las aparecer e, através delas, um período da história local do município de Poconé, Mato Grosso: O tempo do garimpo.

Coletivamente lembramo-nos porque soubemos explorar as propriedades dessas mesmas coisas que sabe escrever uma sobre as outras, como o entalhe do cinzel sobre o mármore, as manchas de tinta sobre o papel branco ou os circuitos de chips eletrônicos. Participo das coisas porque possuo memória.  
Michel Serres<sup>78</sup>

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru-São Paulo: EDUSC, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador: Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov*. In:\_. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BOHNSACK, Ralf. *Métodos Reconstitutivos na pesquisa social empírica em distinção aos procedimentos de teste de hipótese*. In:\_. *Pesquisa Social Reconstitutiva: Introdução aos métodos qualitativos*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020, p.21-42.
- CERTEAU, Michel. *Operação Historiográfica*. In:\_. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2ª edição, 2006, p. 65-122.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. São Paulo: Editora da FGV, 8ª Edição, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Verdade e Poder*. In:\_. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 23ª edição, 2007, p.1-14.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: Possibilidades e Procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Memória, Relatos e Práticas de Espaço: cidades em área de ocupação recente na Amazônia (1970-2000)*. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, V.09, N.01, Jan-Jun, 2006, p.49-68.
- KOSELLECK, Reinhart. *O entrelaçamento e a mudança das três dimensões temporais*. In:\_. *Estratos do tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC, 2014, p.121-208.
- MACHADO, Renato. *Introdução*. In:\_. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 23ª edição, 2007, p.07-23.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido: O caminho de swann*. São Paulo: Globo, Volume I, 2006.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas- São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

<sup>78</sup> SERRES, Michel. *O Incandescente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.50.

SERRES, Michel. *O Incandescente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.11-150.

\_\_\_\_\_. *Narrativa*. In:\_. Ramos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 109-212.

\_\_\_\_\_. *Narrativas do Humanismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

## O ÍNTIMO E OS SENTIMENTOS REVELADOS PELOS EGODOCUMENTOS DE UM ACERVO ARQUIVÍSTICO: AS AGENDAS PESSOAIS DA DR<sup>a</sup> GILBERTA BENSABATH CONTRASTANDO COM A SUA IMAGEM PÚBLICA



REDM  
ISSN: 2176-5804

**Augusto César Luiz Britto**

Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura – PPGCLC pela Universidade da Amazônia – UNAMA. Graduado em História pela Universidade Franciscana – UFN e em Arquivologia pela da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Docente do Curso de Arquivologia da UFSM  
augusto.britto@ufsm.br

**Analaura Corradi**

Doutora em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia – UNAMA  
corradi7@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise das agendas pessoais contidas no acervo da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath sob a perspectiva dos “egodocumentos”. Estas fontes se caracterizam pela presença do “eu” nas narrativas documentais revelando principalmente os sentimentos e a intimidade do titular de um arquivo pessoal. Diante desta concepção, buscou-se, mediante a análise de conteúdo como método, identificar as reflexividades presentes nos documentos analisados para se compreender o íntimo da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath e contrastar com a sua imagem pública consolidada. Além disso, almejou-se assimilar quais eram as razões que levaram a titular a elaborar as suas narrativas privadas na maneira em que se apresentam no decorrer dos anos estudados. Pretende-se, com este artigo, que o mesmo se torne um modelo alternativo de compreensão do contexto documental contribuindo não apenas com os pesquisadores acadêmicos como também com os arquivistas na efetuação de suas atividades, principalmente, a descrição e a difusão documental.

**Palavras chaves:** Egodocumento. Gilberta Bensabath. Arquivo Pessoal.

### ABSTRACT

The present work presents the analysis of the personal agendas contained in the collection of Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath from the perspective of “egodocuments”. These sources are characterized by the presence of the “I” in documentary narratives, revealing mainly the feelings and intimacy of the owner of a personal file. In view of this conception, it was sought, through content analysis as a method, to identify the reflexivities present in the analyzed documents in order to understand the intimacy and contrast with its consolidated public image. In addition, the aim was to assimilate what were the reasons that led the holder to elaborate her private narratives in the way they are presented during the years studied. It is intended, with this article, that it becomes an alternative model for understanding the documentary context, contributing not only with academic researchers but also with archivists in carrying out their activities.

**Keywords:** Egodocument. Gilberta Bensabath. Personal archive.

### Introdução

Os arquivos pessoais contêm documentos com informações relevantes sobre as ações

efetuadas pelos titulares no decorrer de suas vidas. É possível ao ler as peças documentais de um acervo acompanhar a trajetória pessoal e/ou profissional de um indivíduo e sua rede de contatos, além da sociedade e a época em que estes pertenciam.

Diferentemente dos arquivos tradicionais (oficiais de Estado ou os demais arquivos privados), os arquivos pessoais possuem documentos que não revelam apenas as ações e tomadas de decisões realizadas pelo ente produtor/acumulador de documentos, mas também fragmentos da intimidade daquele que os redige, ou seja, os sentimentos, as confissões, as perspectivas e as suas motivações. Os documentos nos quais oportunizam a visualização e a análise do privado de personalidades contrapondo com a sua imagem pública foi denominado em 1958 pelo historiador Jacob Presser de “egodocumentos” (MOSTACERO, 2006; SILVA, 2015).

A literatura arquivística recentemente vem se apropriando do tema “egodocumentos” com o intuito de compreender as espécies documentais típicas deste tipo de fonte. Destacam-se as obras de Camargo; Goulart (2007) e Britto; Corradi (2018) cujos textos visam contribuir não apenas com o aprofundamento do tema “arquivos pessoais”, mas também qualificar as pesquisas acadêmicas realizadas com estes vestígios, além de facultar ao arquivista um método de interpretação de dados contidos no acervo que poderão ser utilizados nas atividades de descrição e difusão documental.

Tendo como arcabouço teórico a compreensão sobre os egodocumentos, esta pesquisa teve como intuito analisar as informações contidas nas agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath tanto sobre a sua flexibilidade (personalidade) quanto ao contexto social na qual ela se inseria. A biografia da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath será explanada no terceiro capítulo.

A escolha pelas agendas contidas no Arquivo Pessoal da Dr. Gilberta Bensabath para a análise de sua intimidade foi devido ao volume considerável de peças documentais existentes no qual totaliza quarenta e seis (período de 1980 a 2012). A quantidade de agendas proporcionaria visualizar as reflexividades da titular do acervo em épocas diferentes permitindo a análise da evolução de sua personalidade em âmbito privado. Além disso, as agendas são os “egodocumentos” por excelência em seu acervo, já que a sua dedicação a atividades profissionais no Instituto Evandro Chagas – IEC resultou em poucas relações pessoais fora do ambiente de trabalho e, conseqüentemente, pouca produção de documentos como cartas, cartões, bilhetes entre outros que evidenciam este tipo de interação.

A compreensão da personalidade da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath em seu íntimo proporcionou a comparação com a sua imagem pública consolidada, ou seja, de uma mulher pesquisadora da área da saúde tropical reconhecida internacionalmente, uma pessoa a frente do seu tempo, dedicada no que se propõe a realizar, intelectual, apaixonada pela ciência e firme nas ações desempenhadas. O estudo do privado da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath apresentado neste trabalho revela que nem sempre a imagem pública está em consonância com o “eu” no privado.

O foco não era apenas identificar a sua personalidade no privado, mas compreender as razões que a levaram a construir uma narrativa em suas agendas sobre este aspecto de sua vida, já que estes documentos eram conservados por ela com o intuito de serem acessados no futuro por diferentes pesquisadores.

O arquivo pessoal da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath está custodiado pelo Instituto Evandro Chagas – IEC em Ananindeua/PA onde recebeu tratamento arquivístico adequado durante os anos de 2016 a 2019. Após a transferência, ele foi arranjado, ordenado, notificado, descrito conforme a Norma Brasileira de Descrição – NOBRADE, digitalizado, inseridos metadados, e migrado para o Sistema Memory<sup>1</sup>. Excetuando alguns documentos que contém informações de cunho pessoal de terceiros, de pacientes e/ou de direitos autorais, todos estão disponíveis para consulta e *download* no referido Sistema. A relevância do trabalho da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath para a ciência e a facilidade em consultar os seus documentos também foram decisivos para a escolha destes para serem objetos deste estudo.

O método escolhido para se analisar as agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath foi o de “análise de conteúdo” no qual gerava uma “Ficha de Coleta de Dados – FCD” correspondente à agenda examinada. Encerrada a leitura e análise das agendas, as reflexividades foram catalogadas conforme o seu conteúdo. Estas atividades foram realizadas no primeiro ano do projeto (agosto de 2019 a julho de 2020).

Decidiu-se prolongar por mais seis meses o projeto para que fosse possível a verificação nos demais documentos do acervo da existência de outras reflexividades íntimas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath. Esta ação tinha como intenção contrapor melhor a imagem pública com as informações obtidas sobre a sua personalidade privada, pois estes outros documentos em sua maioria eram resultantes de suas atividades profissionais.

Inicialmente este trabalho apresenta e debate o conceito sobre “egodocumentos” mediante os principais autores que trabalham com esta temática. No capítulo seguinte é demonstrada uma breve biografia da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath com intuito de possibilitar ao leitor conhecer o sujeito estudado, além de propiciar uma compreensão melhor dos documentos preservados em seu acervo.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados e o debate das análises realizadas nas agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath sob o prisma teórico dos “egodocumentos”. O artigo encerra-se com as considerações finais.

### **Egodocumentos enquanto vestígios que demonstram o íntimo e as motivações dos titulares de arquivos pessoais**

---

<sup>1</sup> Repositório de Arquivos Pessoais do Instituto Evandro Chagas.

O termo egodocumento foi cunhado pelo historiador holandês Jacob Presser na década de 1950 após estudar documentos oriundos de vítimas e perpetradores do holocausto produzidos durante a ocupação da Alemanha Nazista na Holanda. Estudo este designado pelo “Instituto Estatal Holandês para Documentação de Guerra (tradução nossa)<sup>2</sup>” no qual Presser, em seus relatórios, destaca as peculiaridades dos documentos que são escritos na intimidade do produtor como uma fonte diferenciada de pesquisa e denomina-as como “egodocumentos” (MOSTACERO, 2006; SILVA, 2015).

A personalidade, o “eu”, a individualidade, ou seja, o “ego” daquele que escreve estando presente no texto documental é o que caracterizam os Egodocumentos. Aníbal (2011) lembra que os sentimentos do autor, independentemente de quais forem, são perceptíveis ao analisar as suas narrativas intrínsecas em escritas retrospectivas e reflexivas.

Os estudos realizados com egodocumentos permitem a visualização das “marcas” individuais dos produtores de documentos, podendo variar de acordo com as diferentes épocas em que os mesmos viveram, e assim compreender não apenas o contexto de produção documental, mas também os grupos em que o autor participava e a sociedade na qual estava inserido. Grofße (2015) aponta que cada indivíduo em suas características apresenta variáveis (idade, classe social, gênero, orientação sexual, nível de letramento, profissão, localidade, entre outros) em relação aos demais produtores e que irão determinar o teor de sua escrita.

Os autores que estudam os egodocumentos alertam que os mesmos não correspondem necessariamente à realidade pelo qual o autor vivenciou. É necessário analisar as “intenções biográficas” que cada autor teve ao registrar suas memórias, sentimentos e/ou perspectivas de vida. Para Schulze (2005), por exemplo, os egodocumentos fazem uma referência à “imagem” que os próprios autores fazem de si mesmo e na qual ambicionam que seja disseminada (MOSTACERO, 2006).

Como qualquer outro tipo de vestígio, os egodocumentos possuem problemáticas que não devem ser esquecidas por aqueles que estudam estas fontes. Desde os primeiros estudos efetuados por Presser existe a advertência de que as memórias escritas ou orais são contadas de acordo com as conveniências daqueles que as relatam e, assim, estes podem mudar, conscientemente ou não, as narrativas sobre si. Como advertem Fulbrock e Rublack (2010), os egodocumentos nos aproximam mais das razões momentânea daquele que produz os documentos do que acerca da sua real individualidade.

Logo, quem estuda os egodocumentos devem analisar a narrativa do autor e contextualizar com a sua biografia para compreender de fato o que a informação demonstra sobre aquele momento

---

<sup>2</sup> Onderzoeksinstituut Egodocument en Geschiedenis

do escrevente. O ideal é procurar outros vestígios nos quais se poderão cruzar as informações contidas nestes e fazer as conclusões de acordo com métodos científicos (GREYERZ, 2010).

Entre as espécies documentais que contém atributos que mais se aproximam dos egodocumentos podemos citar os diários pessoais, cartas, agendas, autobiografias, fotografias, anotações pessoais, memoriais, entrevistas, testemunhos, blogs e demais redes sociais. Porém, os documentos administrativos e jurídicos também podem possuir elementos em seus conteúdos e/ou estruturas nos quais são possíveis identificar atributos do “eu” como lembra Schulze (SILVA, 2016).

Estas espécies documentais são mais comuns de serem encontradas em arquivos pessoais. O conjunto de egodocumentos propiciará neste tipo de acervo arquivístico uma narrativa própria que deverão ser analisadas não apenas pelos pesquisadores, mas pelos arquivistas ou responsáveis por estes conjuntos documentais. Os produtores destes textos, ou seja, a proveniência documental, serão os titulares dos arquivos pessoais. Este e as demais personalidades no qual se relacionava são os objetos de estudo dos egodocumentos.

Nesta pesquisa optou-se por trabalhar as agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath pela quantidade de peças presente em seu acervo e o limite temporal que estas abrangem. Além disso, as agendas são os principais egodocumentos identificados no arquivo pessoal em estudo, pois existe um número limitado de documentos oriundos das relações pessoais da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath e/ou de outra dimensão pessoal que possibilitaria a produção deste tipo de fonte.

As agendas enquanto espécie documental tem como funcionalidade administrar as tarefas e compromissos, pessoais e/ou profissionais, diárias do indivíduo. Desta maneira, uma agenda externiza a memória, administra o tempo e ajuda no aproveitamento eficaz das ações a serem efetuadas.

Geralmente uma agenda tem o formato de um caderno no qual cada página equivale a um dia do calendário anual. Após o término do período correspondente, o ideal é que as agendas sejam guardadas no arquivo pessoal do titular.

Porém, não é apenas para fins de gestão de tarefas individuais que as agendas são usadas. Algumas recebem por parte de seus titulares a tônica memorialística, de reflexão do presente e de projetos futuros da mesma forma como funcionam os diários. As agendas e os diários são egodocumentos por excelência e que propiciam informações significativas sobre aqueles que a utilizaram para estes fins, ou como Magalhães (2010) argumenta, o principal documento para a “ego-história<sup>3</sup>”.

---

<sup>3</sup> NORA explica que a ego-história não é “nem autobiografia falsamente literária, nem confissões inutilmente íntimas, nem profissão de fé abstracta, nem tentativa de psicanálise selvagem. O exercício consiste em esclarecer a sua própria história como se se fizesse a história de um outro, em tentar aplicar a si próprio, cada um no seu estilo e com os métodos que lhe são caros, o olhar frio, englobante, explicativo que tantas vezes se aplicou sobre outros. De explicitar,

Tendo como perspectiva a relevância dos egodocumentos para a compreensão da individualidade de um titular de arquivo pessoal é que se decidiu analisar as agendas da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, já que estas no contexto de seu acervo também apresentam qualidades de um diário pessoal. A seguir é apresentada uma breve biografia da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath que contribui para a compreensão das reflexividades contidas em suas agendas.

#### **Uma breve biografia da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath <sup>4</sup>**

No dia 30 de julho de 1924 em Cruzeiro do Sul/AC nasce Gilberta Bensabath filha de Marcos Bensabath e Nautilia Costa Bensabath. Em 1929, sua mãe ao ser diagnosticada com malária resolve se mudar para Belém/PA para tratar a sua saúde.

Na capital paraense, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath é alfabetizada mediante cartilhas por sua mãe e inicia seus estudos na escola da Professora Laura Batista. No quinto ano é transferida para o Grupo Escolar José Veríssimo no qual recebe uma medalha de honra ao mérito por ter sido a melhor aluna da escola. Em sequência, continua seus estudos no Ginásio Paes de Carvalho<sup>5</sup> no qual cursou o Pré-Médico, Pré-Jurídico e o Pré-Politécnico.

Em 1944 foi admitida para o Curso de Medicina e Cirurgia na Universidade do Pará. No universo de 25 alunos admitidos para o Curso de Medicina, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath junto com a sua futura colega Dr<sup>a</sup>. Maria da Graça, e outras duas que solicitaram em seguida transferência para outros estados, foram às únicas mulheres aprovadas no processo seletivo. Alguns dos seus professores eram vinculados ao Serviço Especial de Saúde Pública - SESP sendo eles responsáveis pelo desenvolvimento da saúde pública da Amazônia, fato esse que a influenciou em suas escolhas profissionais como sanitarista e como pesquisadora.

No dia oito de dezembro de 1949, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath se gradua em medicina. Já em janeiro de 1950, o professor do Curso de Medicina, Dr. Orlando Rodrigues da Costa, e também pesquisador do Instituto Evandro Chagas, encaminhou oito recém-graduados, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath entre eles, para serem incorporados ao SESP (o IEC na época era o laboratório central do SESP). Em decorrência de sua admissão ao SESP, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath decide participar da seleção ao curso de pós-graduação em Saúde Pública em 1950, pela Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo – USP. É selecionada junto com outros vinte e nove candidatos. No final do curso estagiou em Colatina/ES via Programa da Vale do Rio Doce e posteriormente em

---

como historiador, o elo entre história que se fez e a história que vos fez" (NORA, et al, 1987, p. 11).

<sup>4</sup> Texto elaborado pelo autor para ser inserido no Sistema Memory do Instituto Evandro Chagas - IEC no descritor "Biografia" do nível "Fundo" do arquivo pessoal da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath na época em que o mesmo era servidor da referida instituição. O Sistema Memory é a base onde se encontram as descrições e os documentos dos acervos pessoais custodiados pelo IEC.

<sup>5</sup> As escolas citadas em sua biografia localizam-se em Belém/PA.

Castanhal/PA vinculado ao Programa da Amazônia – Setor Pará.

Após a finalização do Curso em 1951, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath se muda para o município de Alenquer/PA, junto com a sua família, para exercer a chefia do Posto de Saúde Local. Além do cargo de chefia, ela prestava também assistência médica à população, educação sanitária e preocupava-se com os aspectos preventivos. No ano de 1954 se muda para Iguarapé-Açú/PA para exercer as mesmas atividades. Consegue deixar em fase de implantação o Sistema de abastecimento de água municipal. Importante ressaltar o caráter pioneiro da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, pois naquela época poucas mulheres conseguiam estudar e ser bem sucedidas na área da saúde.

Em 1959 retorna aos estudos em outro curso de pós-graduação, dessa vez em Puericultura pelo Departamento Nacional da Criança no Rio de Janeiro devido a sua predileção em relação às crianças. A Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath tinha vontade de continuar os seus estudos e assim se aperfeiçoar, porém a realidade no interior do Pará a impedia. Ao relatar a sua situação ao Consultor Científico do SESP, Dr. Lauro Travassos, o mesmo a orienta a se transferir para o IEC.

No ano de 1960, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath consegue sua transferência ao ocupar a vaga do Dr. Otávio Mendonça Maroja que saiu do staff do *Belém Vírus Laboratory – BVL*. Essa unidade era vinculada a Fundação Rockefeller e atuava em parceria com o IEC em investigações sobre viroses regionais. A Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath recebe treinamento do técnico de laboratório Joaquim Medeiros Contente sob a orientação de Ottis Causey e Robert Shope sobre atividades relacionadas à inoculação. Já quanto a atividades realizada no Setor de Sorologia foi instruída pela farmacêutica Amélia Homobomo Paes de Andrade.

O IEC na década de 1960 tinha a política de aperfeiçoamento de seu pessoal e a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath em 1963 foi enviada ao Rio de Janeiro para participar do Curso de Especialização em Microbiologia realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

O BVL foi acionado na década de 1960 após um surto de uma grave doença estar matando várias crianças que moravam em localidades que cercavam o Rio Purus. Perceberam que o vírus que causava a doença era semelhante ao da febre amarela e que necessitava de estudos específicos. A Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, após longa pesquisa em parceria com outros profissionais, conclui que a doença era uma hepatite diferente das demais conhecidas da época e que o vírus causador necessitava de um agente viral. As descobertas de Blumberg (Antígeno Austrália como agente viral da hepatite B), Feinstone (Vírus da Hepatite A) e Rizzetto (Descoberta do vírus Delta – vírus defectivo que dependia do vírus da Hepatite B para se replicar) nas décadas de 1960 e 1970 é que proporcionaram o entendimento que ajudaram a Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath a compreender as peculiaridades da hepatite de Lábrea.

Para a continuação de seus estudos sobre o surto ocorrido na região do Purus, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath realizou atividades na condição de pesquisadora visitante na *University of Yale* nos EUA

em 1970 sob a orientação de R. McCollum. Em parceria com Boshell, ela consegue incluir a referida região como hiperendêmica em referência ao Antígeno Austrália. Até o ano de 1975, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath atuou em estudos significativos sobre arboviroses sendo os principais referentes à febre do Oropouche, febre amarela e síndrome hemorrágica de Altamira. Além dos estudos realizados no Alto Purus destacam-se os trabalhos realizados ao longo da rodovia Transamazônica, rodovia Belém-Brasília, Projeto Humboldt, Síndrome Hemorrágica de Altamira, Mayaro e Rio Negro.

O IEC em 1975 é reintegrado à Fundação SESP – FSESP e a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath foi convidada para assumir a direção da instituição. A sua gestão obteve como principais avanços a criação das Seções de Patologia - SAPAT e de Biotério - SACPA, padronização dos estágios no IEC, a implantação do Centro Nacional de Primatas – CENP, duplicação do número de pesquisadores e a obtenção do terreno em Ananindeua onde hoje funciona o IEC.

Após o período em que esteve sob a direção do IEC, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath instala em Boca do Acre/AM um campus avançado do IEC. Ela coordenava uma equipe competente responsável em estudar a hepatite de Lábrea em seus diversos aspectos. Decorrente desse trabalho, em 1985 a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath novamente realiza atividades nos EUA como pesquisadora visitante, mas agora no *Centers for Disease Control – CDC* em Atlanta. Os resultados de sua pesquisa definiram o perfil etiológico da Febre Negra de Lábrea e das hepatites fulminantes da Amazônia Ocidental Brasileira, além de ratificar a importância das infecções pelo vírus da hepatite Delta. Contribuíram em seus estudos os Drs. Hadler, Soares, Fields e Maynard.

No período de 1989 a 1994 coordenou os estudos sobre imunogenicidade, eficácia e efetividade da vacina contra hepatite B, além de outras vacinas do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Esta ação é considerada como o início do controle da hepatite B no Brasil. O seu trabalho em Boca do Acre/AM durou, portanto, quinze anos e lhe rendeu o título (homenagem) conferido pela Câmara Municipal do município de “Cidadã Bocacrense” em 1989. Além desta homenagem, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath recebeu honrarias nas quais podemos destacar a Comenda Oficial da Ordem do Mérito Médico em 1997 pelo Ministério da Saúde e a Presidência de Honra do VII Simpósio Brasileiro de Vacinas realizado em Belém no ano de 2008.

Em 1994 a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath se aposentou, mas não se afastou das atividades profissionais no IEC. Participou ativamente do Conselho Técnico Científico – CTC do IEC, da implantação da Biossegurança na instituição e elaborou o projeto de criação do Serviço de Epidemiologia – SEVEP. Este tinha como intuito centralizar a recepção e a coleta de amostras biológicas do IEC proporcionando dados estatísticos que contribuíssem com estudos epidemiológicos. Assim, evitava que um paciente tivesse que passar por várias seções para que sua amostra fosse coletada.

Entre os anos de 2000 a 2015 a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath esteve na chefia do SEVEP. No período em que esteve à frente desta Seção coordenou a pesquisa “BUTANG” (2001-2003). Esse estudo era referente aos aspectos em adolescentes e adultos da pesquisa multicêntrica sobre a comparabilidade e imunogenidade e segurança de duas vacinas recombinantes com a hepatite B em parceria com o Instituto Butantan. Também implantou e coordenou em parceria com a Companhia Vale o Projeto Salobo (2006-2009) que avaliava a situação saúde-doença nas áreas de influência em Carajás/PA e estudava a corrente do ecossistema local e dos movimentos migratórios em Parauapebas/PA.

O trabalho profissional da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath frente às hepatites virais e epidemiológicas e o seu empenho em melhorar as condições de vida da população ao aprimorar a rotina da saúde pública foi reconhecido pela Universidade Estadual do Pará – UEPA. A universidade concedeu em 2013 o título de doutor “Honoris causa” a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath. No ano 2015, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath começou a atuar na Seção de Hepatologia do IEC contribuindo com as demandas institucionais e dedicando um período a escrever a sua autobiografia. Ela faleceu em maio de 2020 aos noventa e cinco anos em decorrência do covid19.

### **Discussão e conclusões sobre as reflexividades presentes nas agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath**

As quarenta e seis agendas pessoais da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath presentes em seu acervo evidenciam vários elementos de sua vida íntima e da sociedade em que ela se inseria. Estes egodocumentos resultam da escrita voluntária da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath nos quais, além de anotações diárias dos seus afazeres cotidianos, são apresentadas reflexões pessoais sobre seus momentos passados e presentes, atribuições de sentido para a sua vida e prospecção de ações futuras.

É nítido que o lado profissional que predominou em seus registros condiz com a personalidade Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath. Ela sonhava em tornar o IEC numa instituição de referência internacional na área da pesquisa em saúde tropical, motivo este que explica a dedicação quase integral do seu tempo às atividades profissionais. Anotações nas quais ela relatava acordar no meio da madrugada e já começar a trabalhar em casa<sup>6</sup>, de sua ida ao IEC

---

<sup>6</sup> Por exemplo, o registro que a Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath fez sobre as correções que ela fez dos textos de seu trabalho no IEC às 2h e 30min da manhã - BR IEC GB AP AC 54A – dia 09/07/2006. Notação adotada pela Seção de Arquivo do IEC para inventariar, descrever e recuperar os documentos dos acervos pessoais custodiados na instituição. A notação teve como base a Norma Brasileira de Descrição – NOBRADE e funciona da seguinte maneira: AA BB CC DD 00 – AA é referente ao país onde se encontra o acervo, BB a instituição custodiadora, CC o fundo documental, DD a localização no arranjo do acervo específico e 00 a ordem da peça documental na série ou subsérie na qual se encontra.

mesmo em período de férias<sup>7</sup>, de ir à missa pensando em soluções para o trabalho<sup>8</sup>, ou de se sentir culpada em estar indo ao shopping<sup>9</sup> corroboram com essa imagem.

As agendas da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath não são documentos oficiais mesmo possuindo informações de sua atuação profissional<sup>10</sup>. Além das análises pessoais de suas atividades enquanto pesquisadora e gestora existem minutas de documentos elaborados por ela e registros de decisões que irá tomar ou que já tinha executado<sup>11</sup>. Apesar de não serem documentos oficiais, os registros possuem a “hibridação dentro de um contínuo” como definido por Mostacero (2006), ou seja, a existência de informações institucionais misturadas com elementos pessoais. Estas informações eram utilizadas como subsídios para confecção de um documento oficial ou apenas como reflexão pessoal, porém eles contribuem significativamente para a compreensão do estado de espírito da Dr. Gilberta Bensabath referentes aos assuntos tratados.

Nos documentos oficiais<sup>12</sup> contidos em seu acervo também é possível encontrar opiniões da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath referente ao assunto tratado tanto no próprio texto dos documentos ou anotações posteriores à margem dos mesmos. Além destes, existem anotações da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath sobre questões pessoais daquele período ampliando a “hibridação dentro de um contínuo” no acervo acima explicada. O enunciado de Mostacero (2006) atestado no arquivo pessoal da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath corrobora as ideias de Dekker (1995) sobre a possibilidade de alguns tipos de egodocumentos conterem o público e o privado entrelaçados.

Logo, traços de personalidades são perceptíveis em documentos oficiais como Schulze (2005) alertava ao falar sobre a possibilidade de detectarmos, mediante a “ego-percepção”, as “marcas do eu do autor” nos textos destes documentos aumentando, desta maneira, os tipos documentais passíveis de serem egodocumentos (SILVA, 2016).

Os espaços domésticos que costumam caracterizar os egodocumentos, como argumentado por Camargo e Goulart (2007), por serem os locais ideais para a introspecção individual, não representam o contexto de produção pessoal da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath. O tempo dedicado quase que integralmente para trabalhar influenciou a utilização de suas agendas nas dependências do IEC.

A “imagem de si” produzida pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath nos textos de suas primeiras agendas está em sintonia com aquilo que ela apresentava em seu cotidiano. Baggerman (2002) lembra que a imagem de quem escreve textos autobiográficos geralmente é mais importante do

<sup>7</sup> BR IEC GB AP AC 053A – dia 02/08/2005.

<sup>8</sup> BR IEC GB AP AC 054A – dia 06/06/2006.

<sup>9</sup> BR IEC GB AP AC 046B – dia 15/12/2002.

<sup>10</sup> Por exemplo, quando ela fala que não irá conseguir convencer a direção do IEC sobre suas preocupações – BR IEC GB AP AC 036 – página 272, sem data.

<sup>11</sup> Por exemplo, as anotações do dia 11/12/1994 – BR IEC GB AP AC 025.

<sup>12</sup> Por exemplo, o dossiê referente à modernização e reestruturação do IEC - BR IEC GB ADM 016 – período 1992 a 2006.

que a realidade em si, pois é a forma como o indivíduo quer ser reconhecido e lembrado. É a personificação do ideal imaginado e/ou projetado pelo produtor documental que não tem necessariamente a obrigação de transparecer a realidade.

O descompasso entre a imagem pública e a imagem construída em seus textos começa apenas nos anos 1990 e, conforme o passar do tempo, eles ficam mais intensos e é, neste contexto, que reflexividades de aborrecimento e incômodo se proliferam. A imagem pública da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath é de uma pesquisadora reconhecida, respeitada, firme e coerente com as suas ações, porém o que nos é apresentado em seu íntimo, a partir deste período, é o sentimento de desvalorização<sup>13</sup>, sensação de não ter mais rumo em sua vida<sup>14</sup> e da falta de voz perante a comunidade científica do IEC<sup>15</sup>.

A análise dos documentos contidos na série “homenagens” possibilita contrastar o sentimento íntimo da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath e a imagem pública que ela possuía. Todos os tipos de homenagens recebidos por ela (agradecimentos, homenagens em si, placas, medalhas, presentes, reconhecimentos, troféu, apresentações de sua biografia e títulos) sempre foram uma constante em sua jornada profissional.

O total de ocorrências de homenagens recebidas é de oitenta e oito sendo em sua grande maioria referente ao período do segundo marco do tipo de reflexividade da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath (1990-2002) conforme demonstrado no gráfico abaixo:

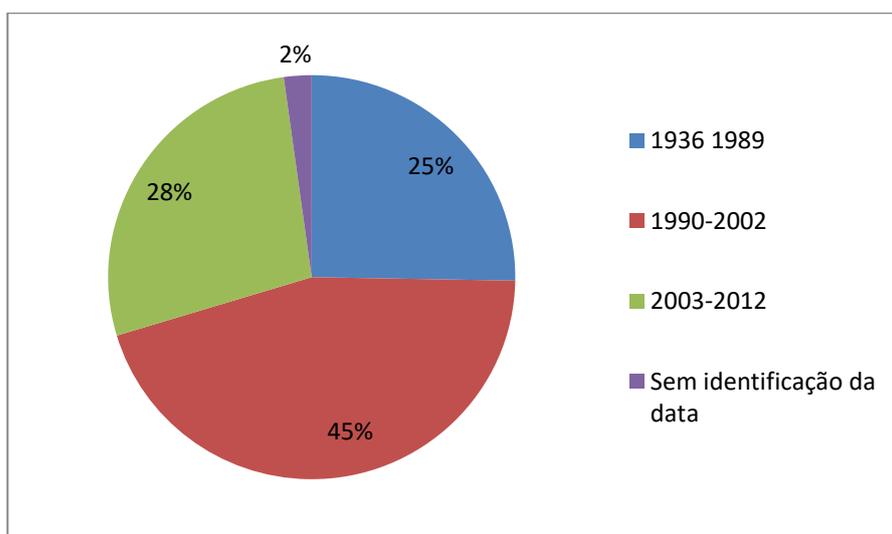
**Gráfico 01** – Homenagens recebidas pela Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath

---

<sup>13</sup> Por exemplo, a anotação na qual a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath relata que ela se sentiu muito desprezada e marginalizada no IEC. No final do texto ela reflete em como salvar a sua carreira e autoestima - BR IEC GB AP AC 053A – dia 08/03/2005.

<sup>14</sup> Por exemplo, a anotação na qual a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath admite que não tem ideia para onde está indo e que para encontrar a felicidade precisar sair do IEC, nem que para isso viva solitária - BR IEC GB AP AC 058A – dia 01/01/2009.

<sup>15</sup> Por exemplo, o desabafo no qual a Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath faz sobre os debates no Comitê Técnico Científico – CTC do IEC. Nas reuniões ela afirma se sentir marginalizada, pois os demais apenas aproveitam as ideias dela deixando-a de lado, posteriormente, das decisões – BR IEC GB AP AC 49A – dia 24/03/2003.



Fonte: pesquisa Britto; Corradi (2021).

Este período corresponde ao início de reflexões mais densas pela Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath na qual ela começa a questionar qual seria o papel e a significância dela para o IEC, principalmente por causa de sua aposentadoria em 1994.

As quarenta e uma homenagens condizentes a este período demonstram a não congruência entre os seus sentimentos e o reconhecimento público. Importante salientar que a preocupação dela era em grande parte em torno do IEC e as homenagens eram oriundas de outras instituições como Universidades, Sociedades e Conselhos Médicos, o que explica em certa medida o descontentamento pela desvalorização por seus pares que ela sentia mesmo com um número alto de homenagens. Neste período, ela foi homenageada apenas uma vez pelo IEC ao receber a Placa comemorativa dos 60 anos da instituição<sup>16</sup> em 1996 e a principal homenagem recebida neste período foi a da “Ordem do Mérito Médico” em 1997 concedida pelo Ministério da Saúde.

As homenagens obtidas pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath anteriores a 1980 (ano da primeira agenda preservada em seu acervo) foram contabilizadas no primeiro período que marcam as suas reflexividades. Destaca-se a medalha de honra ao mérito que ela recebeu por ser a melhor aluna do quinto ano do Curso Primário no Grupo Escolar José Veríssimo em 1936<sup>17</sup>.

No terceiro período de marcas de reflexividade (2003-2012) as incidências diminuíram, porém a relevância das homenagens continuaram as mesmas. Em 2013 (um ano após a última agenda presente em seu acervo) a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath recebeu o título de Doutor em Honoris Causa pela Universidade Estadual do Pará<sup>18</sup>. Porém, é neste período que os sentimentos da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath estão mais aflorados e incompatíveis com as homenagens recebidas.

Conforme os sentimentos negativos anteriormente descritos da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath

<sup>16</sup> BR IEC GB HOM 032.

<sup>17</sup> BR IEC GB HOM 001

<sup>18</sup> BR IEC GB FA 020

foram emergindo em seu íntimo, mais ela sentia a necessidade de deixar rastros do seu legado, como nos dizeres de Mckemmish (2013), ou seja, comprovar as suas ações e os resultados decorrentes mediante registros documentais. Diferentemente do que Bosi (2004) argumenta sobre a função dos “velhos” para a sociedade atual no qual estes atuam especificamente para rememorar os feitos já realizados, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath ansiava em registrar os feitos do passado e do presente para no futuro serem lembrados.

A intenção biográfica, preconizada por Grofße (2015) como a causa da imagem apresentada pelos autores de egodocumentos mediante registro de sua ego-percepção, no contexto das agendas da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, pode ser resumido como a de uma pessoa intelectual e que atuou constantemente pela evolução do IEC como instituição de renome internacional.

Ao se tratar de uma intencionalidade para forjar uma imagem de si, condizente ou não com a percepção pública, pode-se perguntar se é possível atingir a totalidade do ego da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath nestas escritas como nos alerta Greyerz (2010). O discurso apresentado pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath em suas agendas é bastante coeso com a personalidade que ela aparentava aos seus pares até o ano 1989, o que leva a acreditar estarmos próximo da real individualidade dela. Porém, ao analisar as agendas a partir de 1990, onde a imagem pública diverge da íntima apresentada, percebe-se a influência de sua narrativa na escolha de quais itens do ego são autorizados a se manifestar.

Diante deste cenário, a verificação de outros documentos além das agendas possibilitou a dedução das camadas arqueológicas de significado da individualidade da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath. De acordo com Fulbrook e Rublack (2010), um indivíduo pode ter variadas camadas que perpassam a sua performance e representação social, por exemplo, uma imagem pública distinta da privada, imagens pessoais que dependem dos grupos sociais nos quais está inserido, entre outras possibilidades.

É notável que no início dos anos 1990 com a proximidade de sua aposentadoria e, posteriormente, com o avanço de sua idade, as camadas arqueológicas da personalidade da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath aumentam em quantidades e se distinguem uma das outras. A importância de se pesquisar o maior número possível de vestígios de uma personalidade é justamente para fugir da falsa sensação que este tipo de documentação proporciona: o de ser o “espelho da alma” daquele que produz e acumula (BAGGERMAN, 2002).

As características e a funcionalidade das agendas enquanto documentos podem ter induzido a um número maior de reflexividade de caráter profissional por parte da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath em detrimento de elementos de outros âmbitos individuais. Porém, percebem-se as particularidades típicas de um diário relacionadas por Joviano (2011) projetadas pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath em suas agendas: individualização do texto, afirmação de sua identidade e autoexame.

Desta maneira, as agendas eram utilizadas também como diários ao conter análise de sua atuação com perguntas de como ela deveria agir<sup>19</sup>. As reflexões sobre a sua vida pessoal, por sua vez, aumentam nos anos 2000 sendo que a maioria delas de alguma forma também estão relacionadas às suas atividades de trabalho. É necessário lembrar que a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath se aposentou em 1994, mas ela continuou trabalhando no IEC como gestora, pesquisadora e na docência até o seu falecimento em maio de 2020 aos noventa e cinco anos. A vida pessoal se entrelaçava com a sua profissão deixando poucos espaços para se envolver com outros aspectos de sua vida.

O “eu” flexível presente na personalidade no decorrer do tempo, defendido por Dekker (2002), é perceptível gradualmente nas reflexividades da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath. Os sentimentos de angústias<sup>20</sup> e de não confiança<sup>21</sup> vão surgindo em seus registros após a sua aposentadoria e vão aumentando no decorrer dos anos quando percebe que, como idosa, não é mais valorizada. Porém, o conjunto de valores nos quais acredita e a identidade dela como alguém que gosta de trabalhar constantemente possuindo uma firmeza nas inter-relações pessoais não mudaram de forma significativa.

Os três marcos de introspecção da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath são relacionados diretamente a forma e a quantidade do conteúdo reflexivo presente em suas agendas e não em relação a bifurcações<sup>22</sup> conceituadas por Aníbal (2011), o que é atestado pela falta de mudanças drásticas do tipo de assunto apresentado por ela. Nem a aposentadoria da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, como caráter súbito, foi capaz de reconfigurar o espaço das possibilidades o que oportunizaria a distinção nítida entre um “antes” e um “depois”.

Os registros reflexivos das agendas da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath por se caracterizarem como anotações de tarefas ou simples pensamentos críticos não possuem conjuntos de elementos, elencados por Grofße (2015), que tornasse estes em uma “tradição discursiva” de egodocumentos, ou seja, presença de componentes no mesmo espaço da narrativa de forma constante. A não existência de uma tradição discursiva pode ser percebida tanto pela ausência de “fórmulas simples” que se caracteriza pela assiduidade de cumprimentos ou outras expressões

<sup>19</sup> Por exemplo, a reflexão que a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath faz para evitar a depressão e melhorar a sua autoestima. Ela se sente arrasada depois de tantos esforços e, por do IEC e mesmo assim não consegue demonstrar aos seus colegas de instituição que ela não é um objeto descartável – BR IEC GB AP AC 042A – dia 04/04/2000.

<sup>20</sup> Por exemplo, o descontentamento registrado pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath sobre a confusão em que ela se encontra. Argumenta que começa várias coisas, mas não consegue terminar e não sabe a razão – BR IEC GB AP AC 055D – dia 01/05/2007.

<sup>21</sup> Por exemplo, o desabafo registrado pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath sobre o seu papel na história do IEC e da pesquisa em saúde na Amazônia resumidamente nos dizeres: “minha contribuição foi inexpressiva. Minha vida foi em vão?” – BR IEC GB AP AC 042A – dia 10/04/2000.

<sup>22</sup> Como bifurcações Aníbal (2011) explica que estes são momentos da vida pessoal do autor que são refletidas nos egodocumentos. No decorrer dos anos, os indivíduos são obrigados, em certas circunstâncias, a ter que realizar decisões que afetarão o resto de suas vidas e de quem os acompanha. Estes momentos correspondem a marcos de rupturas e/ou crise que potencializam o indivíduo a aprendizagens e reflexões.

como pela não correspondência de seus textos serem de um único universo discursivo (existem mais de um tipo de texto em suas agendas: profissional, íntimos, religiosos entre outros).

A exceção é em relação ao gênero, já que as características estruturais e de conteúdo de uma agenda e/ou diário, enquanto documentos, são respeitados. No mais, a existência da zona de penumbra, ou seja, a falta de uma padronização textual comum em textos administrativos e/ou jurídicos, como explicada por Camargo e Goulart (2007), predomina as evidências reflexivas da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath presentes em suas agendas.

Como pesquisadora, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath utilizava as suas agendas para anotar referências de conteúdos estudados para compor seu corpus teórico<sup>23</sup> e, de certa maneira, indentitário tornando essas passagens em típicas *hypomnematas* como explicadas por Foucault (2004).

As *hypomnematas* são as primeiras evidências narrativas onde o “eu” do autor se faz presente como explicado por Oliveira (2015). Elas não consistiam numa escrita autobiográfica em si, pois eram a compilação de narrativas “já ditas” por outros cujo produtor/coletor julgava relevante guardar para si para fins de memória, reflexão ou de uso caso necessitasse. A compilação em si de narrativas externas ao indivíduo em seu conjunto configura-se na identidade daquele que se utiliza das *hypomnematas*, já que ela proporciona adestramento interno de si. As *hypomnematas* estão presentes em quase todas as agendas analisadas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath.

Destaca-se a não existência de revisões textuais pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath, já que a mesma realizava suas análises pessoais sempre direcionadas para o futuro. As mudanças ocorridas na individualidade de quem escreve podem gerar revisões que alteram as reflexividades registradas no passado, como explicado por Dekker (2002), para poder enquadrar-se ao novo presente.

As agendas são produtos do seu tempo, logo as evidências escolhidas pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath para serem registradas para a posterioridade apresentam o contexto em que ela se inseria. É perceptível ver como era a comunidade científica da área da saúde na Amazônia nos anos 1980 e seu desenvolvimento até os anos 2010.

Em quantidades inferiores em relação às reflexividades profissionais, destaca-se ainda a personalidade religiosa<sup>24</sup> da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath. Registros de sua ida sempre no fim de semana a missa<sup>25</sup> é constante, além de reflexões pedindo a Deus ajuda para as suas aflições profissionais<sup>26</sup>. Esta característica de seu íntimo, a religiosidade, não aparece nos documentos

<sup>23</sup> Por exemplo, as anotações feitas sobre o filósofo Karl Popper e suas ideias na qual a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath se identifica e adota em suas publicações – BR IEC GB AP AC 063B – dia 27/11/2013.

<sup>24</sup> Por exemplo, o registro feito pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath de sua ida até a casa do Lindomar para que ambos possam ver de perto o Papa João Paulo II durante a sua visita em Belém/PA – BR IEC GB AP AC 07 – dia 08/07/1980.

<sup>25</sup> Por exemplo, o apontamento feito pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath de sua ida a missa no Colégio Nazaré dia 26/06/1991 – BR IEC GB AP AC 19.

<sup>26</sup> Por exemplo, no pedido de ajuda a Deus feito pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath relatado dia 02/04/2000 para que ela não ambicione mais que um dia poderia lhe render – BR IEC GB AP AC 42A.

institucionais em que ela transparece a sua personalidade, no seu cotidiano e, por essa razão, a religião não é mencionada em suas biografias. Esta camada arqueológica da personalidade da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath só é acessível por meio da leitura das suas agendas, pois a mesma não guardou nenhum documento religioso específico.

Da mesma forma, o cuidado com a sua saúde é frequente comprovado pelas menções à ida a consultas de diversas especialidades<sup>27</sup> (dentista, desejo em ir a sessões de psicologia, fisioterapia e pilates). Além das consultas médicas, a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath registrava as suas caminhadas no bairro Umarizal do município de Belém/PA, as idas dela na hidroginástica, as suas leituras em voz alta cujo objetivo era o de exercitar a mente, a busca dela por vacinas, controle do peso e os remédios tomados. Características essas de sua personalidade que dificilmente apareciam em outros tipos de documentos que não os seus egodocumentos.

As relações interpessoais externas ao IEC foram afetadas pela dedicação da Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath tinha com a instituição. Ao analisar a subsérie “relações interpessoais” da série “vida pessoal” do seu acervo constatou-se a presença de vinte e três cartões (desejando principalmente feliz natal e ano novo), quarenta e cinco inferências a suas amigas não profissionais entre cartas, e-mails, fotografias, informativos, convites e homenagens. Porém, o seu círculo de amizade era reduzido às mesmas pessoas com destaque a farmacêutica Amélia Homobomo Paes de Andrade que trabalhou com ela no IEC. Como a Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath tinha como rotina anotar a grande parte de suas atividades é notável o pequeno círculo de amigas que não tivesse origem ou vínculos profissionais. A seguir serão apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

### **Considerações finais**

O estudo realizado apresenta uma forma de interpretação de documentos pessoais cujo foco principal é a compreensão das intencionalidades autobiográfica do titular do acervo no decorrer do período abrangido pelas fontes selecionadas. Intencionalidades estas que influenciam tanto as narrativas como a imagem de si de quem as elabora. É um paradigma que visa contribuir, portanto, com estudos cujo enfoque não é apenas a enunciação dos fatos biográficos em si, mas o da análise dos contextos de produção dos documentos que contêm o “eu” do produtor. Documentos que posteriormente são selecionados por seus titulares no intuito de serem perpetuados.

As agendas da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath são egodocumentos por excelência por conterem

---

<sup>27</sup> Por exemplo, a anotação feita pela Dr<sup>a</sup> Gilberta Bensabath do compromisso de ir ao dentista no dia 16/09/1987 – BR IEC GB AP AC 14.

registros de sua intimidade e reflexões pessoais e/ou profissionais. A análise das agendas proporcionou identificar três diferentes marcos de sua vida quanto à reflexividades nas quais no decorrer do tempo ia se distanciando de sua imagem pública.

Os seus registros retratam uma profissional preocupada com a saúde da população Amazônica, dedicada em potencializar o crescimento do IEC enquanto instituição reconhecida internacionalmente, além de evidenciar a sua dedicação aos seus afazeres profissionais nos quais comprometeram outros lazeres que poderiam motivá-la em outros âmbitos pessoais.

Dados estes que corroboram com a sua imagem pública comprovada pelas inúmeras homenagens e documentos de relações profissionais. Porém, os egodocumentos da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath demonstraram um conflito em seu íntimo ao comprovar a sua tristeza, indignação e sentimento de desvalorização de seu trabalho na instituição que ela tanto se sacrificou. Conforme os anos iam se passando, estes sentimentos se avultavam.

Percebe-se com os egodocumentos que a Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath tinha uma camada arqueológica em seu íntimo que projetava solidão, tristeza e angústia em relação tanto a profissional que ela era como ao seu legado. Imagem esta que difere da personalidade forte que ela projetava em público e na qual ficou conhecida por aqueles que tiveram contato com ela.

A pesquisa aqui apresentada teve como intuito demonstrar uma alternativa de estudo e contextualização de arquivos pessoais. A análise de egodocumentos é uma ferramenta interessante para o arquivista se apropriar quando este estiver realizando atividades de descrição e difusão de Arquivos Pessoais. A perspectiva dos egodocumentos possibilita acessar não apenas aquilo que está disponibilizado nos documentos, mas as motivações e contextos nos quais essas informações foram produzidas. Desta maneira, o arquivista poderá realizar descrição documental, independentemente do nível por ele adotado (peça documental, série ou fundo), de forma mais profunda contribuindo com o usuário em suas pesquisas. Da mesma forma, os programas de difusão estarão mais densos em suas atividades ao apresentar estes elementos. Espera-se que outros estudos na área arquivística se apropriem da temática dos egodocumentos contribuindo desta forma com o avanço da literatura específica.

## REFERÊNCIAS

ANÍBAL, Alexandra. Vidas escritas: para uma tipologia dos documentos pessoais como fontes de uma sociologia à escla individual – o caso dos portfólios reflexivos de aprendizagens. *CIES e-Working Papers*, n. 117, p. 1-35, 2011. Disponível em: [https://repositorio.iscteiu.pt/bitstream/10071/3237/1/WP-CIES117\\_Anibal.pdf](https://repositorio.iscteiu.pt/bitstream/10071/3237/1/WP-CIES117_Anibal.pdf). Acesso em: 18 de março de 2020.

BAGGERMAN, Arianne. Autobiography and family memory in the nineteenth century. In: DEKKER, Rudolf. *Autobiographical writing in its social context since the middle ages*. Hilversum: Verloren, 2002. 161-173.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. 2. ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE*: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRITTO, A; CORRADI, A. Egodocumentos: os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. Rio Grande/RS: *Biblos*, v. 32, n. 2, p. 98-129, jul./dez. 2018.

CAMARGO, Ana; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique, 2007. 316 p.

DEKKER, R. *Dutch travel journals from the sixteenth to the early nineteenth centuries*. Disponível em: [http://www.egodocument.net/pdf/Dutch\\_Travel\\_Journals.pdf](http://www.egodocument.net/pdf/Dutch_Travel_Journals.pdf) Acesso: em 14 de março de 2020.

DEKKER, R. Jacques Presser's heritage: Egodocuments in the study of history. *Memoria y civilización*, v. 5, p. 13-37, 2002.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 1994. IN: OLIVEIRA, Bruno. *A escrita de si: genealogia*. Revista Virtual das Letras, v. 7, n. 1, jan/jul., 2015.

FULBROOK, M. RUBLACK, U. In relation: The 'social self' and egodocuments. *Germany history*, v. 28, n. 3 p. 263-272, Sept. 2010.

GREYERZ, K. Ego-documents: the last-word? *Germany history*. v. 28, n. 3 p. 273-282, Sept. 2010.

GROFBE, Sybille. Cartas e correspondência ordinária como egodocumentos na análise linguística. *Revista Linguística*, v. 11, n. 2, p. 22- 41, dez. 2015.

JOVIANO, Lúcia. *Diário e escrita de si: Minha vida de menina no contexto da discursividade Moderna* IN: Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política. 2011, Juíz de Fora-MG. Anais (on-line). Juíz de Fora: UFJF, 2011. Artigo, p. 1-11. ISSN: 1983-8379.

MAGALHÃES, J. *Cadernos de contas de um barbeiro: memórias de monção*. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5070/1/Pref%C3%A1cio%20a%20Ernesto%20Portugu%C3%AAs.%20Cadernos%20de%20contas%20de%20um%20barbeiro.pdf> Acesso: em 14 de março de 2020.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, JoËlle. Heymann, Luciana; *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. 284p.

MOSTACERO, Rudy. Persona y subjetividad em um ego-documento: El caso Roland Barthes. *Língua americana*. v. x, n. 19, p. 130-142, 2006.

NORA, P. (Org.). *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1987.

SILVA, C. Narrativas digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: egodocumentos e cultura escrita na história do tempo presente. *Tempo e argumento*, v. 7, n. 15, p. 05-41, maio/ago. 2015.



## ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Terezinha Rosa da Silva**

Mestranda – PPGE - Universidade Federal de Mato Grosso – Campus -Cuiabá  
tererosasilva12@hotmail.com

**Marta Maria Pontin Darsie**

Doutora, professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFMT)  
marponda@uol.com.br

### RESUMO

O presente texto, de cunho bibliográfico, tem como objetivo revisitar algumas obras de Paulo Freire, buscando refletir sobre suas contribuições teórico-metodológicas deixadas à Educação de Jovens e Adultos, especialmente, no que concerne ao ensino da matemática. A condução das reflexões é motivada pela proposta do Seminário Avançado I, uma disciplina oferecida pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso para os estudantes da linha de pesquisa Educação em Ciências e Educação Matemática. O estudo se revelou essencial para a construção de uma produção de conhecimento sobre os pressupostos freireanos voltados aos professores de Matemática, visto que Paulo Freire defende uma prática educativa que permite ao estudante ser protagonista de movimentos voltados para a humanização e problematização, a partir de seus saberes tradicionais e de suas leituras de mundo.

**Palavras-chave:** Paulo Freire. Educação de Jovens e Adultos. Ensino de Matemática.

### ABSTRACT

This bibliographic text aims to revisit some of Paulo Freire's works, seeking to reflect on his theoretical and methodological contributions left to Youth and Adult Education, especially with regard to the teaching of mathematics. The conduction of the reflections is motivated by the proposal of the Advanced Seminar I, a discipline offered by the teachers of the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Mato Grosso for students of the Research line in Science and Mathematics Education. The study proved to be essential for the construction of a production of knowledge on the Freirean assumptions aimed at Mathematics teachers, since Paulo Freire defends an educational practice that allows the student to be the protagonist of movements aimed at humanization and problematization, starting from his traditional knowledge and its readings of the world. Keywords: Paulo Freire. Youth and Adult Education. Mathematics teaching.

**Keywords:** Paulo Freire. Youth and Adult Education. Mathematics teaching.

### Introdução

O presente estudo resulta das discussões e das orientações da professora orientadora (de estudantes dos cursos de mestrado e doutorado) e demais professores da Disciplina

Seminário Avançado I - do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação - (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso –UFMT. Realizada no primeiro semestre de 2019, a ementa da disciplina explicita o objetivo de compreender os pressupostos filosóficos que fundamentam o pensamento científico e matemático. Este texto traz as reflexões dos conhecimentos construídos nestes momentos de aprendizagem e possui a intenção de ampliar a reflexão para os caminhos metodológicos que vêm sendo traçados por meio de pesquisas em Educação Matemática para jovens e adultos. Entre os vários autores estudados, Paulo Freire traz contribuições importantes para discutirmos este assunto.

A preocupação central aqui é destacar os pressupostos da teoria freireana que orientam a prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que concerne a prática no ensino da Matemática, considerando que Paulo Freire é o principal percussor das discussões pedagógicas voltadas a esse público.

Indiscutivelmente, ao lermos algumas obras de Paulo Freire, temos uma ideia da grandiosa contribuição deixada por esse educador à educação de jovens e adultos. É importante ressaltar que essas contribuições foram resultantes de muitas movimentações populares com objetivo de motivar e ouvir a palavra das pessoas oriundas de classes populares.

Conhecido como o teórico de maior projeção da Educação de Jovens e Adultos e um dos mais importantes educadores do Brasil, este autor se preocupou em seus livros<sup>1</sup> discutir a utilização de métodos e técnicas para alfabetizar. Segundo ele, o processo de alfabetização deveria passar necessariamente pelo reconhecimento da identidade cultural do aluno elegendo como elemento principal o diálogo. Em sua abordagem sobre Educação de Jovens e Adultos, considerava que os educadores no ato de educar precisavam privilegiar o ato de dialogar e o trabalho em grupos, valorizando assim os conhecimentos trazidos pelos educandos. Nesse sentido, Freire (1976) aponta que:

para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educando, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido (p. 49).

Para o autor, o diálogo essencial para a prática educativa envolve uma tríade: a relação dos educadores, educandos e o objeto a ser conhecido, ou seja, o assunto a ser

---

<sup>1</sup> Entre suas obras, destacamos Pedagogia do Oprimido.

estudado. Todavia, o diálogo não se esgota na relação eu (educador) e tu (educando) sobre o isso (o objeto a ser conhecido), mas se alimenta do ato de dizer a palavra e da escuta. Estes momentos de aprendizagem podem ser observados na organização dos Círculos de Cultura descrita da seguinte maneira:

Veja bem, se o alfabetizador não está, sobretudo, disposto a viver com o alfabetizando uma experiência na qual o alfabetizando diz a sua palavra autêntica, tendo, no alfabetizando, um criador da sua aprendizagem. Pois bem, esse é um princípio que eu acho fundamental. Agora, outra consequência disso, desse falar a e falar com: eu só falo com, na medida em que escuto também. “Eu só escuto na medida em que eu respeito, inclusive o que fala me contradizendo”. (FREIRE, 1992, p. 5).

No caso dos estudantes jovens e adultos que ainda não estão alfabetizados, os professores (em especial aqueles que ensinam matemática) precisam considerar tais aspectos, procurando adaptar as novas mudanças e buscar alfabetizar esses alunos a partir de suas experiências com a vida cotidiana e como as necessidades de cada um. O diálogo entre a vida social do educando e a sua vida escolar se constitui com uma das principais preocupações de Paulo Freire. As reflexões deste autor despertam o interesse em pesquisar e desenvolver este trabalho e, ainda, pesquisas de mestrado<sup>2</sup> com a intenção de investigar, entre outros aspectos, a prática pedagógica do professor que ensina matemática na Educação de Jovens e Adultos.

### **Educação de Jovens e Adultos: as marcas de Paulo Freire**

Iniciamos nossas reflexões no presente texto com as seguintes questões: que concepção de educação é proposta pelo Educador Paulo Freire no âmbito da Educação de Jovens e Adultos? Que marcas ele nos deixou sobre essa modalidade de ensino? Que pressupostos da teoria freireana orientam a prática pedagógica do ensino de matemática na Educação de Jovens e Adultos?

Em vista do exposto, no debate educacional, Paulo Freire ainda é muito atual, assim como suas concepções de mundo e de educação. Seus estudos evidenciam que ele é, sem dúvida, a principal e mais forte referência na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o que implica dizer que seu pensamento influenciou o modo de propor a educação.

Notadamente, sua práxis como educador trouxe elementos referenciais importantes para se pensar um processo educacional (em especial, no âmbito escolar) que considere o mundo social dos educandos jovens e adultos. Destaca-se como um dos principais legados

---

<sup>2</sup> Este será o tema do estudo de mestrado da autora deste estudo.

de Paulo Freire as proposições feitas pelo autor sobre o processo de alfabetização<sup>3</sup> deste público.

De acordo com Papudo, (2008) o aparecimento de experiências da alfabetização de jovens e adultos surge em meio ao Movimento de Cultura Popular e Movimento de Educação de Base vinculado a uma ala progressista da Igreja Católica, na década de 1960. Os objetivos desses movimentos eram buscar a superação de uma política educacional rural colocado pelo Estado a serviço dos interesses do capital, “promovendo a negação de uma escolaridade voltada para a práxis” desses trabalhadores e tendo como referencial os valores e modelos da urbanização (LEITE, 1999, p. 42).

Objetivando a superação da realidade perversa do analfabetismo, Paulo Freire buscou implantar no SESI um programa de educação de adultos que atendesse aos adultos trabalhadores analfabetos. Preocupado com a valorização e com a alfabetização das classes desfavorecidas e excluídas pelos sistemas sociais em que estavam inseridos, ele buscou estabelecer a vinculação entre a teoria e a prática, entre ação e reflexão e a rejeição a toda e qualquer postura idealista, mecanicista e voluntarista. (FREIRE, 1982).

Nesse sentido, compreendemos que a educação de jovens e adultos é herdeira dessas configurações e motivações e se constitui como fruto direto da luta de Paulo Freire. Sua pedagogia crítica e libertadora “acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho [...] a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo”. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p.5).

A Educação de Jovens e Adultos tem relação intrínseca com a Educação Popular porque elas possuem sua história alicerçada em lutas sociais e tiveram Paulo Freire como um dos percussores em favor da alfabetização, o qual tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora, partindo da “realidade e da vivência dos educandos Aranha” (1996, p.209).

Diante do exposto, pode-se afirmar que Paulo Freire, um dos mais célebres educadores brasileiros, deixou marcas imprescindíveis para a educação, sobretudo, para a educação de jovens e adultos. Suas contribuições nos inspiram a pensar não somente o processo de alfabetização deste público, mas também, o processo de pós-alfabetização como uma luta histórica em prol da libertação daqueles que foram historicamente impedidos de aprender ler a palavra no mundo e a partir do mundo em que vive.

---

<sup>3</sup> Para Freire (1990), a leitura de mundo e da palavra são processos indissociáveis.

## Concepção de Educação de Paulo Freire

Ao examinarmos a proposta de ensino de Paulo Freire, podemos afirmar que suas obras discutem uma concepção de educação que visa a libertação as pessoas da opressão. Em outras palavras, o autor objetivava a superação de uma concepção de educação com foco no desenvolvimento das capacidades produtivas do ser humano com propósito de instrumentalizá-lo a serviço de grupos capitalistas. Para o alcance deste objetivo, ele defendia uma concepção de educação que considerasse o estudante como ser humano que precisa ser respeitado e que possui potencial de intervir e transformar da realidade.

Na concepção de Paulo Freire, a educação deve ser desenvolvida de modo a superar as concepções fragmentadoras que orientam a prática escolar voltada ao contexto de jovens e adultos no Brasil. Nesse sentido, o autor nos ensinou por meio de sua práxis que o processo de ensino deve ser substanciado por uma visão crítica e concreta sobre os conteúdos vivenciados pelos estudantes adultos nas relações estabelecidas socialmente, especialmente nas relações de trabalho.

Em suas obras, ele denuncia intensamente a alienação exercida pela sociedade capitalista sobre as pessoas. Por essa razão, defende que a educação deve visar sempre à libertação, à transformação radical da realidade, para torná-la mais humana, permitindo assim que as pessoas sejam vistas e reconhecidas de forma digna e igualitária.

Para Paulo Freire, a educação, em sua amplitude, deve possibilitar a leitura crítica do mundo de modo a implicar na denúncia e mudança da realidade. Por meio de sua pedagogia crítica, o autor defendia a educação como um ato político de libertação e emancipação das pessoas. Para isso, ele ressaltava a importância do ato educativo acontecer de forma dialógica para que haja uma relação pedagógica significativa e promotora de uma visão crítica do mundo. Nesse sentido,

O diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornasse simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1987, p. 45).

Paulo Freire sempre levou em consideração o saber do outro e o diálogo é um canal de promoção de troca de saberes. Em sua concepção, a educação dialógica é o principal instrumento para tornar as pessoas com senso crítico, politizadas e integradas ao mundo.

Em vista disso, o autor defendia uma pedagogia que contemplasse atividades que realmente fizesse sentido a esse público. Dessa forma, ressaltava que o fazer pedagógico dos educadores deve ser pautado na promoção uma educação problematizadora da realidade em que esses estudantes estão inseridos, privilegiando o diálogo, a reflexão e a criatividade. (FREIRE, 1989).

Nessa direção, o autor destaca a importância do educador ser um profissional comprometido com a aprendizagem dos jovens e adultos, no sentido de propor incessantemente práticas e métodos cada vez mais relacionados à realidade. Ao adotar essa postura “não há razão para se envergonhar por desconhecer algo, testemunhar a abertura dos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa” (FREIRE, 1999, p. 153).

Um das grandes preocupações de Paulo Freire é a defesa de uma prática pedagógica cujo conteúdo se adapte às necessidades dos educandos, pois ele considera que a relação de aprendizagem passa por mediações institucionais, cotidianas, políticas, culturais vivenciadas por eles. Nesse sentido, o trabalho com jovens e adultos deve propor a catalisar essas dinâmicas com a finalidade de atender as necessidades de um analfabeto que necessita “aprender a ler e a escrever para mudar o mundo” (FREIRE, 2000a, p. 121).

A mudança do estudante acontece no mundo e para o mundo e tem início no interior das práticas educativas que ele participa. Isso nos remete para a importância do professor alfabetizador ressignificar suas ações e concepções sobre o processo de alfabetização de jovens e adultos de modo a contemplar as necessidades educativas desse público de acordo com as demandas sociais.

### **Pressupostos da teoria freireana que orientam a prática pedagógica do ensino de Matemática na Educação de Jovens e Adultos**

Outra contribuição de Paulo Freire para o sistema educacional que merece destaque para a educação matemática para jovens e adultos é a sua proposta didática revolucionária que aponta para a necessidade dos educadores não separar os conteúdos a ser ensinados dos saberes oriundos da realidade existencial dos educandos. Em sua abordagem sobre o ensino da matemática para jovens e adultos, Paulo Freire considera que a prática pedagógica em sala de aula deve superar a visão tradicional de repetição de conteúdos voltados apenas para o ato de ler, escrever e contar. Nesse sentido, a Educação Matemática,

deve ser orientada por objetivos definidos, que convergem para uma educação democrática e libertadora que permite o estudante assumir-se como sujeito da aprendizagem capaz de refletir e transformar a realidade (FREIRE, 2001).

Segundo Freire (1967, p. 56),

Os professores de Matemática mais que “ministradores de aulas” devem ser mediadores do conhecimento, auxiliares, fazendo com que os alunos se tornem seres criativos, reflexivos e críticos, interativos, colaboradores, que podem e devem opinar, participar, livres para pensar e construir seu próprio conhecimento como bem .

Um dos propósitos de Paulo Freire era concretizar um projeto educativo que reconhecesse a cultura dos estudantes através do diálogo. Assim, questionava:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? ( FREIRE, 2012, p.32).

Paulo Freire defende a ideia de que a educação veja o conhecimento como um instrumento para a ação mais eficaz das pessoas sobre o mundo e argumenta que esta ação tem que ser sempre uma marca para mudança. Logo, para o autor, a educação não é um ato neutro, mas político. Sua preocupação maior estava voltada para uma alfabetização dos educandos que usam a língua e a escrita para a reflexão da realidade e desvelamento do que ainda não é do conhecimento deles.

Assim, para Freire (1997)

É preciso que o(a) educador(a) saiba que o seu “aqui” e o seu “agora” são quase sempre o “lá” do educando. Mesmo que o sonho do(a) educador(a) seja não somente tornar o seu “aqui-agora”, o seu saber, acessível ao educando, mas ir mais além de seu “aqui-agora” com ele ou compreender, feliz, que o educando ultrapasse o seu “aqui”, para que este sonho se realize tem que partir do “aqui” do educando e não do seu. No mínimo, tem de levar em consideração a existência do “aqui” do educando e respeitá-lo. No fundo, ninguém chega lá, partindo de lá, mas de um certo aqui. Isto significa, em última análise, que não é possível ao(a) educador(a) desconhecer, subestimar ou negar os “saberes de experiência feitos” com que os educandos chegam à escola (FREIRE, 1997, p. 31).

Frente a esses pressupostos podemos observar que Paulo Freire não acreditava em uma Educação desvinculada da realidade. Por isso, o autor defendia que no processo de ensino, o professor tenha uma relação direta com os educandos valorizando os seus saberes de experiência feito, o seu conhecimento de mundo. Para isso, o educador precisa agir

como um interlocutor, no sentido de dinamizar atividades que os levem a se comunicar e a expressar seus pensamentos, construindo pontos de vistas próprios em relação ao mundo.

Por meio das leituras de e sobre Paulo Freire, identificamos que sua preocupação sobre uma educação por meio da leitura da realidade é constante. Alfabetizar em seu modo de pensar não é um ato isolado, teórico ou mecânico, mas uma maneira de decodificar o mundo que nos rodeia. Assim sendo, não se trata somente da aprendizagem de palavras e números, mas envolve a compreensão do significado da “palavra mundo” (FREIRE, 2011).

Essas premissas também são defendidas por Paulo Freire no que refere ao ensino da Matemática. O autor, em uma entrevista com Ubiratan D'Ambrósio, fez a seguinte afirmação: “Eu acho que quando você traduz a naturalidade da Matemática como uma condição de estar no mundo, você trabalha contra um certo elitismo com que os estudos matemáticos, mesmo contra a vontade de alguns matemáticos, têm” (FREIRE, 2008).

### **Considerações finais**

As reflexões tecidas por professores e estudantes em uma disciplina do curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso nos inspirou a propor alguns questionamentos: que concepção de educação é proposta pelo Educador Paulo Freire no âmbito da Educação de Jovens e Adultos? Que marcas ele nos deixou sobre essa modalidade de ensino? Que pressupostos da teoria freireana orientam a prática pedagógica do ensino de matemática na Educação de Jovens e Adultos?

Para respondê-los, elaboramos como objetivo geral revisitar algumas obras de Paulo Freire, buscando refletir sobre suas contribuições teórico-metodológicas deixadas à Educação de Jovens e Adultos, especialmente, no que concerne ao ensino da matemática.

A análise de algumas obras de Paulo Freire evidenciou que este autor defende uma concepção de ensino em que o educando é sujeito de sua aprendizagem e não um mero objeto. Assim sendo, ele participa da prática educativa por meio do diálogo. Nesse processo, o diálogo é essencial para a construção de novos saberes a partir dos conhecimentos que já possuem. Ele se constitui em elemento central de uma prática educativa que visa a libertação dos homens e mulheres.

É por meio do diálogo e a partir dele que o processo de alfabetização deixa de ser um ato mecânico de repetições de palavras ou sílabas para transformar-se em um ato político e social. No processo de ensino e aprendizagem da matemática, o diálogo é um saber que se assumido pelos educadores de jovens e adultos pode se apresentar como possibilidade de

conhecer a realidade dos educandos preparando-os para os desafios que se apresentam em seu cotidiano.

À luz de Paulo Freire, concluímos que no ensino da matemática para jovens e adultos o diálogo pode ser um instrumento de conscientização, de construção de conhecimentos, de transformação de situações de opressão que esse público está submetido quando não possui o domínio da escrita e de conhecimentos matemáticos necessários para vivências sociais que envolvem pagamentos por serviços prestados, negociações, compras ou vendas de produtos.

Em vista do exposto, ao reavermos as premissas do pensamento de Paulo Freire, temos a sensação de estar fazendo uma leitura de um autor da atualidade, preocupado com a educação não só de jovens e adultos, mas dos demais seguimentos. Por certo, suas teorias e ações desenvolvidas para o processo de alfabetização, faz-nos conferir-lhe reconhecimento por sua contribuição à Educação de Jovens e Adultos, sobretudo na educação matemática. Notadamente, são muitas as contribuições deixadas por Paulo Freire para o sistema educacional brasileiro e que, hoje, se fazem presentes em muitas propostas educativas, mas que, em nosso ponto de vista, ainda precisam ser efetivadas na prática de muitos educadores.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- D'AMBROSIO, U. Entrevista concedida a Paulo Freire. Disponível em <http://ubiratan.mat.br/>. Acesso em 26 de jul. de 2019.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Política e educação: ensaios*/Paulo Freire. -5. Ed. Editora Afiliada - São Paulo, Cortez, 2001. (*Coleção Questões de Nossa Época*; v.23).
- \_\_\_\_\_. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1990. 272 p.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.
- \_\_\_\_\_. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da práxis*. São Paulo: Cortez/instituto Paulo Freire, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

PALUDO, C. *Educação popular e movimentos sociais*. In: ALMEIDA, B., et al. (Org.). *Educação no campo: um projeto de formação de educadores em debate*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. p. 39- 53.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. *Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica*. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo*, v. 5, n. 2, nov. 2006. 15 p. Acesso em: 08 de abr. de 2014. Disponível em: Acesso em: 20 jul. 2019.



## OS FEITOS DE ANTÔNIO CÂNDIDO DA CUNHA LEITÃO NA EDUCAÇÃO EM SERGIPE E NO BRASIL IMPÉRIO

**Maria dos Prazeres Nunes**

Mestre em Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação – (PPED/UNIT – SE)

Universidade Tiradentes - (UNIT/SE)

prazernunes25@gmail.com

### RESUMO

O estudo de pesquisa apresentado visa analisar os feitos e a contribuição de Antônio Cândido da Cunha Leitão para educação na província de Sergipe e no cenário do Império brasileiro. Em 1871, ele foi nomeado presidente de Sergipe, em sua administração instituiu o curso de instrução primária pública do ensino noturno, para os adultos trabalhadores. Fato que marcou a história da educação para a classe popular. E como deputado representante no legislativo da assembleia geral defendeu o ensino livre e superior. Quanto à metodologia, constitui-se com base nos conceitos de Gondra e Schueler (2008), educação e poder no Império brasileiro; Elias (1994), A Sociedade dos Indivíduos. Tendo se utilizado referências bibliográficas e relatórios de presidentes da província e do Império. Verificou-se que a instrução de escolarização para os trabalhadores era um processo civilizatório. Parte das informações exposta, resulta da última seção da dissertação do mestrado em educação.

**Palavras-chave:** Educação popular. Escola noturna. Província de Sergipe. Império do Brasil.

### ABSTRACT

The research study presented aims to analyze the achievements and contribution of Antônio Cândido da Cunha Leitão for education in the province of Sergipe and in the cenário of the Brazilian Empire. In 1871, he was appointed president of Sergipe, in his administration he instituted the public primary education course of night teaching, for working adults. This fact marked the history of education for the popular class. And as a deputy representative in the legislature of the general assembly he defended free and higher education. As for the methodology, it is based on the concepts of Gondra and Schueler (2008), education and power in the Brazilian Empire; Elias (1994), The Society of Individuals. Having used bibliographic references and reports from presidents of the province and the Empire. It was found that schooling instruction for workers was a civilizing process. Part of the information exports, results from the last section of the Master's thesis in education.

**Keywords:** Popular education. Night school. Sergipe Province. Empire of Brazil.

### Introdução

No Império brasileiro, a divisão territorial das quais conhecemos atualmente como Estados era denominado de províncias. E esses espaços divisórios, eram representados, e administrados por um presidente. Em 1871, Antônio Cândido da Cunha Leitão foi nomeado pelo Estado imperial para ser o presidente da província de Sergipe, e assumir o lugar do antecessor – Francisco José Cardoso Júnior. O ofício de Cunha Leitão era de muita responsabilidade, um cargo de confiança do Imperador. Sendo assim, um desafio, novas experiências na qual os limites e liberdades nas tomadas de decisões administrativas poderiam comprometer a imagem e figura daquele ser, e de outros

elementos envolvidos. Elias (2001, p. 13), nos fala da “[...] ‘liberdade’ de cada indivíduo como inscrita na cadeia de interdependências que o liga aos outros homens e que limita o que lhe é possível decidir ou fazer”. Sobre o convívio e funções de indivíduos numa sociedade, Elias afirma que:

Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, numa sociedade complexa [...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos ‘sociedade’ (ELIAS, 1994, p. 21).

Assim, em sua interdependência como presidente da província Sergipana, Cunha Leitão ocupou o cargo de chefe administrativo pelo curto período de três meses: de 11 de maio de 1871, data da posse, até a saída em 14 de agosto do mesmo ano. Durante a sua administração, ele fez mudanças no campo educacional, favorecendo a população mais pobre, através do projeto de educar os adultos trabalhadores. Proposta apresentada na assembleia provincial, para ser votado pelos deputados. Após ser aprovado, foi instituído o curso da instrução de ensino noturno para a classe popular – os adultos trabalhadores –, na capital Aracaju e nas cidades mais desenvolvidas como: Laranjeiras, São Cristóvão, Maruim, Estância e Propriá.

O curso de ensino noturno da instrução pública foi bem aceito pela população e pelos, os professores. Teve o apoio de Manoel Luiz de Azevedo Araújo, o qual se encontrava à frente como diretor da instrução pública de ensino primário e secundário, naquele período. As aulas beneficiavam um público de trabalhadores como: funcionários públicos, porteiros e serventes; e trabalhadores autônomos: alfaiates, marceneiros, ferreiros, comerciantes e outros.

Em seus discursos, Cunha Leitão esclarecia o seu desejo de fazer valer seu esforço e desempenho em favor da instrução primária para os adultos trabalhadores. Tinha o objetivo de elevar a província de Sergipe a mais alta posição, em termos de instrução pública educacional. Ele depositava toda confiança na inteligência do povo sergipano. A educação para a classe popular era a instrução básica para aprender a ler, escrever e somar. Mas, que representava o progresso de modernização social para o povo Sergipana. Os relatórios de presidentes da província informam a ação do presidente Cunha Leitão.

[...] creei n'esta capital um curso de aulas nocturnas. Esse acto assim se exprime: Presidente Província, attendendo urgente necessidade de disseminar-a instrucção por todas as classes da sociedade e principalmente por aquellas que, dedicando as Horas do-dia ao trabalho, vêem-se privadas dos benefícios da eschola, e no intuito delegar a província uma instituição em que essas classes laboriosas possam, no descanso de seus affazeres, applicar as noites ao Cultivo da intelligência e

adquisição de conhecimentos úteis. (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 3).

Os feitos e ações de Cunha Leitão estimulava a educação popular como para colaborar com as transformações sociais. A educação para os adultos aprenderem a ler, escrever e somar, era a instrução que representava uma crença no poder de transformação social. A escola noturna proporcionava o progresso e modernização do Brasil. Preparava o indivíduo para atuar no mercado de trabalho comercial e nas relações de compra e venda. O processo inicial de instalação das fábricas necessitava dessas transações de comercialização. Então, eram preferíveis pessoas que tivessem pelo menos a educação de instrução primária. Era forma de preparar a população para atuar na construção do futuro. Conforme Pereira (2016, p. 65), o século XIX foi marcado também por inúmeras mudanças na sociedade. A inquietação na propagação da leitura e da escrita fez com que vários intelectuais se envolvessem no debate educacional no Brasil.

Como representantes da assembleia-geral, os deputados: Cunha Leitão, Oliveira e Paulinho foram defensores da educação no legislativo do Império e conseguiram diminuir os empecilhos burocráticos da educação popular. Em 1872, notava-se o aumento no número de pessoas adultas sendo alfabetizadas. O índice de pessoas matriculadas cresceu em quase todas as províncias. Embora, nos anos seguintes o crescimento da procura pelo ensino noturno tornou-se lento, se comparado a 1888. Como se observa, a taxa percentual de analfabetos era alta. Conforme Cleidiane Pereira (2016, p. 72), era possível perceber na população “[...] a situação de precariedade em que se encontrava a escolarização brasileira no período”. Continuando,

[...] No final do século XIX, o país contava com uma população analfabeta de 75%, e para os republicanos que haviam chegado ao poder, isso seria um entrave para o progresso do país, e com a sociedade se desenvolvendo desde a segunda metade do século XIX, o analfabetismo tornava-se um problema, sendo que a escola primária e as técnicas utilizadas na leitura e na escrita, poderiam ser o caminho para a conexão entre modernidade e conhecimento (PEREIRA, 2016, p. 65).

A instrução pública de ensino noturno para a classe popular, os adultos trabalhadores, era uma forma de ocultar o atraso do analfabetismo do Império brasileiro, distante dos países europeus. Nos documentos históricos; têm-se como fontes: os relatórios de presidentes da província de Sergipe, anúncios de jornais e relatórios do Ministro dos Negócios do Império. Assim, também os projetos e discursos nos anais da câmara dos deputados e senadores da assembleia imperial. Esse acervo documental representa um patrimônio brasileiro. Para Le Goff (1994, p. 103) todo “documento é um monumento. Resulta de esforço das sociedades históricas para impor o futuro – voluntário ou involuntário – determinando a imagens de si próprio”. Continuando, o autor afirma:

[...] esta desmontagem do documento–monumento não pode fazer-se com o auxílio de uma única crítica histórica. Numa perspectiva de descobrimento dos falsos, a diplomática cada vez mais aperfeiçoada, cada vez mais inteligente, sempre útil, repetindo-os, é suficiente. Mas não pode – ou pelo menos, não pode sozinha explicar o significado de um documento/monumento como um cartulário. Produto de um centro de poder, de uma senhoria quase sempre eclesiástica, um cartulário deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual [...]. Foi dito justamente, que um cartulário continua um conjunto de provas que é fundamento de direito (LE GOFF, 1994, p. 104).

No argumento de Le Goff, observa-se a importância da escrita de um documento que pode transformar-se em um monumento histórico, dependendo de sua preservação e conservação. Para Chartier (2002), os historiadores tomaram consciência de que a história das construções das identidades sociais e narrativas encontra-se transformada em uma história das relações simbólicas, principalmente após a dominação dos procedimentos estruturalista e formalista que sustentam a reflexão das ciências humanas e sociais. Na atualidade, nos laços entre a crítica textual e a história cultural se inventam novos espaços intelectuais [...] sem reduzi-la a uma história da difusão social das ideias a história intelectual deve então estabelecer como central a relação do texto com as leituras individuais ou coletivas que cada vez o constroem (isto é, decompõem-no para uma recomposição) (CHARTIER, 2002, p. 55).

Ressalta-se que é importante lembrar à época do Imperador D. Pedro II, os homens letrados eram os mais privilegiados a ocupar os melhores cargos de confiança do Império, principalmente, os que tinham status de família rica, de preferência os bacharéis em direito. Da mesma forma, eram os que participavam do cenário político e administrativo do poder legislativo. Representando a assembleia dos deputados, Cunha Leitão era um aliado do governo imperialista, fazendo parte do comportamento da elite do Império brasileiro. Discorre o texto a seguir:

[...] diversas formas de proteção e apadrinhamento. Com base nas distinções, oriundas do acesso a instrumentos de saber e às relações de poder, os homens letrados constituíam camada restrita da população, pertencendo às elites culturais, o que, porém, não significava necessário pertencimento às elites econômicas. No grupo pesquisado pelo autor, havia 10% de letrados nascidos em famílias senhoriais e proprietários de terras e escravos, 38% oriundos de famílias constituídas por profissionais liberais e 38% de militares e padres (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 67).

Entende-se que as informações de Gondra e Schueler (2008), sobre a cultura letrada no Brasil era restrita, pertencente à classe dominante. No final da década de 60 do século XIX, o Império brasileiro passava por uma forte crise por conta dos conflitos da guerra do Paraguai. Além disso, os movimentos abolicionistas que já circulavam, eram os principais debates no sentido do combater à escravidão libertando os escravos. Outro fator era o atraso em termos de educação que apresentava

alta taxa de analfabetismo. “Então, o governo imperial tinha que tomar medidas para o combate às mazelas. Era preciso uma proximidade dos países modernos e civilizados. Investir na educação popular era o caminho viável para o processo civilizador” (NUNES, 2020, p.72).

O governo imperial precisava erguer o Estado no pós-guerra Paraguai, e Cunha Leitão era um dos seus aliados promissores. Na corte imperial na cidade do Rio de Janeiro, já havia o incentivo de educação popular para a classe trabalhadora. O incentivo por parte de agremiações particulares privadas, associações filantrópicas e indústria como: “*Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*” instituiu escolas noturnas.

O Estado imperial apoiava e incentivava as instituições privadas no auxílio com espaço físico, cedendo prédio para a realização das aulas de primeiras letras. O ensino de aprender a ler, escrever e somar beneficiava jovens e adultos trabalhadores e, até crianças pobres fora da escola que também exerciam a tarefa do trabalho. Conforme Costa (2007, p. 121) “as associações de caráter privado que marchavam nos rumos da beneficência também procuravam o mínimo de gastos possíveis com a ‘nobre ação’ de levar a ‘luz da instrução’ àqueles ‘deserdados da sorte’”. A autora Costa destaca que:

[...] neste sentido, solicitam o apoio do Estado, não em palavras de incentivo, ainda que prezem os títulos e honrarias imperiais como reconhecimento, mas principalmente ações de incentivo material, como liberação de espaço em prédios públicos e o próprio fornecimento de subsídios. Trata-se então, de recolocar a questão: quem estaria, então, disposto a gastar ‘quanto fosse necessário’ com a ‘tão relevante’ instrução primária de jovens e adultos trabalhadores (COSTA, 2007, p. 121-122).

O Imperador, D. Pedro II investiu também na educação popular, pois seria uma forma de diminuir as altas taxas de analfabetismo apresentados no país. Dessa forma, o governo buscava na sua equipe de apoiadores a melhor forma de propagar a educação popular. Portanto, os discursos sobre a educação noturna se fortaleciam nas províncias. Sobre o discurso da instrução educacional, Costa diz: “Estado imperial enfatizava a importância do desenvolvimento da instrução popular como forma de elevar o Brasil ‘ao concerto das nações civilizadas’ e, não raro, solicitava para isso a contribuição da iniciativa particular associada.” (COSTA, 2016, p. 127).

O apoio da corte imperial concedido à iniciativa privada nas instruções de ensino noturno para trabalhadores serviu de reflexões e lição para o Estado Brasileiro. Esse fato contribuiu na tomada de decisão para a instrução educacional à classe popular. Apesar dos problemas que o Império passava no pós-guerra do Paraguai, o Brasil estava em crescimento tanto no mercado comercial interno, através da fabricação e circulação de mercadoria, quanto no setor educacional, com o aumento do número de escolas particulares. “[...] a educação ingressara definitivamente na agenda das preocupações sociais, sendo objeto de soluções variadas para atender a uma população heterogênea que precisava ser minimamente educada e disciplinada” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 11).

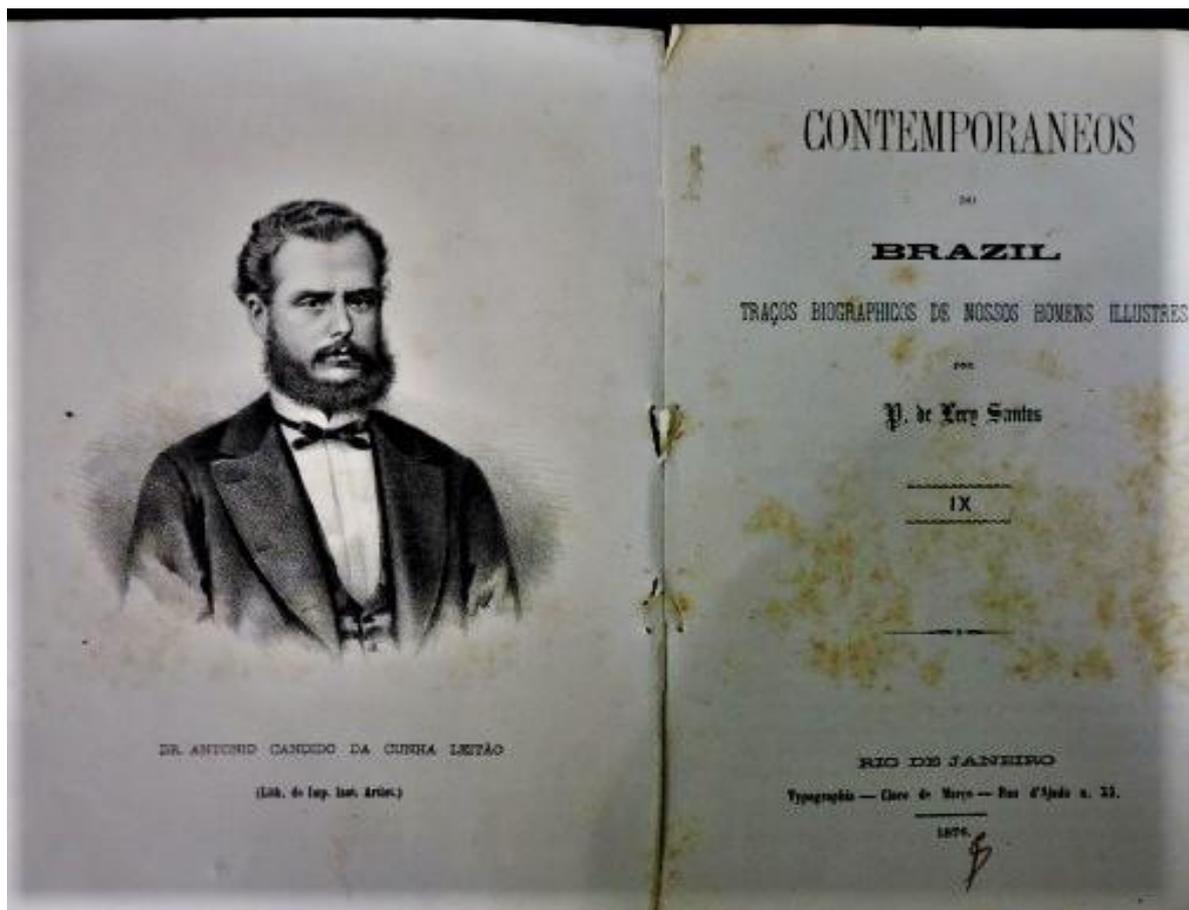
Naquele cenário, havia um desejo por parte dos governantes em uma organização para a modernização da sociedade, tanto no comportamento moral quanto no religioso. Para isso, era preciso educar a classe popular através da instrução do ensino noturno. Sobre as práticas educacionais em associações de trabalhadores da corte no Rio de Janeiro, já existiam organizações das associações dos trabalhadores em proteção dos direitos dos seus familiares e na luta por escolarização levada a cabo por sujeitos considerados avessos à educação ou carentes dela. Sobre isso, Costa (2016, p. 50) ressalta que “[...] a percepção das organizações de trabalhadores como objeto de estudo para a História da Educação e para a compreensão da educação particularmente de caráter não formal como dimensão de pesquisa para a história dos mundos do trabalho”.

As reflexões sobre educação popular, especificamente das classes trabalhadoras, já eram vistas como urgentes. Os presidentes de províncias escolhidos pelo Imperador tinham a missão de importante responsabilidade para exercer sua função, por isso era tamanha a autoridade da escolha daquele cidadão pelo Estado imperial. Assim, o governo precisava articular ações emergenciais em favor da civilização do país, e o caminho viável era instituir a educação popular dos trabalhadores em todas as províncias do território brasileiro.

Após essas considerações sobre educação popular, ressalta-se que este estudo tem por objetivo analisar os feitos e a contribuição de Antônio Cândido da Cunha Leitão para educação na província de Sergipe e no cenário do Império brasileiro. Em 1871, ele foi nomeado presidente de Sergipe e em sua administração instituiu o curso de instrução primária pública do ensino noturno para os adultos trabalhadores. Fato que marcou a história da educação para a classe popular. E como deputado representante no legislativo da assembleia-geral defendeu o ensino livre e superior. Quanto à metodologia, constitui-se com base nos conceitos de Gondra e Schueler (2008), educação e poder no Império brasileiro; Elias (1994), A Sociedade dos Indivíduos. Tendo se utilizado referências bibliográficas, relatórios de presidentes da província e do Império. Verificou-se que a instrução de escolarização para os trabalhadores era um processo civilizatório.

## **2. Trajetória política de Cunha Leitão**

Antônio Cândido da Cunha Leitão nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 23 de outubro de 1845. Ele era filho de família nobre, do Dr. Antônio Gonçalves de Araújo Leitão e de dona Anna Rosa da Cunha Leitão. Estudou humanidades e bacharelou-se em letras, porém, não satisfeito, resolveu fazer o curso de ciências sociais e jurídicas, conforme as informações no dicionário de biografias “[...] jurídicas pela faculdade de São Paulo onde recebeu o grau de bacharel em 1868 e o grau de doutor em 1869” (BLAKE, 1883, p. 124). A figura, a seguir, apresenta foto de Cunha Leitão em raríssimo livreto de sua autoria.

**Figura 1** – Antônio Cândido da Cunha Leitão

**Fonte:** Raríssimo livreto Dr. Antônio Cândido da Cunha Leitão, da série contemporânea do Brasil, por P. de Lery Santos, Rio de Janeiro, 1876, acompanha litografia. Lote: 343. Disponível em: <http://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=1860747>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

Após terminar seus estudos, Cunha Leitão foi convidado para ocupar o cargo de oficial no gabinete do ministro do Império, “*conselheiro José Martiniano de Alencar*” além de secretário de estado dos negócios da justiça na corte. O jovem escritor dedicado e reconhecido pelo seu talento gostava de ler e escrever, e dessa forma “[...] representou e escreveu artigos para três revistas da época, intitulados: ‘Poder moderador’, ‘Crítica de Guisot’ e ‘Lhe attrahiu louvores’”. (NUNES, 2020, p. 77).

Como estudante foi redator-chefe do jornal Imprensa Acadêmico dos estudantes de São Paulo em 1868. Como mostra a figura a seguir:

**Figura 2** – Jornal, Imprensa Acadêmica.

QUINTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 1868. N. 21

# IMPRESA ACADEMICA

**JORNAL DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO**  
LIT. NOTICIOSO. SCIENTIFICO E COMMERCIAL

**REDACTOR EM CHEFE**  
**ANTONIO CANDIDO DA CUNHA LEITÃO.**

—Assigna-se por 6900 e para fixa 7900 a 15 de Outubro, no escritorio da IMPRESA ACADEMICA, á rua do Commercio n. 31.



2.º ANNO — Ferreira Nobre,  
Carlos de Carvalho.  
1.º ANNO — Vieira Maciel,  
João Ludovico,  
Ferreira Nobre — Campos Carvalho,  
Mello e Cunha.

<p>boato espalha-se, acreditamos mesmo na verdade d'elle; mas em duvida, visto que pôde verdadeiro, dirigimos estas linhas a illustre congregação da Faculdade.</p> <p>orque ha de este anno haver preterições? a muito tempo que não se achão aqui reuniantos lentes; o numero da congregação está completo, á excepção de uma vaga que entra em concurso, porquanto constanos que o exm. sr. conselheiro Carrão, alguns annos antes de sua cadeira, apresenta-se agora para minar. Haverá portanto 16 lentes em estado de exercicio, e delles pois não havendo falta, não emos o que fundamente as preterições.</p> <p>tem se nos diga não haver salas sufficientes, quanto se agora começassem juntos os actos cinco annos, não seria esta a primeira vez, e, im como para as outras vezes houve salas, para a também havoria. O trabalho das aulas pretorias encerra-se em fim de Outubro, e de sificação á disponibilidade as salas em que essas as funcionão; e pois bastaria que um ou dous os esperassem os poucos dias desse mez, não do preço que ficassem uns preteridos para pois dos outros.</p> <p>A preterição é recurso extraordinario de que camente deve lançar-se mão em caso extremo; tanto havendo lentes que examinem e salas que fação-se os actos, não sabemos por que tivo não hão de estes juntamente começar nos, dois annos e porque, pelo contrario, terão alguns ser preteridos.</p> <p>E pois, em vista da razão que nos assiste, tomamos a liberdade de pedir á illustre Congregação da Faculdade digue-se attender á esta nossa laminação aliás tão justa.</p>	<p style="text-align: center;"><b>A BIBLIOTHECA DA FACULDADE</b></p> <p>Em um estabelecimento de instrução é das maiores necessidades uma bibliotheca e felizmente nós a temos em nossa Faculdade, mas não é ella tal que satisfaça as exigencias do nosso estudo. Ah! tornão-se tambem precisos como no mais diferentes melhoramentos.</p> <p>Os pontos que principalmente merecem nossa attenção são a deficiencia de livros e a má determinação das horas em que está aberta.</p> <p>Quem tiver consultado as obras que ali se encontram e examinado o catalogo verá que ha muita pobreza principalmente dos autores modernos.</p> <p>A maior riqueza da Bibliotheca é de obras de theologia direito canonico, rancio, senão inutil, ao menos de importancia muito secundaria em o curso academico; depois á dos Praxistas cuja collecção comquanto boa e talvez a melhor que temos visto, contudo apresenta ainda algumas lacunas que deverão ser preenchidas.</p> <p>No direito romano, essencial ao estudo juridico por ser subsidiario do direito patrio tão opisso, já sentem-se maiores faltas, das quaes algumas são verdadeiramente incomprehenzíveis; assim é que por exemplo não concebe-se como não tenha as obras de Cujas e Cocceio, os dous commentadores mais profundos, e de maior nome, daquelle legislação.</p> <p>No direito commercial, das gentes e direito administrativo ha carencia incrível de modo que quasi é impossivel a consulta.</p> <p>Em relação ás obras modernas a deficiencia é quasi absoluta; longe iriamos si quizessemos enumerar as obras que faltão, seria uma lista interminavel, e talvez mais facilmente poderiamos dizer as que ahí se encontrão.</p>	<p>O que principalmente causa pasmo é não ter a Bibliotheca uma collecção perfeita da legislação patria! A importancia della no curso juridico, a necessidade, por assim dizer, diaria de á ella recorrer, o elevado preço que custa e que impede á muitos estudantes comprala, tornão urgentissimo o preenchimento de tão grave lacuna.</p> <p>— Não deixa tambem de ser admiravel á falta dos principaes jornaes do Imporio; seria muito bom que na Bibliotheca pudessem ser lidas todas as folhas nacionaes, poder-se-hião mesmo dispensar as de importancia secundaria, porém o que é incomprehenzível é que os jornaes de maior importancia, já não dremos das provincias mas até da propria Corte, não podem ser lidos e menos portanto são archivados, porque a Bibliotheca os não recebe!</p> <p>Quem considerar que as leis e os decretos do anno só ahí poderão ser estudados, além do proprio interesse da leitura dessas folhas, poderá bem pesar quanto é sensivel essa lacuna. Assim é que nem o "Jornal do Commercio," nem o proprio "Diario Official," para não fallar nos outros, não são recebidos; sendo mais que tudo admiravel em relação á este ultimo por ser official.</p> <p>Que muito custaria que fosse cada redacção obrigada á mandar a folha que publicasse, de qualquer natureza e importancia, á todas as bibliothecas do Imporio; assim muito facilmente satisfar-se-hia esta grande falta sem onerosidade alguma.</p> <p>Além de tudo é preciso, quanto á conservação dos livros, que se não esquecerem de se fazerem precisos que entretanto por velhas e entregadas estão de maneira á nem poder serem lidas, arriquando a perderem-se folhas e ficar a obra trunca da sinão de todo inutilizada. O zelo do actual b</p>
---	--	--

o soffrimento no passar dissipa  
nas almas em tristura,  
ultimo raio que soffoca a duvida,  
terradeira ironia que o destino  
atra á creatura...

Tu és o pharol ardente  
que guias da humanidade  
a caravana gigante  
em demanda da verdade;  
mas quantas vezes falsaria

depois.... nem prantos sequer....  
.....  
\*\*

JORNAL, Imprensa Acadêmico, jornal dos estudantes de São Paulo. Literário, Noticioso, Científico e comercial. Redator em Chefe. Antônio Cândido da Cunha Leitão. Anno II, nº 21, quinta feira 8 de Outubro de 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=385867&pagfis=403>. Acesso em: 3 de junho de 2020.

Cunha Leitão após deixar a presidência do governo de Sergipe, retornou para a Corte do Rio de Janeiro e, foi eleito como deputado da assembleia-geral pelo partido conservador. Como parlamentar, representou ao município da Corte – Rio de Janeiro, na assembleia provincial e na geral, durante a 15ª e a 20ª legislaturas. Sempre com ideias iluminadas, em defesa dos mais necessitados, apresentou projetos em prol da educação e da lavoura conforme esclarecimentos. “[...] Cunha Leitão, discurso proferido na câmara dos senhores deputados. Rio de Janeiro, 1875, in-8º. Liberdade do ensino superior: discurso proferido em sessão de 4 de setembro de 1877. Rio de Janeiro, 1877” (BLAHE, 1883, p. 124).

Como todo cidadão de família, Cunha Leitão era casado com D. Nina de Souza Breves a quarta filha do comendador Joaquim Breves e D. Maria Izabel Breves, neta do Barão de Pirathy. O comendador era considerado o Rei do Café, dono de vastas terras e fazendas. (JORNAL, Regeneração. Anno XXI, nº 224, P.2- Rio de Janeiro. Sábado 19 de outubro de 1889).

Antônio Cândido da Cunha Leitão faleceu aos quarenta e dois anos, no gozo da sua jovialidade, no dia 11 de maio de 1888 na cidade do Rio de Janeiro. Seu falecimento inesperado causou dolorosa repercussão na cidade, principalmente nos que tinham bastante afinidade com suas

ideias. Foi deputado das assembleias provincial e geral por várias legislaturas, representante do povo mais humilde – apresentando e aprovando projetos em defesa da lavoura e da educação primária e secundária – e, foi também, a favor do ensino livre.

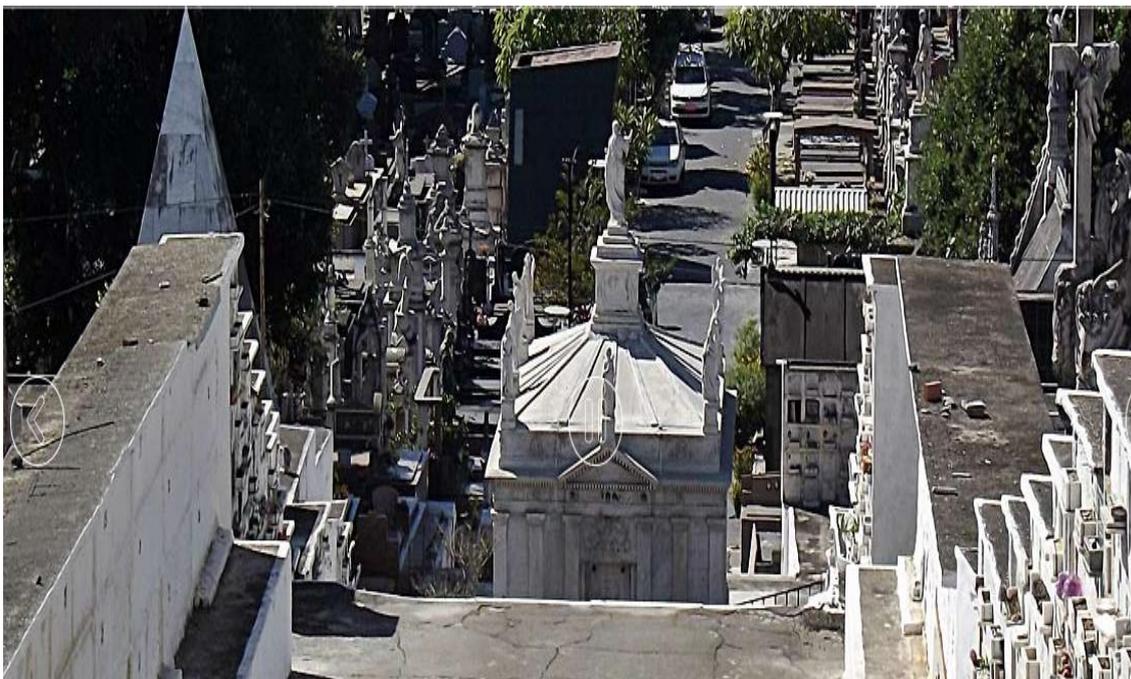
Seus feitos marcou a educação dos adultos trabalhadores da Corte do Rio de Janeiro e do povo sergipano. O deputado, Cunha Leitão era querido pelo povo da carioca, que o estimava e tinha todo respeito e admiração ao homem inteligente e criterioso pelas suas qualidades e personalidade. Com a morte daquele personagem, quem mais perdia era o povo e a educação de instrução pública, principalmente o ensino noturno. Como deputado provincial e geral, sempre com ideias educacionais iluminadas apresentando projetos propagadores em prol da educação para os adultos trabalhadores.

O sepultamento de Cunha Leitão foi realizado no cemitério São Francisco de Paula, Mausoléu da família do visconde de Mauá: o Cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, conhecido como Cemitério do Catumbi, uma das tradicionais necrópoles da cidade do Rio de Janeiro. Adquirido pela ordem terceira dos mínimos, no dia 12 de maio de 1849. No primeiro ano de funcionamento foram enterrados mais de três mil corpos, vítimas da epidemia da febre-amarela na Corte. Restos mortais da nobreza foram enterrados na Igreja. A foto a seguir representa sua localização.

**Figura 3** – Cemitério, local do sepultamento de Antônio Cândido da Cunha Leitão.



**Figura 4** – Igreja.



**Fonte:** Foto da igreja e caminho do cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco no Rio de Janeiro, local onde Cunha Leitão foi sepultado. Disponível em: <https://cemiteriodocatumbi.com.br/>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

O Cemitério de São Francisco de Paula, ou Catumbi, foi adquirido pela ordem terceira dos mínimos, no dia 12 de maio de 1849. No primeiro ano de funcionamento foram enterrados mais de três mil corpos, vítimas da epidemia da febre-amarela na Corte. Restos mortais da nobreza foram enterrados na Igreja.

### **3. O legado de Cunha Leitão em Sergipe e no Brasil império**

Em Sergipe, o presidente Antônio Cândido da Cunha leitão tomou posse em maio de 1871, e sua administração foi de um curto período, mas deixou seu legado na educação sergipana. Apoiado pela câmara de deputados da assembleia provincial aprovou o curso de ensino noturno para a classe popular – os adultos trabalhadores –, cuja instrução pública foi instituída na capital “Aracaju e nas cidades mais desenvolvidas como: São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim, Estância e Propriá”. (NUNES, 2020, P. 81).

No Brasil Império o número de analfabetismo era bastante elevado e, na província de Sergipe, além desse fato, a violência era outro fator preocupante diante da criminalidade perturbadora que afrontava toda a população. Era preciso combater a ignorância e os maus costumes do povo atrelados a vícios e crimes, através da instrução pública com o ensino gratuito.

Havia a necessidade de educar o povo com o ensino das primeiras letras, principalmente a classe popular. Educar os trabalhadores para aprender a ler, escrever e as operações matemáticas, assim como os ensinos religiosos, eram fundamentais para o processo de formação do homem

civilizado. “A educação estava voltada assim para preparar o indivíduo para a nova sociedade que estava sendo produzida” (OLIVEIRA; MENDES, 2007, p. 328).

A instrução de ensino público, das aulas noturnas para a população adulta, especialmente para os trabalhadores, os quais as escolas foram destinadas, tinha-se uma visualização espelhada no progresso do país que visava o processo de aceleração da modernidade e do capitalismo industrial, além do crescimento das cidades no Brasil e nos países europeus. O ensino popular noturno era aplicado de forma a civilizar o povo na atuação do mercado livre do trabalho. Para Correia (2011, p. 45), “esse foi objetivo específico nesse período para que o trabalhador pudesse atuar na indústria, nos serviços públicos, nas diversas atividades existentes e nos grandes centros urbanos”.

Dessa forma, a instrução de primeiras letras era cada vez mais importante; o ensino noturno se tornaria a evolução da sociedade da classe dos menos favorecidos e dos pobres. A escolarização desses indivíduos era favorável tanto para a vida econômica, quanto para a identificação do país como força política. Correia (2011) afirma que “o primeiro passo para consolidar esse processo era via escola. Escolarizar um grande contingente de crianças, jovens e adultos das classes populares do país”. Continuando, a autora Marilza da Silva Correia cita. “A educação escolar era vista como poderoso meio de fazer com que os mais pobres aceitassem a ordem social vigente” (CORREIA, 2011, p. 44).

Sendo assim, é importante lembrar que as ideias de Cunha Leitão em defesa da educação eram visíveis e fluentes. Em Sergipe, ele também instituiu aberturas das conferências públicas para incentivar os jovens no desenvolvimento artístico. Para a abertura do evento foram convidados os componentes que faziam parte da educação, os que administravam a instrução de ensino público, o diretor de inspeção, Manoel Luiz, professores e estudantes. Parte do relatório da administração de Cunha Leitão informa: “para inaugurar na província esta grande instituição, convidei o Snr. Dr. Director da instrução pública, como o mais competente para iniciá-la e a quem enderecei a carta official que faço transcrever, de 19 de. Julho último”. Os escritos nos relatórios continuam:

[...] Como um dos mais poderoso meios de ilustração das classes populares, institui as conferências públicas, que nos paizes mais adiantados da Europa e da America são consideradas de magníficos resultados para o povo, uma tribuna social onde os membros activos de uma sociedade vão, ouvir e aprender a exposição dos dogmas contidos em sua carta, a definição dos seus direitos, como a explicação dos seus deveres, uma cadeira para as letras e sciencias, um pulpito, emfin, para a religião e a moral: resolvi, pois, dar impulso a essa instuição, procurando aclimatal-a n'esta fecunda terra, onde abundam noções inteligentes e estudiosos, despertando o concurso d'esta distincta mocidade (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 6).

As realizações das conferências ocorriam uma vez por semana, de preferência à noite, para que todos tivessem a mesma oportunidade de participar. A abertura era feita pelo diretor da instrução pública que apresentava o tema a ser exposto e o orador que fosse expor suas ideias ou sua arte literária ou obra científica. Poderia haver mais de um expositor por noite, porém para evitar e não ter monotonia nas conferências foram prescritos dois sistemas ou regulamentos. O orador poderia discorrer sobre uma tese de sua escolha – que poderia ser literária, ou científica – ocupando a tribuna durante toda conferência sem interrupção. A outra ordem regulamentar era que quando houvesse mais de um orador que quisesse falar do mesmo tema, o apresentador faria a voz de abertura introduzindo o tema e os oradores e, em seguida, passava a fala para um dos oradores que, ao finalizar a sua fala, passava para o outro orador e esse faria um apanhado geral do que foi exposto ao concluir o seu discurso.

Sobre as conferências populares, a realização dos eventos ocorreu em uma das salas do edifício onde funcionava o Atheneu Sergipense. As conferências eram proferidas pelos professores, estudantes, secretários e diretores. Os conferencistas representavam com sucesso e tinham repercussão na capital Aracaju. O Secretário do Governo, Dr. Abreu e Lima, discorreu sobre o tema da “emancipação de elemento servil, despertou a necessidade da criação de associarem beneficentes”. O Relatório apresentado em sequência expõe:

[...] a noite de 23 de julho em uma das salas do edifício, onde funciona o Atheneu Sergipense, e até hoje já ter havido três conferências, sendo com infalível júbilo que vi o Gabinete Litterário Sergipano se associar-se a esta magnanima idea denunciando a; sim que a juventude, aguarda a vancada do progresso, no recusa preito e esforço aos pensamentos generosos, que são a última. palavra da redenção do indivíduo como da sociedade. (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 9).

O presidente Cunha Leitão, além de instituir o curso de instrução pública do ensino noturno para a classe popular dos trabalhadores, também instaurou as aulas da instrução primária pública no presídio da capital Aracaju para os presos. A escola funcionava três horas por dia e tinha obediência ao regulamento 13 do art. 18 da resolução provincial n. 916 de 5 de maio de 1871. Para obedecer às normas, dividiu-se o ensino de aulas primárias em duas turmas. O professor que ensinava era vinculado à instituição pública do próprio presídio. A instrução do ensino primário na casa de detenção causou discussões sociais entre apoiadores e não apoiadores ligados à educação.

Nesse contexto, observa-se que o ensino primário para aprender a ler e escrever no presídio foi o desejo de Cunha Leitão de dar instrução aos presos para atingir o rigor da pena e que, fatalmente, ocorreu ao delinquente como que para reerguer o Estado da província na regeneração da violência e de crimes bárbaros, visto que o presidente acreditava na educação como uma solução no

combate aos altos índices de crimes que permeavam todo o território da província Sergipana, combatendo a criminalidade de forma pacífica.

Estes foram aspectos de um projeto educacional do processo civilizador para a sociedade brasileira e, na província de Sergipe, um ponto referencial dessa civilização foi a educação primária para educar e libertar os presos, afastando os réus das práticas criminosas pelas quais se encontravam enclausurados no presídio da capital sergipana, Aracaju. Em relatório de 1871 encontra-se o seguinte registro: “Art. 1º - Fica creada uma escola de primeiras letras para o ensino dos presos e detentos na cadéa d'esta Capital” (SERGIPE, relatório. 14 de agosto de 1871, p. 10).

Atendendo aos preceitos do regulamento que determinava que o professor, para atender a esse ensino de instrução primária, fosse funcionário público ou o próprio administrador da penitenciária. Quando houvesse outros além do administrador, estes receberiam uma gratificação mensal no valor de trinta mil reis. Conforme informações documentais da província de Sergipe:

[...] o Presidente da – Província, considerando que a estatística criminal varia conforme a ignorância dos presos, e quo os crimes, na maior parte, são devidos a falta de instrução, cuja base é o conhecimento das primeiras letras; atendendo a necessidade de educar o espírito dos criminosos condenados a cumprir sentença e no intuito de fazer eficaz a lei penal em seus efeitos morais, de modo que o criminoso saia da prisão regenerado e preparado para viver na sociedade : resolve, em vista do 13 do art. 18 da Resolução Provincial n. 916 de 5 de Maio do Corrente anno, crear uma escola do ensino primário elementar dentro da cadéa d'esta Capital, na conformidade do presente acto. (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 10).

Sobre os feitos da instituição de aulas noturnas para a classe popular e a instrução para os presos no presídio de Aracaju, Cunha Leitão recebeu elogios pelo ato civilizador através de cartas do conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha e de João Alfredo Correia de Oliveira. Segundo Costa (2007, p. 66), um trecho da carta referia-se a um inimigo mais poderoso que os republicanos: “[...] que o vosso gênio fez surgir à luz, a que mais me encheu de entusiasmo foi a criação de uma aula para os presos da penitenciária do Aracajú. A isto chamo eu, guerra aos problemas do socialismo, comunismo”. Continuando, autora destaca que:

[...] quem são os verdadeiros defensores da educação do povo, vista de forma naturalizada como ação positiva das ‘luzes da razão’, uma única razão, contra as “trevas da ignorância”. Tal disputa pode ser observada nas cartas do conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha ao Sr. Dr. Cunha Leitão, ex-presidente das províncias do Rio de Janeiro e Sergipe. A carta faz referência ao modelo político norte-americano, exaltando a civilização material, o liberalismo e progressismo daquela nação. Tais valores não dependeriam, para o autor, um defensor da monarquia, da forma republicana. Ao contrário, no Brasil, monarquistas como Cunha Leitão estariam mais próximos dos referidos valores que os republicanos (COSTA, 2007, p. 65).

A província de Sergipe foi uma das primeiras a instituir o curso de ensino noturno para a instrução dos adultos trabalhadores. Acerca disto, Costa (2007) publicou o seguinte:

As primeiras escolas noturnas públicas inauguradas no Império, foram devidas a iniciativa do Sr. Cunha Leitão que, em 1871, sendo presidente da província de Sergipe, criou por ato seu, escolas noturnas na capital e em todas as cidades da província. Foram estas as primeiras do império. Em 1872 o nosso correligionário faz também criar escolas públicas noturnas em todas as cidades e vilas da província do Rio de Janeiro, iniciando na respectiva assembléia legislativa um projeto que pelos seus esforços tornou-se lei dessa província. (COSTA, 2007, p. 63).

A proposta do presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão, na província de Sergipe, era revolucionar a educação sergipana para servir de modelo e exemplo no território brasileiro. Antes de transferir a administração para o vice-presidente, Cunha Leitão deixou a ideia de uma biblioteca pública para facilitar ao povo as leituras de boas obras através dos diversos livros existentes e dos jornais de Sergipe, do Brasil e do estrangeiro.

A instituição da biblioteca foi encaminhada, sua ideia já era bem considerada e recebia os donativos de diversos particulares que doaram em auxílio. Cunha Leitão deixou a biblioteca já com a localidade definida e o projeto elaborado. Em seu discurso, ele lamentava não ter mais tempo para concluir sua ação. Cunha Leitão entregou o cargo para seu vice, Dyonisio Rodrigues Dantas no dia 14 de agosto de 1871, já citado. O relatório de 1871 apresenta as seguintes informações:

**Figura 5** – Relatório do presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão



Fonte: Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.

Dessa forma, Cunha Leitão ingressou na política a partir de 1871 como presidente da província de Sergipe. Entregou o governo ao seu vice-presidente, Dionísio Rodrigues, e regressou para a corte do Rio de Janeiro, se candidatando para deputado e representando a corte no legislativo de 1872 a 1875 na assembleia provincial, quando apresentou projetos em defesa da instrução da educação primária e secundária do ensino popular. Representou também o Império na assembleia-geral do Legislativo. Relatórios e jornais registam os atos e feitos do administrador, que pelo curto período deixou o povo sergipano esperançosos da cultura letrada, o rigor dos primeiros traços da instrução de ler e escrever, da educação popular que os adultos necessitavam para as articulações de convivência do meio social.

Cunha Leitão defendeu o ensino livre através do projeto de lei apresentado na câmara dos deputados na sessão de 16 de julho de 1873 no Rio de Janeiro. No mesmo ano, ele apresentou os projetos educacionais relativos à instrução de ensino público de nº 290 e de nº 463. Preocupado em organizar a instrução de ensino público, o deputado Cunha Leitão propôs na câmara provincial um novo projeto de reforma na educação e no ensino livre. Segundo Machado (2004), o artigo primeiro do referido projeto apresentava que, em todas as famílias, “[...] aquele que tiver em sua companhia menino maior de sete anos e menor de 14 e menina maior de sete anos e menor de 12, seja pai, mãe, tutor ou protetor, é obrigado, nos termos desta lei, a dar-lhes instrução primária”. Ainda para Machado (2004, p. 4).

[...] Preocupado com a necessidade de organizar o ensino, o deputado Cunha Leitão propôs um novo projeto de reforma. Nele, previa, no artigo primeiro, que todo “[...] aquele que tiver em sua companhia menino maior de 7 anos e menor de 14 e menina maior de 7 anos e menor de 12, seja pai, mãe, tutor ou protetor, é obrigado, nos termos desta lei, a dar-lhes instrução primária” (BRASIL, 1873. In: BARBOSA, 1942). Estendia essa obrigação apenas nas cidades e vilas, pois não existiam escolas de fácil acesso. Entretanto, criava penas de multas para quem não cumprisse essa determinação legal e criava conselhos municipais para executar a lei. (MACHADO, 2004, p. 4).

Diante das reflexões, observa-se que o projeto era estendido apenas às cidades e vilas devido às dificuldades do acesso às escolas rurais. As famílias que não cumprissem a determinação legal poderiam sofrer uma pena de multas pelo concelho municipal da corte. O projeto determinava também que os filhos de famílias protestantes deveriam ser dispensados das aulas de religião, que eram obrigatórias. Resolveu-se que o catolicismo era a religião oficial do Império brasileiro. Dessa forma, a questão religiosa gerou muitas polêmicas. Cunha Leitão propôs outros projetos que se destacaram. Machado (2004, p.4) indica o projeto “sob o nº 463. Nele previa que os ensinos particulares de instrução primária, secundária, especial e superior deveriam ser completamente livres em todo o Império”.

Observa-se que outras propostas sobre a educação também foram apresentadas por outros deputados e discutidas na câmara legislativa, buscando regulamentar o ensino primário, secundário

e superior, como o projeto apresentado pelo deputado Correia de Oliveira sobre a instrução pública de nº 73-A. Os projetos em defesa da educação foram aumentando de 1870 a 1886. Conforme as informações de Machado (2010), vários foram os projetos de instrução de ensino público apresentado no Império, tendo cada vez mais destaque à época.

[...] o Projeto de Paulino José Soares de Souza (1870), o de Antônio Cândido Cunha Leitão (1873), o de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874), o Decreto nº 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879), os Pareceres/Projeto de Rui Barbosa (1882-1883), o Projeto de Almeida de Oliveira (1882 [...]) e o de Barão de Mamoré (1886 [...]). Esses projetos evidenciam a importância que os políticos proponentes atribuíam à educação, entendendo-a como fundamental para a sociedade nacional. Foram propostos assim sete projetos de reforma em menos de duas décadas sem que houvesse divergência no que se referia à urgência de implementação de seus respectivos projetos pelo Estado brasileiro, o qual deveria assumir os encargos financeiros para a oferta instrução pública. (MACHADO, 2010, p. 23).

Neste contexto, analisando os projetos em favor da educação, Cunha Leitão continuou na luta na assembleia legislativa e participou das eleições do Rio de Janeiro concorrendo com seu sogro e seu cunhado como representante da assembleia legislativa geral do 12º distrito, a qual correspondia as seguintes localidades: Itaguarhy, Bananal, Ribeirão das Lages, São João Marcos, Bomjardim, Passa Três, Rio Claro, Capivary, Guia, Jacarehy, Angra, Jacuecanga, Ribeira Mambucaba, Ilha Grande, Remédios e Paraty Mirim. Após a apuração geral dos votos do 12º distrito, com 956 eleitores, a maioria absoluta dos votos levou à vitória do Sr. Antônio Cândido da Cunha Leitão com o total de 505 votos.

A eleição ocorreu dia 15 de janeiro de 1886 e Cunha Leitão venceu seus dois concorrentes com 505 votos. O segundo lugar ficou com Joaquim José de Souza Breves Filho que obteve 341 votos. O terceiro concorrente foi seu sogro, o Coronel Joaquim José de Souza Breves, com 109 votos. O Rio de Janeiro tinha 12 distritos com seus representantes na assembleia-geral, conforme informações a seguir:

[...] à apuração geral, verificou a comissão que compareceram a eleição procedendo 956 eleitores, recolhendo-os à urna 956 cédulas, das quaes uma em branco; dY.hi concluiu ser a maioria absoluta do 478, obtendo os Srs. Dr. Antonio Candido da Cunha Leitão 505 votos Dr. Joaquim Jose de Souza Breves Filho 341 » Coronel Joaquim Jose de Souza Breves 109 » Ainda quando annullada a e leição de Sanf Anna da Ilha Grande, seria a maioria de 456 votos, cabendo ao Dr. Cunha Leitão 481. E', portanto, do parecer, que seja reconhe cido deputado geral pelo 12º districto do Rio de Janeiro o Sr. Dr. Antonio Candido da Cunha Leitão. Saladas comissões, 20 de abril de 1886. — Cochrane — Costa Pereira Júnior. — A. Coelho Rodrigues. — Passos Miranda. — Barão de Canindé. N. 61 — 1886. (BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro. Sessão preparatória em 26 de abril de 1886. P.35).

Antônio Cândido da Cunha Leitão foi eleito por unanimidade, continuou a serviço do povo, aprovando projetos em favor da educação, principalmente a educação da classe popular e defendendo o ensino noturno para os trabalhadores. Assim, seus discursos reluzentes despertavam outros deputados que tinham a mesma finalidade voltada para a educação da classe popular.

### **Considerações finais**

Então, ao desenvolver esse estudo de pesquisa sobre os feitos de Antônio Cândido da Cunha Leitão e o ensino noturno em Sergipe, a educação popular foi o discurso apropriado para vencer as mazelas do Brasil e aproximá-lo da modernidade dos países europeus. Em Sergipe, a proposta pautada por lei para alfabetizar a classe popular dos adultos trabalhadores criada por Cunha Leitão foi também inserida como modelo no processo educativo por outras províncias brasileiras, principalmente na Corte do Rio de Janeiro.

O surgimento das escolas de instrução de ensino primário noturno teve a finalidade de uma educação voltada para uma boa conduta de comportamento e para capacitar o indivíduo a ser inserido nas relações de comercializações internas de compra e venda e, posteriormente, na indústria. Era importante saber pelo menos os conhecimentos relativos à instrução de ler, escrever e somar.

O ensino noturno se configurou na sociedade sergipana, como um modelo inovador e civilizatório. A educação popular para o povo trabalhador, a qual recebeu o apoio principalmente dos professores da instrução pública – e de professores particulares –, foi fundamental no incentivo da organização de instruir os adultos trabalhadores interessados no aprendizado da leitura, da escrita, das operações matemáticas de somar, dividir e multiplicar, além dos ensinamentos de comportamento religiosos.

O diretor da instrução pública, Manoel Luiz, apoiado por Cunha Leitão, incentivou a instrução do curso noturno para os trabalhadores que durante o dia não tinham as condições de serem inseridos em nenhuma categoria de aprendizado escolar formal, somente a noite era possível ter o acesso a essa novidade de ensino.

Sendo assim, os operários – como eram designados na época –, na atualidade conhecidos como trabalhadores autônomos. Os marceneiros, mecânicos, negociantes, alfaiates, carpinteiros, sapateiros, ferreiros, fogueteiros, fundidores, padeiros e artistas tais como músicos, pintores, desenhistas, escultores entre outros. Todas essas profissões foram beneficiadas com a oferta do ensino noturno. O curso noturno ganhou espaço nos locais onde havia grande número de trabalhadores

### **FONTES**

BRASIL. *Parlamento Câmara dos Deputados de 1886*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>. Acesso em: 3 de março de 2020.

BRASIL. *Anais do Império. Relatório do Ministro do Império de 1872*. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

BRASIL. *Anais do Parlamento, Relatório do Parlamento do Senado do Império*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>. Acesso em: 4 de abril de 2020.

JORNAL. *Imprensa Acadêmico, Jornal dos Estudantes de São Paulo*. Literário, Noticioso, Científico e Comercial. Redator em Chefe. Antônio Cândido da Cunha Leitão. Anno II, nº 21, quinta feira 8 de outubro de 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=385867&pagfis=403>. Acesso em: 3 de junho de 2020.

JORNAL. *Diário de Pernambuco. Anno LXIV nº 3. Edição: 00113*. (sábado 19 de maio de 1888.p. 2) Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_06&pagfis=20122](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&pagfis=20122). Acesso em: 20 de maio de 2020.

JORNAL. *Regeneração. Anno XXI, nº 224*. p.2- Rio de Janeiro. (Sábado 19 de outubro de 1889) Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=709603&pagfis=10098&url=http://memoria.bn.br/docreader>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

SERGIPE. *Relatório de 1871*. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 2 de novembro de 2020.

SERGIPE. *Relatório de 1872*. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

## REFERÊNCIAS

BLAHE, Augusto Victorino Alves Saecramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 1883, (p.123-124). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

COSTA, Ana Luíza Jesus da. Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. V. 16. N. 4 [43] (2016). Outubro/dezembro. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40729>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2020.

COSTA, Ana Luíza Jesus da. *À luz das lamparinas: As Escolas Noturnas para Trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittone Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORREIA, Marilza da Silva. *A Educação Popular no Brasil Império: as primeiras Iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Maceió: UFAL, 2011. Disponível em: [www.ufal.edu.br/unidade\\_academica/cedu](http://www.ufal.edu.br/unidade_academica/cedu). Acesso em: 20 de novembro de 2019.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*; tradução, Pedro Sússekind; prefácio, Roger Chartier. - Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortes, 2008.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. Enciclopédia Einaudi. V.1. Porto: Impresso Nacional-Casa da moeda, 1984, p. 95-106.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa*. Fundação Joaquim Nabuco. (Coleção Educadores). Editora Massangana. ISBN 978-85-7019-509-8. Recife: 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4715.pdf> Acesso em: 3 de fevereiro de 2020.

NUNES, Maria dos Prazeres; AMORIM, Simone Silveira. A instrução primária noturna para jovens e adultos na Província de Sergipe. In: FERREIRA, Gabriella Rossetti. *A Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política*. Atena Editora, 2019. Capítulo 4, (p. 38-46) Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/a-formacao-docente-nas-dimensoes-etica-estetica-e-politic>. Acesso em: 2 de maio de 2020.

NUNES, Maria dos Prazeres. *Instrução primária pública no ensino noturno para os adultos trabalhadores na província de Sergipe (1871 – 1889)*. Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado. Aracaju: Universidade Tiradentes – PPED/UNIT– Sergipe, 2020.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O Ensino Público*. Edições do Senado. Vol. 4. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1072>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, T. MENDES, C.M.M. A prática docente como ação política: um olhar histórico. *Educere et Educare - Revista de Educação*. Vol 2, n. 4, jul/dez 2007, p. 327 – 340.

PEREIRA, Cleidiane de Carvalho. *O Ensino Primário Noturno nas Reformas Educacionais no Piauí (1871-1933)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Disponível em: <https://catalogo-deteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 3 de março de 2020.

# CONECTADOS, PORÉM, EXCLUÍDOS: UMA ANÁLISE DO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO BRASIL



REDM  
ISSN: 2176-5804

**Leonardo Castro de Magalhães Zardo**  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT  
Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367 - Bairro Boa Esperança. Cuiabá - MT – Brasil. Cep: 78060-900  
Graduado em Ciências Econômicas – FE/UFMT  
E-mail: leocmzardo@gmail.com

**Carla Cristina Rosa de Almeida**  
Docente da Faculdade de Economia - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT  
Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367 - Bairro Boa Esperança. Cuiabá - MT – Brasil. Cep: 78060-900  
Doutora em Economia – PIMES/UFPE  
E-mail: carlalmeidarosa@gmail.com

## RESUMO

O presente artigo discorre acerca das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, enfocando sua importância para o desenvolvimento socioeconômico, em contraposição com a problemática da exclusão digital, a partir do caso brasileiro. Assim, o estudo expõe o panorama atual da conectividade digital das famílias, com base em informações da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e da pesquisa TIC Domicílios 2019, publicada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic. Verificou-se expressivas discrepâncias quanto ao acesso e forma de acesso conforme as condições sociais, econômicas e espaciais, com forte exclusão de determinados grupos sociais. Dessa forma, é importante que a ação governamental proponha estratégias para efetiva universalização e democratização das TIC na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** TIC. Desenvolvimento Socioeconômico. Exclusão digital.

## ABSTRACT

This article discusses Information and Communication Technologies - ICTs, focusing on their importance for socioeconomic development, as opposed to a problem of digital exclusion, based on the Brazilian case. Thus, the study exposes the current landscape of digital connectivity of families, based on information from the National Telecommunications Agency - Anatel and the ICT Households 2017 survey, published by the Regional Center for Studies for the Development of the Information Society - Cetic. Significant discrepancies regarding access and form of access were found according to social, economic and spatial variables, with strong exclusion of social groups. Thereby, it is important that government action for the governance and democratization of ICTs in Brazilian society.

**Keywords:** TIC. Socioeconomic Development. Digital exclusion.

## 1. Introdução

A revolução tecnológica<sup>1</sup> ocorrida nos anos 1960 desencadeou a expansão e penetração das tecnologias de informação e comunicação (TIC) (CASTELLS, 1999), consolidando a Sociedade da Informação. As TIC caracterizam-se como toda ferramenta e equipamento capaz de possibilitar comunicação entre indivíduos e realizar o recebimento, transmissão e compartilhamento de

informações entre os agentes presentes na sociedade. Assim, a vida cotidiana, a competitividade das empresas e desenvolvimento econômico passam a ser permeados por “transformações técnicas, organizacionais e administrativas, cujo ponto principal não são mais os insumos baratos de energia, como na sociedade industrial, mas sim a informação” (PEREIRA, SILVA, 2010, p.155).

As conexões digitais, principalmente a internet, tornam-se um fator determinante para produção e organização econômica, colocando a inclusão digital como pilar fundamental para a inclusão social (BOLAÑO, REIS, 2015; SORJ, 2003). Paralelamente, traz consigo também aspectos negativos, tais como a apropriação do tempo livre decorrente do uso intenso das plataformas digitais no cotidiano, bem como a apropriação dos dados dos usuários por empresas para vendas individualizadas (FIGUEIREDO, BOLAÑO, 2018), além dos problemas desencadeados pela exclusão digital de parcela da sociedade e da intensificação da desinformação.

Recentemente, a crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19 no mundo e no Brasil<sup>ii</sup>, evidenciou a importância das TIC na viabilização de “estratégias de continuidade da prestação de serviços em um cenário de restrições ao movimento de pessoas e ao funcionamento tradicional das organizações” (CETIC, 2021a, p. 95). Ao mesmo tempo, sobretudo em países em desenvolvimento, o hiato digital gerou oportunidades desiguais aos diversos grupos socioeconômicos: da possibilidade de realização ou não de trabalho remoto, ao maior/menor acesso a serviços públicos. No campo da educação, por exemplo, 54% dos usuários de internet com 16 anos ou mais da classe DE acompanharam as aulas exclusivamente pelo celular – o que dificulta a execução de diversas atividades estudantis - enquanto somente 11% tinham acesso a notebook ou computador de mesa, contra 22% e 55% dos indivíduos da classe A, respectivamente (CETIC, 2021a).

Com base na relação entre TIC e desenvolvimento econômico, estudos têm procurado mensurar os retornos auferidos pelo investimento em infraestrutura para acesso a essa tecnologia, tanto em nível mundial (KATZ et. al., 2010), como para o Brasil (CARVALHO, MENDONÇA, SILVA, 2015). Apesar da redução acentuada proporção de indivíduos que afirmaram nunca terem acessado a internet, que passou de 61%, em 2008, para 23% da população, em 2018 (CETIC, 2021b), a exclusão digital permanece no país: 90% dos que possuem grau de instrução qualificado como analfabeto/infantil utiliza apenas o telefone celular como meio de acesso à internet (CETIC, 2021b). Nesse contexto, autores passaram então a analisar a exclusão digital como consequência da exclusão socioeconômica (SORJ, 2003), bem como a tentar entender os diferentes tipos de exclusão e suas consequências (BARBOSA, 2018; VAN DIJK, HACKER, 2003; VAN DIJK, VAN DEURSEN, 2014, SILVA, ZAVIANI, GHEZZI, 2019). Assim, este artigo tem como objetivo analisar a situação atual do país quanto aos acessos às TIC - que perpassa pela questão geográfica de infraestrutura e disponibilidade, como também elas características dos usuários, que definem o comportamento quanto ao uso e a apropriação das informações geradas pelas mesmas.

Para tanto, após essa introdução, o trabalho traz em sua segunda seção o levantamento bibliográfico sobre a importância das TIC para o desenvolvimento dos países na Era da Sociedade da Informação, além de discutir como a questão da exclusão digital torna-se um entrave para esse processo. Na segunda seção, apresenta-se a base de dados e as variáveis utilizados para a análise. Nos resultados, na terceira seção, traz-se uma discussão sobre as desigualdades de infraestrutura e disponibilidade de ferramentas TIC entre as regiões brasileiras, bem como as discrepâncias quanto a penetração dos aparelhos entre as diferentes camadas de renda. Das guias de conclusão, este artigo traz, na quinta seção, ponderações e apontamentos acerca do tema.

## 2. Novas TIC: ferramentas para o desenvolvimento e exclusão digital

A internet<sup>iii</sup> em caráter de banda larga<sup>iv</sup> adquire importância fundamental não somente na vida dos indivíduos, mas também na organização dos processos produtivos, na circulação das mercadorias, do dinheiro e na organização da cultura (BOLAÑO; REIS, 2015). Segundo Bolaño e Reis (2015, p. 367) “A velocidade de acesso à internet com capacidade de transmitir dados, som e imagem em tempo real é hoje condição básica para os mais diversos processos econômicos e sociais”. Isto posto, reforça a internet e suas ferramentas como principal catalisador e determinante para o processo de desenvolvimento socioeconômico local.

Neste caminho, estudos econométricos demonstram o impacto de investimentos em infraestrutura de banda larga para os empregos e para a economia em geral. No caso brasileiro, Carvalho, Mendonça e Silva (2015, p. 8) avaliaram os efeitos dos investimentos em telecomunicações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de 5.564 municípios brasileiros entre 2007-2014, apontando que

Na média, a ampliação de 1% do acesso à banda larga acarreta um aumento de 0,077% no PIB. Deve-se ainda ressaltar a existência de efeito diferenciado entre os agrupamentos homogêneos de municípios. O maior impacto da banda larga ocorre nos municípios de maior renda *per capita* e alta concentração urbana. Logo em seguida, aparecem aqueles municípios em que a economia se concentra nos setores de serviço, comércio e construção. Em tais regiões, o efeito da expansão da banda larga pode alcançar um crescimento de 0,19% do PIB.

Observa-se, portanto, que as expansões da rede de banda larga, bem como as demais redes de comunicações, auferem retornos econômicos positivos já conhecidos. No entanto, Carvalho, Mendonça e Silva (2015) também apontam que a demanda, bem como os resultados e efeitos, ecoa de modos heterogêneos, variando conforme o setor econômico, entre as regiões e, conseqüentemente, entre os países.

Ao se tratar das TIC e sua evolução junto a sociedade, é pertinente acentuar que a literatura aponta para duas vertentes distintas: as TIC como difusora e importante ferramenta para o desenvolvimento, mas também como reflexo das exclusões já existentes através da exclusão digital.

Para entendimento da segunda vertente, Sorj (2003, p.13) pontua que

Para compreender a exclusão digital é fundamental situá-la na perspectiva de seu lugar na dinâmica de cada sociedade e do sistema internacional, como um elemento no conjunto de bens e serviços que determinam a qualidade de vida, a desigualdade social e as chances de desenvolvimento econômico.

A partir da compreensão das desigualdades socioeconômicas reforçadas através da exclusão no acesso as TIC e as vistas de sua importância para o desenvolvimento da cidadania, bem como sua utilização como ferramenta para o desenvolvimento econômico, cria-se uma nova perspectiva de direitos fundamentais e bens sociais. As novas tecnologias de informação e comunicação adquirem, então, *status* de direitos fundamentais<sup>v</sup> na sociedade da informação e a inclusão digital passa a ser tratada como pilar fundamental para a inclusão social e, como consequência, determinante na qualidade de vida e participação nos processos da globalização.

Adicionalmente, há a compreensão do reforço das centralidades através da globalização e da exclusão digital, Albagli e Maciel (2004, p. 10) colocam que

As TIC fornecem a base técnica para os novos modos de reprodução e valorização do capital – seja o capital financeiro, transformado em pura informação, seja o capital produtivo –, ao permitirem a flexibilização do aparato técnico e do trabalho e ao viabilizarem a produção e a circulação de um conjunto de bens informacionais de fácil produção, comercialização e consumo. Não necessariamente, porém, promovem maior socialização de conhecimentos estratégicos, nem evitam o crescente agravamento das desigualdades sociais e territoriais.

Logo, compreende-se o conceito exclusão digital como um fenômeno resultante da atual dinâmica de funcionamento da globalização do sistema internacional, no qual a não participação dos indivíduos implica no agravamento das discrepâncias socioeconômicas, bem como exclusão dos processos de desenvolvimento. Contudo, vale acentuar que a não participação é resultante também dos processos de desenvolvimentos locais. Ao encontro deste pensamento e trazendo para o processo de desenvolvimento brasileiro, Sorj e Guedes (2005, p.16) reforçam que

As políticas de universalização do acesso à Internet nos países em desenvolvimento serão uma quimera se não estiverem associadas a outras políticas sociais, em particular às da formação escolar. Não haverá universalização de acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação sem a universalização de outros bens sociais.

A partir deste entendimento, deve-se considerar que o acesso às TIC também passam por fatores como indisponibilidade de recursos e de bens e serviços que a antecedem - e que também influenciam - sua apropriação final, causando o também chamado de hiato digital, fenômeno entendido como “as desigualdades existentes no acesso, no uso e na apropriação das TIC provindas das inter-relações

entre outras desigualdades sociais, econômicas e culturais, tais como entre as áreas rural/urbana, os níveis socioeconômicos, níveis de educação, gênero, etc.” (PÉREZ et. al; p.6, 2019).

Assim, a partir da compreensão do pensamento da universalização do acesso para fins de inclusão social, também é vista a necessidade de compreender as diferentes causas para os vários tipos de apropriações das TIC, bem como suas consequências, dois fenômenos resultantes da exclusão socioeconômica. Barbosa (2018, p. 14) reforça a necessidade de que

É preciso considerar as desigualdades nos usos, as habilidades presentes para a produção de conteúdos, o repertório disponível para sua fruição e os valores por trás de seu compartilhamento. Em um contexto de amplo analfabetismo funcional, as desigualdades sociais, econômicas e educacionais se refletem também no cenário de apropriação das TIC no país.

Portanto, é importante diferenciar duas formas de exclusão: a exclusão de primeira ordem, relacionada à dimensão do acesso material às TIC (internet, equipamentos etc.), e a exclusão de segunda ordem, relacionada às competências e habilidades digitais no uso das TIC, bem como a capacidade de apropriação das informações e comportamentos, atitudes e motivações do usuário (VAN DIJK, HACKER, 2003; VAN DIJK, VAN DEURSEN, 2014). Pode-se afirmar que essa exclusão de segunda ordem se aproxima do que Silva, Ziviani e Ghezzi (2019, p. 35) denominam de letramento digital.

Ser letrado digitalmente significa dominar não apenas as ferramentas, mas também determinadas habilidades e competências necessárias à compreensão do mundo digital. Tais habilidades e competências referem-se às práticas letradas e à capacidade do usuário de atribuir sentido aos ícones e símbolos vistos na tela, tanto em práticas de leitura quanto de escrita, assim como de compreender imagens, sons, disposição e escolha das informações por meio dos hipertextos.

Dessa forma, o desafio da exclusão digital requer correção das discrepâncias e exclusões socioeconômicas, uma vez que estas influenciam diretamente o nível e qualidade da participação dos indivíduos nos processos de digitalização. Para isto, concomitante com políticas de acesso material às TIC, as ações do Estado devem agir com vistas a promover o desenvolvimento local, principalmente em regiões periféricas, onde ocorre escassez de capital econômico, social e humano, além da fragilidade das instituições públicas (PEREIRA; SILVA, 2010).

### **3. Dados**

O estudo utilizou dados em nível nacional, segregados por unidades federativas e regiões geográficas. Em termos de variáveis analisadas, procurou-se destacar a diferenciação do acesso e utilização da internet e demais TIC por classes de renda e grau de instrução dos usuários, a partir dos dados publicados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, através do Centro Regionalde

Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic.br, particularmente, a pesquisa intitulada “TIC Domicílios - Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros”, edição 2019. A Cetic realizou a coleta dos dados presencialmente, entre outubro de 2019 e março de 2020, através de questionários estruturados, com perguntas fechadas e respostas predefinidas. A amostra da TIC Domicílios 2019 abrangeu 23.490 domicílios, considerando pessoas com 10 anos ou mais em todas as unidades federativas do país.

Além disso, foram consultadas informações da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel acerca da oferta de infraestrutura para acesso as tecnologias<sup>vi</sup>. E para obter os dados de participação de cada unidade federativa no PIB, utilizou-se o levantamento do último ano disponível, 2018, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

#### 4. TIC: uma análise da disponibilidade e acessos no Brasil

##### 4.1 Infraestrutura e disponibilidade: um panorama da oferta

Concomitante a precariedade e particularidades do desenvolvimento local de cada região e município, observa-se que a distribuição de internet banda larga fixa está em linha com outros índices socioeconômicos atrelados a essas realidades. No Brasil, apenas 51,3% dos domicílios possuem banda larga fixa, sendo os estados de Santa Catarina e Distrito Federal responsáveis pelo maior número de domicílios conectados: 78% e 76%, respectivamente. Em contrapartida, os estados Pará (20,5%) e Maranhão (17,8%) apresentam o menor número. Os dados podem ser observados na Tabela 1, na qual é exposto dados referentes aos domicílios com banda larga fixa e índices socioeconômicos, como participação no PIB nacional e o rendimento nominal mensal domiciliar per capita.

Os dados referentes as participações das unidades federativas no PIB nacional expõem que a conexão digital com a internet e a produção econômica está estreitamente ligada. Os resultados demonstram que os cinco estados que são responsáveis por 64,4% do PIB, sendo: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, são os que também aparecem na relação de maiores índices de domicílios com conexão via banda larga fixa.

**Tabela 1** - Domicílios com Banda Larga Fixa, Participação no PIB Nacional e Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per capita por Unidade Federativa – Brasil

	Unidade Federativa	Domicílios com Banda Larga Fixa, 2021* (%)	Participação no PIB Nacional, 2018** (%)	Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, 2019** (R\$)
ZORTE	Amazonas	38,6	1,43	842,08

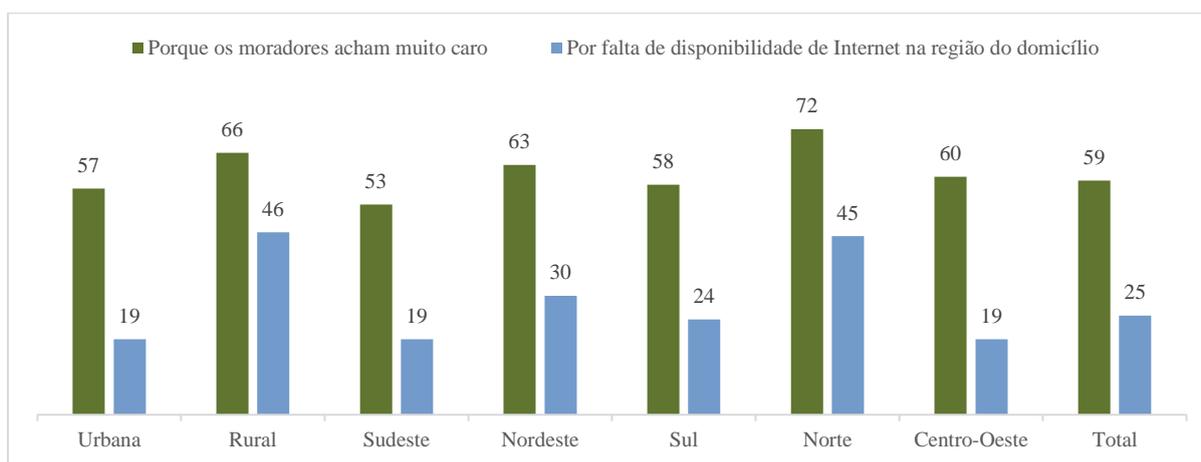
	Roraima	28,9	0,19	1.043,94
	Amapá	42,8	0,21	879,67
	Pará	20,5	2,3	806,76
	Tocantins	22,9	0,51	1.055,60
	Rondônia	37,5	0,64	1.136,48
	Acre	34,6	0,22	889,95
NORDESTE	Maranhão	17,8	1,4	635,59
	Piauí	30,3	0,72	826,81
	Ceará	38,8	2,23	942,36
	Rio Grande do Norte	48,9	0,96	1.056,59
	Pernambuco	22,2	2,66	970,11
	Paraíba	39,7	0,92	928,86
	Sergipe	37,4	0,6	979,78
	Alagoas	18,8	0,78	730,86
	Bahia	26	4,09	912,81
CENTRO OESTE	Mato Grosso	42,5	1,96	1.402,87
	Mato Grosso do Sul	44,1	1,53	1.514,31
	Distrito Federal	76	3,64	2.685,76
	Goiás	45,6	2,79	1.306,31
SUDESTE	São Paulo	73,4	31,56	1.945,73
	Rio de Janeiro	56,6	10,83	1.881,57
	Espírito Santo	43,3	1,96	1.476,55
	Minas Gerais	54	8,78	1.357,59
SUL	Paraná	60,9	6,28	1.620,88
	Rio Grande do Sul	58,6	6,53	1.842,98
	Santa Catarina	78	4,26	1.769,45

Fonte: \*Anatel (2021a); \*\*IBGE (2020). Elaboração Própria.

As conectividades via banda larga fixa dos domicílios refletem a disponibilidade de renda das famílias residentes. Visualiza-se, por exemplo, o caso do estado do Maranhão, que possui o menor rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população, igual aR\$635,59, sendo este também o menor estado com o número de domicílios com a presença de banda larga fixa, visto que apenas 17,8% dos domicílios estão conectados nesta modalidade. Dos cinco estados que aparecem entre os que possuem menos domicílios conectados na modalidade em questão, três também estão presentes entre os cinco com menor rendimento nominal mensal domiciliar per capita: Maranhão, Alagoas e Piauí.

Mesmo com o recente crescimento dos municípios abrangidos pela tecnologia, o baixo número de pessoas conectadas em determinadas regiões, bem como a abrangência precária dos serviços de qualidade, expõe a infraestrutura como um dos principais fatores impeditivos para falta de conexão no Brasil nos dias atuais, consistindo em mais um desafio para inclusão junto a conexão fixa de qualidade. De acordo com os dados divulgados pelo Cetic (2021b), 25% dos domicílios no Brasil não possuem conexão com a internet por falta de disponibilidade da região onde está localizado. Por região, as discrepâncias são ainda mais visíveis, com a região Norte e Nordeste possuindo 45% e 30%, respectivamente, de domicílios não conectados por este motivo, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Domicílios sem acesso à Internet, por falta de disponibilidade de Internet na região e porque os moradores acham muito caro - Brasil, 2019 (%)



Fonte: Cetic (2021b). Elaboração própria.

Ambos resultados expressam um Brasil que ainda carece de infraestrutura que ofereça a toda população acesso de qualidade a internet fixa, influenciando diretamente na quantidade e qualidade do acesso dos indivíduos. Ressalta-se a baixa penetração dos serviços de internet nas camadas de renda mais baixas, camadas essas que se localizam em regiões periféricas dos grandes centros e que, mesmo perto geograficamente de tecnologias, também carecem de infraestrutura para a utilização (SORJ; GUEDES, 2005).

Assim, percebe-se que a exclusão de grande parte das camadas de potenciais contratantes dos serviços de internet deve-se a incapacidade de os preços estabelecidos pelas empresas concessionárias que disponibilizam o serviço, conforme exposto no Gráfico 2. Nos caminhos das diferentes disponibilidades de renda e suas discrepâncias, conforme já demonstrado na Tabela 1, tem-se que as regiões de menor disponibilidade de renda são as que encaram o preço do serviço como uma das barreiras de entrada.

Apesar da contribuição das prestadoras de pequeno porte provedores do serviço para o crescimento da banda larga fixa no Brasil, a conectividade no país perpetua as ineficiências e barreiras impostas pela infraestrutura, exponencialmente, se observada os dados da região Norte, onde 51% dos municípios estão conectados através de conexão móvel - via modem ou chip 3G e 4G, muito acima da média do total de domicílios verificados em nível nacional, que é de 25%. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão abaixo média, com 18%, 24% e 24% dos domicílios conectados nesta modalidade, conforme dados da Cetic (2021b). As implicações para este tipo de acesso estão na qualidade e delimitações de acesso para o usuário final, pois a entrega de velocidade e estabilidade da conexão é abaixo das conexões fixas, podendo conter limites de velocidade, *download* e *upload*.

Conforme já destacado, a disponibilidade dos serviços de internet nos domicílios é determinante para o tipo de acesso e qualidade do mesmo. No entanto, é importante apontar que, para o estabelecimento da infraestrutura demandada e as políticas necessárias, é necessário analisar a manutenção da presença de outros bens TIC nas residências, concomitante com a ferramenta internet.

Neste sentido, dentre os aparelhos TIC demonstrados na Tabela 2, a região Sudeste tem posição de destaque em penetração de equipamentos em seu domicílio, acompanhando o modelo distributivo de conexões já explanados.

**Tabela 2 - Domicílios que possuem equipamento TIC por região – Brasil, 2019 (%)**

		Televisão	Telefone celular	Telefone fixo	Computador de mesa	TV por assinatura	Computador portátil
Total		95	93	22	16	24	26
ÁREA	Urbana	96	94	23	18	26	28
	Rural	92	85	10	6	12	11
REGIÃO	Sudeste	97	94	30	21	31	30
	Nordeste	93	91	10	10	14	19
	Sul	97	94	24	16	28	33
	Norte	90	93	9	9	16	18
	Centro-Oeste	95	94	20	16	21	24

**Fonte:** Cetic (2021b). Elaboração própria.

A televisão permanece como o equipamento mais presente nas residências. Porém, cabedestacar que a dicotomia televisão versus telefones fixos e celulares foi redefinida a partir da reprodução de conteúdo através da internet, fator que modificou o modelo de oferta e consumo de aparelhos televisores, bem como o de conteúdo televisivo – especialmente após o surgimento e massificação das plataformas de *streamings*<sup>vii</sup> audiovisuais. Logo, a ponderação das mudanças no setor é determinante para fomentação de ações voltadas a sua expansão, impondo aos aparelhos TIC, como a televisão, a alteração de sua tecnologia para possibilitar o acesso à internet e manter posições de vendas.

A partir dos dados gerais dos níveis de conexões e qualidade das qualidades, observa-se, portanto, que a exclusão de primeira ordem ainda é uma barreira a ser superada na realidade brasileira no que tange ao setor de telecomunicações, especialmente as barreiras impostas no acesso à internet de qualidade, sendo essa exclusão uma perpetuadora do hiato digital brasileiro, presente mesmo para os indivíduos conectados.

#### 4.2 Panorama do perfil dos acessos: da exclusão social à exclusão digital

A partir da visualização da disponibilidade e infraestrutura, verifica-se as vias de acesso dos domicílios conectados por diferentes camadas de renda, bem como os fatores determinantes para a exclusão ao acesso das TIC e suas consequências. Para tanto, faz-se necessário observar o fenômeno da exclusão e hiato digital como um reflexo para além das ineficiências de infraestrutura e disponibilidade, mas também como fator atrelado as discrepâncias socioeconômicas, que ocorre de diferentes maneiras para diferentes camadas de renda e grau de instrução, estes agravadores para a exclusão digital de segunda ordem pontuada por Van Dijk e Hacker (2003). A Tabela 3 demonstra a penetração de equipamentos TIC por camadas de renda.

**Tabela 3 – Domicílios que possuem equipamentos TIC por equipamento e por camadas de renda –**

## Brasil, 2019. (%)

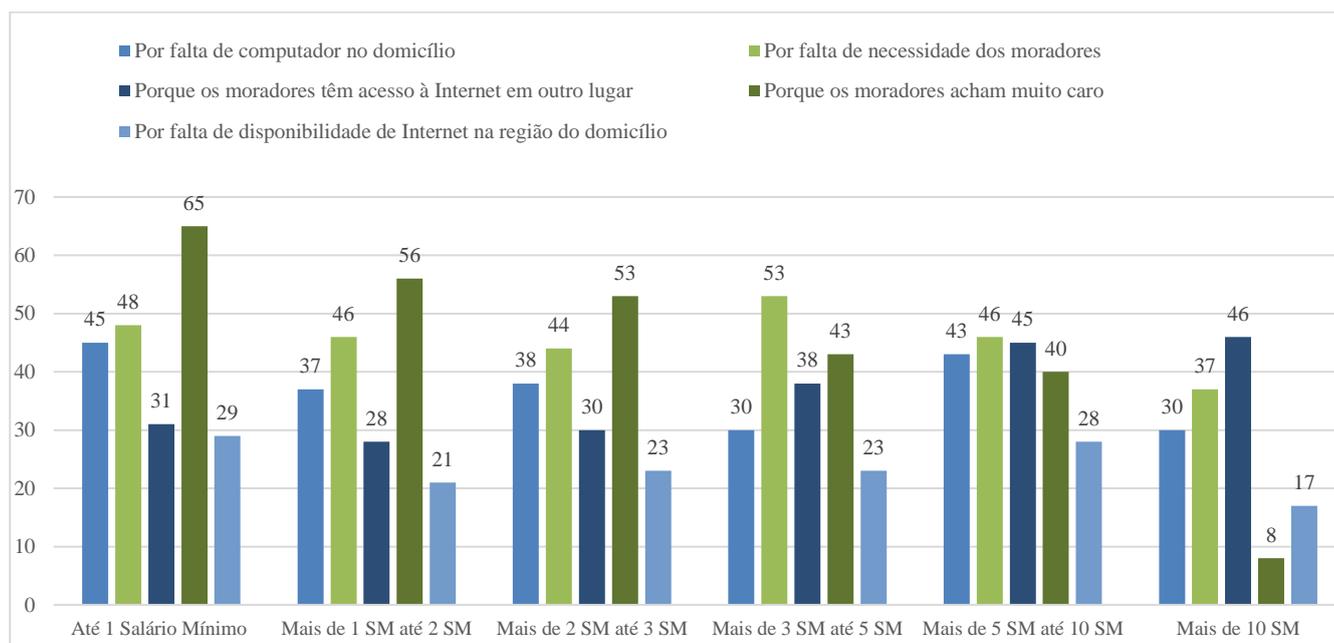
	Televisão	Telefone celular	Rádio	Antena parabólica	Telefone fixo	TV por assinatura	Computador de mesa	Notebook
TOTAL	95	93	61	30	22	24	16	26
ÁREA Urbana	96	94	60	25	23	26	18	28
ÁREA Rural	92	85	65	62	10	12	6	11
RENTA FAMILIAR Até 1 SM	92	87	56	33	9	9	7	9
RENTA FAMILIAR Mais de 1 SM até 2 SM	95	93	61	29	18	18	12	20
RENTA FAMILIAR Mais de 2 SM até 3 SM	98	97	64	29	23	30	20	31
RENTA FAMILIAR Mais de 3 SM até 5 SM	99	99	66	31	33	44	29	47
RENTA FAMILIAR Mais de 5 SM até 10 SM	99	98	62	28	46	54	33	62
RENTA FAMILIAR Mais de 10 SM	99	99	71	28	63	77	43	81

Nota: SM = Salário-mínimo. Fonte: Cetic (2021b). Elaboração própria.

A disponibilidade de equipamentos TIC respeita a penetração histórica – o equipamento mais presente nos domicílios é também o mais antigo, a televisão – bem como a disponibilidade de infraestrutura e a desigualdade de renda. O telefone celular, importante equipamento para acesso à internet, figura em segundo lugar. Cabe a observação ainda de que o índice de presença de televisão e telefone celular entre as diferentes camadas de renda tem pouca discrepância, em contraposição aos casos da TV por assinatura e do computador de mesa ou notebook. A vulnerabilidade econômica também se mostra decisiva para presença de internet do domicílio, em conformidade ao verificado por Silva e Mendonça (2017), de que quanto maior a renda do chefe da família, maior a probabilidade de o domicílio demandar o serviço.

A partir do número dos domicílios não conectados, o Gráfico 2 expõe as razões pelas quais os domicílios entrevistados declararam não possuir conexão por diferentes camadas de renda. O principal motivo para a não conexão entre essas camadas de menor renda é o preço. Assim, mesmo que o serviço de conexão à internet já seja pontuado como um bem coletivo<sup>viii</sup>, determinante para condição da cidadania (SORJ, 2003) e para acesso a serviços essenciais, a dimensão da distribuição de renda, bem como a presença e modalidade dos serviços em determinadas regiões, faz com que os índices estejam respeitando as condições inerentes ao grau de desenvolvimento brasileiro.

**Gráfico 2** – Domicílios sem acesso à internet, por motivos para a falta de internet – Brasil, 2019 (%)



**Nota:** SM = Salário-mínimo. Fonte: Cetic (2021b). Elaboração própria.

Coexistente com o fator renda e demais motivos determinantes para a presença ou não de internet no domicílio, o fato dos moradores dos domicílios possuírem acesso em outro lugar também ganha destaque dentre os principais motivos para a não conexão domiciliar. Nesta lógica, os processos de digitalização dos meios de trabalho são significantes catalizadores, pois uma vez que o local de trabalho passa a ser a base de acesso, aprendizado e motivação ao uso de computador e internet, altera-se não apenas o número de pessoas digitalmente incluídas, mas também o perfil destes (SORJ; GUEDES, 2005). Na visualização dos dados do Gráfico 2, é possível compreender que os meios e condições de trabalho contemporâneos têm influência direta nas conexões digitais e como elas se estabelecem para diferentes ocupações e disponibilidade de renda que a mesma traz.

Nesta lógica, Sorj e Guedes (2005) realizam uma análise a partir dos dados recolhidos nas comunidades de baixa renda no município do Rio de Janeiro, que podem refletir demais parâmetros e tendências gerais em demais comunidades em condições semelhantes, apontando uma correlação entre o nível de renda, escolaridade e posse de computador. O estudo ressalta que o fato do acesso ocorrer em local de trabalho e não no domicílio tem implicações diferentes ao visualizar o recorte por ocupação e gênero. As mulheres destas comunidades, em geral empregadas domésticas ou ocupadas em outros serviços de limpeza, estão em um nível de exclusão digital muito mais elevado, evidenciando o hiato digital de gênero decorrente da divisão sexual do trabalho e das condições e estruturas socioeconômicas (GISWATCH, 2013).

A Tabela 4 contrasta as vias de acesso à internet, comparando os dois principais equipamentos de acesso presentes nos domicílios brasileiros, computador e telefone celular. Tendo em vista as dificuldades de implementação da infraestrutura das redes fixas de conexão, as conexões móveis,

principalmente via telefone celular (3G e 4 G), despontam como grande expoente enquanto equipamento TIC dos menos escolarizados, que também são aqueles com menor probabilidade de uso das TIC para atividade laboral.

**Tabela 4** - Usuários de internet por dispositivo utilizado – Brasil, 2019 (%)

Grau de instrução	Apenas computador	Apenas telefone celular	Ambos
Analfabeto / Educação infantil	1	90	7
Fundamental	1	78	20
Médio	1	61	38
Superior	1	19	80
Tota	1	58	41

**Fonte:** Cetic (2021b). Elaboração própria.

Em contraposição a universalização do uso dos celulares, de acordo com o relatório do Cetic (2019, p. 115), observa-se uma tendência de redução da presença do computador nos domicílios – “caiu de 50%, em 2014, para 39%, em 2018” - ao mesmo tempo em que “a estimativa é de que o número de brasileiros que nunca usaram esse equipamento tenha chegado a 72,1 milhões em 2018, seguindo uma tendência de crescimento iniciada em 2015”. A maior parte dos que não utilizam computador estão nas áreas rurais em comparação as áreas urbanas e o perfil predominante são indivíduos de baixa renda e baixa escolaridade.

Os dados expõem o contraponto dos pensamentos de que a ascensão do uso da internet através do telefone celular é suficiente para atender aos anseios e facilitam apropriações. A utilização do telefone celular é, na realidade, a única forma de acesso como resultado de aspectos, tais como o “alto custo da banda larga, fixa ou móvel, o baixo poder aquisitivo da população, o barateamento dos aparelhos celulares multimídia, a expansão de locais de acesso a *wi-fi* gratuitos” (SILVEIRA, 2018, p. 23). Kelly e Minges (2012) argumentam que a contribuição da comunicação móvel no setor de emprego e empreendedorismo ainda são difíceis de avaliar, mas aponta que o telefone móvel tem potencial de eliminar barreiras nas oportunidades de emprego, devido a criação de eficiência na utilização e redução dos custos de transação e informação.

Por outro lado, as implicações para além das escaladas econômicas e conhecimento de perfil também podem ser visualizadas empiricamente nas perspectivas dos comportamentos sociais na esfera digital. Conforme Cetic (2019, p. 121)

A TIC Domicílios vem demonstrando que a prática mais comum entre usuários de Internet brasileiros é o compartilhamento, mais do que a criação e postagem de conteúdos próprios na Internet. O compartilhamento de conteúdo foi realizado por cerca de três em cada quatro usuários de Internet no país (73%) em 2017, percentual que vem apresentando tendência de crescimento nos últimos anos, dado que, em 2013, estava em 60%.

Os dados de compartilhamentos de conteúdo averiguados pela publicação mencionada expõem um comportamento inerente ao fenômeno que extrapola a condição de acesso material e relaciona-se diretamente com a denominada exclusão de segunda ordem, segundo Van Dijk e Hacker (2003), ou de escassez de letramento digital, conforme Silva, Zianini e Ghezzi (2019). Em cenário de universalização do acesso através de aplicativos (principalmente WhatsApp) e redes sociais, a inaptidão para discernimento das informações contribuem para intensificação de circulação de *fake news*<sup>ix</sup>.

Estudos para os Estados Unidos (ALLCOT, GENTZKOW, 2017<sup>x</sup>) e para o Brasil (RUEDIGER et. al., 2017<sup>xi</sup>) demonstraram como a desinformação tem sérias implicações políticas, concluindo que “grupos com diferentes interesses, especialmente os localizados nos extremos do espectro político, se inflam e se atacam mutuamente com esta prática”, manipulando cidadãos (RUEDIGER, 2017, p. 26). Por exemplo, “na semana que antecedeu a votação da abertura do processo de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, três das cinco notícias mais compartilhadas no Facebook eram falsas” (LAVARDA, SANCHOTENE, SILVEIRA, 2016, p.1).

Particularmente em relação a pandemia, a proliferação de argumentos anti ciência, anti vacina e em prol de medicamentos sem eficácia comprovada – difundidos massivamente pelas principais redes de comunicação online utilizadas no país (Facebook, Instagram e WhatsApp) - prejudicaram o combate a doença (COSTA, NÓBREGA, MAIA, 2021; FALCÃO, SOUZA, 2021). Além da falta de letramento digital, cabe destacar que agrava a situação o fato de que, conforme estudo publicado pela Universidade de Columbia e o Instituto Nacional Francês, 59% dos links compartilhados em mídias sociais não são abertos (DEWEY, 2016).

Os comportamentos distintos nas apropriações, bem como a ferramenta adotada na utilização, expostas na Tabela 4, são frutos do fenômeno do hiato digital já exposto, sendo possível observar que, para além da fragilidade da disponibilidade dos serviços (exclusão de primeira ordem) ser um problema latente para o caso brasileiro, os acessos e comportamentos com ferramentas digitais ainda dependem das habilidades das diferenciações da apropriação e do uso dos indivíduos. Isto posto, tem-se que além de aspectos de infraestrutura e qualidade, dispositivo e habilidades, o fenômeno também está associado ao “capital cultural para transformar a informação que circula em conhecimento relevante em âmbito individual e/ou coletivo” (PÉREZ et. al., 2019, p.6).

Para entendimento do cenário excludente, bem como as modalidades de acesso as TIC, para além da renda e grau de instrução, a Tabela 5 reflete a baixa conectividade com a internet presente entre as pessoas acima dos 60 anos. Os dados evidenciam que apenas 40% dos usuários de internet estão na terceira idade, termo adotado pela Organização Mundial da Saúde – OMS para indivíduos acima dos 60 anos.

**Tabela 5 – Usuários de internet, indicador ampliado por faixa etária – Brasil, 2019 (%)**

Faixa Etária	Sim	Não
De 10 a 15 anos	89	11
De 16 a 24 anos	96	4
De 25 a 34 anos	95	5
De 35 a 44 anos	88	12
De 45 a 59 anos	74	26
De 60 anos ou mais	40	60
TOTAL	79	21

**Fonte:** Cetic (2021b). Elaboração própria.

Os dados levam em consideração os usuários de internet, de internet via celular e usuários de aplicações, cuja quais necessitam de conexão à internet. Observa-se maior absorção entre as idades que nasceram e cresceram no mesmo momento de efervescência e expansão das TIC, principalmente da internet. Em contrapartida, nota-se uma queda expressiva de acesso a partir dos indivíduos 45 anos e ainda maior para os acima de 60, relacionado a falta de letramento digital, colocando essa população mais vulnerável a manipulação por *fake news*.

Farias (2015) estuda a preponderância do fator idade na apropriação das TIC e pondera que o fator renda e grau de instrução são influentes, mesmo na terceira idade. Cabe destacar que, apesar de potencial fonte de desinformação, o relatório do Cetic (2019, p. 72) revela que o WhatsApp foi uma das plataformas digitais mais bem avaliadas pelos usuários e, particularmente para os idosos, consiste em ferramenta importante para “a inserção social, ou reinserção, por meio da comunicação, mesmo que somente digital, com a criação de grupos de interesses afins ou de contatos individuais”.

A luz das presentes percepções, a presença de diversas variáveis que influenciam a penetração das TIC, o hiato digital brasileiro é concebido, portanto, como um fenômeno complexo. Como agravante, além da verificação da ineficiência da infraestrutura e disponibilidade, tem-se o desafio da exclusão digital de segunda ordem (VAN DIJK, HACKER, 2003; VAN DEURSEN, VAN DIJK 2014), visto que “a simples expansão do acesso às tecnologias não significa, desse modo, a eliminação das diferenças em sua apropriação, não estando os benefícios amplos que decorrem de um uso proficiente da Internet distribuídos de forma igualitária entre a população” (BARBOSA, p. 14, 2018).

## 5. Considerações finais

A consolidação da sociedade da informação, juntamente com o surgimento e expansão das TIC, alterou as dinâmicas de funcionamento dos mercados, tecnologias, redes de capital, trabalhos e costumes. É recorrente na literatura a importância das TIC como ferramenta impulsionadora do desenvolvimento socioeconômico e pessoal, colocando os meios de telecomunicação, principalmente a internet, como um bem coletivo. Contudo, as condições e particularidades estabelecidas em cada sociedade antes das TIC são determinantes para a expansão e otimização das mesmas, beneficiando

peças e locais caracterizados por maior valor econômico.

O caso brasileiro, discutido nesse trabalho, demonstrou que o aumento de conectividade – e consequente redução da exclusão material ou de primeira ordem – não foi capaz de extinguir o hiato digital. Os dados evidenciam que as diferenciações sociais, econômicas e espaciais mantêm-se como importantes fatores de exclusão de determinados grupos sociais. A necessidade de imposição de medidas de distanciamento social para redução do contágio da COVID-19 durante a pandemia, escancarou as desigualdades de oportunidades para governos, organizações e indivíduos quanto a possibilidade ou não de manutenção das atividades de gestão, laborais, estudantis e/ou de acesso a serviços essenciais a partir da mediação por TIC.

Na parcela populacional com maior inclusão digital, observou-se que se predomina indivíduos homens, brancos, jovens, com trabalho remunerado, detentores de maior renda e mais escolarizados, bem como moradores de áreas urbanas e unidades federativas com maior PIB per capita. Esse grupo dispõe não somente de mais acesso material, mas também de maior letramento digital (SILVA, ZIVIANI, GHEZZER, 2019). No campo da exclusão de segunda ordem, ligadas as motivações e habilidades para uso das TIC e apropriação das informações por meio destas obtidas, os desafios são ainda maiores. Paralelamente, esse debate ganha importância tendo em vista os potenciais prejuízos sociais que podem ser desencadeados pela disseminação de desinformação por mídias digitais, a exemplo de manipulações de cunho político e no combate a pandemia, como evidenciado recentemente no país<sup>xii</sup>.

Assim, em conformidade com Pereira e Silva (2001), entende-se que é atribuição dos governos, via políticas públicas, viabilizar e incentivar a democratização das TIC. Essas medidas devem focar, por um lado, a expansão da oferta, incluindo estímulos ao uso das ferramentas no ensino técnico e superior; bem como esforços junto a demais atores, como ONGs e empresas. Além disso, visto que a oferta por si só não garante a apropriação devida da informação, é preciso lidar para além dos desafios da infraestrutura, da preponderância e fenômeno da conectividade via telefone celular e da má qualidade das conexões, mas também, das variantes que determinam as habilidades na utilização final. O enfrentamento destes desafios devem ser o cerne para viabilização de que os acessos sejam, para além de universalizados, democratizados. Em um cenário de evidente de que os desdobramentos das TIC não são um fenômeno efêmero, juntamente ao fato de que algumas práticas online, intensificadas durante a pandemia, podem materializar-se de forma permanente, a exclusão de primeira e segunda ordem podem agravar as oportunidades de inclusão social – tal como acesso ao trabalho formal e serviços públicos.

## NOTAS

<sup>i</sup> Para Castells (1999, p. 411), “A revolução da tecnologia da informação motivou o surgimento do informacionalismo como a base material de uma nova sociedade. No informacionalismo, a geração de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal dessa capacidade. A tecnologia da informação tornou-se ferramenta indispensável para a implantação efetiva dos processos de reestruturação socioeconômica.”

<sup>ii</sup> No país, as medidas de distanciamento foram tomadas a partir de março de 2020.

<sup>iii</sup> A internet, ainda com o nome de *Aparnet*, teve seu desenvolvimento a partir da Guerra Fria, em 1969, sendo uma rede desenvolvida para trâmite de informações sigilosas entre instituições dos Estados Unidos, pertencendo ao Departamento de Defesa deste país. De sua criação até 1987, sua utilização foi restrita e exclusiva para fins acadêmicos e científicos americanos, a partir do final da década de 80, a internet passa a ser explorada comercialmente. (PEREIRA, SILVA, 2010).

<sup>iv</sup> De acordo com Carvalho, Mendonça e Silva (2015), inicialmente, o termo de banda larga era usado para qualquer conexão de internet acima da velocidade padrão dos modems analógicos. A velocidade que implica uma conexão de banda larga desenvolveu-se com o passar dos anos, dos 256 Kbps que proporcionavam as conexões *asymmetric digital subscriber line* (ADSL), para tecnologias que oferecem vários Mbps.

<sup>v</sup> Direitos tidos como indispensáveis à vida humana, tais como os direitos de liberdade, direitos políticos e direitos sociais. Quanto à existência de um nexo entre direitos fundamentais e internet, parte-se da ideia de enquadramento da internet como um direito social (ARANTES, SILVA, 2017).

<sup>vi</sup> A densidade referente ao mês de abril de 2019 apresentada é em relação a cada grupo de cem domicílios e é calculada a partir da divisão do número de acessos pelo número de domicílios e multiplicada por cem.

<sup>vii</sup> As plataformas de *streaming* são concebidas pela “forma de armazenamento e distribuição de dados multimídia em nuvem, substituindo o uso de memória física” (GOMES et al., 2015, p.2)

<sup>viii</sup> Os bens e serviços coletivos alteram em diferentes momentos ao longo da história, mas sempre são aqueles que fornecem condições fundamentais para cidadania. Assim, Sorj (2003, p. 29) pontua que “[...] não podem ser abandonados à lógica distributiva do mercado exigindo, portanto, a intervenção pública. Sob a ação pública, os bens coletivos podem perder a qualidade de bem mercantil ou, em certas circunstâncias, eles podem ser produzidos e/ou distribuídos pelo mercado, mas sob controle ou supervisão do poder público”.

<sup>ix</sup> *Fake news*, em tradução livre “notícias falsas”, conforme definição de Allcott e Gentzkow (2017), são notícias de conteúdo intencionalmente e verificadamente falsos para enganar o leitor.

<sup>x</sup> Os autores realizaram um estudo do impacto das mídias sociais e *fake news* nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016.

<sup>xi</sup> Os autores analisaram o fenômeno a partir das eleições de 2014, passando por momentos políticos específicos, como impeachment da então presidente Dilma Rousseff e considerando prováveis riscos para corrida eleitoral de 2018, como acabou sendo verificado posteriormente, levando a “instituições governamentais, que acompanham o fenômeno em processos eleitorais no mundo inteiro, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a declararem que a manifestação de notícias falsas no Brasil ocorreu num nível sem precedentes” (MELLO, 2018 apud FALCÃO, SOUZA, 2021, p. 61).

<sup>xii</sup> Como agravante, o estudo de Nóbrega, Costa de Maia (2021) demonstrou que as medidas tomadas pelas plataformas digitais foram insuficientes para combater a desinformação em relação as notícias vinculadas a pandemia da COVID-19.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 3, p. 9-16, 2004.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-36, 2017.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. *Dados*. Disponível em <[https://dados.gov.br/dataset/densidade\\_banda\\_larga](https://dados.gov.br/dataset/densidade_banda_larga)> Acesso em 10/05/2021.

ARANTES, Álisson Rabelo; SILVA, Caroline Fernanda. O acesso à internet elegido à categoria de direito fundamental. *Sinapse Múltipla*, v. 6, n. 2, p. 241-245, 2017.

ARAUJO, Marcelo Henrique de; REINHARD, Nicolau. Quem são os internautas brasileiros? Uma análise a partir das habilidades digitais. In: *TIC Domicílios 2017 - Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros*. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. p. 31-40.

BARBOSA FILHO, Milton Benedicto; STOCKLER, Maria Luiza Santiago. História

moderna e contemporânea. São Paulo: *Scipione*, 1993.

BARBOSA, Alexandre. Cultura Digital: Onde estamos e para onde vamos. In: ALMEIDA, Fernando; TORREZAN, Gustavo; LIMA, Luciana; CASTELLI, Rosana Elisa. (Org.) *Cultura, Educação e Tecnologias em debate*. 1ª ed., p. 14-16, São Paulo: Sesc, 2018.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; REIS, Diego Araujo. Banda larga, cultura e desenvolvimento. *Nova Economia*, v. 25, n. 2, p. 387-402, 2015.

BRANDÃO, Carlos Antônio et al. A política de telecomunicações no Brasil: do monopólio público ao recente processo de privatização e regulamentação. In: *III Congresso Brasileiro de História Econômica*. Curitiba: ABPHE, 1999.

CARVALHO, Alexandre Ywata; MENDONÇA, Mário Jorge; SILVA, José Jaime. Avaliando o efeito dos investimentos em telecomunicações sobre o PIB. *Texto para discussão* 2336. Brasília: Ipea, 2017.

CARVALHO, Alexandre Ywata; MENDONÇA, Mário Jorge; SILVA, José Jaime. Dimensionamento do mercado de banda larga no Brasil. *Textos para discussão* 2322. Brasília: Ipea, 2017.

CASTELLS, Manuel; ESPANHA, Rita. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra, 1999.

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. ***Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus: Painel TIC COVID-19***. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021a.

Disponível em

<[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel\\_tic\\_covid19\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel_tic_covid19_livro_eletronico.pdf)> Acesso em 03/05/2021.

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. *TIC DOMICÍLIOS 2018 - Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros*. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019a. Disponível em <[https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic\\_dom\\_2018\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf)> Acesso em 03/05/2021.

CETIC – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. TIC Domicílios 2019. *Indicadores*. Disponível em <<https://www.cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores>> Acesso em 03/05/2021b.

COSTA, Luciana Miranda; DA NÓBREGA, Lizete Barbosa; MAIA, Carolina Toscano. Combate à Desinformação na Pandemia da Covid-19. *Revista Eptic*, v. 23, n. 1, p. 162-177.

DEWEY, Caitlin. 6 in 10 of you will share this link without reading it, a new, depressing studysays. *The Washington Post*. 2016. Disponível em <<https://www.washingtonpost.com/news/the-intersect/wp/2016/06/16/six-in-10-of-you-will-share-this-link-without-reading-it-according-to-a-new-and-depressing-study/>> Acesso em 01/08/2020.

DUTRA, Flora. A história do telefone celular como distinção social no Brasil. Da elite empresarial ao consumo da classe popular. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 5, n. 2, p.102-116, 2016.

FALCÃO, Paula et al. Pandemia de desinformação: as *fake news* no contexto da Covid-19 no Brasil. 2021. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 55-71, 2021.

- FARIAS, Josivania Silva et al. Inclusão digital na terceira idade: um estudo sobre a propensão de idosos à adoção de tecnologias da informação e comunicação (TIC). *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 15, n. 3, p. 164-188, 2015.
- FIGUEIREDO, Carlos; BOLAÑO, César. Social media and algorithms: configurations of the lifeworld colonization by new media. *The International Review of Information Ethics*, v. 26, 2017.
- GISWATCH - GLOBAL INFORMATION SOCIETY WATCH. *Global Information Society Watch 2013: Women's Rights, Gender and ICTs*. Association for Progressive Communications (APC) : Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries (Hivos), 2013. Disponível em: <[https://www.giswatch.org/sites/default/files/gisw13\\_chapters.pdf](https://www.giswatch.org/sites/default/files/gisw13_chapters.pdf)> Acesso em 27/07/2020.
- GOMES, Carolina et al. Spotify: streaming e as novas formas de consumo na era digital. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste (Intercom NE). Natal: Intercom. 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados*. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/home/primpec/brasil>>. Acesso em 04/05/2021.
- KATZ, Raul L. et al. The impact of broadband on jobs and the German economy. *Intereconomics*, v. 45, n. 1, p. 26-34, 2010.
- KELLY, Tim; MINGES, Michael. *Information and communication for development: Maximizing mobile*. Washington, USA: World Bank, 2012.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- MENDONÇA, Mário Jorge; SILVA, José Jaime. Estimação da demanda por serviços de Internet a partir de microdados da Pesquisa TIC Domicílios 2015. In: *TIC Domicílios 2015 - Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros*. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. p. 59-65.
- PEREIRA, Danilo Moura; SILVA, Gislane Santos. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como aliadas para o desenvolvimento. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 10, p. 151-174, 2010.
- PÉREZ, Silvia M., SÁNCHEZ, Olga Del Rio, MARTÍNEZ-GÓMEZ, Raquel, OSÉS, Pablo J. Martínez. *TIC para o desenvolvimento sustentável. Recomendações de políticas públicas que garantem direitos*. Montevideu, Uruguai: UNESCO, 2019. Disponível em <<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/8/14582020190716-tic-para-o-desenvolvimento-sustentavel.pdf>> Acesso em 25/07/2019.
- RUEDIGER, Marco Aurélio et al. *Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018*. Rio de Janeiro: FGV DAPP - Diretoria de Análise de Políticas Públicas, 2017.
- SANCHOTENE, Carlos; SILVEIRA, Ada Cristina Machado da; LIMA LAVARDA, Suélen de. Quando as Notícias mais Compartilhadas são Falsas: a Circulação de Boatos durante a Semana do Impeachment no Facebook. *Comunicação & Informação*, v. 20, n. 3, p. 99-112, 2017.
- SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ZIVIANI, Paula; GHEZZI, Daniela Ribas. As tecnologias digitais e seus usos. *Texto para Discussão 2470*. Brasília, Ipea, 2019.
- SILVA, Leonardo Werner. Internet foi criada em 1969 com o nome de "Arpanet" nos EUA. *Folha de São Paulo, Coluna Cotidiano*. 12/08/2001. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml>> Acesso em 20/06/2020.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Os sentidos do digital. In: ALMEIDA, Fernando; TORREZAN, Gustavo; LIMA, Luciana; CASTELLI, Rosana Elisa. (Org.). *Cultura, Educação e Tecnologias em debate*. 1ª ed. São Paulo: Sesc 2018. p. 23-25.

SORJ, Bernardo. *Brasil@ povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Brasília, DF: UNESCO, 2003.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos estudos CEBRAP*, n. 72, p. 101-117, 2005.

VAN DEURSEN, Alexander JAM; VAN DIJK, Jan AGM. The digital divide shifts to differences in usage. *New media & society*, v. 16, n. 3, p. 507-526, 2014.

VAN DIJK, Jan; HACKER, Kenneth. The digital divide as a complex and dynamic phenomenon. *The information society*, v. 19, n. 4, p. 315-326, 2003.



## ECONOMIA CIRCULAR E RESÍDUOS SÓLIDOS: DA CONCIENTIZAÇÃO PARA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

**Samara dos Santos Rodrigues**

Graduada em Economia pela Faculdade Economia da UFGD

Samaras650@gmail.com

**Madalena Maria Schlindwein**

Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ -USP

Professora do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da UFGD

madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

**Ana Paula Dalmagro Delai**

Mestra em Agronegócios pela UFGD

anapauladelai@hotmail.com

### RESUMO

A reciclagem possui um papel importante quando se trata de gestão do ciclo de vida dos produtos e a destinação final deles. O conceito de Economia Circular, sobre aproveitar o potencial de um produto para que ao fim do seu ciclo de vida ele se torne um novo produto, traz na prática a vivência do desenvolvimento sustentável evitando o uso excessivo dos recursos naturais e proporcionando potencial econômico para esse produto além da preservação do meio ambiente. A cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, possui uma associação de catadores de resíduos recicláveis que é pouco conhecida, mas que necessita de auxílio da população e do governo municipal para poder dar continuidade em seus trabalhos. Reforçando a ideia da importância da educação para o desenvolvimento e o acesso a condições que promovam qualidade de vida, o intuito do trabalho foi analisar o conhecimento das pessoas sobre resíduos sólidos, as possibilidades de melhorias para diminuir o excesso de resíduos, bem como, mostrar a importância da Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados- AGECOLD para a cidade e as dificuldades enfrentadas para manter a associação. O trabalho é baseado em pesquisa teórica e documental, em que foram aplicados 210 questionários à população de Dourados, além de entrevistas com os Associados da Agecold. Diante do estudo realizado foi possível perceber que embora seja um tema abrangente e muito debatido nos meios de comunicação e acadêmicos, a conscientização e realização prática do destino correto dos resíduos sólidos ainda precisa evoluir para termos resultados positivos no meio ambiente.

**Palavras-Chave: Economia Circular. Desenvolvimento. Sustentabilidade.**

### ABSTRACT

Recycling plays an important role when it comes to managing the products' life cycle and their final destination. The concept of Circular Economy, about taking advantage of the potential of a product so that at the end of its life cycle it becomes a new product, brings into practice the experience of sustainable development avoiding the excessive use of natural resources and providing economic potential for this product beyond preserving the environment. The city of Dourados, Mato Grosso do Sul, has an association of recyclable waste collectors that is little known, but that needs help from the population and the municipal government in order to continue its work. Reinforcing the idea of the importance of education for development and access to conditions that promote quality of life, the aim of the work was to analyze people's knowledge about solid waste, the possibilities for improvements to reduce excess waste, as well as show the importance of the Association of Ecological Agents of Dourados - AGECOLD for the city and the difficulties faced to maintain such an association. The work is based on theoretical and documentary research, in which 210 questionnaires were applied to the population of Dourados, in addition to interviews with Agecold Associates. Given the study carried out it was possible to realize that although it is a comprehensive topic and much debated in the media and academics, awareness and practical realization of the correct destination of solid waste still needs to evolve to have positive results in the environment.

**Keywords: Circular Economy. Development. Sustainability.**

## Introdução

Nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, uma abordagem ampla sobre os conceitos econômicos, ambientais e sociais se torna essencial segundo Jesus e Pires (2018), pois são temas que envolvem incertezas e geram vulnerabilidade global quando não administradas, com risco de causar consequências imprevisíveis.

As transformações em curso nos aspectos sociais e ambientais afetam todas as áreas da sociedade, que parte do ato de alimentar à um fenômeno complexo que envolve culturas, economia e bem-estar dos indivíduos (POULAIN, 2013).

Para que um país seja considerado desenvolvido, além da análise econômica que parte do quando é produzido, consumido e de toda a riqueza que é gerada, outros aspectos sociais e ambientais precisam ser considerados. Debates que destacam a distinção entre desenvolvimento e crescimento valorizam além dos fatores econômicos os critérios de qualidade de vida e acesso a alimentação e educação (SEN, 2000).

A alimentação é um direito essencial para a sobrevivência humana e, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2020) em 2019, antes da pandemia causada pelo COVID-19, quase 690 milhões de pessoas, ou seja, 8,9% da população mundial estava subnutrida.

Diante do fato de uma projeção da ONU estimar que o crescimento demográfico do planeta demandará um aumento da produção e consumo de alimentos e ao fato do número de resíduos sólidos aumentarem a cada ano, é importante destacar o papel da conscientização no que diz respeito ao consumo e na necessidade de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento sustentável dos países.

De acordo com dados do Banco Mundial, em 2016 registrou-se uma produção global de aproximadamente 2,01 bilhões de toneladas de resíduos, com 0,78kg de lixo produzido por habitante, diariamente. Dentre esse total, os países da Ásia Central e da Europa correspondem aos maiores produtores do mundo, com, respectivamente, 23% e 20% do total de resíduos gerados.

Em comparação com o Brasil, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), foi gerado, em 2017, cerca de 78 milhões de toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), dos quais aproximadamente 41% foram destinados para aterros controlados ou lixões – considerados locais inadequados de disposição. Evidencia-se, assim, uma produção brasileira de resíduos bem superior àquela dos países

européus, bem como um tratamento bem precário – prevalecendo o uso de métodos inadequados.

Isso é evidenciado, por exemplo, quando se verifica o estado do Mato Grosso do Sul, que, em 2015, gerou aproximadamente 964 mil toneladas de RSU e, apesar de ser a menor geração do país, destinou em torno de 60% de todo o lixo para aterros controlados ou lixões. Do mesmo modo, destaca-se que o município de Dourados por cerca de 30 anos utilizou somente um lixão para se destinar seus resíduos, que antes eram descartados na própria cidade (O PROGRESSO, 2017).

Diante do exposto, destaca-se a importância de assegurar que indivíduos tenham acesso a alimentação e conscientizar a necessidade de destinação correta dos resíduos produzidos tanto no processo de fabricação dentro das fazendas e nas indústrias, como também nas residências, após o consumo. Garantindo assim fontes de renda à um grupo de trabalhadores, na maioria das vezes envolvidos com cooperativas, como assegurar o cuidado com o meio ambiente por meio do descarte correto, ou reaproveitamento.

A reciclagem é um dos meios de diminuir o desmatamento e degradação das áreas ambientais, além de gerar lucro no meio econômico e emprego através da criação de indústrias de reciclagem. As cooperativas têm sido um dos meios mais importantes para controlar a quantidade de lixo, diminuir o desmatamento e aumentar a quantidade de empregos para a população (GANDRA, 2019).

No entanto, para que se efetivem as políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e a prática da reciclagem é preciso que as pessoas se conscientizem de sua importância. Neste interim, indaga-se: As pessoas estão conscientes com relação à importância da reciclagem para o meio ambiente e qual o nível de comprometimento das mesmas?

Por meio desta pesquisa, objetiva-se analisar a percepção da população sobre a reciclagem de resíduos sólidos na cidade de Dourados em Mato Grosso do Sul, a fim de identificar o nível de conhecimento das pessoas com relação a importância da reciclagem, bem como analisar as características econômica dos associados da cooperativa Agecold.

### **Referencial teórico**

O crescimento econômico e a economia global, se desenvolveram baseados em um modelo que coloca em risco a disponibilidade de recursos naturais (JESUS; PIRES, 2018). Após a segunda guerra mundial e o processo industrial o desenvolvimento econômico fez com que muitos países priorizassem o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo

Oliveira (2002) essa busca incessante pelo crescimento econômico era vista como único elemento do desenvolvimento, acarretando diversos problemas ao meio ambiente. Tema que com o tempo passou a ser foco de estudos e ampliação do conceito de desenvolvimento por vários estudiosos.

O debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002). Alguns economistas como Furtado, Souza e Sem, viram a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobasse todas as variáveis econômicas e sociais (SOUZA, 1993; FURTADO, 1961; SEN, 2000; SOUZA, 2005). Sob o prisma econômico, o desenvolvimento é o aumento do fluxo de renda real, sendo um incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade segundo Furtado (1961).

Com o evoluir dos estudos sobre o tema, é possível entender que o desenvolvimento deve considerar todo o processo de transformação econômica, política e principalmente humana e social (Furtado,1980). E, a partir de tais discussões, o desenvolvimento passa a ser entendido segundo Furtado (1984) como resultado do processo de crescimento autossustentável, ou seja, precisa crescer de maneira contínua.

Segundo Sen (2000) o crescimento econômico é o viés que envolve o que é produzido, o PIB e o PNB, enquanto que o desenvolvimento engloba todos os aspectos que dá condições ao indivíduo de escolha, liberdade de acesso a educação e garantias de segurança alimentar e bem-estar.

Diante dos debates sobre desenvolvimento sustentável, a preocupação com o meio ambiente vem se tornando cada vez mais presente na construção dos conceitos de crescimento e desenvolvimento.

Neste sentido, segundo Jesus e Pires (2018) o modelo de crescimento utilizado ainda hoje tem contribuído para o esgotamento dos recursos naturais do planeta. Estamos consumindo mais do que se consegue produzir.

Portanto, a necessidade de inverter um sistema linear utilizado pela economia atualmente, que extrai recursos escassos, para um modelo circular que visa reciclar os produtos ou mesmo parte deles e reintegrá-los no processo de produção ou mercado final (STAHEL, 2016).

Segundo Jesus e Pires (2018) a Comissão Europeia, preocupada com a gestão dos resíduos sem aproveitamento, apresentou em 2015 medidas relativas a economia circular que abrange a questão do desperdício de alimentos, na intenção de reduzir o uso de aterros e valorizar o reaproveitamento dos resíduos.

A Economia Circular surge com a necessidade de reformar o sistema produtivo que antes era de extração, produção e deposição, para um sistema que diminua o uso dos recursos naturais e a produção de resíduos (BONCIU, 2014).

Presente em todas as atividades produtivas, a Economia Circular traz a ideia de renovação, ou seja, na fase de elaboração de um produto esse deve levar em consideração que quando seu ciclo de vida acabar, ele será recurso produtivo para outras indústrias. Sinalizando uma necessidade de mudança tanto no processo fabril, do momento do projeto, como na educação, valores e comportamento de produtores e consumidores (FOSTER; ROBERTO; IGARI, 2016).

Para Oliveira, Silva e Moreira (2020) a reciclagem surge como uma ferramenta que reduz a disposição de resíduos ao fim de cadeias produtivas. Ainda com muito a evoluir na sua aplicabilidade, a reciclagem tem um papel importante dentro do conceito da economia Circular que consiste em conceber produtos e sistemas industriais que sejam capazes de manter a qualidade e produtividade dos materiais em ciclos de vida futuros (FOSTER; ROBERTO; IGARI, 2016).

A reciclagem se insere nos objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (2017). Esses objetivos foram elaborados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, são ao todo 17 objetivos, que fazem parte da Resolução 70/1 "Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Todos esses objetivos englobam 169 alvos, ao atingir esses alvos, seria a realização dos 17 objetivos.

Abrangem esses objetivos as questões relacionadas com desenvolvimento social e econômico, pobreza, fome, saúde, água, saneamento, aquecimento global, energia, meio ambiente, educação, igualdade de gênero, urbanização e justiça social. A reciclagem se insere no objetivo nº 12, o de consumo e produção responsáveis, que visa incentivar empresas a adotar práticas sustentáveis; reduzir substancialmente por meios de prevenção, reciclagem, redução e reuso, os resíduos sólidos; garantir que as pessoas em todos os lugares tenham informações e se conscientizem sobre o desenvolvimento sustentável (ONU, 2017).

Um estudo realizado por Marchi (2011) sobre o Cenário Mundial dos resíduos sólidos e o comportamento corporativo brasileiro frente a logística reversa, procurou contribuir para a redução dos impactos ambientais na saúde humana e gerenciar recursos naturais. Nesse contexto pode-se identificar o grande impacto negativo, de não haver reciclagem adequada, para a saúde humana e do meio ambiente.

Galbiati (2012), denota a importância da reciclagem industrial e dos programas de coleta seletiva, sendo esta abordagem ligada à gestão de resíduos sólidos no estado de Mato Grosso

do Sul. Em seus resultados, o autor observou que há participação consciente da população e que essa redução de resíduos destinada aos aterros tem gerado renda.

Motta (2010), realizou um estudo sobre a importância das cooperativas de reciclagem na consolidação dos canais reversos de resíduos sólidos urbanos pós-consumo. Ele identificou as contribuições das cooperativas de reciclagem, demonstrando que houve aumento da vida útil dos aterros sanitários e, conseqüentemente, diminuição da poluição e da extração de matéria prima virgem e redução dos gastos de energia. Motta conclui que embora exista o interesse de diminuir a quantidade excessiva de lixo as cooperativas ainda coletam um volume muito pequeno de materiais recicláveis.

Santos et al. (2011), destacam ainda a importância dos catadores como alternativa para a diminuição dos impactos ambientais causados pelos resíduos produzidos e salienta a importância das cooperativas para os catadores. Tais cooperativas possuem o importante papel de reverter este caos de produção massiva de rejeitos e resíduos para minimizar problemas ambientais e ainda possibilitar a inclusão social e econômica dos cooperados.

Nesta perspectiva, Souza, Paula e Pinto (2012), buscaram identificar a contribuição ambiental e social das cooperativas de reciclagem para os canais reversos de resíduos visando destacar sua importância no canal reverso de resíduos sólidos urbanos e identificaram, através da pesquisa, a diminuição da disposição incorreta desses resíduos, a redução do gasto de energia, além de melhorias das condições de trabalho dos cooperados.

### **Material e métodos**

Este trabalho contou com a utilização de revisão bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A pesquisa de campo contou com a aplicação de questionários à população (Apêndice A) realizadas em parques públicos da cidade. A opção pelos parques se deu por serem áreas com grande circulação da população das mais diversas áreas da cidade e com aplicação de questionário aos funcionários da Agecold (Apêndice B). A pesquisa direcionada a população foi realizada com a participação de 210 pessoas, amostra essa, determinada através do cálculo amostral, seguindo a fórmula de amostragem descrita por Barbetta (1994):

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{e^2}$$

Sendo:

n: tamanho da amostra

Z: nível de confiança  
e: margem de erro

p: proporção percentual que se espera encontrar

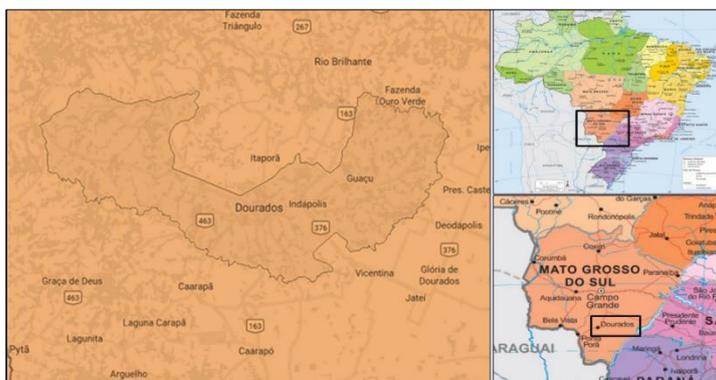
Para o cálculo do número de pessoas a serem entrevistadas, considerou-se o nível de confiança de 95% ( $Z=1,96$ ), com margem de erro de 5% e proporção percentual de 85% que resulta em:

$$n = \frac{(1,96)^2 \cdot 0,85(1-0,85)}{(0,05)^2} = 195,92$$

De acordo com o cálculo, obteve-se um resultado de 195,92, arredondando para 196 amostras. Foi possível aplicação mais questionários, sendo aplicados, no total, para 210 habitantes de Dourados.

Como área de estudo destaca-se a cidade de Dourados, conforme Figura 1, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil.

**Figura 1-** Mapa do estado de Mato Grosso do Sul com destaque para o município de Dourados.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de IBGE (2019).

O estado do Mato Grosso do Sul, conta com uma população estimada em 2019 de 2.778.996 habitantes, e área de 357.145,531 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 6,86 hab./km<sup>2</sup>, possui 79 municípios. A capital é a cidade de Campo Grande, com 863.982 habitantes e a segunda maior cidade é Dourados com uma população estimada de 222.949 habitantes em 2019, área territorial de 4.086,237 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 47,97 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019).

O estado atrai investimentos pelo seu grande potencial eco turístico, com áreas agricultáveis, um dos maiores rebanhos bovinos do país, reservas minerais, centros de pesquisa e cadeias de agronegócio. O Agronegócio representa 30% do PIB do estado, sendo o 5º maior estado produtor de grãos do País. O turismo possui grande relevância para a economia regional devido sua fauna e flora diversificada, além de abrigar 70% do pantanal, um dos pontos turísticos mais procurados por turistas (CONCEIÇÃO, 2017).

Mato Grosso do Sul possui a terceira maior reserva de minério e ferro do Brasil, localizada em Corumbá, com grande destaque já que o Governo do Estado tem feito ampliações em suas reservas para agregar mais valor econômico aos seus produtos. E por estar em constante desenvolvimento, o Estado tem feito investimentos e incentivado os empreendedores aliados aos bancos como o Banco do Brasil que oferece apoio financeiro com juros baixos para que o setor empresarial invista mais em setores como mineral, industrial, comercial e de serviços, além de agropecuária e turismo (CONCEIÇÃO, 2017).

A cidade de Dourados, é considerada um grande centro agropecuário, comercial, industrial e de serviços, estando em 3º lugar como a cidade com maior arrecadação de ICMS do estado. Seu potencial turístico agro tecnológico se destaca nos eventos, negócios e lazer. As indústrias de alimentos, frigoríficos e têxteis da cidade tem um papel importante para o desenvolvimento econômico. De acordo com o IBGE, Dourados tem um total de 448 indústrias de transformação. Dourados está em rápida expansão, pois surgem na cidade novos parques residenciais, conjuntos habitacionais, prédios, além de outros empreendimentos (FACE/UFMGD, 2018).

Outro foco de análise foi a Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados (Agecold), que surgiu em 2001, através da associação de catadores de materiais depositados nas ruas, que poderiam ser reciclados. O projeto trata da inclusão social, preservação ambiental e associativismo. A Agecold recebe o apoio da Prefeitura local, das Universidades, do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep) e do Rotary Club Cinquentenário. Esta associação foi desenvolvida para incentivar a destinação correta dos resíduos bem como alertar para os efeitos causados pela não reciclagem desses materiais. O projeto tem gerado emprego e renda aos catadores, melhorando a qualidade de vida dos moradores de rua que não conseguiram emprego formal (RESENDE, 2017).

O projeto em 2015 esteve em sérios riscos de ser fechado em decorrência de o local ser inadequado para implantação de uma associação de coleta seletiva e haver falta de catadores de materiais recicláveis e de incentivos no setor já que essa entidade contava com cerca de 80

catadores, restando apenas 12. A produção também caiu de 45 toneladas para 18 toneladas (ARAÚJO, 2017).

Contudo, em 2016, após ser assinado um termo de cooperação que visava à adesão de Dourados ao Projeto MS Sustentável, o município recebeu da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) um recurso de R\$ 1 milhão a ser investido na AGECOLD. O município teve que providenciar sede própria para viabilizar os trabalhos, buscar mais catadores, encaminhá-los para cursos de qualificação profissional, bem como a organização e inclusão social e produtiva da associação, promovendo condições melhores de vida, trabalho e renda (IMAM, 2016).

Foram aplicados questionários a todos os associados bem como aos responsáveis pela Associação num total de 12 questionários. Neste contexto analisou-se a associação, bem como a população de Dourados em relação à sua concepção sobre a importância da reciclagem e separação adequada de resíduos sólidos. Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabelados e calculou-se estatísticas utilizando o software Stata com os resultados apresentados na forma de tabelas e figuras sendo analisados a seguir.

### Resultados e discussões

Nos questionários aplicados à população de Dourados, foram entrevistadas 210 pessoas, com idades entre 17 e 61 anos. Destes, cerca de 39% têm entre 17 e 21 anos, como apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1-** Idade das pessoas que participaram da pesquisa na cidade de Dourados-MS

<b>Idade</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
<b>17 a 21</b>	82	39
<b>22 a 26</b>	51	24
<b>27 a 32</b>	29	14
<b>33 a 38</b>	20	10
<b>39 a 45</b>	17	8
<b>46 a 61</b>	11	5
<b>Total</b>	210	100

**Fonte:** Elaboração própria a partir de resultados da pesquisa.

A partir dos dados apresentados na Tabela 1 verifica-se que 24% dos entrevistados tem entre 22 e 26 anos, 14% entre 27 e 32 anos, e 10% com idade entre 33 e 38 anos. O menor

número dos entrevistados possui idade acima de 39 anos, talvez pelo fato de as entrevistas terem sido realizadas no Parque do Lago e Praça Antônio João, havia mais jovens no local, seja para lazer ou para prática esporte ou se reunir com familiares e amigos.

Questionou-se se as pessoas estudavam, e em torno de 48% dos entrevistados não estavam mais estudando. Destaca-se o elevado percentual dos entrevistados ainda em escolas ou Universidades (61%). A Tabela 2 apresenta os níveis de escolaridade e o percentual dos entrevistados em cada um.

**Tabela 2:** Nível de escolaridade das pessoas entrevistadas, na cidade de Dourados-MS

<b>Escolaridade</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Acumulada</b>
<b>1° a 4° série</b>	5	2.38	2.38
<b>5° a 8° série</b>	13	6.19	8.57
<b>Ens. Médio Incompleto</b>	42	20.00	28.57
<b>Ens. Médio Completo</b>	44	20.95	49.52
<b>Ens. Superior Incompleto</b>	61	29.05	78.57
<b>Ens. Superior Completo</b>	35	16.67	95.24
<b>Outros*</b>	10	4.76	100.00
<b>Total</b>	210	100.00	

**Fonte:** Elaboração própria a partir de resultados da pesquisa.

Nota\*: Refere-se a 5 em pós-graduação, 3 com Nível técnico, 2 estão na segunda graduação.

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que a faixa de escolaridade mais representativa se refere ao ensino superior incompleto, dado justificado pelo fato de parte dos entrevistados ainda estarem cursando a graduação. Em seguida destaca-se as pessoas com ensino médio completo e incompleto, 21% e 20%, respectivamente.

Na Tabela 3 pode-se observar a média de renda por pessoa entrevistada, dado que alguns não trabalham.

**Tabela 3-** Nível de renda das pessoas entrevistadas na cidade de Dourados-MS

<b>Salário mínimo (SM)*</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Acumulada</b>
<b>Menos de 1 SM</b>	22	10.48	10.48
<b>De 1 a 3 SM</b>	161	76.67	87.14
<b>De 3 até 5 SM</b>	19	9.05	96.19
<b>Mais de 5 SM</b>	8	3.81	100.00
<b>Total</b>	210	100.00	

**Fonte:** Elaboração própria a partir de resultados da pesquisa.

Nota\*: Salário mínimo de R\$ 998,00

Pode-se observar na Tabela 3 que, cerca de 76% das pessoas recebem entre 1 salário mínimo e 3 salários mínimos (De R\$ 998,00 até R\$ 2.994,00). Destaca-se ainda que dentre as pessoas que recebem estes salários, 23% não possuem ensino superior completo. A segunda faixa de renda mais representativa é de menos de 1 salário-mínimo e que, praticamente, 13% dos entrevistados recebem mais de 3 salários mínimos.

Ainda sobre o rendimento, foi questionado se havia mais alguém em sua moradia que trabalhava e qual seria o total da renda familiar, onde, cerca de 56% das famílias recebem de 1 a 3 salários mínimos, seguido de 22% das famílias que recebem de 3 a 5 salários mínimos.

Considerando os setores de trabalho, a Tabela 4, mostra a frequência e percentual de pessoas que trabalham nos diferentes setores. A maior representação se refere a outros setores, em que se destacam educadores, domésticas, funcionários públicos ou que trabalham com seu próprio negócio, em torno de 55%.

**Tabela 4-** Setores de trabalho mais representativos e a quantidade de entrevistados em cada um.

<b>Setores de trabalho</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Acumulada</b>
<b>Comércio</b>	69	32.86	32.86
<b>Indústria</b>	13	6.19	39.05
<b>Agricultura</b>	7	3.33	42.38
<b>Pecuária</b>	5	2.38	44.76
<b>Outros*</b>	116	55.24	100.00
<b>Total</b>	210	100.00	

**Fonte:** Elaboração própria a partir de resultados da pesquisa.

Nota\*: 43 pessoas não trabalham, 21 são do setor de educação, 15 são trabalhadores independentes, 13 do setor financeiro, 11 do setor de saúde, 8 são funcionários públicos, 5 são da área de construção civil.

Portanto, 69 pessoas, ou seja, 33% do total trabalham no comércio. Logo em seguida, destaca-se o setor industrial com aproximadamente 6% dos entrevistados. E, por fim, outros setores como Agricultura e Pecuária, atividades relativas ao campo, representam juntos em torno de 6% do total de entrevistados. Com relação às pessoas que assinalaram outros setores, das 116 pessoas, 43 pessoas não trabalham, 21 pessoas são do setor de educação, 15 trabalhadores independentes, 13 pessoas trabalham no setor financeiro, 8 são funcionários públicos e 5 são da área de construção civil.

Além de tratar de quesitos como idade, escolaridade, renda e setor de trabalho, foram tratados assuntos como o conhecimento das pessoas com relação a reciclagem. De acordo com a pesquisa, foi constatado que 91% das pessoas que responderam o questionário, detém

conhecimento do que são resíduos recicláveis e que sabiam como separar os mesmos, porém, 49% das pessoas não souberam em quais cores de container seriam descartados aqueles resíduos.

Sobre coleta seletiva, 87% responderam que sabiam o que era, contudo, apenas 39% disseram que havia coleta seletiva no bairro onde reside ou em bairros próximos. Sendo que 27% separam os resíduos para coleta seletiva e 69% dos entrevistados não separam seus resíduos. Com relação à reutilização de materiais recicláveis, houve um percentual alto, pois 54% responderam que reutilizavam alguns itens, como garrafas pet, caixas de papelão, para trabalhos, enfeites, decorações etc.

Foi indagado também, se essas pessoas, quando iam às compras, procuravam comprar produtos que agrediriam menos o meio ambiente, e 56% responderam que não, pois não sabiam quais produtos ou materiais agridem ou não o meio ambiente e que se soubessem fariam o possível para ajudar a diminuir os poluentes. Na Tabela 5, apresenta-se o nível de importância que as pessoas deram para a coleta seletiva.

**Tabela 5** – Nível de importância da coleta seletiva, por parte das pessoas entrevistadas, na cidade de Dourados-MS

<b>Nível de importância</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Acumulada</b>
<b>Não é importante</b>	-	-	-
<b>Baixo nível de importância</b>	2	0.95	0.95
<b>Médio nível de importância</b>	23	10.95	11.90
<b>Muito importante</b>	80	38.10	50.00
<b>Extremamente importante</b>	105	50.00	100.00
<b>Total</b>	210	100.00	

**Fonte:** Elaboração própria a partir de resultados da pesquisa.

Perante os dados apresentados constata-se que 50% dos entrevistados consideram extrema importância a coleta seletiva, 38% tratam o assunto com muita importância, e de baixo e médio nível de importância tem-se em torno de 11% dos entrevistados. Ao perguntar se as pessoas sabiam qual o destino dos resíduos produzidos em sua residência, 77% responderam que eram levados ao aterro sanitário, e ao explicar que havia uma associação que recolhia resíduos recicláveis, deixaram como sugestão, que mais locais na cidade possuíssem coleta seletiva.

No mesmo intuito, 90% dos indivíduos responderam que o aterro sanitário não deve receber qualquer tipo de resíduo como lixo hospitalar, pilhas, baterias, e produtos que são recicláveis, devendo ser descartados em locais corretos. Ao questionar sobre a possibilidade de criação de mais pontos de coleta de resíduos recicláveis, 48% disseram que com certeza participariam da coleta e incentivariam outras pessoas.

De acordo com as tabelas apresentadas verifica-se que desde pessoas com idade entre 17 e 61 anos, estudantes ou não, que estão trabalhando ou deixaram de trabalhar, tem se preocupado com as questões ambientais, tratam este assunto com muita importância e que estariam dispostas a auxiliar na melhoria da coleta seletiva de resíduos no município de Dourados-MS.

A pesquisa feita na Associação foi realizada em maio de 2019, neste período trabalhavam ali apenas 12 pessoas, com idades entre 18 e 61 anos, na maioria com idade de 54 anos ou mais, prestando serviços à Agecold por um período de 6 a 18 anos. Pode-se observar, na Tabela 6, a frequência de idade das pessoas que trabalham na Agecold.

**Tabela 6-** Média de idade dos associados que trabalham na Agecold, no ano de 2019.

<b>Idade</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
<b>18 a 29 anos</b>	3	25,00
<b>30 a 41 anos</b>	3	25,00
<b>42 a 53 anos</b>	2	16,67
<b>54 a 61 anos</b>	4	33,33
<b>Total</b>	12	100,00

**Fonte:** Elaboração própria a partir de resultados da pesquisa

Na Tabela 6 pode-se observar que 6 pessoas têm entre 18 e 41 anos, representando 50% do total de funcionários. Dentre eles 25% estão a pouco mais de 1 mês fazendo parte da Associação, já as outras 3 estão participando de 7 a 8 meses. Os outros 50% possuem entre 42 e 61 anos, estão na Associação há anos, a Presidente da Associação, com seus 58 anos de idade, tem 18 anos de serviços prestados a Associação.

Alguns desses funcionários moram sozinhos e longe do serviço, vão até seu trabalho em sua maioria de bicicleta, outros vão de moto. A maior parte dos associados, mesmo morando com mais pessoas, sustentam a casa. Na Tabela 7, é possível verificar a quantidade de pessoas por família.

**Tabela 7-** Composição das famílias dos associados da Agecold em Dourados-MS

<b>Quantidade de moradores na residência</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Acumulada</b>
<b>Apenas 1 pessoa</b>	4	33,33	33,33

<b>Até 2 pessoas</b>	3	25,00	58,33
<b>De 3 a 5 pessoas</b>	3	25,00	83,33
<b>Mais de 6 pessoas</b>	2	16,67	100,00
<b>Total</b>	12	100,00	

Fonte: Elaboração própria a partir de resultados da pesquisa

De acordo com a Tabela 7, 3 famílias possuem até 2 pessoas, outras 3 possuem de 3 a 5 pessoas em suas casas. E 2 dos 12 trabalhadores moram com mais de 6 pessoas. Das 4 pessoas que estão caracterizadas que moram apenas com 1 pessoa, 2 delas moram sozinha.

Dos 12 associados da Agecold, nenhum chegou ao ensino superior, alguns nunca estudaram, mas viram na Associação uma saída, dado o seu baixo nível de escolaridade. De acordo com a pesquisa, 11 funcionários não estudam mais e apenas 1 continua a estudar. Na Tabela 8 pode-se verificar o nível de escolaridade dos associados.

**Tabela 8-** Nível de escolaridade dos trabalhadores da Agecold na cidade de Dourados-MS, 2019.

<b>Escolaridade</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa Acumulada</b>
<b>1° a 4° série</b>	2	16,67	16,67
<b>5° a 8° série</b>	4	33,33	50,00
<b>Ens. Médio Incompleto</b>	2	16,67	66,67
<b>Ens. Médio Completo</b>	2	16,67	83,33
<b>Ens. Superior Incompleto</b>	0	-	-
<b>Ens. Superior Completo</b>	0	-	-
<b>Nunca estudou</b>	2	16,67	100,00
<b>Total</b>	12	100,00	

Fonte: Elaboração própria a partir de resultados da pesquisa

Na Tabela 8, observa-se que apenas 2 pessoas estudaram da 1ª à 4ª série, cerca de 17% do total dos funcionários, 33% dos trabalhadores estudaram da 5ª à 8ª série, 16% não terminaram o ensino médio, outros 16% têm ensino médio completo, e 2 funcionários nunca estudaram.

Em relação à reciclagem, 83% deles sabem o que é coleta seletiva, porém apenas 33% tem coleta seletiva no bairro. Esses funcionários acreditam que o trabalho que eles fazem contribui para a preservação do Meio Ambiente. Com relação ao trabalho, os trabalhadores enfrentam muitas dificuldades, dentre elas, a falta de equipamentos adequados, separação inadequada de lixo e descaso por parte da sociedade e do poder público.

Foram dadas algumas sugestões de melhorias no trabalho, destacando a necessidade de conscientização da população, mais pontos de coleta, maior auxílio financeiro dos órgãos municipais. No tocante a mais pontos de coleta seletiva, trata-se de melhorias financeiras, por assim dizer, já que quanto mais pontos de coleta existem, mais resíduos recicláveis haverão para a coleta e de tal modo será revertido num maior rendimento financeiro dos coletadores.

Salienta-se que a Associação sobrevive exclusivamente da paga de seu trabalho. Ela possui um caminhão, doado pela prefeitura, que recolhe o material em alguns locais da cidade e os trabalhadores separam os materiais entregues na associação pelo caminhão de coleta seletiva do município. Essa coleta seletiva ocorre em alguns bairros da cidade, como Florida I, Jardim Água Boa, Jardim Novo Horizonte, Parque Alvorada, Centro, Vila Toscana, Parque Nova Dourados, entre outros.

A Agecold recebe pouco auxílio financeiro tendo que arcar com despesas como alimentação, consultas médicas, medicamentos dos funcionários e o restante é rateado entre todos na forma de salário. No período da pesquisa, o salário médio dos associados era em torno de até um salário mínimo vigente. Neste raciocínio, é necessário o enfoque de sua importância social e econômica para a cidade e seus moradores dado que esta associação gera empregos e ainda diminui a quantidade de resíduos sólidos com benefícios tanto para a população quanto para o meio ambiente.

### **Considerações finais**

Na pesquisa observou-se que a população tem consciência do significado de coleta seletiva e que se propõem a participar da separação de resíduos. Desta forma é importante a instalação de mais pontos de coleta e tratamento de resíduos, a fim de contemplar todos os bairros da cidade.

Para tanto, além do auxílio da prefeitura, assim como destacado pelos associados, é necessária uma maior conscientização da população no sentido de separação adequada dos resíduos recicláveis, além de mais programas de educação ambiental. Pois como declarado nas entrevistas, chegam até eles muitos produtos que não podem ser reciclados.

Importante destacar que parte do que foi analisado nesta pesquisa corrobora diretamente com os conceitos abordados pela Economia Circular e justifica a necessidade de inclusão das análises de educação e meio ambiente aos conceitos de crescimento econômico e nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, deixando claro que ainda há muito que evoluir nesses aspectos e que os debates acerca desses temas se fazem necessários.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. *Em crise, Agecold pode fechar por falta de catadores e incentivo*. Disponível em: <<http://www.douradosagora.com.br/dourados/em-crise-agecold-pode-fechar-por-falta-decatadores-e-incentivo>>. Acesso em: 25 jul. 2017.
- BONCIU, F. (2014). *The European Economy: From a Linear to a Circular Economy*. Romanian Journal of European Affairs 14(4), 78-91.
- CONCEIÇÃO, Edmir. *Economia do MS*. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/PerfilSocioecon%C3%B4mico-de-Dourados-2.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- FAO. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/ca9692en> Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9692en/CA9692EN.pdf> . Acesso em 25 de outubro de 2020
- FOSTER, Allan; ROBERTO, Samanta Souza; IGARI, Alexandre Toshiro. *Economia circular e resíduos sólidos: uma revisão sistemática sobre a eficiência ambiental e econômica*. Anais do Encontro Internacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo, 2016.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. 1. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GALBIATI, Adriana Farina. *O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem*. 2012. Disponível em: <[http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo\\_15.pdf](http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_15.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- GANDRA, Alana. *Desmatamento é principal preocupação do brasileiro, revela pesquisa*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/desmatamento-e-principal-preocupacao-do-brasileiro-revela-pesquisa>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mato Grosso do Sul, Cidades, Dourados*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/?lang=&codmun=500370&search=matogrosso-do-sul%257cdourados%257cinfograficos:-historico>>. 2015. Acesso em: 15 ago. 2017.
- Instituto do Meio Ambiente – IMAM. *Prefeitura investe no trabalho de catadores de recicláveis*. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/prefeitura-investeno-trabalho-de-catadores-de-reciclaveis/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.
- JESUS, Carlos; PIRES, Iva. “Fechar o ciclo”. A contribuição da economia circular para o combate ao desperdício alimentar. Revista Ecologias Humanas, v. 4, n. 4, p. 7-20, 2018.
- MARCHI, C. M. D. F. *Cenário Mundial dos Resíduos Sólidos e o comportamento corporativo brasileiro frente à logística reversa*. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, 2011.

MOTA, Judith. *Um caminho sustentável para explorar os ativos da floresta*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/um-caminho-sustentavel-para-explorar-os-ativos-da-floresta/>>. Acesso em: 29 nov. 2017

OLIVEIRA, Adna Caroline Vale; SILVA, Aline de Souza; MOREIRA, Ícaro Thiago Andrade. *Economia circular: conceitos e contribuições na gestão de resíduos urbanos*. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 3, n. 44, 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Revista da FAE, v. 5, n. 2, 2002.

ONU- Organizações das Nações Unidas Meio Ambiente. ONU. *Meio Ambiente e parceiros lançam movimento por separação e descarte correto de lixo*. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-meio-ambiente-e-parceiros-lancam-movimento-por-separacao-e-descarte-correto-de-lixo/>> Acesso em: 29 nov. 2017.

O PROGRESSO. *Reciclagem em Dourados*. Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/editorial/reciclagem-em-dourados>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

POULAIN, J-P. *Sociologia da Alimentação: Os comedores e o espaço social*. Edição de Editora da UFSC. 2. ed. Florianópolis, 2013.

RESENDE, G. *Projeto Recolhe/Recicla em Dourados*. Disponível em: <<http://www.geraldoresende.com.br/imprensa/noticias/meio-ambiente>>. Acesso em: 25 jul. 2017

SANTOS, Jaqueline Guimarães et al. *A importância das cooperativas de reciclagem na gestão dos resíduos sólidos urbanos: Um estudo em uma cooperativa de Campina Grande-PB*. São Paulo. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/trabalhosPDF/1118.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PAULA, Mabel Bastos de; PINTO, Helma de Souza. *O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo*. Revista de Administração de Empresas (RAE), São Paulo. 2012.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005

STAHEL, W. R. *The circular economy*. *Nature.*, v. 531, p. 435–428, 2016.



## O DESIGN DE CONTRATOS COM INCENTIVOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

**Alberto Giovani de Souza**

Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

E-mail: albertosouza@ufgd.edu.br

**Jonathan Gonçalves da Silva**

Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP

Professor do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

E-mail: jonathandasilva@ufgd.edu.br

**Roselaine Bonfim de Almeida**

Doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP

Professora do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

E-mail: roselaimealmeida@ufgd.edu.br

### RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar a contribuição de contratos com incentivos para ampliação das compras diretas da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tendo em vista o cumprimento da legislação vigente que diz que, no mínimo, 30% do valor gasto por esse programa deve ser utilizado na compra de produtos advindos da agricultura familiar. Para tanto, utilizou-se um modelo de Agente-Principal, no intuito de se desenhar um contrato ideal que atenda esse percentual mínimo de compra estabelecido pela legislação. A abordagem assume a Entidade Executora do PNAE como o Principal e o Agricultor Familiar como o Agente. Ademais, propôs-se o mecanismo de incentivo “Instrução Formal e Técnica” para capacitar os agricultores familiares a aumentarem sua capacidade produtiva, bem como instruí-los sobre como participar das chamadas públicas do PNAE. Os resultados indicam que o contrato proposto minimiza os custos de transação, gera o melhor resultado possível para ambas as partes envolvidas, incentivando o Agente a vender sua produção para o PNAE e o induz a tomar a ação pretendida pelo Principal. Assim, em relações contratuais inseridas num contexto de informação assimétrica, a adoção de mecanismos de incentivos mostra-se eficiente na redução das incertezas e dos riscos contratuais, bem como na amenização dos conflitos de interesses e promoção da maximização do bem-estar entre os agentes envolvidos.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Relação Agente-Principal. Incentivos Contratuais.

### ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the contribution of contracts with incentives to increase the direct purchases of family farming for the Brazilian School Nourishment Program (PNAE), in order to comply with current legislation which says that, at least, 30% of the amount spent by this program should be used to purchase products from family farming. For this purpose, a Principal Agent model was used in order to design an ideal contract that meets this minimum percentage of purchase established by the legislation. The approach assumes the PNAE Executing Entity as the Principal and the Family Farmer as the Agent. In addition, the "Formal and Technical Instruction" incentive mechanism was proposed to enable family farmers to increase their productive capacity, as well as to instruct them on how to participate in PNAE public calls. The results indicate that the proposed contract minimizes transaction costs, generates the best possible outcome for both parties, encouraging the Agent to sell its production to the PNAE and induces it to take the action intended by the Principal. Thus, in contractual relations inserted in a context of asymmetric information, the adoption of incentive mechanisms is efficient in reducing uncertainties and contractual risks, as well as mitigating conflicts of interests and promoting the maximization of well-being between agents involved.

**Keywords:** Family Farming. Agent-Principal Relationship. Contract Incentives.

## 1. Introdução

A homologação da Lei 11.947/2009 fez com que novas diretrizes fossem implantadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, como a determinação pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE de que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios advindos da Agricultura Familiar – AF (BRASIL, 2009).

A referida lei permitiu a dispensa do processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. Assim, as Entidades Executoras (secretarias estaduais/distrital e municipais de educação) do PNAE podem utilizar Chamadas Públicas, que consiste num processo simplificado de aquisição de alimentos da AF, com recursos repassados pelo FNDE, para atender a demanda da alimentação escolar (BRASIL, 2013; BRASIL, 2017a).

De acordo com a Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015, os preços dos produtos a serem adquiridos da AF devem ser previamente estabelecidos pela Entidade Executora e publicados no edital de Chamada Pública. O preço de aquisição de cada produto será o preço médio pesquisado em, no mínimo, três mercados em âmbito local, acrescido dos insumos exigidos no edital da chamada pública, tais como despesas com frete e embalagens (BRASIL, 2015).

A obrigatoriedade das compras diretas da AF para o PNAE, imposta por lei, visa o fortalecimento deste segmento produtivo e a promoção do desenvolvimento local sustentável, através da aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela AF e empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (OTSUKI, 2011; BRASIL, 2009).

Contudo, estudos apontam que as referidas compras não estão sendo eficazes no alcance de seus objetivos. Saraiva et al. (2013), ao analisar as compras da AF no ano de 2010, destacam que apenas 47,4% dos municípios brasileiros adquiriram alimentos da AF e que o percentual médio das compras foi de 22,7%, ficando abaixo dos 30% exigidos por lei. Villar et al. (2013) por sua vez, ao analisar o mesmo programa em 613 municípios de São Paulo, entre os anos de 2009 e 2011, mostram que o processo de compras não foi efetivado em 53% dos municípios considerados.

O descumprimento da legislação se manteve nos anos seguintes e, em 2015, conforme os últimos dados compilados e divulgados pelo FNDE, dos 5.549 municípios atendidos pelo PNAE, 949 não efetuaram compras da AF e 2.128 compraram abaixo dos 30% estipulados em lei, ou seja, aproximadamente 55% de municípios descumpriram a lei (BRASIL, 2017b).

Nesse contexto, este trabalho analisa a contribuição de contratos com incentivos para ampliação das compras diretas da AF para o PNAE, tendo em vista o cumprimento da legislação vigente. Para tanto, utilizou-se um modelo de Agente-Principal, no intuito de se desenhar um contrato ideal que atenda o percentual mínimo de compra da AF estabelecido pela legislação.

Mais especificamente, este artigo analisa a Chamada Pública nº 01/2015, destinada a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF e do empreendedor rural ou suas organizações para o PNAE da Rede Municipal de Ensino de Douradina/MS (DOURADINA, 2015).

Na literatura empírica, diversos autores vêm utilizando o modelo Agente-Principal para analisar o papel dos mecanismos de incentivos nas relações contratuais inseridas num contexto de assimetria de informação e conflito de interesses (COSTA et al., 2016; RODRIGUES, 2009; OYADOMARI, 2008). Há um senso comum entre os autores de que a utilização de mecanismos de incentivos nas relações contratuais auxilia na compreensão das especificidades de interesses dos agentes envolvidos. Ademais, fornecem atrativos capazes de induzirem o Agente a agir de acordo com o interesse do Principal.

Assim, são fundamentais estudos que analisem os mecanismos de incentivos e a sua contribuição na amenização dos conflitos de agência nos mais variados setores. Tendo em vista o seu potencial uso como ferramenta auxiliar na tomada de decisão e estruturação de arranjos contratuais que maximizem o bem-estar dos agentes envolvidos e minimizem os custos de transação.

Nesta direção, este trabalho traz uma abordagem sobre o papel dos incentivos nas relações contratuais com assimetria informacional. Ademais, representa uma aplicação prática da contribuição de contratos com incentivos no alcance dos objetivos estratégicos de uma política pública. Fornecendo importantes subsídios para possíveis intervenções no PNAE, com o objetivo de proporcionar um maior alinhamento dos interesses dos agentes envolvidos nos processos de Chamada Pública e estimular a produção e o aumento das compras diretas da AF para o programa.

Este artigo está estruturado em 4 seções, além desta introdução. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico, abordando o modelo Agente-Principal e sua relação com a teoria da agência. Na seção 3 é exposta a metodologia e a descrição do método de pesquisa do estudo. Na seção 4 são apresentados os resultados encontrados e discussões, e, por fim, tem-se as considerações finais da pesquisa na seção 5.

## **2. Referencial Teórico**

A Teoria da Agência tem sido frequentemente aplicada para a compreensão das relações contratuais. Essas, quase sempre ocorrem na presença de informação assimétrica, isto é, quando pelo menos uma das partes envolvidas na transação tem mais informações que a outra (SALANIÉ, 1997).

No geral esta teoria analisa as relações entre um Agente e um Principal que estão engajados num comportamento cooperativo, mas com diferentes metas e atitudes em relação aos riscos presentes nas relações. Sendo os “contratos” entre as partes envolvidas na relação contratual a unidade de análise da referida teoria (EISENHART, 1989).

Jensen e Meckling (1976) definem a relação Agente-Principal como um contrato em que uma das partes (o Principal) engaja a outra parte (o Agente) a desempenhar algum serviço em seu nome, envolvendo uma delegação de autoridade para a tomada de decisão pelo agente. Contudo, ao se considerar que ambas as partes agem tendo em vista a maximização das suas utilidades pessoais, é provável que o Agente não aja sempre no melhor interesse do Principal, surgindo assim a assimetria de informação (LAFFONT; MARTIMORT, 2002).

Desta forma, surgem as chamadas perdas de agência, pois os interesses e valores econômicos de ambas as partes são divergentes, aumentando os custos de informação e monitoração (STRONG; WATERSON, 1987). Assim, num contexto de informação assimétrica espera-se que os custos de informação não sejam ignorados, mas sim que os agentes econômicos busquem um alinhamento na definição de uma estrutura de incentivos que produza resultados econômicos os mais próximos do que seriam produzidos se os custos de monitoração e informação fossem nulos (PRATT; ZECKHAUSER, 1985).

Holmstrom (1979) destaca que a melhor alternativa para a mitigação dos riscos e aumento da eficiência na relação contratual é investir em meios de monitoramento das ações do Agente. O Principal pode limitar as divergências monitorando as atividades do Agente e estabelecendo incentivos contratuais apropriados para o mesmo (JENSEN; MECKLING, 1976). Com isso, o Principal incorrerá em custos para alinhar os interesses do Agente aos seus, os chamados custos de agenciamento – gastos realizados na prevenção e resolução de conflitos entre o Principal e o Agente (WILLIAMSON, 1985).

Assim, quanto maior a assimetria informacional e o número de incertezas no horizonte temporal maiores serão os custos da transação para os agentes econômicos (AKERLOF, 1970). Portanto, o desafio do Principal é propor um contrato ao Agente para influir sobre o seu próprio bem-estar (MASCOLLELL; WHINSTON; GREEN, 1995).

Nesse sentido, os contratos surgem como equalizadores do problema da assimetria informacional entre as partes (Agente e Principal) envolvidas em uma relação contratual. Esses, se não corrigidos, podem potencializar o comportamento oportunista dos Agentes, bem como os conflitos de interesses entre as partes (EISENHART, 1989).

A estruturação de um contrato ótimo não é tarefa simples, pois os contratos não incorporam todas as situações a serem enfrentadas em razão da impossibilidade de se prever os estados da natureza (incertezas), o que caracteriza a incompletude dos contratos. E em razão da racionalidade limitada, os

agentes não possuem pleno conhecimento das contingências, o que reafirma a linguagem imprecisa dos contratos (HART, 1987).

Assim, incentivos podem conduzir o comportamento do agente para o que foi estabelecido no contrato. Para isso, a teoria econômica dos incentivos busca fornecer condições para a estruturação de contratos ótimos que maximizem a utilidade dos agentes em um contexto de conflito de interesses e assimetria de informações, visando alcançar um equilíbrio de bem-estar para ambos (MILGRON; ROBERTS, 1992).

A análise da influência dos incentivos contratuais no alinhamento de interesses dos agentes envolvidos em uma relação contratual com presença de assimetria de informação é um tema recorrente nas pesquisas científicas.

Costa et al. (2016) analisaram os incentivos contratuais de transplantes renais no Brasil, com base no modelo Agente-Principal, com a finalidade de mitigar o desequilíbrio entre a oferta e demanda por rins. Os autores destacaram que o bem-estar do Ministério da Saúde (Principal) depende das ações tomadas pelos Hospitais Públicos (Agente) credenciados pelo Sistema Nacional de Transplante. Como resultado, identificaram que os níveis de esforços administrativos, financeiros e gerenciais para realizar as ações de doação, remoção, captação e transplante de rim pelos hospitais credenciados são compatíveis com os pagamentos e incentivos referente ao custeio dos transplantes.

Rodrigues (2009) analisou as principais formas de incentivo oferecidas aos agentes pelas 30 maiores empresas de capital aberto por valor de mercado classificadas na Revista Exame Melhores e Maiores 2008. Observou-se uma preocupação por parte destas empresas em utilizar mecanismos de incentivo que visem alinhar os interesses dos executivos (agente) aos interesses dos acionistas (principal). Como resultado, concluiu-se que os mecanismos de incentivos mais utilizados são a participação nos lucros ou resultados e os planos de previdência privada, presentes em 76,67% e 96,67% das companhias, respectivamente.

Já Oyadomari et al. (2008) analisaram as práticas de remuneração variáveis adotadas pelas empresas e a relação entre as metas individuais e organizacionais em 21 empresas de grande porte de São Paulo. Os resultados da pesquisa apontaram que a remuneração variável, com metas individuais, está diretamente associada ao alcance das metas organizacionais, caso contrário, problemas de agência podem ocorrer.

Como exposto, uma vasta literatura analisa a influência dos incentivos nas relações contratuais com assimetria informacional, contudo, ainda há espaço para contribuições e discussões acerca do tema. Nesse sentido, supondo a existência de assimetria de informação entre a Entidade Executora do PNAE e o agricultor familiar, observa-se que o processo de compras públicas da AF para o PNAE pode ser analisado por meio do modelo Agente-Principal. Utilizando para tanto a abordagem dos incentivos para as Chamadas Públicas do programa, com a finalidade de se estruturar

contratos otimizados entre os agricultores familiares e Entidades Executoras do programa, através do equilíbrio de interesse entre as partes, de modo a aumentar o interesse dos agricultores familiares em vender suas produções diretamente para o PNAE.

## 2.1 Eficiência Técnica e a Produção Agrícola

Diferentes estudos empíricos têm destacado uma correlação positiva entre a eficiência técnica e o desempenho produtivo dos estabelecimentos agropecuários. Nesta direção, Reis (2014) ressalta que a importância da eficiência no aumento da produção agrícola tem sido reconhecida por diversos pesquisadores e formuladores de políticas públicas no Brasil. Entre outros, o autor destaca Bittencourt et al. (1998), Albuês (2001) e Fernández e Ferreira (2004).

Farrell (1957), um dos pioneiros no estudo da eficiência técnica, a definiu como a habilidade da firma em obter o máximo produto, dado um conjunto de insumos. Nishimizu e Page (1982), por sua vez, interpretam eficiência técnica como ganhos derivados de melhorias no processo de tomada de decisão, o qual está relacionado a diversas variáveis exógenas, tais como experiência e educação.

Há na literatura inúmeras aplicações empíricas que têm analisado os determinantes e a influência de variáveis exógenas sobre a eficiência técnica nos estabelecimentos agropecuários, tais como assistência técnica, tamanhos das unidades produtivas, fator terra, crédito agrícola, trabalho, pluriatividade, experiência, idade e educação formal dos agricultores (TAYLOR; SHONKWILER, 1986; HELFAND, 2003; IGLIORI, 2005).

Com relação aos resultados referentes às variáveis comumente analisadas, observou-se que a educação formal tem mostrado de modo recorrente correlação positiva e significativa no aumento do índice de eficiência técnica dos estabelecimentos rurais (BATESSE; COELLI, 1995; BATTESE; BROCA, 1997; SOLIS et al., 2009; IMORI et al., 2012). Uma possível justificativa para esse resultado, segundo os autores, é que a educação possibilita aos produtores uma melhor leitura dos cenários em que estão inseridos, possibilitando uma ação rápida na realocação dos recursos disponíveis em resposta a estas variações.

Em razão da similaridade do objeto de estudo com a presente pesquisa, destaca-se o estudo de Reis (2014), que por sua vez, analisou a eficiência técnica de 429 estabelecimentos rurais familiares no estado de Mato Grosso do Sul – MS e estimou os efeitos de algumas variáveis socioeconômicas dos agricultores sobre a eficiência técnica. Como resultado, observou-se que o índice de eficiência técnica média dos estabelecimentos rurais analisados foi de 54,5%, e que a maioria dos agricultores não possuem escolaridade adequada para ampliar a eficiência técnica nas atividades agrícolas mais complexas.

Diante do exposto, fica evidente a correlação positiva da variável educação formal no aumento

do índice de eficiência técnica dos estabelecimentos rurais. Assim, esta pesquisa utilizará o índice de eficiência técnica média dos estabelecimentos rurais familiares de Mato Grosso do Sul, apurado na pesquisa de Reis (2014), para estimar a capacidade produtiva do Agente na aplicação do modelo Agente-Principal proposto.

### 3. Metodologia

Este artigo utiliza o modelo Agente-Principal para analisar o baixo percentual das compras diretas da AF para o PNAE. E, como sugestão, propõe o estabelecimento de contratos com mecanismos de incentivos, no intuito de se desenhar um contrato ideal que atenda o percentual mínimo de compra da AF estabelecido pela legislação.

Para tanto, utilizou a formulação geral do problema Agente-Principal proposta por Kreps (1990), assumindo-se a Entidade Executora do PNAE como Principal e o Agricultor Familiar como o Agente.

Neste modelo, um Agente qualquer toma uma determinada ação “ $a$ ”, a partir de um conjunto finito  $A = \{a_1, \dots, a_N\}$ . Ao Principal não é possível a observação da ação escolhida pelo Agente, em vez disso, o mesmo visualiza apenas um sinal imperfeito, expresso por “ $s$ ” e desenhado a partir de um conjunto finito  $S = \{s_1, \dots, s_M\}$ , daquilo que o Agente faz.

Dado que o agente pode escolher uma determinada ação  $a_n$ , a probabilidade de ocorrência de determinado sinal  $s_m$  é dada por  $\pi_{nm}$ , tal que  $\sum_{m=1}^M \pi_{nm} = 1$ , ou seja, qualquer sinal é possível dado uma ação escolhida pelo Agente.

No modelo proposto atribui-se ao Agente uma função utilidade do tipo Von Neumann-Morgenstern, representada pela Equação 1:

$$U(w, a) = u(w) - d(a) \quad (1)$$

sendo:

$u(w)$  = Utilidade do Salário;

$d(a)$  = Desutilidade da ação escolhida.

Assume-se, portanto, que o Agente possui um nível de utilidade reserva  $U_0$ , ou seja, a utilidade que o Agente possui com outras oportunidades externas disponíveis além do contrato proposto pelo Principal.

Como a ação do Agente, “ $a$ ”, não é observável pelo Principal, esse observará um sinal “ $s$ ”, tendo como resultado dessa escolha sua renda bruta, que pode ser expressa por  $B(a, s)$ . Assim, o lucro líquido do Principal pode ser representado pela Equação 2:

$$B(a, s) - w(s) \quad (2)$$

Em que,

$B(a, s)$  = Renda bruta do Principal;

$w(s)$  = Remuneração do Agente, associada a um sinal “s”.

Considerando as probabilidades de resultados diferentes a partir de uma ação  $a_n$ , escolhida pelo Agente, os lucros esperados do Principal podem ser escritos conforme a Equação 3:

$$\sum_{m=1}^M \pi_{nm}(B(a_n, s_m) - w(s_m)) \quad (3)$$

Logo, o problema básico encontrado pelo Principal é encontrar um esquema ótimo de incentivos a oferecer para o Agente de modo a maximizar sua utilidade. Em outras palavras, o Principal deve encontrar a maneira mais barata de induzir o Agente a aceitar o trabalho e escolher a ação  $a_n$ . Neste caso, o mais barato deve ser medido em termos de “salários esperados” que devem ser pagos ao Agente.

As variáveis analisadas para a solução desse problema são os níveis de utilidade salarial que ao Agente é dado em função do sinal “s”. Para isso, toma-se as variáveis  $x_m$  para  $m = 1, \dots, M$ , em que  $w(s_m)$  é o salário pago ao Agente se o sinal  $s_m$  for observado. Assim, pela equação 4 temos:

$$x_m = u(w(s_m)) \quad (4)$$

Assume-se, portanto, que a utilidade  $u(\cdot)$  é uma função estritamente crescente e contínua, e que a função  $v$  seja o inverso de  $u$ , ou seja, se  $v(z) = w$ , então,  $u(w) = z$ . Assim, o salário pago ao Agente se o sinal  $s_m$  é produzido, em função da variável  $x_m$ , pode ser representado pela Equação 5:

$$w(s_m) = v(x_m) \quad (5)$$

Em outras palavras, pode-se dizer que na Equação 5 a função  $v$  transforma a utilidade em remuneração ou salário. Desta maneira, o salário esperado quando o Agente escolhe uma determinada ação  $a_n$  pode ser representado pela Equação 6:

$$\sum_{m=1}^M \pi_{nm} v(x_m) \quad (6)$$

Nesse sentido, o Principal, na busca da definição de um contrato ótimo e da maximização de sua utilidade esperada, deverá buscar minimizar o problema da Equação 6, ou seja, encontrar a opção mais barata de induzir o Agente a aceitar o contrato e tomar uma determinada ação  $a_n$ . Contudo, o Principal estará sujeito as restrições do Agente, devendo, portanto, ser capaz de resolver o problema de maximização das restrições do Agente. Para isso, o Principal deverá superar a Restrição de Participação (RP) do Agente, de modo que o mesmo aceite o contrato proposto caso se verifique a Equação 7:

$$\sum_{m=1}^M \pi_{nm} x_m - d(a_n) \geq u_0 \quad (7)$$

Para tanto, o valor da remuneração oferecida ao Agente deverá ser no mínimo igual a sua melhor alternativa disponível no mercado, ou seja, sua utilidade reserva, representada por  $u_0$ . De modo que,

o Agente receba um salário que cubra seu esforço adicional representado pela desutilidade da ação  $d(a_n)$ , tal que a Restrição de Participação (RP) seja respeitada.

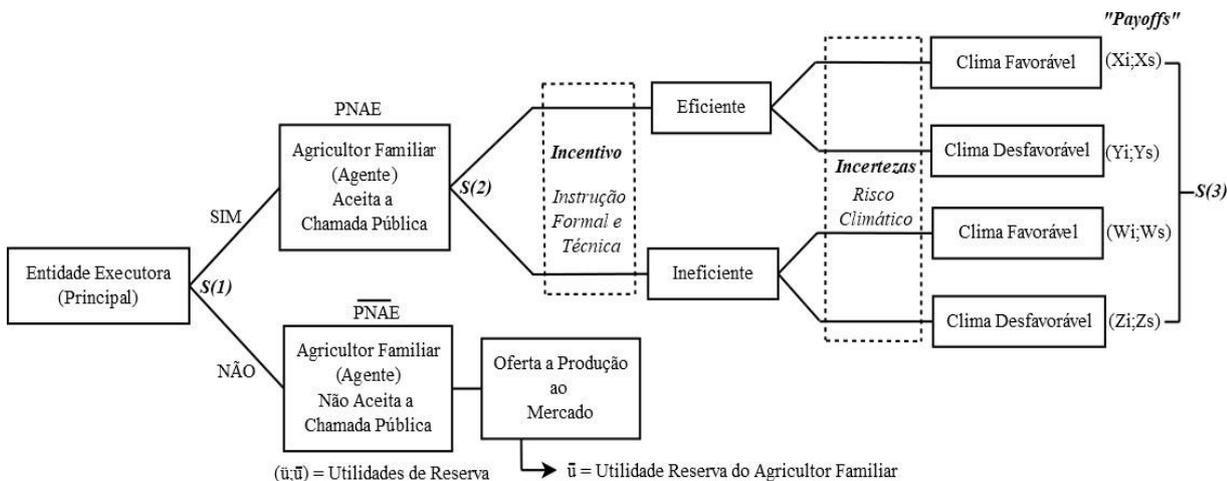
Ademais, o Principal deverá ser capaz de estimular o Agente a aceitar a ação que maximize seus lucros esperados, superando também a chamada Restrição de Compatibilidade de Incentivos (RCI). De maneira que ao Agente aplicar o esforço desejado pelo Principal na ação, ele obtenha uma utilidade maior do que qualquer outra ação externa disponível, conduzindo o contrato a um esquema ótimo de incentivos através do alinhamento de interesses, de acordo com a Equação 8:

$$\sum_{m=1}^M \mathcal{F}_{nm} x_m - d(a_n) \geq \sum_{m=1}^M \mathcal{F}_{n'm} x_m - d(a_{n'}), n' = 1, \dots, N. \quad (8)$$

A solução para um problema Agente-Principal pode ser obtida através do equilíbrio perfeito de Nash em subjogos via indução reversa, podendo ser representada de acordo com a Figura 1. De maneira que o Agente inicia a análise do contrato proposto no último estágio do jogo, escolhendo sua ação  $a_n$  de modo a respeitar a RCI, na sequência verifica se a utilidade proposta no contrato é maior do que sua utilidade reserva, superando assim a RP e, por fim, analisa o contrato proposto pelo Principal, considerando as suas possibilidades de escolhas, de forma que o lucro do Principal seja maximizado (KREPS, 1990).

Em suma, o problema Agente-Principal consiste inicialmente na apresentação de uma proposta contratual pelo Principal na qual expõe um esquema de incentivos ao Agente. Este, em seguida, analisa a proposta e caso o nível de maximização de sua utilidade seja atingido e não haja oportunidade externa melhor do que a proposta, aceita o contrato executando as ações que geram a maximização dos resultados esperados pelo Principal.

**Figura 1.** Árvore de Jogos para relação de agência entre Entidade Executora (PNAE) e Agricultor Familiar



Fonte: Elaboração própria, baseado em Kreps (1990).

Em uma versão simplificada do modelo, conforme Figura 1, são oferecidas somente duas opções

para o Agente, o qual poderá escolher entre vender sua produção para o PNAE ou para o mercado local. Ademais, foram acrescentadas incertezas associadas ao clima, sendo adotado para tanto dois possíveis cenários, um cenário otimista “clima favorável” que influencia positivamente os resultados do Agente e um cenário menos otimista “clima desfavorável” que influencia negativamente seus resultados. Os possíveis cenários menos otimistas decorrentes das incertezas associadas ao clima serão modelados como perdas no processo produtivo, correspondendo a uma redução de 20% da produção total.

O referido percentual foi definido com base no estudo denominado, Zoneamento Agrícola de Riscos Climáticos, desenvolvido a partir de 1996, que consiste em análises de séries históricas de chuva, temperatura e dados altimétricos. A partir das quais é possível a indicação sobre o que, onde e quando plantar, admitindo um risco de, no máximo, 20% de perda da safra (CUNHA; ASSAD, 2001; ASSAD et al., 2008).

Na relação contratual proposta, o objetivo do Principal não será financeiro, mas sim atender a determinação legal de utilização mínima de 30% do recurso repassado em compras diretas da AF. Logo, o mesmo agirá no sentido de desenhar um contrato que incentive o Agente a aumentar sua produção, bem como vendê-la para o PNAE. Para tanto, terá que designar no contrato uma forma de pagamento ou “mecanismo de incentivo” que induza o Agente a atuar da melhor forma possível.

Nessa direção, propõe-se para esta relação contratual a adoção do mecanismo de incentivo “Instrução Formal e Técnica”. De modo que, a Entidade Executora (Principal) ofereça ao agricultor familiar (Agente) o referido incentivo por meio de parcerias entre as Secretarias Municipais de Educação e Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, no intuito de capacitar os agricultores familiares a aumentarem sua capacidade produtiva, bem como instruí-los sobre como participar das chamadas públicas do PNAE, afim de proporcionar a ampliação das compras diretas da AF para o programa.

A motivação para o referido mecanismo de incentivo se deve pelo fato da maioria dos agricultores brasileiros não possuírem grau de escolaridade adequado para ampliar a eficiência técnica nas atividades agrícolas mais complexas (REIS, 2014). De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, no Brasil cerca de 67% dos gestores agropecuários possuem escolaridade menor do que 4 anos ou são analfabetos, já para o estado de MS e o município específico de Douradina objeto da análise da pesquisa, os percentuais são de, 52% e 51%, respectivamente (IBGE, 2017).

Ademais, como foi apresentado no referencial teórico, os resultados de vários estudos empíricos vêm demonstrando uma correlação positiva e significativa da variável educação formal no aumento do índice de eficiência técnica dos estabelecimentos rurais. Nesse sentido, sugere-se que gestores com maior escolaridade tenham desempenhos melhores (REIS, 2014). Dessa forma, justifica-se a

utilização do mecanismo de incentivo “Instrução Formal e Técnica”.

Assim, espera-se que os agricultores familiares obtenham ganhos de produtividade através da utilização eficiente dos recursos disponíveis, refletindo conseqüentemente numa ampliação das compras diretas da AF para o programa.

No modelo proposto, assumiu-se que a capacidade produtiva do Agente dependerá do seu índice de eficiência técnica, simplificado neste estudo em dois níveis: “Eficiente” e “Ineficiente”. Assim, o agricultor familiar (Agente) que aceitar o contrato oferecido pela Entidade Executora (Principal) e se sujeitar ao incentivo “Instrução Formal e Técnica” será considerado “Eficiente” e terá uma capacidade produtiva de 100% do contrato proposto pelo Principal. Já aquele que aceitar o contrato, porém, vier a recusar o incentivo proposto será enquadrado como “Ineficiente” e terá uma capacidade produtiva de 54,5% do total da chamada pública proposta, ou seja, terá sua capacidade produtiva reduzida em 45,5%.

A referida situação hipotética baseia-se na análise de diferentes estudos empíricos que têm destacado uma correlação positiva entre o índice de eficiência técnica com o desempenho produtivo dos estabelecimentos agropecuários. Pelo exposto, e conforme já destacado no Referencial Teórico, é válido ressaltar que a capacidade produtiva do Agente considerado “Ineficiente” foi definida com base nos resultados da pesquisa de Reis (2014), em razão da similaridade do objeto de estudo da referida pesquisa com a presente.

#### 4. Resultados e Discussões

No esquema contratual proposto, o problema Agente-Principal resume-se à análise da contribuição do mecanismo de incentivo que a Entidade Executora do PNAE (Principal) propõe ao agricultor familiar (Agente) para o alcance do seu objetivo. O Principal, no caso, tem interesse em utilizar no mínimo 30% do recurso transferido pelo FNDE em compras da AF, afim de cumprir a determinação legal. Já o agente está focado na ação que lhe trará o maior custo benefício, ou seja, a ação que lhe trará maior lucro, bem como um menor risco.

De acordo com a generalização do modelo Agente-Principal proposto por Kreps (1990), tem-se que um determinado sinal “s”, está diretamente ligado às ações do Agente, e uma vez que esse pode escolher uma determinada ação  $a_n$ , a probabilidade de ocorrência desse sinal pode ser dada por  $\pi_{nm}$ . Logo, pode-se afirmar que o resultado esperado pelo Principal depende da ação escolhida pelo Agente.

Considerando que o Agente possui outra opção de venda para sua produção que não o PNAE, para o Principal alcançar seu objetivo dependerá da ação escolhida pelo agente, bem como da sua capacidade produtiva, conhecimento e interesse em participar das chamadas públicas do programa. Assim, o mesmo deverá fornecer incentivos eficazes em interferir na tomada de decisão do agente,

levando-o a agir de acordo com seus interesses. Logo, na aplicação do modelo, assume-se que o montante das compras diretas da AF para o PNAE é afetado pelas ações tomadas pelos agricultores familiares e que essas ações se dão num cenário incerto de probabilidades.

É válido destacar que a venda de alimentos provenientes da AF para o PNAE é permitida aos agricultores familiares e suas organizações que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf

– DAP. Sendo o limite de venda para fornecedores individuais ou grupos informais de R\$ 20.000,00 e para grupos formais, o limite é dado pelo total de agricultores inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização (BRASIL, 2015).

Na aplicação do modelo assumiu-se a Entidade Executora do município de Douradina/MS como Principal e um grupo formal, constituído por no mínimo três agricultores familiares, como Agente. A Tabela 1 apresenta um resumo do Edital da Chamada Pública nº 01/2015. Ao somar-se o preço total de todos os produtos, observa-se que o valor total da Chamada Pública, objeto de análise da pesquisa, foi de R\$ 53.470,65, sendo necessário no mínimo três agricultores familiares para atendê-la.

Ademais, para a realização da análise foi necessário o levantamento dos custos de produção dos alimentos integrantes da referida chamada pública. Assim, utilizou-se como “proxy” para os custos<sup>1</sup> de produção os dados disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater/DF, conforme Tabela 1 (EMATER-DF, 2015).

**Tabela 1** – Resumo do edital da Chamada Pública, preço médio e custos de produção

Resumo do Edital da Chamada Pública N° 01/2015					Custo de Produção das Culturas			Preço Médio de Mercado
Alimentos	Unidade	Quantidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Produtividade	Custo (ha)/R\$	Custo (kg)/R\$	R\$
Abóbora	kg	174	2,88	501,70	16.000	9.445,95	0,59	2,58
Abobrinha	kg	128	3,67	469,33	14.400	11.853,53	0,82	3,16
Alface	uni	600	1,97	1.180,00	96.000	19.249,08	0,20	1,75
Arroz*	kg	5.620	2,29	12.869,80	5.500	2.553,94	0,46	2,20
Beterraba	kg	256	4,00	1.024,00	20.000	13.863,05	0,69	1,78
Cebolinha	mç	258	1,90	490,20	120.000	30.935,65	0,26	1,70
Cenoura	kg	333	3,77	1.254,30	28.000	18.348,98	0,66	1,79
Couve	mç	427	1,98	846,88	125.000	22.962,77	0,18	2,23
Goiaba	kg	1.300	5,32	6.916,00	36.000	15.754,07	0,44	3,97
Leite**	lt	9.090	2,20	19.998,00	-	-	0,85	0,88
Mandioca	kg	811	3,97	3.216,97	24.000	7.212,28	0,30	0,99
Milho	kg	300	5,47	1.640,00	13.500	4.755,00	0,35	1,39
Pepino	kg	50	3,60	180,00	108.000	14.349,30	0,13	1,89
Poncã	kg	422	3,28	1.385,57	20.000	7.296,24	0,36	1,69

<sup>1</sup> Optou-se pela utilização dos dados da Emater/DF em razão da inexistência de dados oficiais sobre os custos de produção destes alimentos no município de Douradina/MS, assim como, no estado de Mato Grosso do Sul.

Repolho	kg	348	2,88	1.003,40	50.000	18.076,14	0,36	1,46
Salsa	mç	258	1,92	494,50	210.000	26.514,47	0,13	1,65

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da EMATER-DF (2015), do CEASA-MS (2015a), do CEASA-MS (2015b) e do

Edital da Chamada Pública Nº 01/2015 da Prefeitura de Douradina/MS (DOURADINA, 2015).

\* Utilizou-se o custo de produção estimado no município de Dourados/MS (CONAB, 2015).

\*\* Adotou-se o custo de produção médio do estado de Minas Gerais, maior produtor Nacional de leite (FAEMG, 2015).

Desta forma, uma vez adotados os custos unitários de produção da Emater/DF e considerando os quantitativos unitários de alimentos a serem adquiridos, pode-se afirmar que o custo total de produção para atendimento da chamada pública em análise foi de R\$ 12.442,44.

Ademais, para a “proxy” da utilidade de reserva do Agente, utilizou-se a receita líquida obtida com a comercialização de sua produção no mercado local. Para tanto, foram considerados os preços médios de mercado de cada alimento no ano de 2015, disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul – Ceasa/MS, conforme Tabela 1.

Assim, caso o Agente rejeite o contrato proposto pelo Principal e opte por vender no mercado local os mesmos alimentos e nas mesmas quantidades determinadas na chamada pública, ele terá uma receita bruta de R\$ 32.832,71. Considerando ainda que os custos totais de produção foram de R\$ 12.442,44, a sua receita líquida foi de R\$ 20.390,27. Assim, este é o valor estimado da utilidade de reserva do Agente nesta relação contratual, ou seja, o quanto ele adquire, vendendo sua produção no mercado local.

Para o Agente determinar se irá vender sua produção para o PNAE ou não, inicialmente irá comparar os lucros obtidos pela comercialização com o PNAE e a sua utilidade reserva, ou seja, seu lucro ao vender sua produção no mercado local. Ademais irá comparar o custo benefício de ambos os contratos à disposição. Observa-se que a opção de comercialização com o PNAE proporciona maiores lucros aos agricultores familiares, entretanto, esta opção apresenta maiores exigências. O processo das compras diretas da AF como outras transações econômicas, conforme Coase (1937) destaca, é pontilhado de imperfeições que atrapalham o funcionamento do sistema de preços na sua forma pura, exigindo outros mecanismos de natureza contratual para conectar os agentes especializados.

A comercialização de sua produção com o PNAE significa para o Agente um processo mais lento e criterioso até a liquidação da venda, como: a elaboração do projeto de venda, fornecimento de amostras de alimentos para controle de qualidade, cumprimento do calendário de entrega dos produtos e custos com a entrega dos produtos nas escolas. Essa burocracia representa uma das principais barreiras ao cumprimento da legislação surgindo, desta maneira, o conflito de interesses entre os atores envolvidos nesse processo, decorrente da assimetria de informações presente nos contratos (AKERLOF, 1970).

Com isso, surgem também os chamados custos de transação, que segundo North (1990), são os

custos inerentes ao processo de troca, necessários para avaliar o desempenho, fiscalizar o cumprimento dos contratos e executá-los. Assim, para Kreps (1990), o grande desafio imposto pela assimetria informacional é a formulação de contratos completos a fim de minimizar as perdas advindas desse problema.

Pelo exposto, pode-se afirmar que a opção do Agente pelo contrato proposto pelo Principal exigirá um esforço adicional representado pela desutilidade da ação escolhida  $d(a_n)$ , e por essa razão, o mesmo deverá receber uma remuneração que cubra esse esforço adicional. Assim, a Figura 1 representa a árvore de jogos entre a Entidade Executora (Principal) e o Agricultor Familiar (Agente), indicando as ações e possíveis resultados em termos de lucros para o Agente, bem como possíveis resultados ao Principal, decorrentes da ação escolhida pelo Agente, em termos de utilização do recurso repassado.

A solução para o problema Agente-Principal pode ser obtida através do equilíbrio perfeito de Nash em subjogos via indução reversa. De maneira que a análise do contrato proposto se inicie no último estágio do jogo, conforme Figura 1, subjogo S(3), onde os “*payoffs*” do Agente e do Principal, correspondentes aos possíveis cenários climáticos, são substituídos pelos valores esperados.

Dado que o Agente aceite o contrato proposto pelo Principal e se enquadre dentro do grupo de agricultores “Eficiente” e conte com um cenário de “clima favorável”, considera-se que sua capacidade produtiva será de 100% e não terá perdas de produção decorrentes das incertezas climáticas, logo, sua receita bruta será de R\$ 53.470,65. Subtraindo os custos de produção, tem-se uma receita líquida de R\$ 41.028,21 para o Agente. Tendo em vista que neste cenário não há redução do percentual de produção e nem perdas no processo produtivo, o Agente garante a entrega total de alimentos da chamada pública, bem como a utilização total dos recursos pelo Principal.

Contudo, caso o Agente se enquadre no grupo de agricultores “Eficiente” e no cenário de “clima desfavorável”, considera-se uma perda de 20% decorrente de questões climáticas. Assim, sua receita bruta será de R\$ 42.776,52 e, quando subtraída dos custos de produção, resulta numa receita líquida de R\$ 30.334,08 para o Agente. Assim, o Principal deixará de utilizar um total de R\$ 10.694,13, em razão das perdas sofridas pelo Agente em seu processo produtivo.

Já se o Agente se encaixar no grupo de agricultores “Ineficiente” e tiver um cenário de “clima favorável”, a sua capacidade produtiva será de 54,50% (REIS, 2014), e terá aproveitamento total da produção. Então a receita bruta, neste caso, será de R\$ 29.141,50 a qual, deduzindo-se os custos de produção, refletirá numa receita líquida de R\$ 16.699,07 para o Agente. Por fim, caso o Agente faça parte do grupo de agricultores “Ineficiente” e ainda contar com um cenário de “clima desfavorável”, seu potencial produtivo será mantido e haverá uma perda de 20% decorrente de questões climáticas. De maneira que sua receita bruta será de R\$ 23.313,20 e, após deduzidos os custos de produção, o Agente terá uma receita líquida de R\$ 10.870,77. Para o Principal nos

cenários em que o Agente se enquadrar no grupo de agricultores “Ineficiente” e contar com um clima favorável ou desfavorável na produção, implicará numa redução nas compras da AF de R\$ 24.329,15 e R\$ 30.157,45 respectivamente.

Em seguida, passa-se para o subjogo S(2), onde o Agente irá comparar os lucros esperados ao fazer parte dos grupos de agricultores “Eficiente” e “Ineficiente”, ou seja, irá analisar qual alternativa é mais rentável para então definir qual ação tomará. Para tanto, o Agente irá comparar a utilidade estimada para cada uma das ações possíveis, dadas suas receitas líquidas esperadas de acordo com os cenários disponíveis, ou seja, ele irá comparar a utilidade de se enquadrar no grupo de agricultores “Eficiente” e ter um clima favorável ou desfavorável na produção, que lhe proporcionará um lucro de R\$ 41.028,21 e R\$ 30.334,08 respectivamente. Com a utilidade de fazer parte do grupo de agricultores “Ineficiente” e contar com um clima favorável ou desfavorável na produção, que implicará num lucro de R\$ 16.699,07 e R\$ 10.870,77 respectivamente.

Na sequência, o Agente passa para a análise do subjogo S(1), onde decidirá se aceita ou não o contrato proposto pelo Principal. O Agente irá aceitar o contrato proposto pelo Principal, caso a utilidade esperada da ação escolhida seja maior ou igual à utilidade esperada das demais opções disponíveis, isto é, a utilidade de reserva do Agente, conforme a Equação 7. Caso o Agente rejeite o contrato proposto pelo Principal, terá como opção vender sua produção no mercado local, do qual obterá um lucro R\$ 20.390,27, ou seja, sua utilidade reserva.

Na aplicação do modelo proposto, observou-se que o arranjo contratual proposto pelo Principal com a inserção do mecanismo de incentivo “Instrução Formal e Técnica” incentiva o Agente a enquadrar-se no grupo dos agricultores “Eficiente”. Tendo em vista que, no referido grupo os lucros apurados com a comercialização de sua produção tanto no cenário de clima favorável quanto desfavorável são maiores do que o lucro obtido com a venda de sua produção no mercado local. Desta forma, a assimetria informacional e os custos de transação são reduzidos, uma vez que o contrato oferecido pelo Principal se apresenta como a melhor alternativa comercial para o Agente, ao mesmo tempo que possibilita ao Principal a aplicação total do recurso repassado pelo FNDE em compras diretas da AF.

Diante da análise realizada, nota-se que a escolha pelo Agente em vender sua produção para o PNAE lhe proporciona um lucro maior. Entretanto, como foi observado, o contrato com o PNAE impõe outras exigências, representando para o Agente um esforço adicional, fazendo com que o mesmo leve em consideração outros fatores além dos lucros entre as opções disponíveis no momento de comercializar a sua produção.

## **5. Considerações finais**

Este artigo teve por objetivo analisar a contribuição de contratos com incentivos para a ampliação das compras diretas da AF para o PNAE, tendo em vista o cumprimento da legislação vigente. Para tanto, utilizou-se um modelo de Agente-Principal, no intuito de se desenhar um contrato ideal que atenda o percentual mínimo de compra da AF estabelecido pela legislação. Destaque-se que na aplicação do modelo assumiu-se a Entidade Executora do PNAE como Principal e o Agricultor Familiar como o Agente.

Os resultados obtidos no trabalho indicam a existência de conflito de interesses entre as partes envolvidas. De um lado a Entidade Executora (Principal), preocupada em atender a determinação legal de utilizar no mínimo 30% do recurso transferido em compras da AF, e do outro o agricultor familiar (Agente), focado na ação que lhe trará o maior custo benefício. Nesse contexto, mostra-se necessário identificar e lidar com prováveis falhas de mercado presentes neste processo, tais como a assimetria informacional e custos de transação elevados, que dificultam o alinhamento de interesses entre os agentes.

Ademais, o estudo ressaltou que a utilidade do Principal é afetada diretamente pelas ações do agente, ou seja, o montante das compras diretas da AF para o PNAE depende das ações tomadas pelo agricultor familiar. Nesse sentido, a presente pesquisa propôs a adoção do mecanismo de incentivo “Instrução Formal e Técnica” no intuito de capacitar os agricultores familiares a aumentarem sua capacidade produtiva, bem como instruí-los sobre como participar das chamadas públicas do PNAE.

Observou-se que a proposição do referido incentivo mostrou-se apropriada, uma vez que o contrato proposto pelo Principal incentiva o Agente a vender sua produção para o PNAE, como também o induz a tomar a ação pretendida pelo Principal. Trata-se de um resultado importante, uma vez que representa uma alternativa voltada à capacitação técnica dos agricultores com potencial para aumentar suas produções, bem como ampliar a participação destes no PNAE.

No decorrer da pesquisa o presente trabalho se defrontou com algumas limitações. Dentre elas, destacam-se as restrições impostas pelas prefeituras municipais quanto ao acesso de dados referentes as compras diretas da AF e a inexistência de dados oficiais sobre os custos de produção de alimentos advindos da AF. Para estudos futuros sugere-se à identificação do perfil social, especialmente o grau de instrução, dos agricultores familiares na região analisada. Espera-se que com essas informações seja possível um desenho mais adequado de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da AF.

## REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. The Market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. *Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

ALBUÊS, Z. DA S.; PESSÔA, V. L. S. Assentamento: estratégia de implantação de empresas

capitalistas em mato grosso. *Revista de Estudos Sociais*, v. 3, n. 6, p. 31-44, 2001.

ASSAD, E. D.; MARIN, F. R.; PINTO, H. S.; ZULLO JUNIOR, J. Zoneamento agrícola de riscos climáticos do Brasil: base teórica, pesquisa e desenvolvimento. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v. 29, n. 246, p. 47-60, 2008.

BATTESE, G. E.; BROCA, S. S. Functional forms of stochastic frontier production functions and models for technical inefficiency effects: a comparative study for wheat farms in Pakistan. *Journal of Productivity Analysis*, v. 8, p. 395-414, 1997.

BATTESE, G. E.; COELLI, T. J. A model for technical inefficiency effects in a stochastic frontier production functions for panel data. *Empirical Economics*, v. 20, p. 325-332, 1995.

BITTENCOURT, G. A.; CASTILHOS, D. S. B. de; BIANCHINI, V.; SILVA, H. B. C. da. *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Brasília. 2017a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>. Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Dados da Agricultura Familiar. 2017b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Poder Legislativo. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa dinheiro na escola aos alunos da educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 15 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/6341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-4,-de-3-de-abril-de-2015>. Acesso em: 17 abr. 2020.

CEASA/MS. Cotações: Análise de Preço. 2015a. Disponível em: <http://www.ceasa.ms.gov.br/cotacoes-ceasa-ms/>. Acesso em: 07 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Prohort – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado de Hortigranjeiro. Relatório de Preços Mínimo/Médio/Máximo. 2015b. Disponível em: <http://www3.ceasa.gov.br/prohortweb/>. Acesso em: 07 jan. 2017.

COASE, R. The nature of the firm. *Economica*, New Jersey, v. 4, n. 16, p. 386-485.1937.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Custos de Produção – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)*. 2015. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16\\_04\\_13\\_12\\_06\\_37\\_zcustos\\_pgpa-f-abr-2015-resumos-site.xls](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_04_13_12_06_37_zcustos_pgpa-f-abr-2015-resumos-site.xls). Acesso em: 07 jan. 2017.

COSTA, C. K. F.; BALBINOTTO NETO, G.; SAMPAIO, L. M. B. Análise dos incentivos contratuais de transplantes de rins no Brasil pelo modelo agente-principal. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, e00022915, 2016.

CUNHA, G. R.; ASSAD, E. D. Uma visão geral do número especial da RBA sobre zoneamento agrícola no Brasil. *Revista Brasileira de Agrometeorologia*, (No Especial: Zoneamento Agrícola), v. 9, n. 3, p.377-385, 2001.

DOURADINA. Prefeitura de Douradina/Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Edital de Chamada Pública Nº 01/2015. Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. 2015. Disponível em: <https://www.douradina.ms.gov.br/administracao-e-financas/>. Acesso em: 11 nov. 2016.

EISENHARDT, K. M. Agency theory: an assessment and review. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 1, p. 57-74. 1989.

EMATER/DF. *Custos de Produção: Hortaliças e Frutas*. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=77:custos-de-producao](http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=77:custos-de-producao). Acesso em: 11 nov. 2016.

FAEMG. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. *Custos de produção do leite com tendência de alta*. 2015. Disponível em: <http://www.faemg.org.br/Noticia.aspx?Code=9934&ParentCode=139&ParentPath=None&ContentVersion=R&show=all>. Acesso em: 07 jan. 2017.

FARRELL, M. J. The measurement of production efficiency. *Journal of Royal Statistical Society*, London, v. 120, p. 253-290, mar. 1957.

FERNÁNDEZ, A. J. C.; FERREIRA, E. C. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 307, Cap. 6, 2004.

HART, O. *Incomplete contracts. Allocation, information and markets*. The New Palgrave, The MacMillan Press, p. 163-179, 1987.

HELFAND, S. M. Determinantes da eficiência técnica no centro-oeste brasileiro. In: HELFAND, S. M; REZENDE, G. C. (Org.). *Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

HOLMSTROM, B. Moral hazard and observability. *The Bell Journal of Economics*, Spring, v. 10, n. 1, p. 74-91, 1979.

IGLIORI, D. C. Determinants of technical efficiency in agriculture and cattle ranching: a spatial analysis for the Brazilian Amazon. *In: XXXIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Natal, Anais*, 2005.

IMORI, D.; GUILHOTO, J. J. M.; POSTALI, F. A. S. Eficiência Técnica das Agropecuárias Familiar e Patronal Diferenças Regionais no Brasil. *In: X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS - X ENABER*, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006: Características dos Estabelecimentos Agropecuários*. 2017.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KREPS, D. *A Course in Microeconomic Theory*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

LAFFONT, J.; MARTIMORT, D. *The theory of incentives: the principal-agent model*. Princeton, EUA: Princeton University Press, 2002.

MAS-COLELL, A.; WHINSTON, M.; GREEN, J. *Microeconomic theory*. Oxford University Press, New York and Oxford, 1995.

MILGROM, P.; ROBERTS, J. *Economics, organization e management*. New Jersey: Prentice Hall, 1992.

NISHIMIZU, M.; PAGE, J. M. Total factor productivity growth, technological progress and technical efficiency change: dimensions of productivity change in Yugoslavia, 1965-78. *The Economic Journal*, v. 92, n. 368, pp. 920-936, 1982.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OTSUKI, K. Sustainable partnerships for a green economy: A case study of public procurement for home-grown school feeding. *Natural Resources Forum*, v. 35, p. 213-222, 2011.

OYADOMARI, J. C. T.; CÉSAR, A. M. R. V; SOUZA, E. F.; OLIVEIRA, M. A. Remuneração variável e congruência de metas. *In: II CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT*, Salvador, *Anais*. 2008.

PRATT, J. W.; ZECKHAUSER, R. J. *Principal and Agents: The Structure of Business*. Boston: Harvard Business School. 1985.

REIS, C. V. S. *Fatores determinantes para a eficiência da agricultura familiar*. 2014. 70 p. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Economia, Brasília, 2014.

RODRIGUES, L. A. A utilização de incentivos como forma de alinhamento de interesses na relação principal-agente: uma análise das maiores empresas de capital aberto por valor de mercado. *In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO*, Fortaleza (CE), *Anais*. 2009.

SALANIÉ, B. *The economics of contracts: a primer*. Cambridge: The MIT Press, 1997.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. F.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciências e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SOLÍS, D.; BRAVO-URETA, B. E.; QUIROGA, R. E. Technical Efficiency among peasant farmers participating in natural resource management programmes in Central America. *Journal of Agricultural Economics*, v. 60, n. 1, p. 202-219, 2009.

STRONG, N.; WATERSON, M. Principals, agents and information. In CLARKE, R. & MCGUINNESS, T. *The economics of the firm*. 1987.

TAYLOR, T. G.; SHONKWILER, J. S. Alternative stochastic specifications of the frontier production function in the analysis of agricultural credit programs and technical efficiency. *Journal of Development Economics*, v. 21, p. 149-160, 1986.

VILLAR, B. S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B. L.; RAMOS J. F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Rev Brasileira Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, Mar. 2013.

WILLIAMSON, O. E. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracts*. New York: The Free Press, 1985.



O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional coloca a disposição de seus usuários a versão interativa da Revista Eletrônica Documento/Monumento, periódico eletrônico voltado a divulgação de artigos científicos produzidos por professores, alunos e técnicos.

NDIHR

